

MARYNA VIEIRA MARTINS ANTUNES

**A produção da escala geográfica em distritos municipais
brasileiros: histórias de vida de Teçaindá (Martinópolis, São
Paulo, Brasil)**

Presidente Prudente

2021

MARYNA VIEIRA MARTINS ANTUNES

**A produção da escala geográfica em distritos municipais
brasileiros: histórias de vida de Teçaindá (Martinópolis, São
Paulo, Brasil)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP/Campus de Presidente Prudente, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosangela Ap. de Medeiros Hespanhol.

Presidente Prudente

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

A636p	Antunes, Maryna Vieira Martins A produção da escala geográfica em distritos municipais brasileiros : histórias de vida de Teçaindá (Martinópolis, São Paulo, Brasil) / Maryna Vieira Martins Antunes. -- Presidente Prudente, 2021 327 f. : tabs., fotos, mapas Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente Orientadora: Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol 1. Distritos Municipais. 2. Política de Escalas. 3. Geografia Rural. 4. Teçaindá/Martinópolis/SP. I. Título.
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: A produção da escala geográfica em distritos municipais brasileiros: histórias de vida de Teçaindã (Martinópolis, São Paulo, Brasil)

AUTORA: MARYNA VIEIRA MARTINS ANTUNES

ORIENTADORA: ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em GEOGRAFIA, área:
Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL (Participação Virtual)
Departamento de Geografia / FCT/UNESP - Câmpus de Presidente Prudente

Prof. Dr. MÁRCIO JOSÉ CATELAN (Participação Virtual)
Programa de Pós-graduação em Geografia / FCT/Unesp/Presidente Prudente

Prof. Dr. ARTHUR MAGON WHITACKER (Participação Virtual)
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

Profa. Dra. ERIKA VANESSA MOREIRA SANTOS (Participação Virtual)
Geografia / UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Profa. Dra. DARLENE APARECIDA DE OLIVEIRA FERREIRA (Participação Virtual)
IGCE / UNESP/Rio Claro (SP)

Presidente Prudente, 07 de outubro de 2021


Aline da Silva Ribeiro Muniz
Supervisor Técnico de Seção

Agradecimentos

Muitos são os agradecimentos necessários para expressar a imensa gratidão que sinto diante do suporte que recebi de várias pessoas para a realização deste trabalho. Começo reconhecendo àqueles que me acompanham de perto neste tempo: amigas, amigos e familiares. Em especial à Keith, ao meu lado neste caminho em momentos difíceis e compartilhando alegrias, cada linha deste trabalho está imbuída de seu apoio, carinho e encorajamento.

Agradeço aos participantes da pesquisa, moradores e moradoras do distrito de Teçaindã, que colaboraram como informantes, responderam ao formulário e me concederam as entrevistas. Sem essas pessoas nenhuma reflexão teórica faria sentido, toda explicação seria opaca, não haveria a contradição e a curiosidade que me moveram na investigação. Ao Sr. José Carlos Daltozo por gentilmente compartilhar seu vasto conhecimento e materiais sobre o município de Martinópolis/SP. À Priscila, Carlos e Ana Lúcia por me inserirem na área de pesquisa, a partir da indicação de informantes ou apoio na logística dos trabalhos de campo. Vocês foram imprescindíveis para que esta pesquisa se tornasse real.

À orientadora desta tese, Professora Rosangela Hespanhol, que me guiou com sabedoria, paciência e ânimo por todas as fases do doutoramento e por quem nutro muito respeito e admiração. Esta parceria se iniciou na iniciação científica e contribuiu de maneira ímpar para minha formação pessoal e profissional.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), em particular àqueles que ministraram disciplinas durante o curso de doutorado. Estas me brindaram com conhecimentos essenciais para o aperfeiçoamento do projeto de pesquisa, me auxiliando na delimitação dos problemas de investigação, no entendimento teórico ou nos procedimentos metodológicos.

Aos membros da banca do Exame de Qualificação, Professora Érika Moreira Santos e Professor Márcio Catelan, cujas críticas e sugestões de aprimoramento foram essenciais para a finalização do trabalho com mais segurança e qualidade.

Aos professores e professoras que participaram da Banca de Defesa da Tese, Professora Darlene Ferreira, Professora Érika Moreira Santos, Professor Arthur Whitacker, Professor Márcio Catelan, que promoveram um momento de aprendizagem, formação, estímulo e um debate qualificado que contribui para o aperfeiçoamento do trabalho com críticas pertinentes e valiosas.

Aos membros do Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA), por sempre proporcionarem um ambiente de troca de experiências e conhecimentos.

Ao Professor Eugenio Climent-López por supervisionar o período sanduíche realizado na Universidad de Zaragoza (Unizar), pelos debates sobre o direcionamento da tese e acerca de perspectivas e métodos de investigação que enriqueceram muito este trabalho e minha visão de mundo como pesquisadora.

Aos membros, professores e professoras do Grupo de Estudios de Ordenación del Territorio (GEOT) da Unizar, por me acolherem e compartilharem seu ambiente de estudo. Menciono com estima Alberto, Célia, Eduardo, Ricardo e Rodrigo, que contribuíram para que minha estadia no exterior não fosse tão solitária e as professoras Luisa Maria Frutos e Mariluz Hernández que dispuseram de seu tempo para me conceder orientações riquíssimas sobre seus temas de estudo.

Meus agradecimentos também ao Professor Samuel Esteban (Unizar) pelo interesse demonstrado pela realidade brasileira e generosidade em compartilhar seus conhecimentos, a parceria que construímos transparece em partes fundamentais deste trabalho e trouxe grande ânimo para a continuidade desta jornada.

Aos colegas do PPGG pelo convívio e apoio, seja durante as disciplinas, nos espaços de convívio, nos momentos de troca de conhecimentos e de descontração tão importantes para que a pesquisa não se tornasse uma atividade solitária.

À sempre prestativa equipe da Seção de Pós-Graduação da FCT/Unesp, em especial Aline, que dispense muita atenção e eficiência ao atender as demandas dos estudantes.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Agradecemos pela bolsa de doutorado no país, que proporcionou a dedicação exclusiva aos estudos durante parte fundamental do processo de doutoramento e pela bolsa de estágio no exterior (Projeto Capes/PrInt/Unesp), que permitiu uma experiência única de enriquecimento científico e pessoal.

Resumo

A tese tem como tema a política de escalas em distritos municipais, compreendidos como representantes do rural concentrado. O objetivo central é investigar como se dá a produção da escala geográfica nestes espaços, abordando a sede do distrito de Teçaindã, localizado no município de Martinópolis/SP. Buscamos argumentar que essas unidades territoriais do Estado brasileiro podem ser interpretadas como uma escala para os moradores, diferenciada em relação ao outros lugares, e entendida tanto como um ponto a ser conquistado, quanto superado nos movimentos escalares. Defendemos, deste modo, que o estudo de realidades como estas deve ser considerado para a compressão de dinâmicas geográficas de espaços rurais e interioranos. Adotamos procedimentos metodológicos que combinam técnicas qualitativas e quantitativas, que incluem: revisão bibliográfica, levantamento de dados e informações secundárias, mapeamento temático, aplicação de formulários e realização de entrevistas de história de vida. Os resultados alcançados nos permitem afirmar que a sede do distrito desempenha diferentes funções na vida de seus moradores, principalmente por meio das redes familiares, serviços públicos e relação com o trabalho na agropecuária. Além disso, em seu cotidiano, a população residente se relaciona com outros espaços – rural disperso, sede municipal, Presidente Prudente – de modos distintos de acordo com suas necessidades de deslocamento, construindo a escala de maneira relacional. Sendo assim, concluímos que, como um espaço com características rurais que apresenta população concentrada, a sede do distrito de Teçaindã compõe a construção escalar de seus moradores, devendo ser considerada para a análise dos temas que perpassam a vida dessa população, tais como as questões de trabalho, terra e políticas públicas, estes caros à Geografia brasileira.

Palavras-chave: Distritos Municipais; Política de Escalas; Geografia Rural; Teçaindã/Martinópolis/SP.

Abstract

The thesis has as its theme the politics of scales in municipal districts, understood as representatives of the concentrated rural. The main objective is to investigate how the production of the geographic scale takes place in these spaces, approaching the headquarters of the district of Teçaindá, located in the municipality of Martinópolis/SP. We seek to argue that these territorial units of the Brazilian State can be interpreted as a scale for residents, differentiated from other places, and understood both as a point to be conquered and surpassed in scalar movements. We defend, therefore, that the study of realities such as these should be considered for the compression of geographic dynamics of rural and interior spaces. We adopt methodological procedures that combine qualitative and quantitative techniques, which include: literature review, data and information survey, thematic mapping, application of forms and conducting life history interviews. The results achieved allow us to state that the district headquarters plays different roles in the lives of its residents, mainly through family networks, public services and the relationship with work in agriculture. In addition, in their daily lives, the resident population interacts with other spaces – dispersed rural, municipal headquarters, Presidente Prudente – in different ways according to their displacement needs, building the scale in a relational way. Therefore, we conclude that, as a space with rural characteristics that has a concentrated population, the district headquarters of Teçaindá is part of the scalar construction of its residents, and should be considered for the analysis of themes that permeate the life of this population, such as the questions of work, land and public policies, which are important to Brazilian Geography.

Keywords: Municipal Districts; Politics of Scale; Rural Geography; Teçaindá/Martinópolis/SP.

Resumen

La tesis tiene como tema la política de escalas en los distritos municipales, entendidos como representantes de lo rural concentrado. El objetivo principal es investigar cómo se produce la producción de la escala geográfica en estos espacios, acercándose a la sede del distrito de Teçaindã, ubicado en el municipio de Martinópolis/SP. Buscamos argumentar que estas unidades territoriales del Estado brasileño pueden ser interpretadas como una escala para residentes, diferenciada de otros lugares, y entendida tanto como un punto a conquistar y superar en movimientos escalares. Defendemos, por tanto, que el estudio de realidades como estas debe ser considerado para la comprensión de la dinámica geográfica de los espacios rurales e interiores. Adoptamos procedimientos metodológicos que combinan técnicas cualitativas y cuantitativas, que incluyen: revisión de literatura, levantamiento de datos e informaciones secundarios, mapeo temático, aplicación de formularios y realización de entrevistas de historia de vida. Los resultados obtenidos mostraron que la sede distrital juega diferentes roles en la vida de sus residentes, principalmente a través de las redes familiares, los servicios públicos y la relación con el trabajo en la agricultura, además, en su vida cotidiana, la población interactúa con otros espacios - rurales dispersos, sede municipal, Presidente Prudente - de diferentes formas según sus necesidades de desplazamiento, construyendo la escala de manera relacional. Por tanto, concluimos que, como un espacio con características rurales que cuenta con una población concentrada, la sede del distrito de Teçaindã es parte de la construcción escalar de sus vecinos, y debe ser considerada para el análisis de temas que permean la vida de esta población, como las cuestiones del trabajo, la tierra y las políticas públicas, importantes para la Geografía Brasileña.

Palabras clave: Distritos Municipales; Política de escalas; Geografía rural; Teçaindã/Martinópolis/SP.

Lista de Esquemas

Esquema 1: Termos oficiais e expressões utilizados na tese	36
Esquema 2: Exercício horizontal – Aziz.	234
Esquema 3: Exercício vertical – Aziz.....	237
Esquema 4: Exercício horizontal – Bertha.	239
Esquema 5: Exercício vertical – Bertha.	249
Esquema 6: Exercício horizontal – Maria do Carmo.	251
Esquema 7: Exercício vertical – Maria do Carmo.....	255
Esquema 8: Exercício horizontal – Lea.	257
Esquema 9: Exercício vertical – Lea.	261
Esquema 10: Exercício horizontal – Sandra.....	262
Esquema 11: Exercício vertical – Sandra.	267
Esquema 12: Exercício horizontal – Milton.	269
Esquema 13: Exercício vertical – Milton.	278

Lista de Figuras

Figura 1: Croqui preenchido em campo com o número de residências da sede do distrito de Teçaindá por quarteirão (Martinópolis/SP/Brasil) (2019).....	69
Figura 2: Croqui preenchido em campo com informações sobre o uso do solo no distrito de Teçaindá (Martinópolis/SP/Brasil) (2019).	70
Figura 3: Esboço realizado em campo com os setores da vila de Teçaindá de acordo com os moradores (Martinópolis/SP/Brasil) (2019).	72
Figura 4: Planta da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio (Princípios do Século XX).	171
Figura 5: Imagem de satélite da sede do distrito de Teçaindá (Martinópolis/SP) com os setores identificados em campo a partir dos períodos de formação.	175
Figura 6: Setor 1 - Parte central da sede do distrito de Teçaindá.	178
Figura 7: Setor 2 – Primeira expansão da sede do distrito de Teçaindá.	184
Figura 8: Setor 3- Conjunto habitacional Ilton Percinoto	189
Figura 9: Setor 4 – Conjunto Habitacional “Maria Sanche”	191
Figura 10: Setores censitários rurais e urbanos do município de Martinópolis e do distrito de Teçaindá.....	217
Figura 11: Escala como tamanho.	228
Figura 12: Escala como nível.	228
Figura 13: Escala como relação.....	228

Lista de Mapas

Mapa 1: Regionalizações aplicadas à área de estudo.	105
Mapa 2: Localização do município de Martinópolis e municípios limítrofes na Mesorregião de Presidente Prudente, Estado de São Paulo e Brasil.	108
Mapa 3: Correlação entre população rural e densidade demográfica nas Mesorregiões do Estado de São Paulo (2010).	119
Mapa 4: Correlação entre a participação das mesorregiões no PIB estadual e a contribuição do setor agropecuário no PIB das mesorregiões do Estado de São Paulo (2017).	120
Mapa 5: Correlação entre IDHM e Índice de Gini nas mesorregiões do Estado de São Paulo (2010).	122
Mapa 6: Distritos não autônomos com população total inferior a 5 mil habitantes no Estado de São Paulo (2010).	123
Mapa 7: População urbana dos distritos não autônomos com população total inferior a 5 mil habitantes no Estado de São Paulo (pessoas) (2010).	132
Mapa 8: População rural dos distritos não autônomos com população total inferior a 5 mil habitantes no Estado de São Paulo (pessoas) (2010).	133
Mapa 9: Correlação distritos não-autônomos com população até 5 mil habitantes e distritos municipais com população acima de 20 mil habitantes no Estado de São Paulo (2010).	134
Mapa 10: Classificação dos municípios da Mesorregião de Presidente Prudente na REGIC (2018).	136
Mapa 11: Data de criação das sedes de distrito e municípios da Mesorregião de Presidente Prudente.	139
Mapa 12: População total dos distritos municipais não autônomos da Mesorregião de Presidente Prudente.	145
Mapa 13: População urbana e rural dos distritos municipais não autônomos da Mesorregião de Presidente Prudente.	146
Mapa 14: Classificação das vilas dos distritos municipais da mesorregião de Presidente Prudente.	150
Mapa 15: Rural disperso nos distritos municipais da mesorregião de Presidente Prudente.	156
Mapa 16: Integração municipal dos distritos municipais da mesorregião de Presidente Prudente.	158

Mapa 17: Variação populacional nos distritos municipais da mesorregião de Presidente Prudente entre 2000 e 2010.	160
Mapa 18: Classificação dos distritos municipais da mesorregião de Presidente Prudente. ...	164
Mapa 19: Uso do solo na sede do distrito de Teçaindá (Martinópolis/SP).	194
Mapa 20: Área circunvizinha à Teçaindá (distritos-sede, não-autônomos, bairros rurais, sedes de distritos e de municípios).....	199

Lista de Fotografias

Fotografia 1: Serviço de transporte em jardineiras oferecido entre José Teodoro, Presidente Prudente e Km 18 (Década de 1930).....	177
Fotografia 2: Princípios da ocupação da sede do distrito de Teçaindá (Década de 1920).	179
Fotografia 3: Área de pastagem no entorno da sede do distrito de Teçaindá.....	180
Fotografia 4: Ônibus de trabalhadores rurais e área de pastagem no entorno da sede do distrito de Teçaindá.....	180
Fotografia 5: Teçaindá na década de 1930	181
Fotografia 6: Antiga casa de comércio em Teçaindá (2019).....	181
Fotografia 7: O tímido movimento do comércio de Teçaindá (2019).....	182
Fotografia 8: Casa antiga em Teçaindá (2011).....	182
Fotografia 9: Casa de madeira na sede do distrito de Teçaindá	184
Fotografia 10: Casa de alvenaria na sede do distrito de Teçaindá.....	185
Fotografia 11: Pequena horta e criação de galinhas numa residência da sede do distrito de Teçaindá.....	186
Fotografia 12: Passagem entre duas residências na sede do distrito de Teçaindá	186
Fotografia 13: Inauguração do Conjunto Habitacional Ilton Percinoto com a presença do então governador do Estado de São Paulo, Mário Covas (Década de 1990)	190
Fotografia 14: Casa com características originais no Conjunto Habitacional Ilton Percinoto	190
Fotografia 15: Vista do Conjunto habitacional “Maria Sanche” (2011)	192
Fotografia 16: Residências com aspecto original modificado do Conjunto habitacional “Maria Sanche” (2020)	192
Fotografia 17: Aspecto atual do Bairro Cristal (Martinópolis/SP).....	240
Fotografia 18: Escola de corte e costura no bairro rural Gleba Nova (Guachos/Teçaindá), década de 1930.	241
Fotografia 19: Prática da arte marcial japonesa “Kendo” em Teçaindá, década de 1930.....	241
Fotografia 20: “Extração sem dor... !” - Caricatura do marido de Bertha atuando como dentista prático (1950).	247
Fotografia 21: Aspecto atual da Vila Santa Luzia (Martinópolis/SP).	258
Fotografia 22: Aspecto atual da Vila Martins (Martinópolis/SP).....	270

Fotografia 23: Vizinhança de classe média típica dos Estados Unidos, muito retratada no cinema hollywoodiano.	271
--	-----

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Local de trabalho dos moradores da sede do distrito (%)	203
Gráfico 2: Meio de transporte para o trabalho utilizado pelos moradores da sede do distrito.....	204
Gráfico 3: Local de utilização de serviços de saúde não emergenciais (Moradores da sede do distrito)	205
Gráfico 4: Transporte utilizado para serviços de saúde não emergenciais (Moradores da sede do distrito)	205
Gráfico 5: Local onde os moradores da sede do distrito utilizam serviços de saúde emergenciais	206
Gráfico 6: Percepção dos moradores da sede do distrito da disponibilidade do serviço de ambulância.....	206
Gráfico 7: Local de realização das compras básicas dos moradores da sede do distrito.....	207
Gráfico 8: Transporte utilizado para a realização das compras básicas pelos moradores da sede do distrito.....	208
Gráfico 9: Declaração dos moradores da sede do distrito sobre ir com frequência à cidade de Martinópolis	209
Gráfico 10: Frequência que o morador da sede do distrito vai à cidade de Martinópolis	210
Gráfico 11: Motivos de deslocamento dos moradores da sede do distrito até a cidade de Martinópolis	210
Gráfico 12: Declaração dos moradores da sede do distrito sobre ir com frequência à cidade de Presidente Prudente	211
Gráfico 13: Frequência que o morador da sede do distrito vai à cidade de Presidente Prudente	211
Gráfico 14: Motivos de deslocamento dos moradores da sede do distrito até a cidade de Presidente Prudente	212
Gráfico 15: Declaração dos moradores da sede do distrito sobre a realização de atividades de lazer	213
Gráfico 16: Local de realização das compras básicas dos moradores da sede do distrito.....	213
Gráfico 17: Declaração dos moradores da sede do distrito sobre frequentar instituições religiosas.....	214
Gráfico 18: Instituições religiosas frequentadas pelos moradores da sede do distrito	214
Gráfico 19: Pirâmide etária de Teçaindã (%) (2010)	220

Gráfico 20: Pirâmide etária da sede do distrito de Teçaindá (%) (2010)	220
Gráfico 21: Pirâmide etária da zona rural do distrito de Teçaindá (%) (2010)	221
Gráfico 22: Declaração dos moradores da sede do distrito sobre receber benefícios sociais	222
Gráfico 23: Tipos de benefícios sociais recebidos pelos moradores da sede do distrito.....	222
Gráfico 24: Declaração dos moradores da sede do distrito sobre o número de aposentadorias recebida.....	223
Gráfico 25: Declaração dos moradores da sede do distrito sobre rendimentos familiares mensais (salários mínimos)	223
Gráfico 26: Cor/raça dos moradores da sede do distrito de Teçaindá/Martinópolis/SP.....	243

Lista de Quadros

Quadro 1: Termos oficiais e expressões utilizados na tese	34
Quadro 2: Informações sobre os participantes das entrevistas de história de vida.....	67
Quadro 3: Municípios constituintes dos diferentes quadros regionais que abrangem a área de estudo.....	106
Quadro 4: Distritos não autônomos com população total inferior a 5 mil habitantes no Estado de São Paulo (2010).....	124
Quadro 5: Datas de criação e emancipação dos distritos da Mesorregião de Presidente Prudente.	140
Quadro 6: População total, urbana e rural dos distritos municipais não autônomos da Mesorregião de Presidente Prudente (2010).....	143
Quadro 7: Variáveis do critério “Vilas” para a classificação dos distritos municipais da mesorregião de Presidente Prudente.....	148
Quadro 8: Variáveis do critério “Rural disperso” para a classificação dos distritos municipais da mesorregião de Presidente Prudente	151
Quadro 9: Variáveis do critério “Relação com o município sede” para a classificação dos distritos municipais da mesorregião de Presidente Prudente.....	157
Quadro 10: Variáveis do critério “Variação populacional” para a classificação dos distritos municipais da mesorregião de Presidente Prudente	159
Quadro 11: Classificação dos distritos municipais da mesorregião de Presidente Prudente..	161

Lista de Tabelas

Tabela 1: Número de formulários aplicados em relação aos setores do distrito de Teçaindá (Martinópolis/SP/Brasil) (2019).....	73
Tabela 2: Tempo de residência na sede do distrito de Teçaindá (%).	193
Tabela 3: Local de Nascimento dos moradores da sede do distrito.....	198
Tabela 4: Moradores da sede do distrito com idade entre 18 e 65 anos que trabalham foram de casa.	201
Tabela 5: Profissão dos moradores da sede do distrito.....	202
Tabela 6: População total, urbana e rural do município de Martinópolis (1970-2010).....	218
Tabela 7: Variação populacional entre 2000 e 2010 – Distrito de Teçaindá (Martinópolis/SP)	219
Tabela 8: População residente por cor ou raça – Teçaindá (2010).....	242
Tabela 9: Local de nascimento dos pais e avós dos moradores da sede do distrito de Teçaindá/Martinópolis/SP	244

Lista de Siglas

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CF-88 – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
FCT/UNESP – Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Estadual Paulista
GEDRA – Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária
GEOT – Grupo de Estudios de Ordenación del Territorio
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PIB – Produto Interno Bruto
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPGG – Programa de Pós-Graduação em Geografia
PSF – Programa Saúde da Família
REGIC – Região de Influência das Cidades
SAP – Secretaria da Administração Penitenciária
SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SUS – Sistema Único de Saúde
UDOP – União Nacional dos Produtores de Bioenergia
USF – Unidade de Saúde da Família

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	23
1. CONCEPÇÕES METODOLÓGICAS DA PESQUISA.....	29
1.1. As perguntas e os objetivos da pesquisa	30
1.2. Uma compreensão para “sujeito”	38
1.3. Os procedimentos metodológicos (método de investigação)	61
a) Revisão bibliográfica	62
b) A escolha do local da pesquisa empírica	63
c) Levantamento de dados e informações de fonte secundária	64
d) Realização de entrevistas de histórias de vida	64
e) Mapeamento temático e preparação para a aplicação de formulários	67
f) Aplicação dos formulários	71
2. A PRODUÇÃO DA ESCALA GEOGRÁFICA E OS DISTRITOS MUNICIPAIS	75
2.1. Distritos municipais: estrutura administrativa brasileira, formação espacial da fronteira e concepções de espaço.....	75
2.2. Distritos municipais como objeto de análise e área de estudo: <i>enquanto</i> e <i>através</i> das escalas geográficas.....	83
2.3. A questão da escala nas relações entre campo e cidade: as ruralidades	95
3. A REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE E OS DISTRITOS MUNICIPAIS.....	102
3.1. O processo histórico de ocupação do Oeste Paulista e a formação da região de Presidente Prudente	109
3.2. Os distritos municipais da região de Presidente Prudente.....	123
4. O DISTRITO DE TEÇAINDÁ (MARTINÓPOLIS/SP): HISTÓRIA E CARACTERÍSTICAS.....	166
4.1. O contexto de formação do distrito de Teçaindá.....	166
4.2. Características do distrito de Teçaindá: a vila; o rural disperso, relação com o município e dinâmicas populacionais	173
a) A vila	174
b) O rural disperso	197

c) Relação com o município	203
d) Dinâmicas populacionais.....	216
5. HISTÓRIAS DE VIDA EM ESCALA: SUJEITOS DE TEÇAINDÁ	226
5.1. Escala geográfica além da abstração	226
5.2. Exercícios com escala: a história de vida dos participantes.....	230
5.3. Os sujeitos na construção escalar: elementos de contradição e cooperação.....	279
5.4. A noção de “rural concentrado” e o debate das ruralidades.....	290
CONSIDERAÇÕES FINAIS	299
REFERÊNCIAS	302
APÊNDICE	324
A. Formulário aplicado junto aos moradores e moradoras do Distrito de Teçaindá	324

INTRODUÇÃO

Durante vários momentos da realização e escrita deste trabalho, uma pergunta costumava aparecer: “Quantas pessoas, até mesmo entre as que lerão esta tese, já ouviram falar de um lugar chamado “Teçaindá”? Sabemos que são poucas. Mas, se no lugar de evocar apenas seu nome, realizarmos uma breve descrição, não é difícil que compareça nas imaginações espaciais de cada um, memórias de lugares pequenos, vilarejos, talvez de alguma “cidadezinha”, ou ainda uma noção de “interior”. É fato que cada um de nós tem uma ideia pré-concebida do que se chama de “lugarejo”, aquelas paisagens pouco habitadas, com ares de “campo”. Além de comporem parte considerável do país, se pensarmos, por exemplo, no grande número de pequenos municípios, em termos populacionais, imagens assim estão presentes nos mais diversos tipos de representações artísticas e são também “terras natais” de muitos de nós.

Inquietações desse tipo nos motivaram a empreender esta investigação. A curiosidade sobre esses lugares que, às vezes, nos dão a sensação de que pouco se fala sobre eles, ao mesmo tempo em que parecem estar por todas as partes, sinaliza para uma contradição entre o geral e o particular, que procuramos encadear no trabalho. E, ainda que, à primeira impressão, o cenário pareça ser o de “andar sobre a corda bamba”, no qual podemos, por um lado, “cair” numa interpretação de espaços assim como o resultado (transparente) de ações oriundas de outros espaços ou, de outro, como enclaves com dinâmicas extremamente singulares (e pouco prováveis), nosso objetivo também é escapar a essa dualidade. Ao articular o conceito de escala geográfica nessa contradição buscamos evidenciar o que Milton Santos (2002) já nos disse, a totalidade está sempre se “rasgando” para se reconstruir, movimentando-se entre unidade e diversidade. Ou ainda os processos de implicação mútua, a coetaneidade, como advoga Doreen Massey (2008).

Os lugares são feitos de pessoas, e os seres humanos também se constituem por uma porção de lugares. Não podemos, nesse sentido, deixar de considerar que esta tese de doutorado começa a se desenhar dentro da cabeça de uma menina que observava da janela do carro, quando se mudou da Região Metropolitana de São Paulo para o Oeste Paulista, as árvores passando, junto com o frio, que ia ficando para trás. Com essa mudança para Alfredo Marcondes, município que nos anos noventa tinha um pouco mais de três mil habitantes, cresci sendo de “outro lugar”, mesmo que não fosse de fato.

Algo ficou em mim dos poucos anos em que vivi perto da metrópole, costumes familiares ou o jeito de pronunciar alguma palavra. Também não vinha das famílias tradicionais, aquelas conhecidas por todos, sejam que davam “nomes as ruas”, as mais influentes ou as mais modestas. As crianças do município tinham muitos primos próximos, isso era motivo da minha inveja, pois tinha uma família pequena e, além disso, ninguém morava perto. Minha mãe, uma mulher divorciada, naquela realidade, mesmo nos anos noventa, era motivo do falatório de cidade pequena, ainda mais por se casar novamente com um homem mais novo, mas “imaginem só!”, apenas no civil.

Além do contexto familiar, outros elementos me diferenciavam da maioria dos colegas, um exemplo, era não ter avós por perto, o que era compensando com as viagens de férias para visita-los, coisa rara para muitos, mas me aproximava de outras crianças que também haviam se mudado para o interior há pouco tempo. Entretanto, a maior parte da infância e adolescência eu vivi ali, na cidade pequena. Essa diferença, ter vindo de uma cidade grande, notada por alguns, não foi predominante na minha personalidade ou na maneira que passei a enxergar o mundo. E, tampouco, na forma como quem era (“mesmo”) da metrópole, me via. Isso foi percebido quando ingressei no curso de Geografia da FCT/Unesp, uma graduação muito bem avaliada, que atrai alunos de todo o Estado de São Paulo, e inclusive alguns de outros estados. Puxando na memória e me permitindo uma classificação sem fundo científico, me recordo de alguns grupos: aqueles que vieram da capital ou região metropolitana e da cidade de Campinas; os que eram de cidades pequenas ou da zona rural, mas de outras regiões, estes tinham algo de parecido com os que eram da região de Presidente Prudente, mas podiam se diferenciar pelo sotaque ou por viajarem nos finais de semana ou feriados para visitarem a família; os que eram da cidade de Presidente Prudente e os que eram de “cidade de fora”.

Essa categoria, os de “cidade de fora”, sempre me chamou muita atenção. Em primeiro lugar, éramos os que chegavam mais cedo à aula. A cronista Vanessa Bárbara escreveu sobre sua terra natal, o distrito de Mandaqui, na Zona Norte de São Paulo em “O mandaquiense” (2010), e relatou uma característica de seu povo que poderia ser aplicado para os de “cidade de fora”:

Hoje se sabe que o mandaquiense típico não é pontual: sempre chega com escandalosa antecedência, como se considerasse o ônibus quebrado, a enchente no caminho, a manada de ovelhas interditando o farol. A antecipação oscila entre quinze e sessenta minutos, com picos de até duas horas, e o mandaquiense, invariavelmente aflito, vai procurar uma padaria para tomar um suco enquanto o compromisso não vem. [...] Ele lê muito, pois de Santana ao Mandaqui os ônibus tendem a ficar presos no tráfego (p. 9-10).

Os ônibus chegavam bem antes da aula começar. Muitos dos que eram de “cidade de fora” tomavam conduções providas pelas prefeituras ou, em alguns casos, fretadas pelos alunos, estas levavam os estudantes para todas as universidades ou escolas técnicas de Presidente Prudente, e tinham que cumprir o itinerário a tempo para que nenhum se atrasasse. Por outro lado, muitas vezes, os estudantes de “cidade de fora” precisavam sair antes do término da aula, principalmente no período noturno, pois não se podia perder o único transporte de volta para casa. Isto não significava, tampouco, retornar cedo ao lar. Considerando as diferentes distâncias, esse trajeto podia durar até duas horas, muito mais tempo se comparado aos alunos que viviam nas repúblicas na cidade de Presidente Prudente.

Coisas assim faziam com que nos identificássemos, pois andávamos com as mochilas com a “casa dentro”, principalmente quando precisávamos passar a tarde na biblioteca realizando os trabalhos em grupo. Após essas longas sessões de estudo, contávamos com a ajuda dos colegas para fazer um lanche em suas casas antes da aula ou ainda um abrigo, quando o mais temido acontecia, e perdíamos aquela última condução; para os paulistanos existia uma curiosa relação entre o nosso sotaque e o nome de alguns dos municípios: “Alfredo MaRcondes”, “Presidente BeRnardes”, “MaRtinópolis”...; algumas vezes podíamos ser identificados pelas vestimentas, que destoavam do visual mais “relaxado” da Geografia da Unesp, composto quase que obrigatoriamente pelos chinelos “de tira” e shorts, afinal, fazíamos uma pequena viagem para estar na universidade, que exigia, no mínimo, calça jeans e tênis.

Ao refazer essas observações hoje, vejo que, em nossa relação com a Unesp, estávamos construindo uma relação espacial e de escala, uma construção com particularidades em comparação aos alunos de outros lugares, diferentes espacialidades, a partir de nossas vivências anteriores: os de Presidente Prudente lidavam com questões diferentes, como o transporte urbano municipal ou o fato de morarem com os pais, que podia ser um fator limitador, por não terem as mesmas liberdades daqueles que estavam vivendo sozinhos pela primeira vez, ou de vantagem, já que não tinham que lidar com todas as questões negativas que podem surgir ao se dividir a casa com outros jovens; os de municípios mais distantes sentiam a falta das famílias que nem sempre podiam visitar; e os das cidades grandes sofriam ao se adaptar à uma cidade menor, sem tantas opções de lazer, cinemas, livrarias ou mesmo trabalho.

Estudar os distritos municipais, ainda no final da graduação, resulta dessa curiosidade que sempre esteve em mim, uma percepção de que os lugares são diferentes, mas, ao mesmo tempo, parecidos. Relaciona-se com minha mudança, ainda criança para o interior, do

movimento pendular que fiz diariamente para estudar por um bom tempo, que me fazia perceber que tinha coisas em comum com alguns estudantes e diferenças com outros, da convivência com pessoas de outros lugares, que mesmo tendo vivido a vida toda em uma grande metrópole, tinham avós que eram do interior e também podiam se identificar com algumas vivências minhas, da mesma forma que eu tinha avós na cidade grande e conhecia algumas das coisas que eles relatavam.

Lugares feitos de pessoas, e elas, de lugares. Quando me intriguei com o fato de pouco ter lido ou ouvido falar dos distritos municipais, senti que havia ali um problema científico, relações e dinâmicas espaciais que precisavam ser explicadas. Senti também que haviam histórias a serem contadas, particulares, mas ao mesmo tempo universais. Trajetórias pessoais que explicariam esses lugares, e que também podem nos ajudar a entender o mundo. Por isso a articulação com o conceito de escala e a definição do objetivo geral da tese que é identificar como se dá a produção da escala geográfica em distritos municipais.

Com esta curiosidade, cheguei à definição do distrito de Teçaindã (Martinópolis/SP) como área de estudo da pesquisa. Ao iniciar o curso de doutorado e com o interesse de aprofundar a pesquisa realizada no mestrado sobre distritos municipais, busquei no meu círculo de amigas e amigos aqueles que viviam ou tinham familiares que residissem em distritos municipais. Essa era uma estratégia pensada na perspectiva da pesquisa qualitativa que tínhamos a intenção de aplicar na investigação, uma vez que eu nunca vivi em um distrito municipal, precisava de auxílio para facilitar minhas entradas no campo. Tive um retorno considerável, muitos colegas oriundos da região de Presidente Prudente tinham parentes ou amigos que viviam em algum distrito. Diante das opções, considerando a escolha da mesorregião de Presidente Prudente, devido ao histórico de sua ocupação – época em que ocorreu (primeira metade do século XX) e o papel que povoados tiveram nesse processo –, e realizando um levantamento prévio na bibliografia existente e em informações disponíveis *online*, a fim de constatar as possibilidades analíticas da seleção, optamos por selecionar o distrito em que tínhamos mais conhecidos residindo ali.

Na primeira vez que fui à Teçaindã me vi num “causo” típico daqueles que professores de Geografia usam para explicar o que é a globalização e suas contradições: havia programado com um dos informantes de realizar uma visita exploratória, na qual ele me apresentaria alguns possíveis entrevistados e eu aproveitaria para conhecer a área, sem nenhuma referência de onde localizava-se sua residência fui ao distrito com o trato de lhe telefonar quando chegasse. Não

contava que minha operadora de telefonia celular, aquela que diz não ter fronteiras, as tinha. Sem o recurso tecnológico, restava pedir informações para os moradores. Ainda que poucos fossem vistos nas ruas, me deparei com um pequeno grupo de senhores que aproveitavam o domingo aliviando o calor do verão do Oeste-Paulista com uma cervejinha num boteco com cara de improvisado. Era meio casa, meio estabelecimento comercial. Mas, cumpria os “requisitos” de boteco “de bairro”, ambiente simples para se reunir com os vizinhos, não eram mais que seis, todos homens, evidentemente, distribuídos em poucas cadeiras e alguns em pé. Durante minha infância e adolescência, quando circulava pelas ruas da sede do município onde cresci, sempre tinha que mudar de calçada para não passar na “frente de bar”, como recomendava minha mãe, já que era um ambiente considerado, muito acertadamente por ela, inadequado para uma criança. A única exceção é quando avistava meu avô, um aficionado nas atividades que os botecos promoviam além do consumo de bebida alcoólica, sinuca e jogos de carta, tal qual a famosa “cacheta”. Se eu o visse podia ir até lá, e ia geralmente com a intenção de ganhar doces. Novamente, não pude deixar de achar a situação anedótica, aqui estava eu, descumprindo essa recomendação materna, por motivos profissionais.

Minha presença evidentemente já havia sido notada, um carro desconhecido pelos moradores – que sabem quais são os veículos que circulam pela vizinhança –, e ocupantes também incógnitos. “Será que é a “menina” do *fulano*?”, alguns se perguntavam. Logo, que fiz a abordagem, se disponibilizavam a ajudar, pedindo mais referências para saber de quem se tratava, “Mas, de “qual” você está falando?”, praticamente um jogo de adivinhação para animar aquela tarde. Já que havia mais de uma pessoa com o mesmo nome, era necessário a associação com algum parente ou acrescentar o grau do substantivo correto (descobri mais tarde, era o diminutivo, nunca usado no contexto em que nos conhecemos). Não tinha essas informações, mas, logo me lembrei que no aplicativo de mensagens havia uma fotografia em seu perfil, “Ah é o neto da dona ciclana”. Enfim, os moradores indicaram a localização da residência do informante e eu pude dar continuidade a esta jornada.

Em situações como essa vi que minha experiência de vida crescendo num município pequeno tinha muito em comum com a vida no distrito. A comunicação diferenciada, difícil em termos tecnológicos, mas facilitada no trato entre as pessoas é um exemplo. Questões assim foram me ajudando a compreender que espaços que podem ser considerados diferentes, oficialmente ou dentro de categorias explicativas, apresentam muitas semelhanças. Aspectos

que, em minha visão de estudante, não eram ainda suficientemente abordados no que eu lia ou ainda me deixava inquietações.

Este é o resultado da tentativa de construir uma narrativa científica sobre os distritos municipais que venho construindo como uma pesquisadora em Geografia, principalmente desde o mestrado. Inicialmente contam nossas motivações científicas e os caminhos metodológicos traçados para esta jornada no primeiro capítulo. No segundo, realizamos uma revisão teórica sobre o conceito de escala, evidenciando as formas em que buscamos articular com o objeto de estudo e temas relacionados, como as ruralidades. A região escolhida para o estudo é apresentada no capítulo 3, no qual também se insere uma classificação dos distritos municipais da região. No quarto e no quinto capítulo dedicamos aos dados e informações construídas nos trabalhos de campo, primeiramente fazemos uma apresentação e análise do distrito de Teçaindá e, no último capítulo, contemplamos as entrevistas de história de vida e o debate sobre a escala geográfica. Por fim, as conclusões, referências bibliográficas e apêndices são apresentados.

1. CONCEPÇÕES METODOLÓGICAS DA PESQUISA

O delineamento metodológico da pesquisa é visto por nós como uma “rodovia” duplicada, na qual, as duas vias são distintas, mas vão para a mesma direção. Falamos das orientações que seguimos para a realização da investigação no nível teórico e no nível operacional, aquelas que nos conduzem para a problematização do tema, a delimitação dos objetivos, bem como a interpretação dos resultados, estes oriundos de práticas pensadas a partir do que foi balizado pelas reflexões teóricas. Neste capítulo nosso objetivo é apresentar e debater estes caminhos e os passos adotados para alcançar os resultados apresentados nos demais capítulos.

Essa distinção pode ser encontrada em Marconi e Lakatos (2003) ao indicarem que a palavra *método* deve ser compreendida no singular e no plural, estando a diferença entre os termos assentada nos níveis de inspiração filosófica, ao grau de abstração, à finalidade, sendo mais ou menos explicativos, à ação e ao momento em que se situam nas etapas mais concretas da investigação. O Método, nesse caso, refere-se a “uma abordagem mais ampla, em nível de abstração mais elevado, dos fenômenos da natureza e da sociedade” (MARCONI, LAKATOS, 2003, p. 106), podendo ser mais bem adjetivado como *método de abordagem*. Já no plural, temos os *métodos de procedimento*, que são as etapas mais concretas da pesquisa, suas finalidades são mais restritas no que diz respeito à explicação geral dos fenômenos e, frequentemente, menos abstratas: “Pressupõem uma atitude concreta em relação ao fenômeno e estão limitados a um domínio particular” (p. 106).

Na Geografia, de modo específico, encontramos construção similar em Moraes e Costa (1987). Escrevendo a respeito da renovação crítica da Geografia, os autores buscam explicitar a compreensão dos termos *método* e *metodologia*, utilizando as expressões: *método de interpretação* e *método de pesquisa*. O método de interpretação advém da própria visão de mundo do pesquisador, é a sistematização “das formas de ver o real, a representação lógica e racional do entendimento que se tem do mundo e da vida” (p. 27). Abarca, desse modo, as posturas filosóficas e a posição política do cientista. Para os autores, o método é o elo entre os vários campos da ciência e deste com a filosofia: “o arcabouço intelectual sobre o qual repousa qualquer conhecimento científico” (p. 27). O método de pesquisa, por sua vez, é definido pelos autores como o conjunto de técnicas que são utilizadas em um estudo, que não são necessariamente relacionadas aos fundamentos filosóficos de uma pesquisa.

Sendo assim, temos nessa “rodovia”, a via do método e a da metodologia. No primeiro caso, buscamos situar a investigação num quadro maior dentro da Ciência Geográfica – e das Ciências Humanas, de um modo geral -, nos localizar em relação às teorias, conceitos e temas que estão em desenvolvimento e discussão na área, além disso, demarcamos os pressupostos teóricos que embasam as análises propostas, nossos objetivos, área de estudo, justificativa da escolha do tema e relevância social e científica. No segundo, temos a operacionalização da investigação, que inclui a seleção de obras de referência que vão nos aprofundar no entendimento do nosso campo de estudo, e os procedimentos práticos, empíricos, para a produção de dados e informações.

Utilizar a analogia da rodovia não significa dizer que estamos concebendo um caminho linear. A construção da pesquisa é cheia de retornos, muitas vezes nos deparamos com ruas sem saída, e sem dúvidas com alguns cruzamentos, confluências e disjunções. Considerando que são essas as vias que percorreremos ao longo da tese, aqui apresentaremos, o método de interpretação, os pressupostos que nos guiaram na formatação do projeto inicial, na forma das questões que motivaram sua escrita, e do método de pesquisa, o processo empreendido para sua execução, de modo que, nessa estrada imaginária, as vias devem se entrecruzar para a análise dos resultados.

1.1. As perguntas e os objetivos da pesquisa

A fim de delimitar uma questão que funcionasse como uma bússola para a realização da pesquisa pensamos numa pergunta sintética e objetiva, que pudesse ser desmembrada e/ou ampliada, de acordo com os nossos objetivos, esta questão é: “Como a escala geográfica é produzida por moradores de distritos municipais?”

Antes de adentrar em sua explicação, precisamos expor que essa pergunta não é inata. Ela é resultado da reflexão sobre a pesquisa realizada no mestrado (ANTUNES, 2016), que também abordou os distritos municipais brasileiros, e que, ao final, deixou em nós o sentimento de que era necessário aprofundar, ir além do que aquele momento de formação nos permitiu.

Naquela ocasião, buscamos, em primeiro lugar, uma definição do que são os distritos municipais. Essa procura veio, exatamente, diante do sentido vago que percebíamos a respeito das explicações do que seriam essas unidades, de como apresentar um entendimento, rápido e claro, sobre eles. A escassez de trabalhos acadêmicos que se debruçavam sobre o tema poderia

ter nos deixado com a sensação de que a compreensão do que era um distrito municipal era algo *óbvio*, que não precisava de maiores explicações, estava implícito. Porém, resolvemos *desconfiar* e vimos que entender os significados dessa divisão territorial para o espaço geográfico brasileiro revela questões bastante complexas.

A definição, então, dessa categoria da divisão política-administrativa brasileira, é de: *subdivisão do município*. No Brasil, os municípios são constituídos, de modo geral, por um distrito-sede, onde está situado o poder municipal, e podem apresentar mais distritos constituindo seus territórios. Entretanto, assim como o “município” apresenta diversas configurações, podemos encontrar variadas situações sob o nome de “distrito municipal”, a citar: o reconhecimento por parte do Estado de uma população concentrada ou de áreas que necessitam de atenção especial ou práticas de planejamento específico. Essa é a definição difundida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Citando a sinopse do Censo Demográfico de 2010, podemos demarcar os distritos municipais como “unidades administrativas dos municípios” (IBGE, 2011, p. 24-25).

Diante disso, se fez necessário recortar, dentre essas possibilidades, distritos que se correlacionassem com a nossa subárea de estudos desde a graduação, a Geografia Rural. Quais eram os distritos que nos despertaram a atenção nesse amplo universo de situações que tal definição genérica poderia abarcar? De certo, estávamos falando de espaços esparsamente povoados, marcados por ruralidades, com relações diretas ou indiretas com a agricultura, características, dentre outras, dos espaços rurais brasileiros.

Para o encaminhamento da investigação, procuramos articular as elaborações de Santos (1985) e Côrrea (2011) sobre o conceito de “organização espacial”, com a realidade dos distritos municipais com as características descritas – por meio da pesquisa empírica nos distritos de Jamaica e Jaciporã (Dracena/SP). A organização espacial sendo compreendida como as formas e as interações (entre pessoas, mercadorias, capitais, informações) que moldam o espaço, o conjunto indissociável de objetos e ações. A proposta de Santos (1985) é que se estude a organização espacial por meio de *estrutura, processo, forma e função*.

Identificamos, portanto, como *estrutura*, as dinâmicas capitalistas no território brasileiro no século XX e XXI, seus *processos* são a urbanização (e as particularidades do caso nacional, articulando-se aqui a discussão de município e poder local) e as dinâmicas de expansão em fronteiras agrícolas (incluindo-se os debates sobre a interiorização da economia, incorporação de novas terras à economia capitalista, e a ideia de “modernização” do território). No caso das

formas e suas *funções*, adotamos o exercício de periodização, no qual, elencamos que a expansão da cafeicultura, demandou o surgimento de núcleos de povoamento, marcado aí o primeiro período para os distritos estudados, que surgiram como “pontos de apoio” às atividades relacionadas à agricultura, e foram reconhecidos pelo seu “potencial” em tornarem-se municípios – uma vez que esta é, no nosso país, o meio de constituir “legalidade” à urbanização – tornando-se, oficialmente, distritos municipais.

Com a decadência da cultura agrícola determinante na fundação e a não elevação à categoria de município, os distritos estudados foram assumindo, na mesma *forma* – pequenos povoados, com concentração de poucas casas, prédios comerciais, praça central, Igreja Católica, num primeiro momento, e as evangélicas, nos períodos mais recentes, no pequeno traçado de ruas – novas funções, a saber, na atualidade, a de moradia para trabalhadores urbanos ou das áreas rurais circundantes e de oferta de serviços públicos básicos (escolas até o nível fundamental e postos de saúde para os primeiros atendimentos), além de uma função comercial incipiente, acionada em caso de necessidade pelos moradores.

Constatamos que essas novas funções derivam de uma diferenciação, construída pelos moradores, identificada e nomeada por nós, entre o *rural disperso* e o *rural concentrado*. Encontramos nos estudos clássicos da Geografia, como Albert Demangeon (1927) e Pierre Monbeig (1940), a divisão do *habitat* rural entre: disperso, composto por casas de campo e lavouras e que se distribuem de forma isolada pelo espaço agrário, espaço de vida de famílias de agricultores, seus animais e equipamentos; e *habitat* concentrado, por sua vez, encontrado quando há agrupamentos de várias casas em meio aos campos (ARILLA, URIBEONDO, YANCI, PRECIADO, 1991). No Brasil, pesquisas como a de Muller (1951) e Candido (1964), se dedicaram a analisar as diferentes manifestações desses tipos de *habitat* rural no Estado de São Paulo, evidenciando a relação entre dispersão, forma de distribuição da terra e localização em relação aos núcleos urbanos, para citar alguns dos fatores explicativos (WANDERLEY, 2004).

Essa construção se deve, para além de uma observação em *lócus*, do contato com a realidade argentina¹, onde, o Estado da Argentina, diferentemente do Brasil, divide o “rural” em duas categorias: disperso e aglomerado, este utilizado para localidades com população

¹ Contato realizado através do estágio de pesquisa no exterior, realizado por meio da concessão da Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE) pelo Processo FAPESP nº 2015/00931-0, no Grupo de Estudios sobre Población y Territorio (GESPyT) da Universidad Nacional de Mar del Plata (UNMDP), sob a supervisão da Profa. Dra. Claudia Andrea Mikkelsen.

inferior a dois mil habitantes (limiar inferior para a categorização em urbano), geralmente, localizado, no que se denomina naquele país, de “localidades menores” (BENEDETTI, 2012; VAPÑARSKY, 2004). Por parte do Estado brasileiro, por sua vez, não há na estrutura política administrativa o reconhecimento das manifestações do rural com população concentrada, uma vez que, os municípios são sempre compostos por uma zona urbana, pois é aí onde se localiza a sede municipal – sem “cidade”, não há município.

O IBGE, cabe mencionar, vem realizando estudos no sentido de aprimorar o debate sobre o rural e o urbano no país. A publicação “Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação” (IBGE, 2017), por exemplo, busca apresentar uma tipologia rural-urbano na escala municipal. Esse órgão também utiliza algumas denominações em que reconhece formas diferenciadas dentro das zonas rurais. Um exemplo é o “aglomerado rural”, que é definido como um agrupamento populacional caracterizado por um conjunto de edificações adjacentes numa área legalmente definida como rural (IBGE, 2011). Todavia, o grosso das estatísticas divulgadas pelo órgão adotam a divisão oficial baseada no perímetro urbano, que são preponderantes na administração pública, como explicaremos a seguir.

Ainda assim, identificamos que a ideia de rural concentrado poderia ser associada aos distritos municipais brasileiros, com as características que mencionamos. Nas caracterizações oficiais, que dividem os distritos por meio da aplicação da Lei do Perímetro Urbano, os distritos são divididos em “zona rural” e “zona urbana”, a primeira engloba o que conhecemos como “campo” e a segunda o povoado sede. Apesar dessa classificação, não identificamos o que, nos termos da Geografia, se considera urbano conceitualmente, tampouco deixamos de averiguar diferenças em relação ao conteúdo da “zona rural”.

Essa diferenciação empreendida pelos moradores resultou na escolha das sedes dos distritos não autônomos (vilas) como local de moradia, em detrimento da área rural dispersa, por se apresentarem ali algumas amenidades para o cotidiano da população, tais como a presença de vizinhos próximos e os serviços básicos ofertados. Nessa relação, identificamos um “problema de escala”. Ao empreender novas leituras, sobretudo no que diz respeito à escala como uma construção social (MARSTON, 2000; SMITH, 2000; SWYNGEDOUW, 2003), creditando a este conceito a possibilidade de gerar os aprofundamentos necessários para melhor elucidar algumas questões que não ficaram respondidas, principalmente, aquelas que explicariam a permanência desses espaços, apesar das tendências ao seu despovoamento.

A fim de guiar a leitura deste trabalho, elaboramos o quadro 1 e o esquema de figuras 1 apresentado a seguir, com os termos utilizados por nós, que são derivados das definições oficiais adotadas pelo Estado brasileiro e órgão de pesquisa, sobretudo o IBGE. Sabemos que há casos específicos que apresentam variações dentro dessas concepções, devido a diferenças regionais ou porte populacional da localidade em questão. Sendo assim, nos atemos aos aspectos gerais do que prega a legislação e como está aplicada na área de estudo. Adicionalmente acrescentamos alguns sinônimos e termos correlatos que utilizamos ao longo do trabalho, tanto para melhor delimitação e entendimento científico, conforme estamos interpretando a realidade de pesquisa, quanto por finalidade de estilo, no sentido de evitar a repetição de palavras.

Quadro 1: Termos oficiais e expressões utilizados na tese

Termo/Expressão	Significado
Município	Menor ente dotado de autonomia da Federação.
Distrito municipal	Uma subdivisão do município. Administrativamente, todos os municípios são subdivididos em distritos, mesmo que compostos apenas pelo distrito-sede.
Distrito-sede	Distrito municipal onde se localiza a sede do poder municipal (zona urbana), podendo abarcar também sua zona rural. O distrito-sede abarca em sua zona urbana, a sede municipal, que corresponde a cidade que dá nome ao município.
Distrito não-autônomo	Quando o município é formado por mais de um distrito, àqueles que não são o distrito-sede, não subordinados administrativamente a este. Os distritos municipais não-autônomos podem ser divididos em zona urbana e rural; a sede do distrito corresponde a sua zona urbana, onde pode existir uma vila, nunca uma cidade (oficialmente).
Cidade	No sentido oficial, refere-se a zona urbana do distrito-sede, podendo corresponder ou não, a uma área urbanizada, de acordo com os critérios científicos; Sede municipal.

Continua.

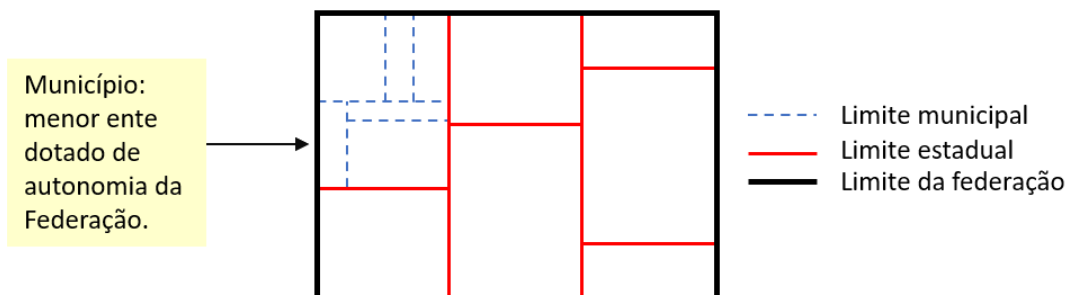
Continuação Quadro 1.

Termo/Expressão	Significado
Vila	No sentido oficial, refere-se a zona urbana dos distritos municipais não-autônomos, podendo corresponder a um povoado ou não, apresentar urbanização ou não; Sede distrital. Na área de estudo, podemos utilizar a denominação “rural concentrado” para discutir as vilas/sedes distritais considerando suas características espaciais alinhadas às ruralidades. Obs.: Essa expressão (rural concentrado) também pode ser utilizada para sedes municipais de municípios de pequeno porte populacional ou para povoados independentemente da zona em que se localizam.
Zona urbana	Interior da área delimitada como Perímetro Urbano; Se for de um distrito-sede corresponde à sede municipal. Se tratar-se de um distrito não-autônomo tem-se uma sede distrital. No caso das sedes municipais, em geral a zona urbana abarca a “cidade” (local onde se encontra arruamento, casas, comércio etc.) e uma área prevista para expansão, por isso podemos utilizar também essa expressão como sinônimo de cidade (no sentido legal) ao longo do texto. Em distritos municipais não-autônomos, a zona urbana vai abranger a “vila”, ou seja, a sede distrital.
Zona rural	Exterior da área delimitada como Perímetro Urbano; Campo. Ao longo da tese, utilizamos em algumas passagens a expressão “rural disperso”, como diferenciação das áreas com características rurais, mas que tem o <i>status</i>, devido a legislação, de urbano, ou seja, estão nas zonas urbanas (as quais chamamos de “rural concentrado”); Ainda assim, cabe dizer, há áreas nas zonas rurais que apresentam padrão de organização espacial em aglomeração (com arruamento, proximidade de casas, etc.), mas que não foram reconhecidas como vilas pelo poder público e também podem ser consideradas como “rural concentrado” e pertencer a zonas rurais.

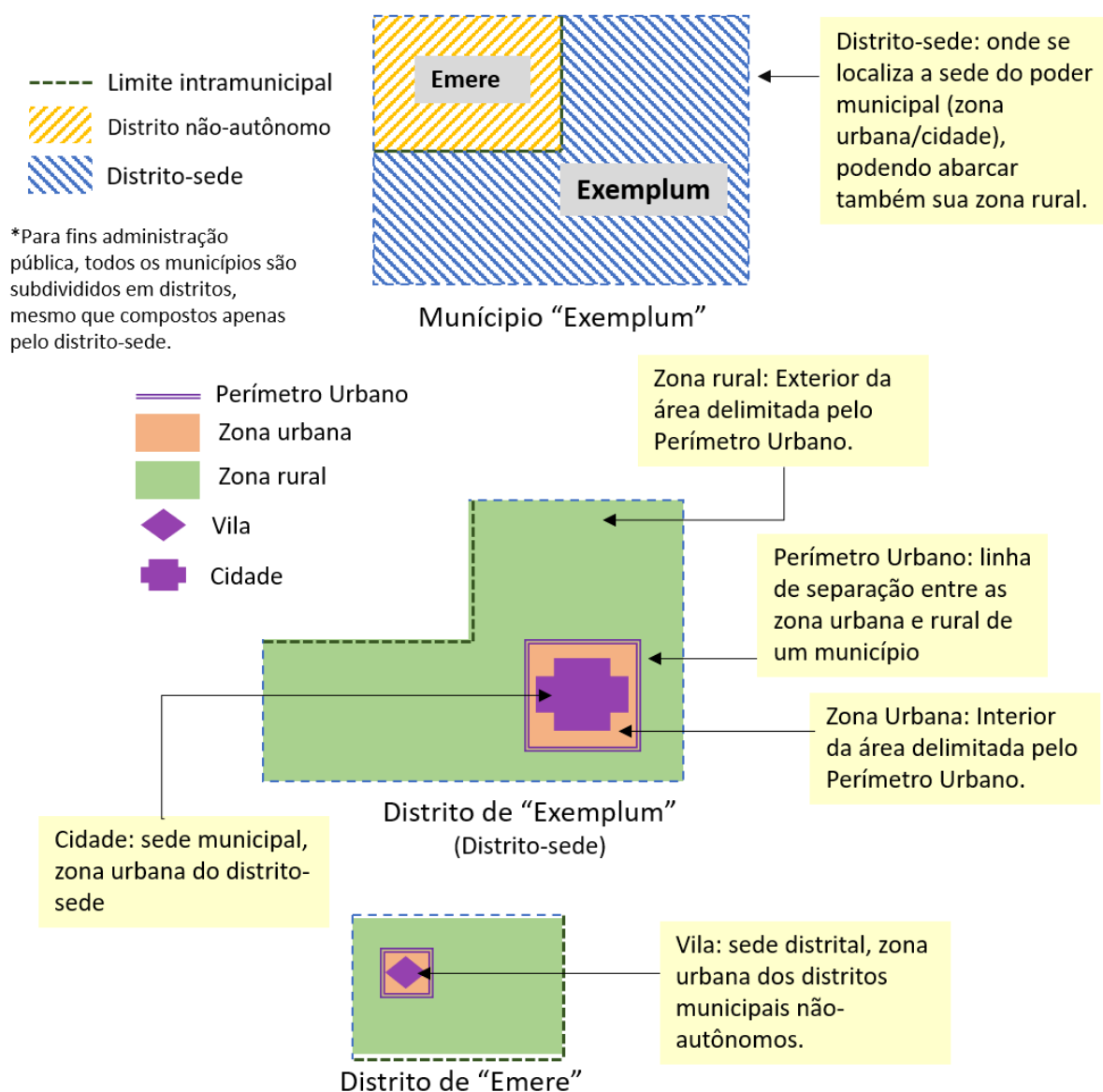
Fonte: IBGE, 2011. Elaboração própria.

Esquema 1: Termos oficiais e expressões utilizados na tese

O Brasil organiza-se em três níveis de federativos: união, estados e municípios.



Os municípios são divididos em distritos municipais*



Fonte: IBGE, 2011. Elaboração própria.

Outros pontos que chegamos ao final do mestrado e se imbricavam no debate da escala geográfica, além dos próprios questionamentos em relação à constituição dos distritos como uma escala geográfica, eram as atividades agroindustriais do município estudado, que, em certa medida, contribuíam para o despovoamento do rural disperso, e estavam relacionadas mais a outras escalas, conectadas com espaços mais longínquos, e pouco se relacionando com os moradores dos distritos (haja vista o contexto de mecanização do corte de cana-de-açúcar, sobretudo) e as relações com os municípios sede, que no caso da nossa área de estudo, que abarca realidades interioranas, costumam ser de médio a pequeno porte populacional.

Diante disso, delimitamos para a tese de doutorado, o seguinte **objetivo central**: Identificar como se dá a produção da escala geográfica em distritos municipais. E os **objetivos específicos** são:

- a) Compreender a produção dos distritos municipais como uma escala oficial dentro da divisão territorial brasileira;
- b) Apreender o papel dos distritos municipais na escala regional;
- c) Analisar os sentidos e interpretações do distrito municipal selecionado para a análise a partir de seus moradores e de seus movimentos escalares.

Sendo assim, retomando a questão central – “Como a escala geográfica é produzida por moradores de distritos municipais? – a desdobramos, à medida que precisamos melhor delimitá-la e torná-la operacional, em outros questionamentos: Os distritos municipais se constituem como uma escala? Os distritos municipais são uma escala para os seus moradores? Como a escala geográfica é produzida por moradores de distritos municipais? Existem particularidades nas experiências de espaço de moradores de distritos municipais? Quais são os limites ou resistências espaciais apreendidas em relação ao distrito?

A partir dessas questões lançamos a hipótese de que os distritos municipais se constituem numa escala para os moradores, identificada em suas diferenças em relação a outros lugares (o espaço rural disperso, a cidade pequena, a capital regional etc.), sendo ao mesmo tempo um espaço conquistado, ponto de partida e de superação nesses movimentos escalares. Com base nessa hipótese, defendemos a tese de que o estudo das dinâmicas geográficas dos espaços rurais e interioranos deve levar em consideração espaços como os distritos municipais, entendidos como representantes do rural concentrado. Essa ideia se desdobra em três pontos: 1. é necessário questionar as escalas oficiais estabelecidas pelo Estado, não aceitando-as como inatas e investigando o que elas revelam e o que ocultam; 2. o entendimento do rural

concentrado contribui para complexificar o debate, sobretudo, quando defendemos um rural povoado, junto aos temas da reforma agrária e da sustentabilidade socioambiental; 3. reconhecer a diversidade de formas do espaço rural nos ajuda a superar dicotomias ainda enraizadas no entender das relações entre campo e cidade.

Os questionamentos levantados implicaram na necessidade de articular o conceito de escala ao de espaço e de poder, escolhendo um grupo para a realização da pesquisa, focado em sujeitos identificados com os distritos municipais, em suas histórias de vida em torno dessa escala criada pelo Estado brasileiro (num contexto específico). Sendo assim, suas primeiras implicações resultam em definir o que entendemos por distritos municipais, por escala e por moradores. O primeiro, que foi objeto de estudo da nossa dissertação de mestrado, refere-se à uma divisão político-administrativa brasileira, trabalharemos com os limites dessa definição e os significados possíveis a partir da nossa área de estudo ao longo de todo o trabalho; o segundo, no sentido que está sendo articulado aqui, é uma resolução, um modo de enquadrar realidades espaciais, o conceito será debatido no segundo capítulo; e, com moradores, estamos nos referindo a quem vive e constrói esses espaços cotidianamente, o que remete à questão do sujeito em Geografia, discussão que buscamos adentrar na seção seguinte.

1.2. Uma compreensão para “sujeito”

A conceituação de escala que adotaremos no presente trabalho, bem como, parte dos procedimentos metodológicos, conforme explicaremos a seguir, nos coloca diante da necessidade de delimitar uma compreensão para sujeito dentro da Geografia. Para tanto, iniciamos buscando delineamentos gerais dentro do que a filosofia, e outras áreas afins, têm construído sobre a questão. No dicionário de filosofia de Nicola Abbagnano, 2000[1966], p. 929) encontramos duas concepções:

1º aquilo de que se fala ou a que se atribuem qualidades ou determinações ou a que são inerentes qualidades ou determinações; 2º o eu, o espírito ou a consciência, como princípio determinante do mundo do conhecimento ou da ação, ou ao menos como capacidade de iniciativa em tal mundo.

O autor prossegue explicando que ambos significados se mantêm no uso corrente do termo: um na terminologia gramatical ou no conceito de sujeito como tema ou assunto de um

discurso; e o outro como a “capacidade autônoma de relações ou de iniciativas, capacidade que é contraposta ao simples ser “objeto” ou parte passiva de tais relações” (p. 930).

O primeiro significado advém da Filosofia Antiga. No Dicionário Básico de Filosofia de Japiassu e Marcondes (1990), os autores explicam que esse sentido esteve presente, principalmente, em Aristóteles como substância do ser real, suporte de atributos, aquilo de que tudo mais se afirma. Daí que, portanto, vem o uso do termo na gramática. Esse entendimento para sujeito, oriundo dos gregos, permanece inalterado através de uma longa tradição, desde os escritores medievais, passando por Hobbes, Locke, Hume, Leibniz e chegando à Kant, não há mudanças substanciais, “sujeito é entendido como a substância à qual inerem determinados caracteres ou da qual emanam determinadas atividades” (ABBAGNANO, 2000 [1966], p. 931).

Lima (2014, p. 245) explica que a etimologia de sujeito vem do latim, *subjectus* = “situado abaixo”. Vemos então que este significado dá origem a um de seus usos mais comuns, ou seja, o de “estar sujeito” ou “sujeitado”, a ação de subordinar-se (“sujeitar-se”) ou mesmo no sentido pejorativo, “daquele que não tem nome”, “indeterminado” ou “que o nome não se pronuncia”. Prova disso, como complementa o autor, são os termos associados à palavra nos dicionários, que remetem à escravidão ou vassalagem.

Para melhor compreender essa relação, devemos considerar a estrutura da sociedade em que o termo surgiu, na qual, explica Lima (2014), o sujeito era aquele que exercia alguma atividade prática. Conforme explana Arendt (2004), na antiguidade grega, dentre os três modos de vida possíveis de serem escolhidos por indivíduos em condição de liberdade (a dedicação para o *belo*, para a *pólis*, ou a vida do *filósofo*) nenhum considerava a dedicação para garantir as condições básicas de sobrevivência do ser humano, eliminando não somente o trabalho escravo, como o ofício de artesãos livres e de mercadores: “[...] excluía todos aqueles que, involuntária ou voluntariamente, permanente ou temporariamente, já não podiam dispor em liberdade de seus movimentos e ações” (p. 24).

As atividades reflexivas, de contemplação ou políticas não eram consideradas atributos do sujeito, advindo daí, portanto, seu sentido depreciativo:

Sujeito, para o pensamento antigo, é quem exerce algum tipo de atividade prática. A sujeição da atividade prática à materialidade (tomada aqui em seu sentido ordinário), torna o homem dependente das faculdades sensíveis e das coisas, daí por que tal atividade era considerada indigna de homens livres (LIMA, 2014, p. 245).

Para Japiassu e Marcondes (1990), é em René Descartes, como fundador do pensamento moderno, que temos o desenvolvimento do segundo sentido: espírito, mente, consciência, aquilo que conhece em oposição ao objeto, aquilo que é conhecido: “Sujeito e objeto definem-se, portanto, mutuamente, como polos opostos da relação de conhecimento” (JAPIASSU E MARCONDES, 1990, p. 236). A célebre frase *cogito ergo sum* (penso logo existo), desencadeia uma verdadeira revolução na filosofia, porque, justamente, redireciona o conhecimento para a presença do pensamento, e não mais na presença no mundo: “[...] o modelo de toda verdade e o lugar da autenticidade consistem nessa percepção que o sujeito presente tem de sua própria existência, nessa luz de si a si” (p. 48).

Abbagnano (2000[1996]), por sua vez, pontua que Immanuel Kant tem sua contribuição para o segundo sentido – de “eu” ou capacidade de iniciativa – ao introduzir a ideia de consciência e autoconsciência: “Em todos os juízos sou sempre o sujeito determinante da relação que constitui o juízo” (p. 931). Assim, tem-se a passagem de um significado a outro: o eu é sujeito na medida que seus pensamentos lhe são inerentes como predicados – tem-se aqui, ainda, o sentido tradicional –, porém é o sujeito que determina a união entre sujeito e predicado, é a consciência sobre os atributos – este é, portanto, o delineamento para o novo entendimento.

Lima (2014) indica que a concepção moderna de sujeito, destoante da compreensão antiga, pode ser datada no alvorecer da modernidade em razão do antropocentrismo renascentista e a razão iluminista, pois, na antiguidade, o caráter depreciativo fez com que o sujeito não se tornasse objeto de preocupação de filósofos e pensadores clássicos, por isso o “[...] sujeito como atributo da liberdade, da autoconsciência, da vida contemplativa parece ser um conceito moderno por excelência” (p. 247).

Para melhor compreendermos essa mudança de paradigma na compreensão do *sujeito*, ou de *valorização do indivíduo*, necessitamos contextualizá-la no quadro maior de surgimento do pensamento moderno, no qual esse novo significado foi essencial, atuando, junto às ideias de *imposição do novo, ruptura e totalidade* ou de *progresso* (GOMES, 1996; MARCONDES, 2010). Uma maneira de iniciar a busca pela definição de modernidade é estabelecer algumas distinções básicas entre termos que estão associados a “moderno”. Pensando em nossa trajetória escolar, acadêmica e nos discursos recorrentes na mídia, selecionamos os termos *Idade Moderna, Modernismo e Modernidade* para iniciar essa busca.

Primeiramente, *Idade moderna* pode ser definida como um período específico da história do ocidente, precedido pela Idade Média e antecessor à Idade Contemporânea – ou seja,

que vai do século XV ao século XVIII. Uma época de transição que costuma ser marcada pela queda de Constantinopla como seu início e com a Revolução Francesa, fechando-a. Outros eventos importantes são as grandes navegações e o renascimento. Essa é uma divisão da historiografia clássica, portanto, esses cortes são questionáveis. De todo modo, esse foi um período de transição, uma época que, com a pausa das fomes, pestes e guerras foi possível novas descobertas em diversos sentidos (de povos a científicas) (JAPIASSU E MARCONDES, 1990).

Já *Modernismo* está associado ao século XX ou finais do século XIX, como um movimento cultural relacionado às artes, no qual as formas tradicionais são contestadas. Pode ser compreendido também como uma reação crítica à própria modernidade. Um exemplo disso é a *Semana de Arte Moderna* que aconteceu em 1922 em São Paulo que indicava uma grande renovação artística no Brasil a partir de diversas referências, principalmente europeias, como o cubismo, o expressionismo e o futurismo (SPOSITO, 2004).

Modernidade, por sua vez, pode nos trazer pelo menos duas concepções. A primeira é a de um período da História e a segunda é a de *um modo de pensar*, relacionado a esse período. Como período histórico pode ser definido como tendo seu início no século XVII e perdurando até os dias de hoje. Seus marcos podem ser estabelecidos nos campos político, econômico, filosófico e geográfico (CASTRO, 2009).

Na política, o evento mais marcante é a Revolução Francesa. Considerada o marco do início da civilização europeia moderna. Trouxe para o campo político os conceitos modernos de: nação, cidadania, radicalismo, igualdade e democracia. Nela inclusive, o termo *revolução* passa a ter o sentido político. Já no campo econômico destaca-se a Primeira Revolução Industrial (CASTRO, 2009; JAPIASSU E MARCONDES, 1990).

Na filosofia, o grande destaque, como já sinalizamos, são as obras de Descartes e de Kant, que transformaram a compreensão do que é o ser humano, construindo o conceito de sujeito moderno. As ideias de Descartes (1596-1659) contribuíram para compreender os seres humanos como racionais (e não seres submetidos às vontades dos deuses). O sistema que ele desenvolveu (o sistema cartesiano) é totalmente guiado pelo intelecto, que é mais confiável que os sentidos. O modo de conhecer a verdade fica determinado assim pelo *método científico*. Vê-se, assim, que sua influência na ciência é imensurável (CASTRO, 2009; JAPIASSU E MARCONDES, 1990).

Posteriormente, Kant (1724-1804) inaugura o que se denomina de pensamento racional ou racionalismo que significa romper com os idealismos (filosofia platônica e neoplatônica) e

abre caminho para se questionar as fundamentações míticas/religiosas, marcando a secularização da produção de conhecimento. Kant também é considerado como o que deu a Filosofia um *status* autônomo separado da ciência ou da teologia (filosofia pura) – na sua obra: “Crítica da razão pura”, a filosofia é também capaz de dar legitimidade para as ciências (CASTRO, 2009; JAPIASSU E MARCONDES, 1990).

Até então, trabalhamos em termos *temporais*, porém é necessário localizar os eventos citados, isto é, que sejam aplicados também em termos *espaciais*. Fica evidente então, que falamos de eventos que dizem respeito basicamente à história interna da Europa e de sua expansão territorial. No campo geográfico, de maneira específica, isso é representado pela formação dos Estados-Nação e redefinição das fronteiras internas e pelo Colonialismo. Condições indicadas inclusive como decisivas para a formação da Geografia como ciência (GOMES, 1996).

Esses eventos contribuem para a construção do sujeito moderno em diferentes aspectos, destacamos dois pontos: primeiro, implica na necessidade de ordem num mundo de mudanças, provocadas por seus próprios feitos, que seria alcançada pela razão através da iniciativa do indivíduo, o homem considerado por si mesmo, sem a influência de Deus; o segundo é o contato com o *outro*, os povos do “novo mundo” trouxeram um parâmetro para a construção do sujeito moderno, seja pela “selvageria” ou pela “docilidade”, eles foram sempre descritos como diferentes daquele que descrevia, compondo assim, por oposição, a própria identidade do homem ocidental (MARCONDES, 2010). Em ambos aspectos, temos, como Lima (2014) adverte, a introdução da atividade prática, condição de transformação e dominação da natureza, como a concepção moderna de mundo requer.

Retomando o segundo sentido atribuído à Modernidade – como *modo de pensar* – pontuamos que esta visão ultrapassa a preocupação com datas claramente fixadas ou relacionadas a um período estanque da História e pensa na Modernidade mais como um *conceito* em elaboração do que apenas um *tema*. Compreendido como um elemento do método, um conceito é uma elaboração teórica do conhecimento científico, possui uma história e deve ser relacionado a seu autor ou autores (SPOSITO, 2004).

De acordo com a sistematização realizada por Sposito (2004), entre os pensadores que corroboram com a visão de que a modernidade é um modo específico de pensamento, está Marshall Berman (1982, p. 15) em “*Tudo que é sólido desmancha no ar*”, que classifica a modernidade como um “[...] tipo de experiência vital – experiência de tempo e espaço, de si

mesmo e dos outros [...]”. Esse sentido é observado também em Anthony Giddens (1991, p. 11) em “*As consequências da Modernidade*”, no qual a define como: “[...] estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa no século XVII”.

Michel Foucault (2000 [1966], p. 302), em “*As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*” estuda a filosofia e a gênese das ciências, preocupando-se com as mudanças culturais a partir do século XVIII que tornaram as ciências humanas imprescindíveis. Essas mudanças – da época clássica para a contemporânea – são interpretadas como uma ruptura, um corte mais ou menos abrupto. Sendo assim, a respeito dessas qualidades, Foucault (2005, v. 2, p.562), em *Ditos e Escritos – Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*, a partir de sua leitura de Kant, reflete:

[...] me pergunto se não se pode considerar a Modernidade mais como uma atitude do que como um período da História. Por atitude quero dizer um modo de relação a respeito da atualidade, uma eleição voluntária que alguns fazem, enfim, uma maneira de pensar e de sentir, e também uma maneira de agir e de se conduzir que, ao mesmo tempo, marca um pertencimento e se apresenta como uma tarefa.

O sentido de modernidade como uma *atitude* é algo próximo do que os gregos chamavam de *éthos*: “um modo de ser do sujeito que se traduz em seus costumes, seu aspecto, sua maneira de caminhar, a calma com que se enfrenta os acontecimentos da vida” (CASTRO, 2009, p. 154). E para compreender melhor o que esse modo de pensar/atitude implica, é indispensável conhecer o significado e a etimologia da palavra *Moderno*. De acordo com o “Dicionário de Filosofia” de Nicola Abbagnano, o adjetivo, derivado do latim pós-clássico, “significa literalmente ‘atual’ (de modo [modus] = agora)”, seu uso data do século XIII e é atribuído à *Escolástica* “para indicar a nova lógica terminista, designada como via moderna em comparação com a via antiqua da lógica aristotélica” (ABBAGNANO, 2000[1966], p. 679).

A escolástica representa o pensamento da Europa cristã na Idade Média, a palavra surge e se difunde nesse contexto em que são construídas as primeiras interpretações em relação ao texto sagrado e a textos clássicos da filosofia grega. Neste período emergem os filósofos cristãos – sendo São Tomás de Aquino e Santo Agostinho os mais importantes –, surgem novas ordens religiosas, epístolas e bulas papais com instruções, regras e indicações que iam além do que a Bíblia enunciava. Todos esses indícios de renovações dentro do cristianismo podem ter contribuído para o surgimento do termo, assim como, a própria disseminação da datação *Anno Domini* a partir do século VIII (JAPIASSU E MARCONDES, 1990).

Um autor que se dedicou a compreender a Modernidade como um conceito e a sistematizar as diferentes versões presentes nas Ciências Humanas e na Filosofia foi Fredric Jameson, autor de “*Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*” (1996) e “*Modernidade singular - Ensaio sobre a ontologia do presente*” (2005), no qual analisa os usos da palavra Modernidade. Para ele: “O conceito de “modernidade” é com tanta frequência associado à modernidade em geral, que sentimos algo como um choque ao descobrirmos que a palavra ‘moderno’ já estava em uso desde o século V da era cristã” (p. 26).

O autor explica que quando a palavra começou a ser utilizada, à época do papa Gelásio (*Gelasius* em latim, cujo papado foi de 492 a 496), possuía um sentido simples ao fazer a distinção entre os contemporâneos e o período anterior dos Padres da Igreja – representantes da denominada *patrística* precedente à escolástica –, sem implicar nenhum tipo de privilégio – para além do cronológico – em relação ao presente. Passado e presente estavam em continuidade “[...] ambos intensamente distintos daquele tempo histórico ímpar no qual testemunhas viram Jesus com vida. Até hoje então a palavra latina *modernus* significa simplesmente “agora” ou o tempo do agora” [...] (JAMESON, 2005, p. 27).

Porém, conforme Jameson (2005, p. 27) pontua é a obra de Cassiodoro (490-581), filósofo e estadista romano que escreveu na época em que Roma foi invadida pelos *godos* – entre os povos “bárbaros”- estes eram aqueles originários do sudeste europeu – culminando na queda em 496, que modifica esse sentido: “Pois, *modernus* [...] conhece agora uma substancial antítese, no que Cassiodoro chama de *antiquas*”. As invasões à Roma significaram para esse filósofo algo novo, diferente, uma verdadeira ruptura, traçando uma linha divisória fundamental entre um passado, uma cultura *que de agora em diante* torna-se clássica e um presente, cuja tarefa histórica reside exatamente na reinvenção dessa mesma cultura.

Para Jameson (2005), esse é o sentido mais específico para moderno que se manteve até os dias de atuais: aquilo que se opõe à tradicional ou antigo. Além disso, geralmente, moderno não somente é algo bom, como algo desejável, basta lembrarmos o uso coloquial da palavra que isso se comprova: “Precisamos nos modernizar” (quando se fala em melhorar algo, geralmente através de tecnologia), “Fulano é moderninho” (quando alguém apresenta algum comportamento não visto como *antiquado*), “Comprei um computador mais moderno” (indicando as vantagens que o modelo novo tem em relação ao velho).

Como explica Castro (2009), Foucault baseou-se em Charles Baudelaire para traçar algumas características da atitude da modernidade. Uma delas é a atitude de “fazer heroico o

presente”: “A atitude da Modernidade, à diferença da moda, não consiste apenas em seguir o curso dos tempos. Não se define simplesmente pelo fugitivo, pelo passageiro; mas ao contrário, por agarrar o que há de eterno no momento que passa” (CASTRO, 2009, p. 52).

A relação hierárquica entre tradição x vanguarda, velho x novo, com privilégio para o presente é debatido por Paulo César da Costa Gomes (1996, p. 48) em “*Geografia e Modernidade*”, quando este autor lista três elementos fundamentais que são recorrentes no discurso da modernidade: “o caráter de ruptura, a imposição do novo e a pretensão de alcançar a totalidade”. A *imposição do novo* indica a necessidade de uma substituição, é o que gera a *ruptura*: uma mudança radical, e não uma adaptação ou um ajuste progressivo. Sendo assim, o moderno participa sempre de um *sistema global*, não há setores específicos a transformar, mas toda a lógica deve ser redefinida – o novo deve se impor à *totalidade* do tradicional (GOMES, 1996).

Sabendo que na Modernidade temos um sentido emergente de sujeito, antes de adentrarmos em discussões mais recentes, precisamos fazer uma rápida referência ao modo como a Geografia, como ciência moderna, lidou com essas questões. Lima (2014), dando seguimento ao argumento da dualidade do sujeito, entre passivo e ativo, indica que:

Em geografia, essa diferença se expressa, respectivamente, na imagem de (i) um sujeito velado, subentendido na perspectiva de totalidade que torna a embasar o discurso geográfico na atualidade, em última análise, subscrevendo uma profusão de conteúdos indeterminados capazes de acionar, por ocasião de seu desvelamento, o caráter criativo do sujeito na qualidade de real agente produtor do espaço e (ii) na imagem de um sujeito explícito e de tipo específico, implicado em uma objetividade fenomenal e positiva, supostamente universal e, por isso, sempre em risco de se descaracterizar como um agente criativo e ser objetivado como um sujeito passivo. Ambas as dimensões estariam reunidas no corpo, sede de toda experiência espaciotemporal, o que nos autoriza a reclamar um sujeito corporificado (p. 136).

A partir disso, o autor faz um exame através do que se costuma denominar de “escolas do pensamento geográfico”. Começando pela Geografia Clássica, indica que o sujeito é compreendido pelos “pais fundadores da disciplina” de maneira implícita, sob influência das tradições românticas e idealistas, que marcavam o pensamento alemão no século XVIII e XIX. Lembrando que o romantismo como doutrina filosófica começa no final do século XVIII e vai até meados do século XIX, e pode ser entendido como uma reação contrária ao racionalismo e ao iluminismo. Tem como preceitos depreciar os valores racionais e enaltecer a imaginação, a intuição, a espontaneidade e a paixão. Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) é um exemplo de

filósofo que rompe com o otimismo do iluminismo. O romantismo e seus valores são vistos muitas vezes como recursos em momentos de crise do racionalismo (JAPIASSU E MARCONDES, 1990).

Os trabalhos de Humboldt e Ritter, como exemplos principais do período abordado por Lima (2014), apresentam um forte teor estético e um caráter holista, ou seja, apresentavam as singularidades dos fenômenos integrados aos aspectos cosmográficos de um todo orgânico da superfície terrestre. Assim, qualquer indicação ao sujeito, vinha do caráter subjetivo da apreensão estética e teleológica dos aspectos geográficos que eram estudados, implícito numa noção de “homem”. Interpretamos que o ideal de sujeito moderno, que nascia no mesmo período que a Geografia Tradicional, não pode ser totalmente visualizado nessas primeiras obras. Ainda que já estivesse implantada a preocupação com o que se chamou por muito tempo de “relação homem-meio” em termos de causalidade, “ora o homem aparece como causa da transformação do espaço, ora o meio condiciona as atividades e os comportamentos humanos” (LIMA, 2014, p. 158).

Costa (1992), analisando de maneira específica a Geografia Política, indica que existia entre os alemães, desde o período anterior à Revolução Francesa, uma contraposição ao iluminismo, expresso pelo romantismo ou por ideias reacionárias: “O ambiente cultural e político alemão da segunda metade do século XIX, em particular após a guerra franco-prussiana e o processo de unificação imperial, tem na questão nacional um forte ingrediente” (p. 31). Ingrediente este, sabemos, fundamental para a organização da Geografia como ciência. Todavia, as preocupações filosóficas e estéticas vão sendo deixadas de lado, gradativamente, “[...] na medida em que seu projeto de cientificidade converge para o projeto objetivista das ciências sistemáticas” (LIMA, 2014, p. 144).

Um exemplo é a obra de Paul Vidal de La Blache, num primeiro momento seu conceito de região, que significa o abandono do caráter holista, para uma leitura nomotética da realidade, traz uma concepção de sujeito de tipo específico, ou seja, em cada unidade estudada, dentre todas as características descritas, há também um tipo de “homem” que ali habita. Todavia, em suas obras posteriores, com o conceito de “gênero de vida” traz a possibilidade de se estudar os sujeitos a partir da progressiva apropriação do espaço, ainda assim, este caminho não foi suficientemente explorado por seus sucessores (LIMA, 2014).

Na “New Geography” ou Geografia Quantitativa, temos um período de verdadeira supressão do ser humano. Trata-se de uma geografia sem temporalidade, na qual o espaço é

reduzido a um extenso plano cartesiano, uma superfície que deveria ser submetida à medição matemática. Sendo assim, não é difícil deduzir que este apagamento da imaginação, da criatividade humana, resulte na completa ausência do sujeito.

Em contraponto, temos a Geografia Humanística com a primeira denominação que buscou, sob influência da fenomenologia, trabalhar o sujeito com centralidade. Nesse sentido, se conceituou o “espaço vivido”, um “domínio geográfico mais afeito à sensibilidade, ao autoconhecimento, à vida pessoal e prática”. Essa concepção, ainda assim, traz um indivíduo isolado e abstrato, sem a exploração das ideias de grupo, comunidade ou classe social (LIMA, 2014, p. 207).

Ao diagnosticar a questão do sujeito no âmbito do que se denomina de “Geografia física”, Lima (2014) trabalha de maneira mais específica com o paradigma “holista ambiental”: “[...] visão sistêmica que está por trás de uma concepção de natureza, muito recorrente em geografia, segundo a qual todos os seus elementos constitutivos estariam, em graus variados, inter-relacionados entre si” (p. 219). O autor explica que a interpretação para “homem”, “humanidade” ou mesmo “fator antrópico”, remete a um homem universalista, ou seja, sem grande aprofundamento no que diz respeito a questões como classe, raça, gênero ou territorialidade, o que pode, na prática, remeter a “homem algum” (p. 221).

É nesse sentido que temos um rebatimento dessa perspectiva no entendimento de algumas questões no senso comum que chegam em um tom “conformador” quando fala-se, por exemplo, “de crise ambiental”: “Nada mais cômodo ou conveniente para os devidos (ou maiores) responsáveis: responsabilizando-se o homem, todos têm *culpa*, mas ninguém em especial” (LIMA, 2014, p. 222 [grifo do autor]). Contudo, devemos deixar a ressalva que tal caráter essencialista, ou seja, o olhar para o sujeito sem considerar suas determinações sociais e geográficas, é perceptível em vários campos ou correntes de interpretação da Geografia, como vamos abordar mais à frente.

Por fim, Lima (2014) analisa a Geografia Crítica ou, de maneira mais precisa, o paradigma da produção social do espaço. Para o autor, a compreensão do espaço como um produto social trouxe avanços em relação às ideias de “meio” e “superfície terrestre”, que marcaram a Geografia Tradicional e a “New Geography”, respectivamente, porém, o sujeito ainda é pouco ou implicitamente considerado:

Ainda que o geógrafo reafirme o espaço como um produto e, ao mesmo tempo, como condição de reprodução social, e não como uma simples extensão sobre

a qual a sociedade se reproduziria, a eloquência com a qual se refere ao espaço repercute em esvaziar de sentido o protagonismo dos sujeitos (LIMA, 2014, p. 160).

Moreira (2000), ao realizar uma análise dos primeiros dez anos de “renovação crítica da geografia no Brasil” (p. 01), marco definido a partir do Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) de 1978, aponta algumas das limitações não enfrentadas ou surgidas no período. Entre elas situa-se a questão do sujeito, segundo o autor, omitido no período:

Descobre-se a historicidade do espaço, o fio da História, entretanto permanecerá ignorado. O geógrafo descobre a História sem descobrir-lhe o fundamento mais simples. É possível falar da historicidade sem falar do sujeito do processo? A Geografia renovada diz que sim, e fornece a fórmula: basta que se fale da História mantendo seu sujeito “oculto por elipse” (MOREIRA, 2000, p. 15).

Para o autor, isso constitui-se em uma ironia. Ao criticar o positivismo, caiu-se em um reforço: “[...] nunca o espaço foi tanto ele mesmo sujeito: nesta geografia renovada é sempre o espaço quem ‘organiza’, ‘determina’ e ‘controla’ a direção da história. A crítica do geometrismo parece ter desaguado no espacismo” (MOREIRA, 2000, p. 15). Inclusive, em sua perspectiva, o debate “infundável” sobre o objeto da geografia, que tanto marcou o período, decorre desse descuido com o sujeito: “[...] o objeto só é objeto perante e dentro da referência recíproca [...] De outro modo, ter-se-á o absurdo de o objeto ser ele mesmo e o sujeito, o que significa a morte do sujeito e a deformação do objeto” (p. 16).

Prosseguindo, Moreira (2000) faz referência a alguns clássicos, indicando que a relação sujeito-objeto, sempre foi fundamental para o avanço da Geografia, basta vermos como já citado, a centralidade das discussões entre “homem-meio” ou “possibilismo versus determinismo”. Nesse sentido, como saída, o autor evidencia que “a historicidade é o ato de os homens emprestarem à História sua própria cara” (p. 15), ou seja, não há como avançar na compreensão da construção social do espaço, elipsando o sujeito deste processo.

Algumas das consequências desse ocultamento, como avança Moreira (2000), situam-se nas dificuldades de se compreender o social, haja vista que a ausência de um sujeito real, superando o “homem demográfico”, não permite que a produção do espaço seja realmente vista em sua complexidade, uma vez que, decai-se em um economicismo (no qual apenas o “capital” é um sujeito ativo). No mesmo sentido, outro problema relacionado a isso é a supressão da natureza do discurso renovador. No “economicismo puro”, a natureza é recorrentemente

colocada em segundo plano: “Ora, não há história sem natureza, e, precisamente isto é o que nos põe o processo do trabalho, o sujeito em sua plena ação remodeladora do objeto e fonte da historicidade do espaço [...]” (p. 20).

Lima (2014) indica que, a partir da obliteração do sujeito no discurso da geografia crítica, decorre uma fetichização do espaço. Em outras palavras, o grande empenho em reiterar o objeto da geografia, terminou orientando as análises mais para a condição do espaço como condicionante da produção social, do que para o seu caráter de produto, incorrendo num desequilíbrio dentro de uma relação que é constitutiva, em consequência, o espaço passa a ser compreendido como uma entidade abstrata e, muitas vezes, com um sentido vago e superficial:

Não são poucos os casos em que ocorre o que alguns geógrafos qualificam como um fetichismo do espaço: argumenta-se que “o espaço se reproduz”, “o Norte subordina o Sul”, “o asfalto segrega a favela”, quando seriam, mais precisamente, certos agentes sociais que atuam e dão sentido às relações que autorizam o espaço a se reproduzir. Essa atitude repercute na reificação das categorias geográficas mais abstratas, concedendo-lhes um protagonismo que põe em suspenso a iniciativa de sujeitos reais (LIMA, 2014, p. 160).

Moreira (2000), nesse sentido, indica que ao enfraquecer a relação entre os elementos sujeito/objeto/história/natureza, perdeu-se o potencial para a compreensão do próprio espaço, relegado ao “subjetivismo”, muitas vezes sua interpretação torna-se opaca, ao passo que não se avançou também em decorrência desse apagamento do social no desenvolvimento de uma linguagem própria para essa geografia renovada:

Negando-se a pensar o sujeito do espaço e um a partir do outro, a renovação perdeu-se na construção da linguagem nova. Como que presa a um jogo metafísico [...] incapaz de ver a cara do espaço impossibilitou-se de criar-lhe uma linguagem teórico-prática e com isto aumenta a dificuldade de ver o espaço (p. 25).

Vemos que a questão do sujeito na Geografia, não se trata apenas de uma potencialidade, um tema ou perspectiva de análise que traria explicações fecundas para as análises geográficas. Mais do que isso, é extremamente necessária para a compreensão do espaço geográfico. Desse modo, cabe neste ponto retomarmos a questão da interpretação do sujeito na análise social de maneira geral, para melhor delimitarmos de que maneira buscamos abordá-lo.

Retomando o que apontamos anteriormente ao delinear o que é modernidade, podemos compreender que, quando falamos de sujeito, evocamos, mais precisamente, o sujeito moderno.

A deposição do pensamento aristotélico-escolástico, pelo pensamento renascentista e iluminista, é a condição que podemos apontar como fundamental para a emergência desse novo sentido. Todavia, ainda que seja “[...] produto das *luzes*, nascido com as revoluções burguesas e junto com um sentido nascente de história, o sujeito estaria investido de uma contradição que o mantém *obscurecido*”, esta contradição, é justamente a dualidade entre as duas concepções que apresentamos anteriormente, que se torna implícita no novo conceito (LIMA, 2014, p. 247-248).

Sendo assim, ao ser forjado, o entendimento moderno não solapa o da antiguidade clássica. Lima (2014, p. 57) explica que as duas acepções “se efetivam a um só tempo na experiência”, podendo serem colocadas em duas imagens: a de um sujeito passivo e a de um sujeito ativo:

[...] Essa cisão corresponde, *mutatis mutantis*, à dialética entre o uno e o múltiplo, na condição que o sujeito passivo (ou discernível) expressa o aspecto de unidade que lhe recai, e nisso todos os sujeitos se assemelham (claro, sob gradações nuançadas) – eles instituem-se como que cooptados por uma objetividade erigida como verdade universal –; enquanto o sujeito ativo (ou indiscernível) expressa o caráter múltiplo característico das objetividades residuais que, em muitos casos, se constituem a contrapelo da primeira (LIMA, 2014, p. 59-60).

Nesse sentido, o sujeito polariza uma contradição extremamente simbólica para a humanidade, “oscilando entre o uno e o múltiplo, entre o intersubjetivo e o indiscernível, entre a passividade e a atividade, entre o social e o associal, entre o tudo e o nada, entre o egoísmo e o altruísmo” (LIMA, 2014, p. 72). Não necessariamente estamos diante de um problema para a articulação do conceito em nossas análises, como procuramos demonstrar nas seções e capítulos seguintes, um fator complicador seria, ao contrário, uma atitude de ignorar essa dualidade e “[...] separar e ressaltar um dos polos da contradição mais do que o outro, tornando-o um princípio absoluto” (p. 72).

Aprofundando essa contradição surgida com a modernidade, temos diversos estudiosos que, ao longo do século XX, contribuíram para a noção de “descentramento do sujeito”. Stuart Hall (1992), no texto “*A identidade cultural na pós-modernidade*”, argumenta que essa ideia de sujeito construída desde o Iluminismo passa por um processo de *fragmentação*.

Para o autor existem três concepções de sujeito: o sujeito do iluminismo (ou sujeito moderno, como descrevemos até o momento), o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno,

que se diferenciam pelo entendimento distinto de *identidade*. O **sujeito do iluminismo** (moderno) baseava-se na pessoa humana como um indivíduo completamente centrado, unificado, dotado de ação, consciência e razão. A identidade de uma pessoa é esse centro, sua *essência* que permanecia a mesma ao longo de sua existência. Essa era uma perspectiva “individualista” do sujeito e de sua identidade, além de usualmente descrito como masculino (HALL, 1992).

A noção de **sujeito sociológico** reflete, por sua vez, a percepção da complexidade crescente do mundo moderno e de que esse núcleo interior do sujeito não era autônomo ou autossuficiente, mas formado na relação com outras pessoas. O autor cita George Herbert Mead (1863-1931), Charles Horton Cooley (1864-1929) – sociólogos estadunidenses – e o interacionismo simbólico, como as principais referências para a elaboração da concepção interativa entre o “eu” e a sociedade. Nesse caso, o sujeito ainda possui sua essência interior – o seu eu real – mas, ele é formado e transformado continuamente a partir do diálogo com o “exterior” (HALL, 1992).

A identidade, nessa concepção, preenche o espaço entre os mundos “interior” e “exterior” – pessoal e público:

O fato de que projetamos a “nós mesmos” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para **alinhar** nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural (HALL, 1992, p. 11 [grifo nosso]).

A identidade é assim aquilo que *costura* o sujeito à estrutura, estabilizando tanto os sujeitos quanto os mundos culturais por eles habitados, numa relação de reciprocidade e estabilidade. É exatamente essa unificação que o argumento do descentramento do sujeito rejeita: o sujeito está se tornando fragmentado. Isso significa dizer que ele não é mais composto por uma identidade, mas várias, às vezes contraditórias ou não resolvidas. Do mesmo modo, as identidades que constituíam as paisagens sociais (“no exterior”), que asseguravam a conformidade subjetiva com as “necessidades” objetivas da cultura estão em colapso devido a mudanças estruturais e institucionais. Assim se dá a construção do **sujeito pós-moderno** “[...] conceitualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente” (p. 11).

Hall (1992) aponta cinco elementos capazes de elucidar a fragmentação do sujeito, que se dão a partir das influências das obras de Marx, Freud, Saussure, Foucault e daquelas

associadas ao feminismo. O pensamento marxista, explica o autor, apresenta o primeiro “descentramento” do sujeito. Ainda que o trabalho de Marx pertença ao século XIX é a partir de seu redescobrimto e reinterpretação nos anos 1960 que se começa a rejeitar a noção *individual* de sujeito, sobretudo, a partir da afirmação de que: “homens [sic] fazem a história, mas apenas sob as condições que lhe são dadas” (HALL, 1992, p.22). Seus intérpretes – entre eles Louis Althusser – a associaram a ideia de que os indivíduos não poderiam ser considerados autores ou agentes da história, não tomados individualmente, pois, estavam sob as condições históricas criadas por outros.

O segundo dos “descentramentos” citados por Hall situa-se na teoria do inconsciente de Sigmund Freud:

A teoria de Freud de que nossas identidades, nossa sexualidade e a estrutura de nossos desejos são formados com base em processos psíquicos e simbólicos do inconsciente, que funcionam de acordo com uma “lógica” muito diferentes daquela da **Razão**, arrasa com o conceito do sujeito cognoscente e racional provido de uma identidade fixa e unificada – o “penso, logo existo”, do sujeito de Descartes (HALL, 1992, p. 23).

A psicanálise freudiana passa a influenciar as análises sociais a partir da década de 1960. Pensadores como Jacques Lacan interpretam que a noção de um “eu” inteiro e unificado é algo que se *aprende* gradualmente e com grande dificuldade. Uma criança não nasce com um núcleo essencial, ele é formado na relação com os outros “[...] nas negociações psíquicas inconscientes [...] (p. 24)”, uma das diferenças em relação ao interacionismo do sujeito sociológico está exatamente no caráter inconsciente dessa negociação (HALL, 1992).

Nas relações que a criança estabelece com os pais entra em cena a “formação do ‘eu’ sob o ‘olhar’ do outro” (HALL, 1992, p. 24), ela entra em contato com vários sistemas de representação simbólica, como a língua, a cultura e a diferença sexual. Aí estão presentes diversos sentimentos contraditórios:

[...] o sentimento dividido entre amor e ódio pelo pai, o conflito entre o desejo de agradar e o impulso para rejeitar a mãe, a divisão do “eu” entre suas partes “boa” e “má”, a negação de sua parte masculina/feminina (HALL, 1992, p. 24).

Esses sentimentos são os aspectos decisivos para a formação inconsciente do sujeito e que o deixam, portanto, “dividido”, é a origem contraditória da “identidade”. Compreendida,

dessa maneira, como algo formado ao longo do tempo – porém, sempre incompleto, em formação – e não como algo presente no sujeito desde seu nascimento.

O trabalho do linguista Ferdinand de Saussure – associado ao terceiro “descentramento” examinado por Hall (1992) – trouxe o argumento de que não somos “autores” das afirmações que fazemos ou dos significados que expressamos em uma língua: “A língua é um sistema social e não um sistema individual. Ela preexiste a nós. Não podemos, em qualquer sentido simples, ser seus autores” (p. 25). Isso quer dizer que utilizamos a língua para produzir significados nos posicionando no interior de regras e significados já presentes em nossa cultura. Todavia, os significados não são fixos, eles surgem nas relações de similaridade e diferença que as palavras têm com outras: “Nós sabemos o que é a ‘noite’ porque ela *não é* o ‘dia’ (p. 25[grifo do autor]). Aqui Hall (1992, p. 25) destaca uma analogia com a identidade: “Eu sei quem ‘eu’ sou em relação com o ‘outro’ [...] que eu não posso ser” – assim como Lacan diz que a identidade, como o inconsciente, se estrutura como a língua. Saussure influenciou os chamados *filósofos da linguagem* – no que se denominou de *Virada Linguística* –, entre eles Jacques Derrida que argumentou que as palavras são “multimoduladas”, pois, “[...] um falante individual não pode, nunca, fixar o significado de uma forma final – incluindo o significado de sua identidade” (HALL, 1992, p. 25).

Hall (1992) explica que nossas afirmações são baseadas em proposições e premissas das quais nós não temos consciência, mas que fluem pela língua, elas possuem um antes e um depois e uma margem onde outras pessoas podem escrever. Assim, procuramos o significado (identidade), mas ele sempre nos escapa (diferença): “Existiram sempre significados suplementares sobre os quais não temos qualquer controle, que surgirão e subverterão nossas tentativas para criar mundos fixos e estáveis” (p. 26).

Foucault, associado ao quarto “descentramento”, foi responsável por construir uma “genealogia do sujeito moderno”. Como já mencionados, seu trabalho como filósofo e historiador abordou majoritariamente a modernidade. Ele destacou o surgimento de um novo tipo de poder – o *poder disciplinar* – ao longo do século XIX e chegando ao seu desenvolvimento máximo no século XX: “O ‘poder disciplinar’ está preocupado, em primeiro lugar, com a regulação, a vigilância é o governo da espécie ou de populações inteiras e, em segundo lugar, do indivíduo e do corpo” (p. 26). O poder disciplinar fez surgir novos locais para seu desenvolvimento, que são as instituições que floresceram ao longo do século XIX para

policar e disciplinar as populações modernas, por exemplo: oficinas, quartéis, escolas, prisões, hospitais e clínicas (HALL, 1992).

O objetivo do “poder disciplinar” é produzir um ser humano que possa ser tratado como um *corpo dócil*, um indivíduo sob estrito controle e disciplina – sua vida, trabalho, infelicidades e prazeres – a partir do poder dos regimes administrativos, do conhecimento especializado dos profissionais e no conhecimento oferecido pelas “disciplinas” das ciências sociais. Hall (1992, p. 26 [grifo do autor]) destaca que existe um paradoxo na história do sujeito moderno: “embora o ‘poder disciplinar’ de Foucault seja o produto das novas instituições *coletivas* e de grande escala da modernidade tardia, suas técnicas envolvem uma aplicação do poder e do saber que ‘individualiza’ ainda mais o sujeito”. Ou seja, quanto mais coletiva e organizada a sociedade e as instituições, maior o isolamento, a vigilância e a individualização do sujeito individual.

O quinto “descentramento” do sujeito é associado ao feminismo – tanto como um movimento social, quanto uma crítica teórica. Hall (1992) localiza o feminismo naquele grupo de “novos movimentos sociais” que emergiram nos anos 1960, do qual fazem parte as revoltas estudantis, movimentos juvenis contraculturais e antibelicistas, lutas pelos direitos civis, movimentos revolucionários no então denominado “terceiro mundo”, tudo aquilo que está associado a “1968”.

Os movimentos desse momento histórico costumam ser agrupados devido a um conjunto de características que possuíam em comum, como Hall (1992) sistematiza, se opunham tanto à política liberal capitalista do Ocidente, quanto à política “stalinista” do Oriente; afirmavam as dimensões “subjetivas” e “objetivas” da política; suspeitavam de todas as formas burocráticas de organização e favoreciam a espontaneidade e os atos de vontade política; possuem ênfase e formas *culturais*; refletiam o enfraquecimento da classe política e das organizações políticas de massa com ela associadas e a sua fragmentação em vários e separados movimentos sociais.

Ou seja, cada movimento recorria à *identidade social* específica de seus sustentadores, por exemplo, o feminismo às *mulheres*, a política sexual às *lésbicas* e *gays*, as lutas raciais aos *negros*, o movimento antibelicistas aos *pacifistas*. Isso constitui o que se denomina até os dias de hoje de *política de identidade* (basicamente uma identidade para cada movimento). Porém, o autor selecionou o feminismo entre esses movimentos por apresentar uma relação mais direta com o descentramento conceitual do sujeito cartesiano e sociológico.

Essa relação é identificada pelo fato de o feminismo ter questionado a clássica distinção entre o “dentro” e o “fora”, entre o “público” e o “privado”. Com o lema “*O pessoal é político*”, o feminismo possibilitou a contestação política de arenas antes intocáveis da vida social, tais como: a família, a sexualidade, o trabalho doméstico. Também questionou de maneira social e política a *generificação dos sujeitos*, como somos formados e produzidos como masculinos ou femininos. Assim, questões que eram consideradas puramente subjetivas – como a identidade e o processo de identificação (como homens/mulheres, mães/pais, filhos/filhas) passaram a ser interpretados politicamente (HALL, 1992).

Desse modo, o feminismo questionou o entendimento de que os homens e as mulheres compunham a mesma identidade: a *humanidade*. A partir de todos esses elementos é que se concebe hoje que as identidades são contraditórias, se descruzam ou se deslocam. Da mesma maneira que as paisagens políticas são fragmentadas, as identidades mudam, de acordo com a *interpelação*, ou seja, temos aqui uma compreensão relacional de sujeito.

Para exemplificar, o autor trabalha com um exemplo que envolve o que ele denominou de *jogo das identidades*:

Em 1991, o então presidente americano, Bush, ansioso por restaurar a maioria conservadora na Suprema Corte americana, encaminhou a indicação de Clarence Thomas, um juiz negro de visões políticas conservadoras. No julgamento de Bush, os eleitores brancos (que podiam ter preconceitos em relação a um juiz negro) provavelmente apoiariam Thomas porque ele era conservador em termos da legislação de direitos, e os eleitores negros (que apoiam políticas liberais em questões de raça) apoiariam Thomas porque ele era negro. Em síntese, o presidente estava “jogando o jogo das identidades”. Durante as “audiências” em torno da indicação, no Senado, Thomas foi acusado de assédio sexual por uma mulher negra, Anita Hill, uma ex-colega de Thomas. As audiências causaram um escândalo público e polarizaram a sociedade americana. Alguns negros apoiaram Thomas, baseados na questão da raça; outros se opuseram a ele, tomando como base a questão sexual. As mulheres negras estavam divididas, dependendo de qual “identidade” prevalecia: seu sexismo ou seu liberalismo. Os homens brancos estavam divididos, dependendo não apenas de sua política, mas da forma como eles se identificavam com respeito ao racismo e ao sexismo. As mulheres conservadoras brancas apoiavam Thomas, não apenas com base em sua inclinação política, mas também por causa de sua oposição ao feminismo. As feministas brancas, que frequentemente tinham posições mais progressistas na questão da raça, se opunham a Thomas tendo como base a questão sexual. E, uma vez que o juiz Thomas era um membro da elite judiciária e Anita Hill, na época do alegado incidente, uma funcionária subalterna, estavam em jogo, nesses argumentos, também questões de classe social (HALL, 1992, p. 18-20).

Hall (1992) explica que o que estava em questão não era a culpa ou a inocência do juiz Thomas, mas as identidades e suas consequências políticas. As contradições e deslocamentos deixam em evidência que nenhuma identidade é capaz de alinhar todas as demais. O que concluímos desse exemplo é que o sujeito, além de se manifestar de diversas formas (“[...] operário, proprietário capitalista, camponês, estudante, intelectual, pai ou mãe de família, consumidor, cidadão, ativista político” (LIMA, 2014, p. 32), a maneira de apreendermos essa pluralidade de sujeitos depende da maneira que eles são abordados, interpelados nas relações sociais e, portanto, nas nossas investigações.

Em outras palavras, não se trata apenas de diferentes sujeitos, mas de diferenças inerentes aos próprios sujeitos de acordo com os diversos contextos:

Os exemplos se multiplicam ao infinito, limitados se não pelas determinações históricas e materiais da existência, compondo uma teia de relações em que o sujeito encarna variados papéis ao mesmo tempo, a depender, é claro, da situação histórico geográfica em que o mesmo se encontra (LIMA, 2014, p. 32).

Outro elemento que nos impele a não aceitar a ideia de sujeito universal é o reconhecimento da *colonialidade do saber*. Quijano (2010) explica que colonialidade não é o mesmo que colonialismo. Pois, embora como sistema de dominação e exploração de recursos e do trabalho de uma população (mais antigo), ocorra uma dominação territorial, o conceito não traz necessariamente as relações racistas de poder que ali emergiram (mais duradouras). O colonialismo é, então, muito mais antigo que a colonialidade, pois, como explica o autor, tal como o sujeito, a “raça” foi também inventada na modernidade.

Em outras palavras, o autor explica que a constituição da América (incluindo sua divisão entre a América do Norte e América Latina, ou mais propriamente entre o país “América” (EUA) e o “restante”) propiciou ao capitalismo tornar-se global, ao passo que os seus centros hegemônicos – que passaram a ser identificados como “Europa” – estabeleceram um novo padrão de dominação, tendo também como eixos a *colonialidade* e a *modernidade*. Para isso, foi se estabelecendo novas identidades sociais: índios, negros, pardos, brancos, amarelos, mestiços; e identidades geoculturais: América, Europa, África, Extremo Oriente, Oriente Próximo (mais tarde Ásia), Ocidente ou Europa (posteriormente Europa Ocidental) (QUIJANO, 2010).

Para Quijano (2010, p. 75), a modernidade é esse universo específico de “relações intersubjetivas de dominação sob hegemonia eurocentrada”, onde se fundam os nexos criados entre aquelas novas identidades, as experiências do colonialismo e da colonialidade e as necessidades do capitalismo. Sendo assim, desde o século XVII foi sendo elaborado e formalizado um modo de produzir conhecimento nos centros hegemônicos que supriu as necessidades cognitivas do capitalismo, “[...] denominado racional, foi imposto e admitido no conjunto do mundo capitalista como a única racionalidade válida e como emblema *da modernidade*” [Grifo do Autor].

Um exemplo é o controle das relações dos indivíduos com a natureza, tornando essa relação objetiva, intermediada pela medição, externalizada do conhecedor (o método científico), de modo que permitiu a gestão dos recursos (controle da natureza em relação aos indivíduos). Outro ponto é a naturalização das experiências, identidades e relações históricas desse contexto e, portanto, da distribuição geocultural do poder capitalista mundial (alguns exemplos que podemos apontar são as teorias racialistas, a própria divisão entre a “sociologia” para as sociedades europeias e a “etnografia” para as “demais”, ou mesmo a ideia de História e Pré-história com base na presença da escrita) (QUIJANO, 2010).

Todo esse conjunto de conhecimento, como já pontuamos, foi o que fomentou o nascimento de um novo sentido de sujeito, alinhado, portanto, a uma concepção de *humanidade* na qual a população global estava classificada em superiores e inferiores, racionais e irracionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos etc. (QUIJANO, 2010). Sendo assim, o segundo sentido de sujeito se distancia do primeiro, pela rejeição do trabalho, do corpo, do físico – a racionalização do sujeito – e é acrescido o componente racial. O sujeito do iluminismo, universal, é um espelho daquela sociedade, circunscrito, consequentemente, às características daqueles que o produziram, elidindo desde sua gênese qualquer traço de *diferença* – dada a pretensa universalidade – como, por exemplo, em relação à raça e ao gênero.

Para pensar esses rebatimentos na Geografia, o texto das estadunidenses, Janice Monk e Susan Hanson, “Não Exclua Metade da Humanidade da Geografia Humana” (2016[1982]) é bastante elucidativo. As autoras argumentam que grande parte da pesquisa em Geografia tem adotado inadvertidamente uma perspectiva sexista. E um dos principais fatores explicativos se encontra no fato de que a geografia, como qualquer outro tipo de conhecimento, é um construto social: “O tipo de conhecimento que emerge de uma disciplina depende muitíssimo de quem

produz esse conhecimento, de que métodos são usados para alcançá-lo, e com que propósitos ele é obtido” (MONK; HANSON, 2016[1982], p. 32).

Com isso querem dizer que, no contexto em que escreviam, a maior parte dos profissionais da geografia era composta por homens, que constroem os problemas de pesquisa com base em seus valores, objetivos, interesses, ou seja, elaboram investigações que refletem suas próprias experiências. “As mulheres não têm sido criaturas de poder ou posição social, e os pesquisadores interessados nos que detêm o poder refletem esse fato” (MONK; HANSON, 2016[1982], p. 34).

A partir disso, as autoras realizam uma análise de trabalhos científicos no tocante aos seus conteúdos, métodos e objetivos, demonstrando as variadas formas sob as quais as mulheres podem ser excluídas da pesquisa em geografia. No que diz respeito ao conteúdo das pesquisas, as autoras apontam que os problemas recorrentes incluem: especificação inadequada do problema pesquisado, a construção de uma teoria com cegueira de gênero, a presunção de que certa população apresente comportamentos considerados tradicionais em relação ao gênero, a dispensa ou evitamento de temas de pesquisa que abordem diretamente as vidas das mulheres e a negação da significância do gênero ou das atividades empreendidas por mulheres.

De forma geral, não encontraríamos discordâncias de que as questões que se apresentam à pesquisa geográfica aplicam-se a homens e mulheres. Porém, é regra que sejam analisadas unicamente a partir das experiências masculinas, ainda que de modo implícito, quando não são anunciadas, considera-se um universal masculino. Isso pode incorrer em uma especificação inadequada dos problemas, seja pela exclusão do feminino, quanto do masculino, deixando-se de destacar pontos importantes (MONK; HANSON, 2016 [1982])

No mesmo sentido, terminamos construindo uma teoria com cegueira de gênero, ou seja, uma interpretação empobrecida se o gênero, quando uma variável de importante valor explicativo, for omitido. Como já pontamos, considerando a geografia uma ciência social, é difícil negar o gênero como categoria essencial para a compressão de processos sociais, como a própria produção do espaço: “Claramente, o trabalho de diversas linhas de pesquisa poderia ter benefícios caso se tornasse atento ao gênero em vez de continuar cego a ele” (p. 40).

Monk e Hanson (2016[1982], p. 40) também alertam para não se assumir “papéis de gênero” tradicionais, quando se aborda mulheres nos trabalhos científicos. Um exemplo trabalhado pelas autoras é da agricultura familiar, onde se costuma qualificar o trabalho da mulher como ajuda ou auxílio para épocas de alta demanda, colocando-se um peso maior para

o trabalho doméstico. Frequentemente uma visão dos espaços urbanos que é transpassada para a análise do campo e termina por elidir a importância do trabalho feminino nesses contextos.

Outra questão são os temas de pesquisa que podem acabar sendo evitados por abordar diretamente as vidas das mulheres. Podemos identificar uma concentração maior de estudos que focam espaços públicos, enquanto igrejas, escolas e lares, por exemplo, ambientes que são tradicionalmente associados a atividades femininas, ainda são pouco vistos em trabalhos geográficos. Do mesmo modo, se partirmos para uma investigação com ideias pré-concebidas de significância, podemos preterir as atividades femininas ou negligenciar o gênero na análise. Monk e Hanson (2016[1982]), mostram o exemplo de alguns estudos sobre migrações que investigam as atividades econômicas desenvolvidas pelos homens, mas associam os deslocamentos femininos apenas com o matrimônio, deixando-se de evidenciar quais atividades as mulheres podem estar exercendo.

Em síntese, as autoras argumentam que é indubitável que o gênero define de maneira significativa as vidas dos seres humanos, logo, não podemos deixar de reconhecer o terreno frutífero de inclui-lo como variável potencialmente importante para diversos contextos de pesquisa. Nesse sentido, afirmam que dentre os caminhos para que a geografia aproveite este potencial, para além de desenvolver uma linha de pesquisa feminista, como um importante fio entre muitos do “espesso cordame da tradição geográfica” (MONK E HANSON (2016[1982], p. 31), está o encorajamento de uma perspectiva feminista em todas as correntes da geografia humana, que se manifeste na incorporação de temas ligados às mulheres e ao debate de gênero em todos os empreendimentos da pesquisa geográfica.

Além de contribuir para essa destituição do núcleo interior do sujeito, demonstrando que as mulheres não poderiam ser consideradas nas elaborações que utilizavam o *masculino universal*, o feminismo também se caracteriza como uma crítica à ciência. Sua evidência mais patente é o próprio reconhecimento das mulheres como autoras, filósofas e cientistas, já que pela longa associação do *feminino* com a *emoção*, as mulheres foram afastadas de qualquer atividade que demandasse o uso da *razão*, ou seja, não eram consideradas aptas para o fazer científico.

Entretanto, a crítica feminista vai além da participação das mulheres na ciência, ele remete-se às formas de produção de conhecimento e ao que é produzido. Massey (1994) em “*Flexible Sexism*” expõe que no debate entre o modernismo e pós-modernismo, os dois “lados” da questão reivindicam o *feminismo* para si. O mesmo movimento se passa com as feministas

que enxergam possibilidades conceituais nas duas vertentes: o pós-modernismo apresenta a potência da democracia baseada numa pluralidade de vozes e pontos de vista e o fim de uma noção de ciência e sociedade implacavelmente masculina, assim como, o fim da verdade segundo a hierarquia patriarcal; o modernismo, por sua vez, indica a possibilidade de progresso e mudança: ainda que a sociedade e a própria filosofia moderna sejam patriarcais, não é preciso que seja assim para sempre.

A dificuldade em que se “escolha um lado” também reside, como prossegue Massey (1994), no caráter patriarcal que permanece no modernismo e no pós-modernismo: numa época tão marcada pelo termo “flexível” não há algo que demonstre tanta flexibilidade quanto o sexismo. Isso é percebido na produção científica de modo geral, mas também na Geografia. Para essa afirmação, a autora utiliza como exemplo as publicações de Harvey e Soja (*Geografias pós-modernas* e *Condição pós-moderna*, respectivamente, ambas publicadas em 1989), que representam os debates sobre modernidade/pós-modernidade, nos quais o feminismo (e suas contribuições, autoras e questionamentos) não comparece como importante para a compreensão das mudanças percebidas na sociedade e na ciência contemporânea pelos autores.

Massey (1994) explica que a ausência e negação do feminismo nesses livros são sintomáticas em relação ao modo como nós, geógrafos e geógrafas, conduzimos as pesquisas, evidenciam questões problemáticas que vão desde nosso estilo como acadêmicos até a maneira que formulamos nossos conceitos e problemas de pesquisa. Considerando que os dois livros citados se preocupam com uma questão básica para a Geografia, relação sociedade e espaço, fundamental também para a questão modernidade/pós-modernidade, é preocupante que a teoria feminista tenha sido ignorada, pois, oferece uma perspectiva sobre espaço e sociedade que desestabiliza os pontos de vista desenvolvidos nesses livros – e na geografia como um todo.

O ponto de vista feminista – que tampouco está ausente de contradições e disputas internas – não significa “ciência feita por mulheres” ou apenas “estudos sobre mulheres” ou “estudos de gênero”. Embora seja importante que mulheres estejam realizando pesquisas acadêmicas, que investigações que se preocupem com as condições de vida das mulheres sejam empenhadas, assim como, aquelas que abordem as relações de gênero, para Doreen Massey uma perspectiva feminista pode e deve ir além (ABEL; BENACH, 2012).

Joseli Maria Silva, Marcio Jose Ornat e Alides Baptista Chimin (2017) no texto “*‘Não me chame de senhora, eu sou feminista’! Posicionalidade e reflexibilidade na produção*

geográfica de Doreen Massey” e Abel Albet e Núria Benach (2012) no livro “*Doreen Massey un sentido global del lugar*”, são autores que ressaltam a maneira que Massey construiu sua geografia, sua visão da sociedade com base na organização espacial das relações sociais e não em nenhuma característica intrínseca, numa evidente postura *anti-essencialista*. Para ela, essa é uma forma valiosa de encarar o feminismo, como uma nova maneira de ser e agir na sociedade, buscando alterá-la profundamente. O ser feminista na ciência, para ela, é levar essa postura para os mais variados temas de estudo, é construir os problemas de pesquisa sob essa ótica.

Como foi apontado no início dessa seção, vimos a discussão do sujeito – o ser humano em suas contradições e diferenças – como fundamental para o entendimento dos conceitos que buscaremos desenvolver e dos procedimentos metodológicos adotados, que exporemos na próxima seção.

1.3. Os procedimentos metodológicos (método de investigação)

Os objetivos propostos para esta investigação nos remetem à necessidade de empreender uma pesquisa que vise à produção de dados e informações quantitativas e qualitativas, a fim de alcançar uma análise ampla e aprofundada do problema. Paulilo (1999) explica que, mesmo com naturezas diferenciadas, as pesquisas quantitativas e qualitativas não são excludentes e podem apresentar-se em complementaridade para a compreensão de uma dada realidade: “Se a relação entre elas não é de continuidade, tampouco elas se opõem ou se contradizem” (PAULILO, 1999, p. 136).

Turra Neto (2012) explica que a escolha dos procedimentos metodológicos deve basear-se na problemática da pesquisa: “Ela nos aponta as fontes que deverão ser acionadas e indica quais metodologias devemos empregar para ter acesso às fontes” (p. 12). Sendo assim, considerando as especificidades de cada tipo de pesquisa e a natureza do material que é produzido no processo investigativo (grosso modo, numérico ou discursivo), justificamos nossa escolha em combinar as estratégias quantitativas e qualitativas pelas características que identificamos nos distritos municipais que desejamos investigar (realidades interioranas com baixa população): em primeiro lugar, a escassez de dados oficiais para essa escala, indicando a necessidade de uma caracterização mais ampla, adotando-se um critério de amostragem, e em segundo lugar, a carência de trabalhos que abordaram essas unidades, nos levando à adoção da

técnica da entrevista de história de vida, a fim de nos proporcionar uma visão mais aprofundada a partir da perspectiva dos sujeitos.

Ainda assim, é válido destacar que nossa pesquisa, embora adotando técnicas quantitativas, propõe uma análise e interpretação com enfoque qualitativo. De acordo com Paulilo (1999), a abordagem qualitativa trabalha com crenças, hábitos, atitudes, representações e opiniões, e se amolda aos objetivos de aprofundamento da complexidade de fatos e processos particulares de sujeitos ou grupos sociais. Isso porque permite a imersão na esfera da subjetividade e do simbolismo enraizados no contexto social, sendo, portanto, indicadas para estudos interpretativos.

Entre as principais características das pesquisas qualitativas encontramos: a imersão de quem pesquisa nas circunstâncias e no contexto de seu interesse, ou seja, mergulho nos sentidos e nas emoções; reconhecimento das chamadas “pessoas comuns” como sujeitos que produzem conhecimentos e práticas, e por isso, os resultados da investigação como resultado de um trabalho coletivo entre o/a pesquisador/a e os/as “pesquisados/as”; um reconhecimento de todos os acontecimentos do desenrolar da pesquisa como importantes e preciosos para a análise: “[...] a constância e a ocasionalidade, a frequência e a interrupção, a fala e o silêncio, as revelações e os ocultamentos, a continuidade e a ruptura, o significado manifesto e o que permanece oculto” (PAULILO, 1999, p. 136).

Desse modo, adotar uma metodologia com foco nos sujeitos, além de implicar em uma visão múltipla e relacional dos conceitos que vamos abordar, incide na escolha da área de estudo, uma vez que nossa inserção nesse meio é fundamental, bem como na maneira de conduzi-la. Considerando essas questões, estabelecemos diferentes procedimentos, que serão descritos a seguir: a) revisão bibliográfica; b) A escolha da área de estudo; c) Levantamento de dados e informações de fonte secundária; d) Realização de entrevistas de histórias de vida; e) mapeamento temático e preparação para a aplicação de formulários; f) aplicação dos formulários.

a) Revisão bibliográfica

A revisão bibliográfica constitui-se no procedimento inicial para todos os tipos de pesquisa, bem como, está presente em todo o desenvolvimento do processo investigativo. Marconi e Lakatos (2003) definem oito fases para sua realização: a) escolha do tema; b)

elaboração do plano de trabalho; c) identificação; d) localização; e) compilação dos materiais; f) leitura e fichamento; g) análise e interpretação; h) redação.

No que diz respeito à escolha temática, visando uma melhor organização, dividimos o levantamento de obras de referência, artigos e trabalhos acadêmicos em três vertentes. A primeira visa à composição do referencial teórico, no nosso caso, as leituras se voltaram para discussões em torno de conceitos como espaço, escala e políticas de escalas, espaço rural e ruralidades; o segundo levantamento compreende o local da pesquisa empírica, isto é, trabalhos que, independentemente dos objetivos, trataram da região de Presidente Prudente, do Município de Martinópolis e, até mesmo, do distrito de Teçaindã; e o terceiro centra-se em leituras que, embora não sejam circunscritas ao nosso referencial teórico, ou mesmo à Geografia, ou à nossa área de estudo, nos auxiliam no entendimento de processos específicos.

Tendo isso em vista foi elaborado o plano de trabalho a partir do plano de redação inicial da tese e dos temas selecionados e, assim, procedemos com a identificação, localização e compilação em diferentes bases de dados (Google Scholar, JSTOR, SAGE Journals) e do sistema integrado de bibliotecas da UNESP. Assim, procedemos com a leitura e a realização de fichamentos e, de forma conjunta, com o processamento dos dados e informações produzidas em campo, para a análise e interpretação, materializada na redação do presente trabalho.

b) A escolha do local da pesquisa empírica

A definição da área da pesquisa se deu por três motivações: para a região, consideramos a presença de distritos e a ocupação relativamente recente, e para selecionar a área de pesquisa empírica, ou seja, o distrito dentro dessa região, levando em conta os pressupostos da pesquisa qualitativa e escolhemos um local no qual tínhamos pessoas conhecidas que poderiam nos auxiliar na investigação.

Em consequência, selecionamos a região de Presidente Prudente/SP², em que se averigua a existência de distritos municipais que surgiram nos processos de ocupação e incorporação econômica, ou seja, nas dinâmicas da Formação Espacial da Fronteira, que apresentam população estabilizada nos últimos Censos Demográficos do IBGE e o distrito de Teçaindã (Município de Martinópolis), no qual temos três moradores em meu círculo pessoal.

² Considerando a variedade de regionalizações adotadas por órgãos estatais ou mesmo por diferentes pesquisadores, optamos por delimitar e discutir o que entendemos por “Região de Presidente Prudente” no terceiro capítulo, no qual desenvolvemos um debate sobre escala e a construção da referida região.

c) Levantamento de dados e informações de fonte secundária

Foram sistematizados materiais de fonte secundária de duas naturezas: dados oficiais e informações históricas e demográficas.

No primeiro caso, o objetivo é compreender e mensurar as características populacionais, econômicas e sociais e analisar a dinâmica regional e local do distrito estudado. As principais fontes de coleta são as publicações da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) tais como, os Censos Demográficos, Censos Agropecuários; e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). Outras fontes utilizadas em menor ocorrência foram referenciadas ao longo do texto. O período analisado, para além das informações históricas, centrou-se a partir de 1990 até os dados mais atuais.

Os dados de fonte secundária foram organizados em tabelas, quadros, gráficos e cartogramas e analisados, visando à compreensão da formação e transformações ocorridas na organização espacial da Região de Presidente Prudente, no Município de Martinópolis e no distrito selecionado, de um ponto de vista quantitativo e qualitativo.

No que toca as informações históricas e demográficas, nos referimos aos materiais fornecidos por representantes do poder público municipal ou por moradores que abarcam: livros sobre a história local de autores nativos, fotografias, mapas e dados sobre a população ou serviços presentes no distrito, que foram analisados ao longo da tese, cujas fontes comparecem à medida que são citados.

d) Realização de entrevistas de histórias de vida

Dentre as técnicas que compõem os procedimentos metodológicos, a realização de entrevistas é a que está inteiramente alinhada aos pressupostos da pesquisa qualitativa. Esta ferramenta é, em realidade, uma das mais características deste tipo de abordagem, pois, conforme explica Gil (1999), é bastante adequada aos objetivos de levantar informações sobre saberes, crenças, sentimentos e valores. Considerando suas vantagens, é ainda considerada bastante flexível, adaptando-se a diferentes objetivos e contextos de pesquisa. Em decorrência é comum que se defina diferentes tipos de entrevista, sobretudo de acordo com o seu grau de

estruturação, sendo que, quanto mais estruturada, maior a predeterminação das respostas a serem obtidas, de modo que, as menos estruturadas têm resultados mais espontâneos.

Dentre os tipos de entrevistas não estruturadas que Gil (1999) compendia, destacamos dois tipos (por se adequarem aos nossos objetivos): a informal e a focalizada. A entrevista informal é o tipo menos estruturado possível e como o autor pontua “[...] só se distingue da simples conversação porque tem como objetivo básico a coleta de dados” (p. 111), voltando assim à identificação de alguns aspectos da personalidade do entrevistado e/ou à obtenção de uma visão geral do problema pesquisado.

Embora a entrevista informal seja recomendada para estudos exploratórios, ou seja, àqueles que visam abordar realidades pouco ou não conhecidas pelos estudiosos, no nosso caso, a escolha se deu por desejarmos uma situação “onde é importante que o pesquisado expresse livre e completamente suas opiniões e atitudes em relação ao objeto de pesquisa, bem como os fatos e motivações que constituem o seu contexto” (GIL, 1999, p. 111). Neste caso, esse tipo pode ser denominado de “entrevista não dirigida”.

A entrevista focalizada, por sua vez, é tão livre quanto a informal, porém, enfatiza um tema bem específico. Em outras palavras: “O entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada” (GIL, 1999, p. 112). Esse jogo entre “permitir” e “orientar” a fala, exige uma grande habilidade do entrevistador, pois, a delimitação a um tema não deve implicar em uma estruturação. Sendo assim, essa técnica exige conhecimentos da personalidade humana, indicando-se, se possível, o treinamento de um ou dois anos. Ainda assim, o autor frisa, que, em conjunto com a experiência acadêmica, o mais relevante para o sucesso no emprego deste tipo de entrevista é uma experiência de vida que possa gerar a identificação com o entrevistado. Gil (1999, p. 111) advoga que “o sucesso desta técnica [a entrevista] depende fundamentalmente do nível da relação pessoal estabelecido entre entrevistador e entrevistado”.

No nosso caso, determinamos, ainda, um tipo específico de entrevista focalizada, a técnica de história de vida que, segundo Paulilo (2009), tem um papel de destaque na abordagem qualitativa, pois “através da história de vida pode-se captar o que acontece na intersecção do individual com o social, assim como permite que elementos do presente se fundam a evocações passadas” (p. 141). Ou seja, permitem vislumbrar o cruzamento entre vida individual e o contexto social. Possibilita também dar sentido à noção de *processo* e permite que o ponto de vista de quem vivenciou os temas abordados seja incluído na análise: “[...] as

pessoas contam mais do que uma vida, elas contam a vida de uma época, de um grupo, de um povo” (p. 142).

Tendo em vista essas determinações, encaramos os momentos de entrevista como “encontros sociais”, com foco na empatia, para gerar a confiança naquele que nos entrega sua história, intuição para identificar pontos que poderiam ser aprofundados, estimulados. As experiências de realização das entrevistas se configuraram numa troca mútua de percepções e emoções:

As entrevistas são tratadas como encontros sociais, nos quais conhecimentos e significados são ativamente construídos no próprio processo da entrevista; entrevistador e entrevistado são, naquele momento, co-produtores de conhecimento. Participação, neste nível de interação, envolve ambos em um trabalho de produção de sentido, trabalho no qual o processo de produção de sentido é tão importante para a pesquisa como o é o sentido produzido (PAULILO, 1999, p. 141).

Além da escuta atenta, para sua realização é necessário também estar ciente dos avanços e recuos, da cronologia própria, da imaginação, fantasia ou idealização que costumam permear as narrativas que abarcam lembranças, memórias e recordações. Outro ponto é a seletividade que o entrevistado empreende ao construir seu relato, aprofundando-se em alguns assuntos e afastando-se de outros. Porém, “[...] o que interessa quando trabalhamos com história de vida é a narrativa da vida de cada um, da maneira como ele a reconstrói e do modo como ele pretende seja sua, a vida assim narrada” (PAULILO, 1999, p. 141).

Nossa estratégia inicial para a seleção dos entrevistados foi a indicação por meio de conhecidos em comum de sujeitos de diferentes idades e gênero, e também com distintas trajetórias em relação ao distrito a ser estudado (que nasceram ali, que se mudaram recentemente etc.). Assim, foram realizadas primeiramente entrevistas com pessoas do círculo social da pesquisadora, e, posteriormente, por meio da técnica da “bola de neve” (*snowball sampling*) (BAYLE, 1994) foram selecionados novos sujeitos, ou seja, por indicação daqueles que primeiro participaram da pesquisa.

As narrativas de história de vida foram produzidas por meio de entrevistas abertas temáticas (que fogem ao estilo básico pergunta-resposta). Como tal perspectiva prevê a produção de dados num contexto mais informal e de maior empatia entre entrevistado e entrevistador, a indicação de conhecidos foi fundamental, o que garantiu falas mais longas, nas quais buscamos o mínimo possível de interferência, visando à profundidade nas respostas

(BONI; QUARESMA, 2005). Nossas interferências se contiveram aos elementos disparadores, abarcando a relação do entrevistado com o distrito, com outros lugares em que já viveu, com espaços que frequenta, assim como, a respeito do acesso a serviços, como também a história familiar e as perspectivas de vida.

Ao todo foram realizadas seis entrevistas, com duração entre cinquenta minutos e duas horas. No quadro 2 apresentamos algumas informações básicas sobre os colaboradores e colaboradoras:

Quadro 2: Informações sobre os participantes das entrevistas de história de vida.

Nome fictício³	Idade	Tempo no distrito	Profissão
Milton	21	13 anos	Auxiliar de produção
Sandra	50	40 anos	Merendeira escolar
Léa	54	26 anos	Trabalhadora rural
Maria do Carmo	75	20 anos	Trabalhadora rural
Aziz	85	31 anos	Trabalhador rural
Bertha	85	67 anos	Trabalhadora do lar

Fonte: Trabalho de campo (2019). Elaboração própria.

O material foi transcrito e o conteúdo foi analisado com base nas reflexões teóricas, compondo, principalmente, o capítulo 5.

e) Mapeamento temático e preparação para a aplicação de formulários

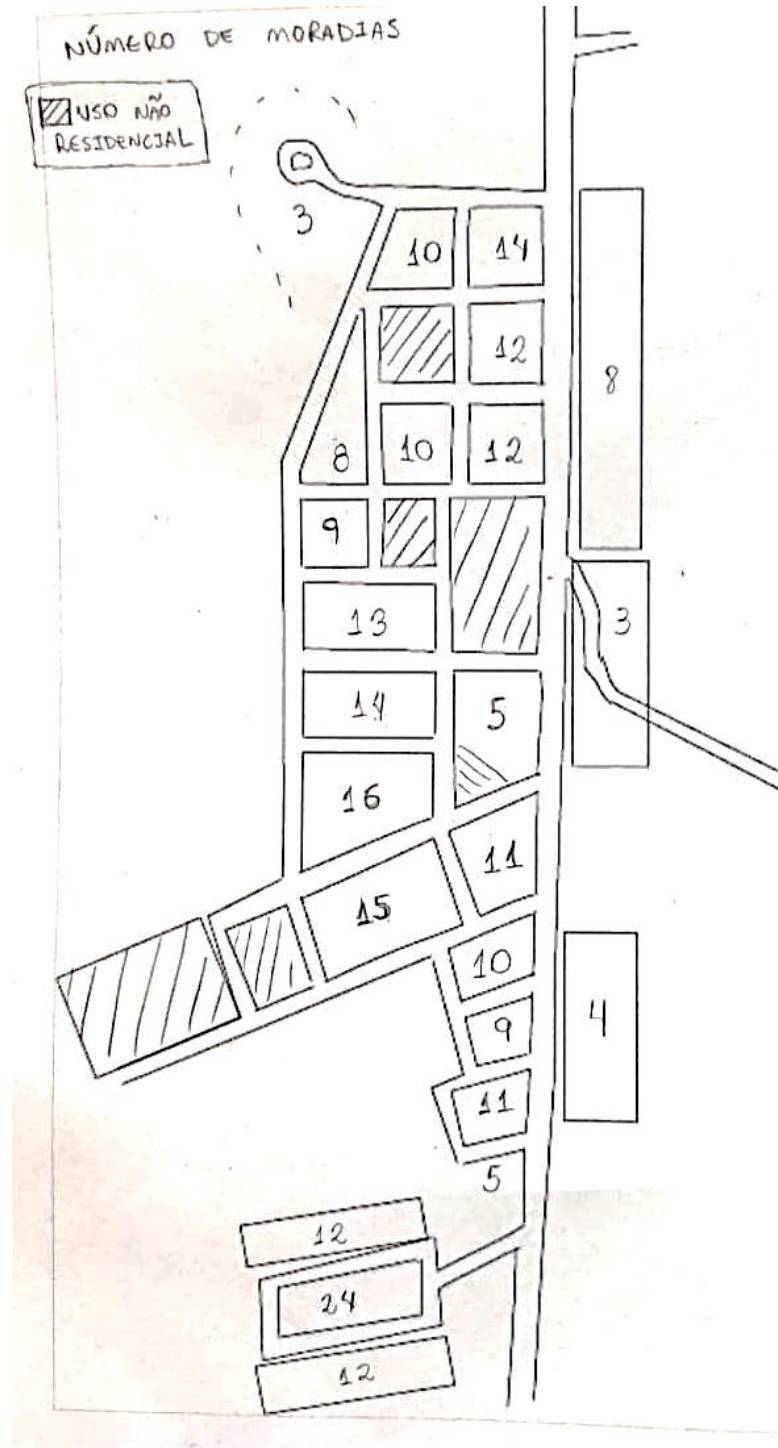
Para realizar o mapeamento temático da vila do distrito realizamos levantamentos em campo, a partir de um croqui de seu arruamento, elaborado com base nas imagens aéreas e mapas do *GoogleMaps* e da carta disponibilizada pela prefeitura. Para essa atividade, realizada em pelo menos duas visitas à sede do distrito de Teçaindá, contamos com a colaboração de moradores que nos acompanharam, seja na contagem dos domicílios, e também informando de casas sem moradores ou a presença de atividades informais. Os registros foram feitos nos esboços (figuras 1 e 2) e, posteriormente, foram incorporados à carta da vila.

Nos demais trabalhos de campo, buscamos junto as outras atividades realizadas, como descrito, produzir registros fotográficos para enriquecer o mapeamento temático. Todas as

³ São utilizados nomes fictícios para manter o anonimato dos participantes. Foram escolhidos nomes de grandes geógrafas e geógrafos brasileiros como modo de evidenciar que, para a pesquisa qualitativa, a contribuição das chamadas “pessoas comuns” é tão importante quanto a dos grandes pensadores.

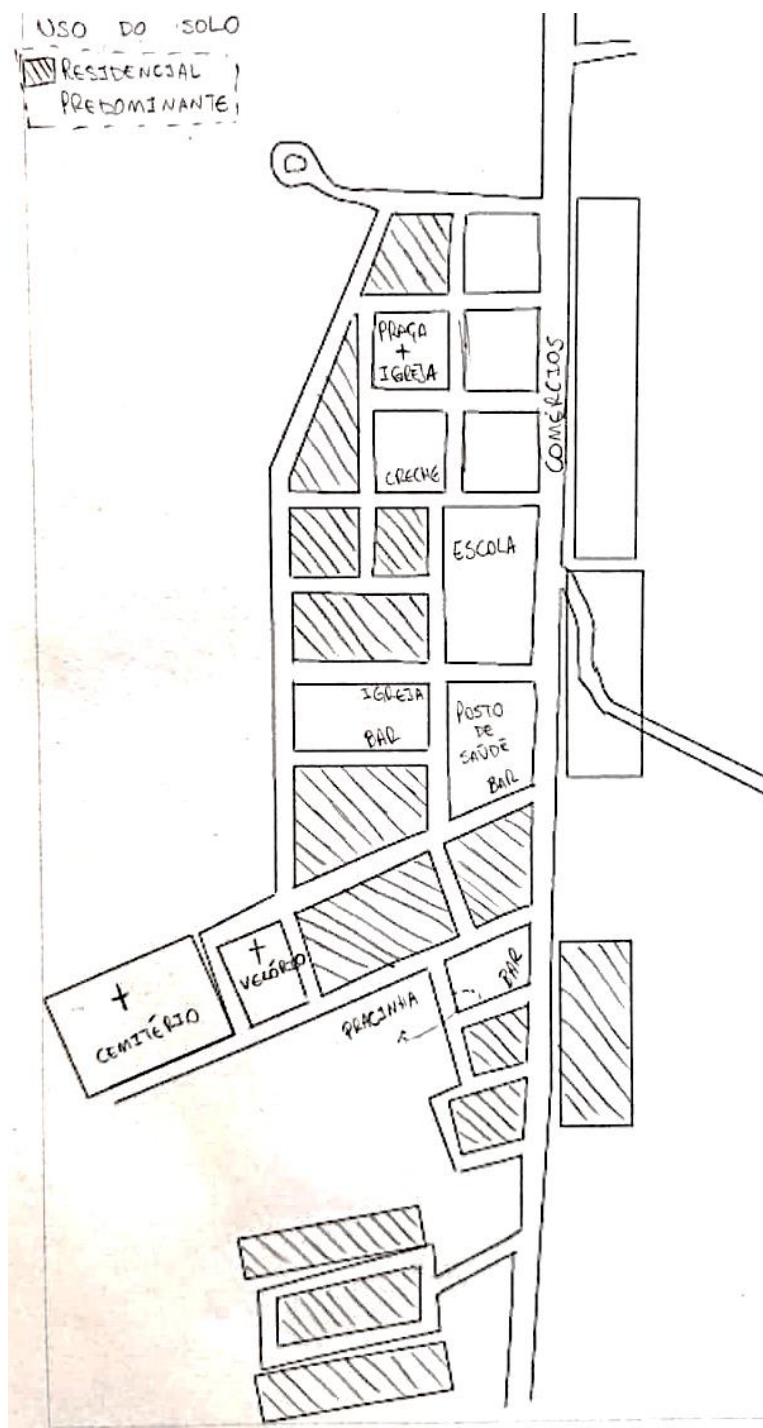
atividades de campo foram realizadas ao longo do ano de 2019, prevíamos mais visitas para complementar informações ao longo do ano de 2020, bem como participar de algumas atividades locais, como a Festa Anual de São Pedro, evento bastante tradicional na comunidade católica do distrito. Todavia, devido à pandemia de coronavírus (COVID-19) que afetou o mundo a partir deste ano, esses trabalhos de campo complementares não foram realizados. Como alternativa, buscamos informações com nossos informantes, também utilizamos fotografias disponíveis na internet, bem como, imagens do Google Street View.

Figura 1: Croqui preenchido em campo com o número de residências da sede do distrito de Teçaindã por quarteirão (Martinópolis/SP/Brasil) (2019).



Fonte: GoogleMaps (2019). Elaboração própria.

Figura 2: Croqui preenchido em campo com informações sobre o uso do solo no distrito de Teçaindá (Martinópolis/SP/Brasil) (2019).



Fonte: GoogleMaps (2019). Elaboração própria.

Com esses levantamentos e as informações disponibilizadas por moradores e pela prefeitura, foi possível elaborar a carta com informações sobre o arruamento, presença das

redes de água, esgoto e energia, equipamentos públicos, prestadores de serviços, grau de edificação e padrão das construções. Essa fase, sobretudo com a contagem do número de domicílios, foi essencial para o planejamento da aplicação dos formulários, pois foi possível calcular a amostragem e sua distribuição por setores, conforme explicaremos na seção seguinte.

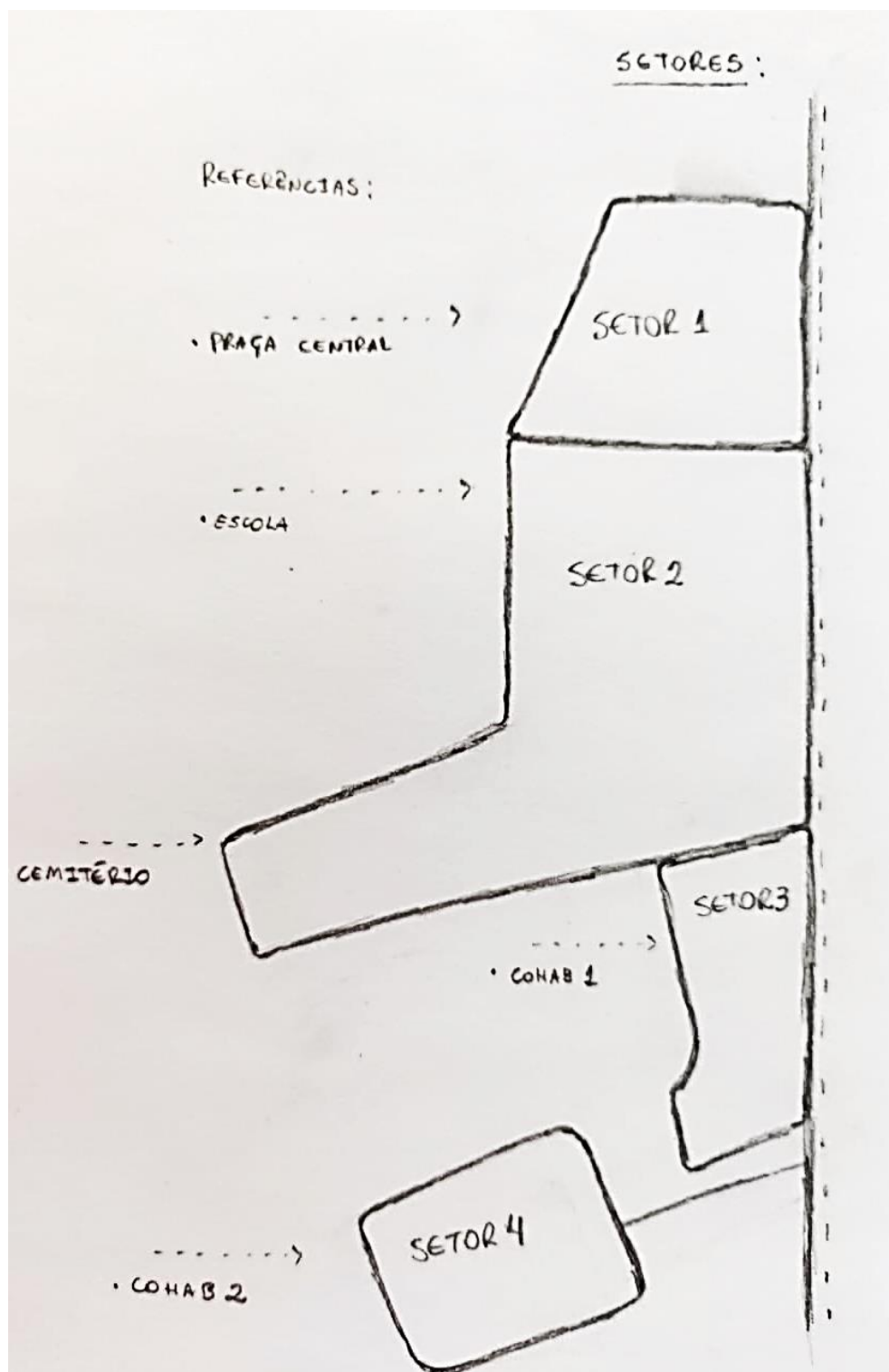
f) Aplicação dos formulários

Os formulários foram aplicados com o objetivo de levantar características gerais da população do distrito. Para a aplicação não definimos um “sujeito-tipo”, o único critério era residir no distrito. Sendo assim, definimos o tamanho da amostra de acordo com o número de domicílios no distrito selecionado, por meio do cálculo de amostragem aleatória simples e, posteriormente, foi calculado o quanto cada estrato representa proporcionalmente no conjunto (RICHARDSON, 2012).

Essa técnica se aproxima da proposta de Silva (1988) para o estudo de pequenas cidades. O autor sugere que a partir da elaboração do mapeamento das pequenas localidades, se defina setores que podem ser quarteirões ou pequenas áreas, de acordo com cada realidade, para a aplicação de formulários. Silva (1988) indica também que a amostra deve estar em torno de 30% em cada um dos setores. Desta forma, após o mapeamento da área, selecionamos os setores.

Durantes as conversas com os moradores percebemos que havia uma divisão interna assimilada por eles. Descobrimos nessas conversas que essa divisão advinha da idade dessas partes do distrito, ou fases em que foram incorporadas, a começar pelo centro, que podemos delimitar como o povoado inicial, e terminando nos conjuntos habitacionais, de implantação mais recente (Figura 3).

Figura 3: Esboço realizado em campo com os setores da vila de Teçaindã de acordo com os moradores (Martinópolis/SP/Brasil) (2019).



Fonte: Trabalho de campo (2019). Elaboração própria.

Sendo assim, associamos a necessidade de se estabelecer os setores no campo com essa divisão adotada pelos moradores, definindo quatro subdivisões para a aplicação dos formulários. Com estes definidos e a contagem de domicílios realizada, foi possível calcular a amostragem proporcionalmente, com vistas a garantir que a aplicação percorresse toda a extensão territorial do distrito. Foi averiguado em campo o total de 250 residências, distribuídas da seguinte forma entre as quatro partes:

Tabela 1: Número de formulários aplicados em relação aos setores do distrito de Teçaindá (Martinópolis/SP/Brasil) (2019).

Setor	Nº de domicílios (<i>% em relação ao total de domicílios</i>)	Nº de questionários (<i>% em relação ao total de domicílios</i>)	% em relação à amostra
1	77 (31)	37 (15)	41
2	86 (34)	31 (12)	34
3	39 (16)	12 (5)	13
4	48 (19)	10 (4)	11
Total	250 (100)	90 (36)	-

Fonte: Trabalho de campo (2019). Elaboração própria.

Sendo assim, foram aplicados 90 formulários ao longo do mês de abril de 2019, representando uma amostra de 36%, devidamente distribuídos por todo o distrito. Inicialmente trataríamos às Cohabs como apenas um setor, mas ao longo dos trabalhos de campo, observamos que deveriam ser divididas, sendo assim, ainda que não atinjam os 30% como aconselhado na bibliografia, acreditamos que, por terem um menor número de residências, a amostra atende ao nosso objetivo de distribuir os formulários por toda a localidade. Além desse cuidado de inspiração estatística, outros fatores foram considerados. No texto já mencionado de Monk e Hanson (2016[1982]), as autoras indicam algumas preocupações que podem contribuir para a superação do viés sexista na pesquisa em geografia: seleção das variáveis; escolha dos entrevistados; práticas de entrevista; fontes de dados secundários inadequadas.

Entre as práticas inadequadas ou inapropriadas na seleção e interpretação de variáveis em estudos nos quais as mulheres são ou deveriam ser incluídas está o uso de dados do cônjuge ou a presunção de que dados referentes aos homens podem descrever adequadamente toda a população ou problemas nas interpretações dos dados decorrentes da falta de atenção às mulheres. Como as autoras apontam, devemos ter cuidado ao selecionar um “representante da família”:

[...] frequentemente, os dados são coletados a partir de um único indivíduo, que, no entanto, é reportado como representante da família [...] essa prática apresenta vários problemas. Primeiro, ela pressupõe que uma pessoa representa toda a família, o que é questionável. Segundo, a agregação dos dados pelo chefe de família pode mascarar importantes diferenças de gênero, considerando que números substanciais e crescentes de residências chefiadas por mulheres em grande parte do mundo (Buvinic e Yossef, 1978). Em terceiro lugar, hábitos culturais podem levar a uma presunção de liderança doméstica masculina, mesmo quando o homem não tem a responsabilidade principal no sustento do lar (BUVINIC e YOSSEF, 1978 *apud* MONK e HANSON, 2016[1982] p. 46).

Ainda assim, cabe uma ressalva em relação à contribuição das autoras, uma vez que estas escrevem não somente em outra época, como em outro país, e atualmente no Brasil as mulheres não somente se constituem como maioria da população, como têm sido responsáveis pelo sustento de muitos lares, o que se refletiu no perfil dos respondentes, com 70% de mulheres e 30% de homens. De todo modo, para evitar essa possível falta de atenção às questões femininas, incluímos no questionário o “Quadro familiar” para distinguir, entre outros aspectos, as diferentes profissões e fontes de rendimento que poderiam ficar excluídas se as perguntas se referissem apenas aos respondentes. Os dados e informações produzidos com a aplicação dos formulários foram tabulados através do *software Excel* e organizados em gráficos e quadros para melhor análise, e foram incorporados aos capítulos finais desta tese. No próximo capítulo apresentamos e discutimos nossas escolhas teóricas e a relação entre conceitos/temas abordados e os distritos municipais.

2. A PRODUÇÃO DA ESCALA GEOGRÁFICA E OS DISTRITOS MUNICIPAIS

O objetivo deste capítulo é abordar o conceito de escala. Para isso debatemos primeiramente as concepções de espaço que articulamos para compreender os distritos municipais, principalmente numa abordagem relacional. Por sua vez, esta visão se associa as acepções de escala como uma construção social e à teoria da política de escala. Também discutimos o entendimento das ruralidades, por associarmos os distritos municipais aos espaços rurais.

2.1. Distritos municipais: estrutura administrativa brasileira, formação espacial da fronteira e concepções de espaço

O ponto de partida para a compreensão dos distritos municipais no Brasil em nossa pesquisa de mestrado, como já pontuamos no capítulo anterior, foi a definição oficial (legislação e IBGE), uma subdivisão dos municípios baseada em critérios legais que visam ao reconhecimento de uma população concentrada ou, mais frequentemente em espaços metropolitanos e/ou de grandes cidades, áreas que necessitam de atenção especial. Nossa interpretação dessa noção se encaminhou para o conteúdo positivista/naturalista presente no planejamento estatal, principalmente a política brasileira de urbanização, bem como, na ciência geográfica, na primeira metade do século XX, que tem seus vestígios nos dias atuais.

A síntese desse pensamento pode ser observada na ideia de “embrião urbano” associada a núcleos de povoamento surgidos, sobretudo, em zonas de expansão de atividades econômicas, como observamos nas palavras de Azevedo (1970, p. 248), ao pontuar que o *destino* dos povoados brasileiros era o de “[...] se transformarem em vilas (sedes distritais) e, um dia, alcançar o que significa a suprema aspiração de seus habitantes – a categoria de cidades, sedes municipais, com seus Prefeitos e suas Câmaras Municipais”. Nessa concepção, além da ideia implícita e natural de que os “embriões urbanos” progridem até tornarem-se “cidades”, ou desaparecem (evolução ou extinção), temos como desdobramento uma perspectiva essencialista que ignora que as desigualdades espaciais são geradas nos próprios processos de produção do espaço.

Em outras palavras, temos a já bastante debatida ideia de “tábula rasa”. Como se todos os povoados estivessem numa mesma posição inicial e, ao ser dada a “largada”, terminássemos

com “vencedores” e “perdedores”. Não há condições pré-existent, muitas vezes ignora-se a própria relação entre os espaços, hierarquias já estabelecidas e, sobretudo, não há sujeitos, sendo assim, não se evidencia quais são as relações de trabalho, os tipos de exploração da terra etc. Sabemos, entretanto, que esse processo de formação de povoados constitui a história de muitas cidades e municípios brasileiros, mas nosso interesse centra-se nos distritos municipais que persistem em seus “estados intermediários”: reconhecidos como distritos, porém não se tornando cidades ou sedes de municípios e nem se despovoando completamente.

Por isso, advogamos que é possível questionar a visão que embasava a criação dos distritos e que coloca como seus “destinos” possíveis o crescimento *ou* o desaparecimento, e que contamina as interpretações atuais, principalmente com a ideia de “atraso”. É nesse ponto que, como já sinalizamos no capítulo anterior, chegamos a um limite teórico, que nos motivou a ver além das determinações da formação espacial, que relegaria os distritos à simples locais de reserva e especulação para a expansão geográfica do capital, a partir dos processos da agricultura extensiva – no caso estudado na pesquisa de mestrado, a cana de açúcar –, em voga em seus entornos (zonas rurais). Além disso, em Antunes (2016) foi possível identificar que os agentes privados (do agronegócio e demais setores) atuavam de maneira seletiva nos distritos estudados e que, com o passar dos anos, as sedes (vilas) se desvalorizaram, enquanto que o espaço agrícola circundante se insere em dinâmicas relacionadas às outras escalas.

Tal questionamento se sustenta a partir do conceito relacional de espaço elaborado pela geógrafa britânica Doreen Massey (2008) com base nas seguintes proposições:

Primeiro, reconhecemos o espaço como o produto de inter-relações, como sendo constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno. [...] Segundo, compreendemos o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; como a esfera, portanto, da coexistência da heterogeneidade. Sem espaço, não há multiplicidade; sem multiplicidade, não há espaço. Se espaço é, sem dúvida, o produto de inter-relações, então deve estar baseado na existência da pluralidade. Multiplicidade e espaço são co-constitutivos. Terceiro, reconhecemos o espaço como estando sempre em construção. Precisamente porque o espaço, nesta interpretação, é um produto de relações-entre, relações que estão, necessariamente, embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está sempre no processo de fazer-se. Jamais está acabado, nunca está fechado (p. 29).

A concepção de espaço relacional contraria a noção de espaço-tempo fechado, no qual as relações são pré-estabelecidas e as divisões do espaço, tais como, em localidades, regiões e

nações, naturalizadas (SMITH, 2000). Também são naturalizadas as diferenças entre os lugares, que terminam sendo explicadas por si mesmo, ignorando-se as relações existentes, por exemplo, entre áreas dinâmicas e estagnadas. Esse problema específico foi tratado por Massey em *“Spatial Divisions of labour: social structures and the geography of production”* (1984), quando argumentou que um espaço só se forja em relação à outro, refutando a ideia, corrente na época, que o “problema regional” é um fato por si só, algo que simplesmente “acontece”, como se as regiões deprimidas fossem de algum modo responsáveis por seus “destinos”, ignorando-se que não se compreende a riqueza de uma região sem compreender a pobreza das demais (ALBET; BENACH, 2012).

Se essa ideia – de que as regiões estão atreladas aos sistemas de organização espacial das relações de produção capitalistas e que as diferenças regionais são inerentes a esse processo, como colocam Silva et al (2017) -, na atualidade parece óbvia para muitos casos, já amplamente estudados, argumentamos que no caso dos distritos municipais tal discussão ainda pode ser aprofundada. Exemplo disso é que, frequentemente, espaços como os distritos municipais são interpretados no discurso oficial do Estado, na mídia e em alguns setores acadêmicos por suas *negatividades*: estagnado (ou não-dinâmico), local (ou não-global), rural (ou não-urbano), isto é, por aquilo que “não-são”.

Monastiky et al (2009), ao estudarem os distritos dos municípios da Região dos Campos Gerais no Paraná (área de influência de Ponta Grossa-PR) a partir das relações com o Poder Público Municipal, cunharam a expressão “a escala esquecida” por identificarem sua desconsideração nas políticas públicas.

Essa constatação veio das queixas dos moradores em relação a serviços e infraestruturas básicas: energia, água, tratamento de esgoto, comunicações, transportes, equipamentos de lazer/entretenimento/cultura, serviços públicos de saúde, correio, internet, segurança etc., em síntese, demandas por condições mínimas de qualidade de vida (MONASTIKY ET AL, 2009). No mesmo sentido, Bremaeker (1993), em sua pesquisa sobre a emancipação de municípios (elevação do nível de distrito ao de município), levantou que entre as razões indicadas para iniciar o processo emancipatório, o “descaso por parte da administração do Município de origem” (p. 05) foi indicado por 62,9% dos 62 prefeitos participantes da pesquisa.

Esse descaso ou esquecimento por parte da gestão pública (do nível municipal ao federal) também foi identificada por nós em Jamaica e Jaciporã (distritos do município de Dracena-SP, Região Oeste do Estado de São Paulo). Embora não necessariamente relacionada

ao desejo de uma possível emancipação, havia uma clara percepção por parte dos moradores e moradoras de que os distritos municipais recebiam pouca ou nenhuma atenção das prefeituras (ANTUNES, 2016).

Retomando o argumento de que as áreas estagnadas tendem a ser compreendidas como responsáveis por sua própria estagnação (que é uma visão essencialista do espaço), a falta de atenção destinada aos distritos municipais do ponto de vista da gestão do território pelos poderes públicos (municipal, estadual e federal), permite a interpretação de que a visão oficial é a de que não caberia nenhum tipo de planejamento específico para esses distritos que viesse a contribuir para a superação dessas condições.

Uma vez que, com a delimitação da categoria distrito municipal há uma intencionalidade pré-determinada que é o desenvolvimento de um centro urbano (ou sede municipal), quando esta não se cumpre (por diferentes razões que não podem ser interpretadas apenas na escala local) já não há mais respostas do ponto de vista da gestão pública, que passa a interpretá-los como fracassados em seu objetivo principal, ou seja, aquela *linha de progresso* utilizada para interpretar as desigualdades regionais pode ser identificada aqui.

É evidente que os que vivem em distritos municipais não se excluem de nenhum tipo de política pública destinada à população de modo geral, porém, pela condição específica dessas localidades também surgem demandas particulares que não encontram espaço para discussão na arena política do país. Nesse sentido, outro ponto que se evidencia é a questão da desigualdade de poder – no exemplo citado, falamos do poder político institucionalizado, embora, ele não esteja desarticulado e não nos impeça de pensar nos demais âmbitos que o conceito amplo de poder abarca.

Na Geografia, o conceito de poder é incorporado – sobretudo a partir da filosofia – em diferentes perspectivas. Podemos elencar diversas contribuições, por exemplo, da teoria marxista amplamente trabalhada na Geografia Crítica, que mais comumente situa o poder no aparelho do Estado, também sendo visto de uma maneira negativa, algo a ser combatido, ou ainda, de uma maneira mais ampla e considerando as relações sociais, dividido em poder político, econômico e social.

Outro exemplo é a concepção de poder da filósofa Hanna Arendt que embasou as elaborações sobre território de alguns geógrafos como Souza (1995) e Fernandes (2009), ao considerar exatamente a ampliação desse conceito para além do Estado. Ela entende o poder como uma habilidade humana: “[...] o poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence

ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido” (ARENDT, 2007, p. 24). Para Souza (1995), sua grande contribuição para a análise espacial é que a autora livra o conceito de sua associação restrita ao Estado, assim como, do caráter de dominação e violência. Nesse sentido, para Fernandes (2009), essa visão permite ver o conceito de território para além de uma suposta materialidade do Estado e aberto para analisar a ação dos sujeitos sociais.

Uma obra de grande relevância é “Por uma Geografia do Poder” de Claude Raffestin (1980), em que o autor trabalha o conceito a partir das elaborações de Michel Foucault. O autor faz uma diferenciação entre poder com “P” maiúsculo e com “p” minúsculo:

O “Poder”, longe de ser negligenciável, se torna mais familiar, mais marcante e também mais habitual quando aparece envolto em sua dignidade de nome próprio. Isso continuará assim enquanto a confusão entre Estado e Poder for facilitada. Pretender que o Poder é o Estado significa mascarar o poder com uma minúscula. Este último “nasceu muito cedo, junto com a história que contribuiu para fazer”. O poder, nome comum, se esconde atrás do Poder, nome próprio. Esconde-se tanto melhor quanto maior for a sua presença em todos os lugares. Presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem (RAFFESTIN, 1980, p. 52).

Esta é uma perspectiva que analisa o poder para além daquilo que é maciço, visível e identificável, como o poder do Estado que limita os territórios, controla a população e domina os recursos:

Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui (FOUCAULT, 1979, p. 75).

Trata-se daquilo que está intrínseco em toda relação, se manifesta na relação, sendo assim, é um processo de troca e comunicação. Raffestin (1980, p. 53) sintetiza as proposições de Foucault sobre o poder da seguinte maneira:

1. O poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos;
2. As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.), mas são imanentes a elas;
3. O poder vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados;
4. As relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas;
5. Onde há poder há resistência e, no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder.

O poder é relacional, por isso, multidimensional. A intencionalidade reflete as finalidades imbuídas nas relações e a resistência revela o caráter dissimétrico destas. Nesse sentido, não há também uma distinção entre poder econômico, político, cultural etc., pois toda relação é um lugar de poder (RAFFESTIN, 1980).

Doreen Massey (2000), por sua vez, elaborou o conceito de “geometrias do poder”, a partir da ideia de que o espaço não é um simples receptáculo no qual os eventos se passam, mas o resultado de processos que se estendem desde a intimidade do próprio corpo ao todo global. Dessa maneira, o conceito evidencia o papel que o poder tem na construção de uma prática social espacializada e na posicionalidade dos sujeitos e lugares (ALBET; BENACH, 2012).

O conceito mostra que poder e espaço estão intimamente entrelaçados, o espaço está imbuído de poder, este, portanto, tem sua espacialidade, sua cartografia, sua *geometria*. A autora explica que essa afirmação não é necessariamente inovadora: é fácil visualizar a desigualdade de poder entre uma cidade global, capaz de articular redes e se unir a muitos outros lugares, subordinando-os a seus ditames, e espaços locais, que não possuem os atributos para participar dessas mesmas redes. Mas, para além de evidenciar que o poder está no espaço e o espaço está no poder, a autora busca revelar como a conceituação de poder está relacionada com a conceituação de espaço (MASSEY, 2009).

O conceito de geometrias do poder de Massey (2009) vai ao encontro dos apontamentos de Allen (2003) expostos na ideia de “geografias perdidas do poder”. O autor ao analisar o debate mais recente em relação à incorporação das elaborações amplas sobre o poder – frequentemente associadas à Foucault, mas também presentes em diferentes interpretações e perspectivas teóricas, como em Gramsci, Arendt e Deleuze, para citar algumas – na Geografia, indica que entendimentos superficiais e genéricos dessas teorias, expressos em afirmações como “o poder está em todos os lugares”, “o poder vem de toda parte”, têm limitado, em vez de favorecer a compreensão espacial sobre poder.

Daí sua provocação de que uma “geografia” estaria sendo “perdida”, ou seja, encoberta por tais interpretações simplistas, há toda uma *geografia do poder*. Allen (2003) faz essa afirmação a partir da interpretação de que, de fato, o poder não é uma “coisa”, um dado fixo, palpável, facilmente localizável, todavia, justamente por essas características é que não se estenderia simplesmente por toda parte, em distâncias curtas e longas, de maneira idêntica:

Poder, como eu entendo, é um efeito relacional da interação social. Pode preencher a lacuna entre aqui e ali, mas apenas através de uma sucessão de

relações mediadas ou através do estabelecimento de uma presença simultânea. As pessoas são localizadas pelo poder, mas elas o experimentam em primeira mão através dos ritmos e relacionamentos de lugares particulares, não como uma força pé-empacotada de longe e não de maneira onipresente. As diversas geografias de poder que eu quero destacar trabalham através de relações de proximidade e alcance para trazer o longínquo para as vidas das pessoas e também para fazer com que as pessoas às vezes pareçam remotas. É essa compreensão do que a geografia pode fazer que se perdeu, ou melhor, talvez eu deva dizer que é essa geografia particular de poder que está à espera de ser entendida pela primeira vez (ALLEN, 2003, p. 02 [tradução nossa]).

Allen (2003) expõe como a geografia, o espaço e as espacialidades são fundamentais para compreender as maneiras em que o poder opera e seus efeitos. Ele argumenta, por exemplo, que relações distintas de proximidade e alcance geram resultados diferenciados, de modo que essas são questões que devem ser colocadas para expressar geograficamente o poder. Nesse sentido, argumenta que o poder não é único e nem sempre é o mesmo, fazendo-se necessário estipular de que tipo particular desejamos tratar e as peculiaridades decorrentes disto.

Dessa forma, Massey (2009), com base em Allen (2003), articula o conceito de poder num sentido amplo e relacional (enquanto dividido em modalidades: social, político, econômico) e, do mesmo modo, como o poder com “p” minúsculo, difuso:

Que o poder tem uma geografia é algo que é conhecido implicitamente [...] Além disso, também é o caso de que essa proposição se aplica a todas as formas de interação social que são reunidas sob esse termo abrangente - seja o poder da violência, da autoridade ou da sedução (as várias formas de "soft power", comumente agora reconhecido como sendo implantado, mesmo ao lado da violência física), da dominação, da criatividade ... (na verdade, pode ser que essas diferentes modalidades de poder tenham se inscrito dentro delas, em função de suas diferentes naturezas, propensões a distintas geografias - ver Allen, 2003). Ou, novamente, as diferentes instâncias de uma formação social (a econômica, a política, a cultural, por exemplo) podem ser analisadas como tendo suas próprias geometrias de poder, mesmo que indubitavelmente elas sejam relacionadas umas às outras, flexionando umas às outras, e muito provavelmente reforçam um ao outro (MASSEY, 2009, p. 18 [tradução nossa]).

O conceito de Massey, desse modo, nos permite revelar a geografia das relações de poder que Allen (2003) denunciou estarem perdidas. As geometrias do poder evidenciam que essas relações (nunca acabadas) estão sendo construídas entre grupos sociais, lugares, e países de maneiras diferenciadas e de formas desiguais. As geometrias do poder permitem que se compreenda que cada grupo e sujeito se situam de maneira heterogênea em relação aos fluxos e interconexões do espaço.

O exemplo abordado por Massey (2000) são os debates em relação à compreensão de tempo-espaço, que indicam uma aceleração atual do tempo pelas forças econômicas da globalização. A autora aponta que ela não vem ocorrendo para todos de maneira igual, que se trata, conseqüentemente, de uma questão de diferenciação social que constitui a geometria do poder:

Não me refiro simplesmente à questão de quem se movimenta e de quem não o faz, embora essa questão seja um elemento importante; trata-se também do poder em relação aos fluxos e ao movimento. Diferentes grupos sociais têm relacionamentos distintos com essa mobilidade diferenciada: algumas pessoas responsabilizam-se mais por ela do que outras; alguns dão início aos fluxos e movimentos, outras não; algumas ficam mais em sua extremidade receptora do que outras; algumas são efetivamente aprisionadas por ela (MASSEY, 2000, p. 179).

A ideia de que o espaço é constituído de relações, que é a esfera da existência da multiplicidade e que está sempre num processo de fazer-se, é uma obra de nosso mundo em curso, abre-o ao “político”, traz as questões do poder para o centro do debate: “A dimensão do espaço entra, necessariamente, na política (pois, se o futuro não estivesse aberto, não haveria possibilidade de mudá-lo e, portanto, não há possibilidade de política)” (MASSEY, 2009, p. 17 [Tradução nossa]). Massey revela que é o espaço (como dimensão social, mais que humana) que nos coloca uma das mais importantes questões sócio-políticas: *“como vamos viver juntos?”* (ABEL; BENACH, 2012, p. 205).

Nesse sentido, pode-se trazer essa questão para lugares pequenos em termos populacionais, em que as possibilidades de relacionamentos com outros lugares são reduzidas muitas vezes às suas redondezas. A política é uma arena sempre aberta a reivindicações futuras, não previstas, como argumentaremos em relação aos distritos municipais, além disso, quando Massey diz relações, ela inclui também as relações desfeitas, refeitas ou o “não se relacionar”. Os distritos municipais e os sujeitos sociais identificados com esses espaços se posicionam nas geometrias de poder do tempo-espaço em situações de subalternidade e imobilidade em relação aos fluxos e dinâmicas ditas globais – ou seja, estão submetidos à processos que se dão em outras escalas geográficas e possuem pouco controle sobre estes.

Como Massey (2000) explana, diferentes relações espaciais, como a mobilidade diferenciada de alguns grupos e o controle sobre essa mobilidade, refletem e reforçam o poder, isso implica diretamente no alcance de suas relações, no controle e no número de conexões que são capazes de realizar. Daí a importância de uma perspectiva que se oriente pelo conceito de

escala como uma construção ativa que evidencia as relações de poder. Desse modo, buscamos estudar os distritos numa perspectiva que supere as dimensões do *atraso*, para vê-los como uma escala *socialmente construída*.

2.2. Distritos municipais como objeto de análise e área de estudo: *enquanto e através* das escalas geográficas

Na seção anterior procuramos demonstrar que os distritos municipais criados sob os postulados do Estado brasileiro no século XX, assim o foram com um objetivo específico: a formação de (ou estímulo a) um núcleo urbano ou de uma sede de município (cidade na legislação brasileira). Apesar disso, muitos distritos municipais permanecem na atualidade exercendo outras funções, mesmo em condições de estagnação econômica e populacional. Nesta parte, em continuidade, queremos evidenciar a problemática da escala geográfica.

Argumentamos que a problemática da escala geográfica é fundamental para compreender espaços com essas características, pois, suas dinâmicas extrapolam a “questão local” a que são relegadas (numa perspectiva fechada de espaço em que os lugares e suas características explicam-se por si mesmas), sendo assim, não podem ser interpretados de maneira desvinculada ou mesmo oposta às dinâmicas globais (ou de outras escalas mais amplas).

Na Geografia, por um longo período, se estabeleceu a concepção de um sistema rígido e fechado de escalas, que permanece até a atualidade, não somente no âmbito científico, mas também bastante enraizado nas políticas públicas e no senso comum. Numa visão de espaço fechado, as escalas também são vistas dessa forma, é a tão criticada ideia da boneca *Matrioska*, na qual o espaço é composto por partes que se encaixam de maneira hierarquizada. Por sua vez, a perspectiva das escalas geográficas como uma construção social trata-se de uma rejeição à essa ideia de escalas *ontologicamente* dadas, ou seja, de que estão “prontas” na realidade, cabendo a quem pesquisa apenas reconhece-las. Esta também é uma visão complementar ao conceito de espaço aberto e inter-relacional.

Para fins de uma rápida diferenciação, a escala cartográfica, como explica Souza (2013): “[...] consiste, simplesmente, na relação matemática que existe entre as dimensões de um objeto qualquer no mundo real e as dimensões do desenho que representa esse mesmo objeto” (p. 179-180). A escala geográfica, quando a compreendemos como um conceito – para além de uma

noção –, está longe de uma relação exata entre o real e as maneiras como se pretende representá-lo, ou seja, existem questões complexas que mesmo não explícitas, se fazem presentes quando dizemos que algum problema é “regional” ou se dá em “nível global”.

Isso não quer dizer que se despreza ou minimiza-se a importância da escala ou da representação cartográfica, a distinção serve para marcar que se tratam de questões de outra natureza. Como Racine, Raffestin e Ruffy (1983, p. 124) afirmam “A cartografia é um instrumento disponível, mas não é a ‘Geografia’” e tal como Massey (2008, p. 161) ao analisar um mapa parafraseia a famosa frase do quadro de Magritte e diz “Ceci n’est pas l’espace”, a escala geográfica está além da representação, é um elemento concreto da própria extensão ou magnitude do espaço (SOUZA, 2013).

Tal indistinção ou confusão costumeiramente é apontada como uma das razões de não haver debates aprofundados sobre o tema na Geografia. Trata-se também de uma das heranças da Geografia Clássica, evidente na divisão entre as “geografias regionais” e a “Geografia geral”: de um lado, se estuda os países e as regiões e, de outro, se estuda o globo, com pouco foco nas suas interações (BAHIANA, 1986).

Sendo nosso objetivo estudar a produção da escala geográfica nos distritos municipais, isso deve abarcar como o espaço é constituído (por seus sujeitos, grupos sociais e instituições) em suas relações com outros espaços. Assumindo uma postura anti-essencialista, ao “[...] imaginar o espaço como uma simultaneidade de histórias-até-agora (*“Stories-so-far”*)” (MASSEY, 2008, p. 29), e estudar os distritos *como* uma escala – socialmente produzida, por isso o uso do *enquanto* no título da seção – no qual buscamos evidenciar sua temporalidade.

Sendo assim, quando se associa os distritos municipais às ideias de povoado, formação espacial da fronteira e indica-se que seu embasamento legal é o Decreto-Lei 311 de 1938, deseja-se evidenciar que o Estado impõe uma visão específica de espaço. Nesse caso, como *tábula rasa* para suas ações, não importando suas especificidades, características naturais e tampouco as populações originárias. Existe uma clara intencionalidade em cada um desses “níveis” criados. Assim, quando pensamos em município, estado ou região a partir da perspectiva do Estado, devemos *historicizar* essas expressões para identificar o que é esperado em termos de suas funções no contexto maior que é o país ou a escala nacional.

Reconhecemos, desse modo, uma *noção de escala* presente na ação do Estado. Por *noção* entende-se “uma ideia utilizada em diferentes matrizes científicas discursivas” (MELAZZO, CASTRO, 2007, p. 135). A escala como *noção* é o sentido que está mais próximo

da escala cartográfica, ou seja, da representação. Designa uma medida comum para todas as partes de um todo: “[...] A escala aparece, ainda, como uma estratégia de reprodução de uma realidade anterior e já dada, restando a quem a mapeia a tarefa de reproduzi-la” (p. 136). E se a realidade é dada anteriormente, ela também seria imutável, indicando assim, uma perspectiva de espaço receptáculo e sem historicidade. É o que acontece muitas vezes quando se considera as desigualdades espaciais, o subdesenvolvimento ou a ideia de áreas ou regiões “atrasadas”.

Daí o risco de se adotar as “escalas oficiais” sem o rigor científico necessário. A escala como noção remete às práticas de divisão do espaço ou de sua leitura como dividido que encontramos na própria definição de distrito municipal adotada pelo Estado brasileiro. Tal perspectiva foi corrente em parte considerável da Geografia Tradicional e da Neopositivista, que influenciou o planejamento via Estado de muitos países, como o Brasil em meados do século XX. A escala como noção, na qual é dada *a priori* e se explica por si só, pode esconder que ela carrega um modo específico de conceituar o espaço, assim além de superar essa visão, é frutífero também desvendar seu embasamento, até mesmo como um ponto de partida para compreender a realidade concreta que ela também contribui para produzir.

É o que se observa na divisão territorial do nosso país, que utiliza um único modelo para todos os estados e regiões, independentemente de suas características específicas. Importantes e extensos debates podem ser realizados, por exemplo, a respeito do que é a escala municipal no Rio Grande do Sul ou em Minas Gerais e o que ela representa em estados da região Norte, ou ainda sobre a própria concepção de região e suas variações (grandes regiões, microrregiões, problemas regionais). O que igualmente afirma-se dos distritos municipais: uma *escala oficial* criada com uma intencionalidade, num contexto específico e que implica em algumas consequências, pois, como explica Marston (2000), dizer que uma escala foi *produzida*, não significa dizer que ela não apresenta efeitos concretos no espaço. Delaney e Letner (1997) argumentam, a partir do exemplo do debate posterior à Guerra Civil Americana entre federalistas e anti-federalistas, que ali os participantes da política americana pré-constitucional, estavam engajados na construção de escala, e que seus efeitos reais e significativos são sentidos nos dias de hoje.

A visão de espaço pronto para receber as divisões, e a naturalização destas que é realizada com uma intencionalidade, traz como consequência, quando esta não se cumpre, a naturalização também de sua condição atual. A discussão desenhada na seção anterior a respeito da “escala esquecida”, revela o que Souza (2013) explica sobre a visão ainda corrente

entre pesquisadores e planejadores a respeito do espaço, que inclui uma interpretação das escalas como fechadas, ou seja, da realidade como dividida em “camadas”, nas quais os sujeitos se inscrevem, camadas capazes de influenciar a vida desses sujeitos, mas pouco influenciadas por eles, pode-se interpretar que muitas vezes a condição dos distritos municipais é naturalizada.

O “esquecimento” pode representar também um fechamento, sua circunscrição a uma “escala local”. Isso remete a uma associação de *local* a *pequeno*, entretanto, mais importante que o número absoluto (seja de habitantes ou negócios), são as relações que os espaços estabelecem com outros espaços e o controle dessas relações exercidos pelos sujeitos e instituições. Koga (2016) recomenda que no Brasil deve-se sempre considerar a dimensão continental e as contradições, que levam a uma mistura de “graúdos e miúdos”: grandes cifras que escondem/revelam pequenos números. O exemplo trabalhado pela autora é o número colossal de “cidades” (nos termos legais, ou seja, sedes de município) existentes no Brasil: 5.570, das quais 70% apresenta uma população inferior a 20 mil habitantes. A desigualdade de distribuição da população pelo país não pode ser explicada por um “voluntarismo”, trata-se de condições materiais que implicam nessas discrepâncias e, por consequência, terminam também por revelar as desigualdades de poder: seja no acesso a serviços básicos ou na participação da vida política do país.

Brandão (2004), ao estudar abordagens clássicas ou conservadoras de desenvolvimento, assinala que estas possuem uma visão de local como “espaço-plataforma”: “inerte, dotado de contiguidade, um plano geométrico, onde cristalizariam as aglomerações humanas e agrupar-se-iam certas atividades econômicas” (p. 44). Logo, o desenvolvimento é algo externo, que se espalha das áreas desenvolvidas para as não-desenvolvidas. Essa é a visão presente no planejamento de caráter centralizador, que indica que a escala local é passiva diante da escassez de recursos materiais ou humanos, tornando-a dependente das escalas regional ou nacional.

Nesse sentido, é preciso avançar em sua compreensão a partir de um tratamento conceitual, não apenas dessa, mas de todos os termos que se relacionam à questão das escalas geográficas. De acordo Melazzo e Castro (2007), a interpretação da escala como um conceito é a posição de entendê-la como uma elaboração teórica e não um dado pronto. As construções teóricas de escala costumam distanciar-se de sua redução a medidas, proporções ou a elaborações relacionadas à linguagem matemática e se aproximar do debate da produção de

oposições, fronteiras e limites dos processos sociais, em síntese, vendo-as para além de um recurso metodológico (MELAZZO, CASTRO, 2007).

Uma das propostas que vem sendo construída na Geografia é a *política de escalas*, mais difundida na geografia britânica e estadunidense, que busca evidenciar como as escalas são articuladas e socialmente construídas (SOUZA, 2013). Para a análise da escala geográfica, essa perspectiva permite considerar o movimento que vai da “divisão do espaço” em localidades, regiões ou nações para a compreensão da construção da escala geográfica como um processo social: “A escala é produzida na sociedade e mediante a atividade da sociedade que, por sua vez, produz e é produzida por estruturas geográficas de interação social” (SMITH, 2000, p. 139).

A escala é vista, dessa maneira, não como um artifício metodológico que dá visibilidade ao real, mas ela em si mesma pode ser um objeto de análise buscando-se empreender a construção de “uma gramática conceitual apropriada para representar o caráter processual, dinâmico, e politicamente contestado da escala geográfica e dos arranjos institucionais” (BRENNER, 2013, p. 207). Ainda que, como alerta Brenner (2013), os conceitos escalares sejam fundamentais para a compreensão da realidade, não excluem outros e, portanto, não podem ser confundidos com espaço, lugar, territórios ou redes.

Swyngedouw (2013) afirma que a escala é tanto consequência como resultado da luta social por poder e controle. Seu argumento central é que nossa prioridade no tratamento teórico-metodológico não deve se assentar em nenhuma escala em particular, mas no processo que permite que as escalas particulares se reconstituam, em outras palavras, a escala não é nunca o ponto de partida. A partir do exemplo de como crises econômico-financeiras tem causas e efeitos em variadas escalas, o autor explica que a multiplicidade de níveis e perspectivas escalares evocadas para compreender um acontecimento como, por exemplo, a falência de um banco, indica que a escala não é nem um território geográfico ontologicamente dado e definido *a priori*, nem uma estratégia discursiva politicamente neutra na construção de narrativas.

O autor promove um diálogo com o conceito de geometrias de poder de Doreen Massey argumentando que as relações sociais estão sempre constituídas por meio de relações temporais e espaciais de poder, de modo que, a todo momento são transformadas, o que evidencia o caráter de construto das escalas geográficas:

En verdad, estas relaciones sociales están asentadas en el sentido de que ellas regulan (pero en formas altamente contestatarias) el control y el acceso a la

transformada relación naturaleza/lugar, pero estas relaciones también se extienden sobre un cierto espacio discursivo, material y social. Es aquí que el tema de la escala geográfica surge de manera central. Las relaciones socioespaciales operan sobre cierta distancia. De hecho, la escala surge del carácter socioespacial de la transformación constante de los lugares (SWYNGEDOUW, 2013, p. 509).

Sendo assim, o fazer e o refazer de escalas é parte das estratégias e dos conflitos sociais para controlar e estar em uma posição de poder:

En un contexto de regulaciones ecológicas y sociales heterogéneas, organizadas en el nivel local, regional y nacional, la movilidad de la población, los bienes y los lujos hipermóviles de capital y de información, permean y transgreden estas escalas en maneras que son profundamente excluyentes y de la disminución de poder para aquellos que operan a otros niveles escalares (SWYNGEDOUW, 2013, p. 509).

A partir das elaborações de Swyngedouw (2013[1997]), Brenner (2013) propõe uma atitude teórico-metodológica para que se rompa com as heranças da escala como noção, e que não se parta de uma escala *a priori* para a análise de uma determinada questão. No exercício que chamou de *escalamento* e *reescalamento*, ele advoga para um foco maior na relação entre os limites estabelecidos do que no limite em si, nas relações entre as escalas do que em sua precisão.

O autor explica que as escalas podem ser interpretadas como “resultados temporariamente estabilizados de diversos *processos* socioespaciais, que devem ser teorizados e investigados nos seus próprios termos”, assim, são os processos, mais do que as escalas em si, que devem ser o foco das análises teóricas (BRENNER, 2013, p. 209 [grifos do autor]). Por isso, além de problematizar o que é a “escala distrital” e seus significados na realidade brasileira, é preciso compreender esses espaços em suas interações com outros, entendendo assim que as escalas são produzidas nessas relações, portanto, não podem ser lidas como estáticas, fixas ou permanentes.

Sallie Marston (2000) avança nesta crítica de que a escala não é necessariamente uma estrutura hierárquica pré-estabelecida para ordenar o mundo, como se este fosse dividido em “camadas”: local, regional, nacional e global. A geógrafa estadunidense aponta que, ao contrário, a escala é um resultado *contingente* de tensões, relações entre forças estruturais e práticas humanas. Contingente, grosso modo, quer dizer tudo aquilo que não é *necessário*, que pode ser ou não ser, ou ser algo diferente do que é (JAPIASSU E MARCONDES, 1990).

Na perspectiva de Marston (2000), escala é entendida de forma muito semelhante a espaço para Massey: construído por meio de inter-relações, não é, portanto, um fato externo que aguarda a descoberta; é uma maneira de se enquadrar realidades sociais. Com esse argumento, Marston (2000) expõe que, frequentemente, os estudos que abordam a escala geográfica a tomam como um fator para a construção de espacialidades, mas não como um produto em si das relações geográficas.

Escala, nesse sentido, não deve ser compreendida como tamanho (setor censitário, província, continente) e nível (local, regional, nacional), mas como um elemento *relacional*: “como geógrafos, então, nosso objetivo com relação à escala deve ser entender como as escalas particulares se constituem e se transformam em resposta à dinâmica socioespacial” (MARSTON, 2000, p. 220-221). A autora indica que a escala é constituída e reconstituída em torno das *relações de produção capitalista, reprodução social e consumo*, e que a atenção a todos os três conjuntos de relações é crítica para compreender plenamente a construção social de escala.

Marston (2000, p. 221) indica três elementos para alcançar essa compreensão. O primeiro, como já apresentado, é que a escala não é um fato externo que aguarda a descoberta, mas um modo de enquadrar a realidade; a segunda assertiva é que esses enquadramentos – “as formas particulares em que a escala é construída” – são tangíveis e tem consequências materiais: “Em outras palavras, a criação de escala não é apenas uma prática retórica; suas consequências estão inscritas e são o resultado de ambas as estruturas sociais da vida cotidiana e do nível macro”. E, por fim, a terceira assertiva apresentada é que os enquadramentos são constantemente contestados, contraditórios e não necessariamente duradouros (caráter contingente).

A autora expõe alguns dos componentes estruturais que uma teoria de escala precisaria levar em conta: os atores políticos estatais; de capital e não-estatais, como trabalhadores, partidos políticos e ativistas políticos, com ênfase nas interações entre eles. Em suma, a construção em escala é um processo político endêmico para o capitalismo, cujo resultado está sempre potencialmente aberto a novas transformações (MARSTON, 2000).

Delaney e Letner (1997), geógrafos estadunidenses, ao apresentarem o volume 12, número 2, do periódico *Political Geography*, denominado de “Political Geography of Scale” colocam um questionamento contundente em relação à teoria da política de escalas: “A problemática de escala neste contexto surge das dificuldades de responder à questão: uma vez

que a escala é construída ou produzida, onde no mundo ela está?” (p. 96-97 [Tradução nossa]). Os autores argumentam que, naquele momento, poucos trabalhos empíricos haviam sido realizados a fim de mostrar como a construção da escala é produzida por sujeitos engajados em transformações políticas ou, ainda, demonstrando o significado dessas práticas para o entendimento de processos sociais.

Apresentavam, então, naquela edição quatro trabalhos com resultados de investigações que articulavam esse corpo teórico: o artigo “The dramaturgy of horizons: geographical scale in the ‘Reconstruction of Italy’ by the new Italian political parties, 1992–1995” de John Agnew – também citado em Marston (2000), da Universidade da Califórnia, que tratava da forma com que os diferentes partidos que disputavam as eleições nacionais de 1994, consideravam a escala nacional, demonstrando que as construções de escala geográfica são parte integrante das opções apresentadas pelos partidos políticos para a reconstrução da política italiana:

A Liga do Norte propõe um forte federalismo com a "República do Norte" como protótipo; a Aliança Nacional oferece um "retorno" a um governo nacional forte; Forza Italia vende uma mistura de consumismo nacional, austeridade e liderança forte, e o Partido Democrático da Esquerda propõe uma mistura de municipalismo e assistencialismo nacional (AGNEW, 1997, p. 95 [Tradução nossa]).

Em “Reconfiguring the spatiality of power: the construction of a supranational migration framework for the European Union”, Helga Letner examina a construção política da escala nas questões envolvendo o espaço supra estatal em emergência com a consolidação da União Europeia (EU), abordando, em específico, a questão da imigração para cidadãos de países que não fazem parte da EU. Abordando a questão das fronteiras, o artigo chama a atenção para as conexões entre a construção da escala, a territorialização do poder e a política da mobilidade: “O quadro supranacional de imigração instituído por acordos e convenções intergovernamentais, tanto ‘dentro’ como ‘fora’ das estruturas da UE, cria uma complexa estrutura territorial de governo destinada a assegurar um melhor controle das fronteiras externas comuns” (DELANEY; LETNER, 1997, p. 96 [Tradução nossa]).

O próximo trabalho é de Andrew Herod, intitulado “Labor's spatial praxis and the geography of contract bargaining in the US east coast longshore industry, 1953–1989”, no qual são abordadas as estratégias escalares implantadas no contexto de negociações de contratos de trabalho ao longo de mais de uma geração. Ele descreve o complicado surgimento de uma escala "nacional" de cobertura contratual para a *International Longshoreman Association*, com base

em acordos portuários e regionais anteriores. A questão estratégica dizia respeito à escala na qual a negociação ocorre, mas o objetivo final era a equalização das condições de trabalho durante uma era de profundas mudanças na natureza (e política) do transporte marítimo. A escala, como pode-se notar, torna-se formalizada em acordos sobre quais questões devem ser cobertas pelo contrato principal e quais devem ser deixadas para as unidades de negociação locais. As práticas críticas que produziram essa divisão escalar de responsabilidades foram as negociações apoiadas por ações diretas dos trabalhadores.

O artigo “Political action and the geography of defense investment: geographical scale and the representation of the Massachusetts Miracle”, de Byron Miller, encerra a edição abordando os investimentos em defesa e os movimentos pela paz nos anos 1980, no Estado de Massachusetts. O foco do artigo é a relação entre estratégias retóricas e práticas reais de atores políticos que operam e se situam em diferentes escalas geográficas. Ele mostra a disjunção escalar entre a retórica e a prática de gastos com defesa em Massachusetts, empregada por políticos federais e estaduais, e como suas estratégias retóricas foram usadas para impedir o crescimento do movimento pela paz. Concepções de escala geográfica também foram cruciais para as demandas do movimento pela paz que uma hierarquia crescente de escalas geográficas - estados e, eventualmente, todo o país - deveria ser libertada das armas nucleares e os imperativos da Guerra Fria em que o Estado central esteve envolvido.

Vale a pena notar aqui que nenhum dos estudos nesta edição adota uma simples noção dualista de política. Em todos os estudos há uma multiplicidade de atores cujos interesses e ideologias podem, de tempos em tempos, coincidir ou divergir. Tudo o que é produzido ou construído a partir desses encontros tem os traços de compromisso, de múltiplas contradições e tensões, de ambiguidade crítica e de instabilidade potencial. Como estes trabalhos mostram, a construção política da escala como um projeto teórico envolve necessariamente a atenção às relações entre espaço e poder, e às concepções e ideologias de espaço e poder que os atores sociais trazem aos esforços práticos para mudar o mundo e, claro, resistir à mudança. A problemática de escala neste contexto surge das dificuldades de responder à questão: uma vez que a escala é construída ou produzida, onde no mundo ela está? A escala não é tão facilmente objetivada quanto o espaço territorial bidimensional, como as fronteiras do Estado. Não podemos tocá-lo ou tirar uma foto dela. Da mesma forma, a escala não existe simplesmente no olho ou na consciência política do observador. Onde a escala emerge está na fusão de ideologias e práticas. Ao contribuir para um questionamento mais amplo da fixidez e rigidez do espaço político, este projeto também pode ter relevância prática; criando espaço de manobra para aqueles cujas vidas são moldadas por práticas geopolíticas dominantes e relações socioespaciais (DELANEY; LETNER, 1997, p. 97 [Tradução nossa]).

Grande expoente da perspectiva da política de escala, Smith (2000) desenvolveu as concepções de “construção ativa das escalas” e de “saltos escalares”. Para Smith (2000), a escala é “uma resolução geográfica de processos sociais contraditórios de competição e cooperação” (p. 142). A produção de cada lugar implica na produção da escala, que é o critério de diferença entre os distintos tipos de lugares, resultando na quantidade e qualidade das relações que exercem com outros espaços (aqui, portanto, está explícito o conceito de espaço relacional).

A escala, além de se comportar como uma materialização ou solidificação espacial de forças e processos sociais, também os gera ativamente: “[...] escala *contém* a atividade social e, ao mesmo tempo, proporciona uma geografia já dividida em compartimentos, na qual a atividade social *tem lugar*” (p. 144 [grifos do autor]). A escala é capaz de demarcar o espaço da luta social, define fronteiras, limita identidades, evidencia onde determinado controle social é exercido e contestado (SMITH, 2000).

A concepção de “salto escalar” pode ser melhor entendida se levarmos em conta a ideia de *resistência*. Nas elaborações de Smith (2000) fica explícita a influência da obra foucaultiana, assim como, das geografias feministas. Como já expomos na seção anterior, se não há poder sem resistência, não podemos interpretar os distritos municipais apenas como submetidos ao que se passa em outras escalas, apenas como produtos de “processos maiores”. Para tanto, devemos compreender o que Smith (2000) chamou de “saltar escalas”: “a reorganização da produção e reprodução da vida cotidiana como forma de resistir ‘à opressão e à exploração numa escala maior – num campo geográfico mais amplo’ (p. 137).

Quando analisamos os diferentes processos de exclusão que moradores de localidades consideradas estagnadas (populacional e economicamente) que, estão intrínsecas nos movimentos que os fazem permanecer residindo nesses espaços, devemos indicar que também existem resistências: “Saltar escalas permite aos expulsos dissolver as fronteiras espaciais que são em larga medida impostas de cima e que detêm, em vez de facilitar, sua produção e a reprodução da vida cotidiana” (SMITH, 2000, p. 137).

Todo esse processo revela uma construção complexa de mobilidades e imobilidades:

Não se trata apenas do fato de que os ricos expressam sua liberdade com sua capacidade de superar o espaço, enquanto os pobres ficam mais provavelmente presos a ele: o acesso diferenciado ao espaço leva a diferenças de poder na construção da escala espacial da vida cotidiana, semanal e sazonal (SMITH, 2000, p. 149).

Acreditamos que a organização da vida dessas populações, o “saltar escalas” pode indicar também o desejo de reconhecimento dessa escala – pelo poder público, principalmente, mas também por agentes privados –, o que se configura numa contra narrativa aos discursos que são elaborados sobre esses espaços, que ressaltam, sobretudo, as ausências (serviços, recursos, objetos), mais do que buscam evidenciar suas características próprias, suas particularidades.

Ao debater a questão do poder municipal, Endlich (2006) explica que, em pequenas cidades, a sociedade local se estabelece por meio de vínculos e significações construídas cotidianamente, o que gera as especificidades nas políticas locais, marcadas pelo estreitamento e pessoalidade, e termina por fazer prevalecer os interesses em comum e haver pouco espaço para demandas conflitivas, sendo que estas costumam entrar em cena apenas nas ocasiões de eleição. No caso dos distritos, a condição de estarem submetidos à administração central do município significa que, tanto os subprefeitos (quando o cargo existe) quanto os próprios moradores, não se apropriam do comando das dinâmicas espaciais dos distritos, o que não é exclusividade dessa escala.

Cada instituição (da municipal à nacional) responde por escalas mais amplas de Poder. Sobre esse aspecto, Endlich (2006), com base em Smith (1992), destaca que é preciso se inserir politicamente num espaço para alcançar a atuação sobre as demais dimensões geográficas: “[...] a apropriação efetiva do espaço local é condição fundamental para a sociedade atuar em outras escalas, como forma de resistência [...]”, sobretudo na atualidade “[...] em que a acumulação capitalista e sua institucionalização política adquirem um ponto inédito de controle e comando dos espaços e de suas respectivas sociedades” (ENDLICH, 2006, p. 308-309).

Além das tramas político-administrativas, há diferentes elementos que influenciam na produção da escala – que vai do corpo às fronteiras globais. Citando novamente nossa pesquisa em nível de mestrado (ANTUNES, 2016), verificamos nos distritos estudados, considerando as características da amostra, que os moradores possuíam idade avançada (cerca de 50% das pessoas entrevistadas nos dois distritos tinham mais de 55 anos), baixa escolarização (aproximadamente 55% tinham apenas quatro anos de escolarização) e eram, em sua maioria, constituída de mulheres (68% em Jaciporã e 73% em Jamaica), aspectos que contribuíram para a restrição no alcance da escala se ponderarmos as desigualdades da nossa sociedade (SMITH, 2000; ANTUNES, 2016).

Tais desigualdades manifestam-se, entre outros fatores, em limitações espaciais, contribuindo para imobilidades que ultrapassam as que os atingem como moradores de um pequeno distrito de maneira geral. Os idosos, quando as condições físicas se associam à pobreza, às determinantes históricas e culturais, como o analfabetismo e o preconceito etário, se veem em condições severas de exclusão. O envelhecimento coloca em risco o próprio controle da escala do corpo dos idosos, que muitas vezes são submetidos ao cuidado de terceiros, quando não ocorre o abandono.

Como Smith (2000) argumenta, a partir de autoras feministas como Simone de Beauvoir (1952), Monique Wittig (1975) e Judith Butler (1986), a escala do corpo é socialmente construída e marca a fronteira entre o “eu” e o “outro” num sentido social e fisiológico, sendo assim, esta escala é disputada socialmente e diferenças sociais são construídas com centralidade nos corpos, tais como: gênero, raça, idade e capacidade. As históricas violências e normas de gênero fazem com que as mulheres tenham que disputar a construção de suas escalas de vida desde o próprio corpo e no lar, de modo que, os homens – via de regra – são privilegiados na construção social da escala, uma vez que, podem se relacionar com maior facilidade com outros espaços no decorrer de suas vidas.

Endlich (2006, p. 420) explica que “[...] a não-apropriação do espaço mostra-se tanto por aqueles que não mais conseguem permanecer em determinadas localidades[...] como também por meio dos que ficam, mas cuja condição social e política não alcançam intervir”. A autora, analisando as questões políticas das pequenas cidades, agravada na escala distrital em nossa perspectiva, indica que é necessário pensar em formas de atuação em escalas amplas, para que a sociedade local possa estar representada nestas dimensões.

Tanto Neil Smith (2000) como Erik Swyngedouw (2013) colocam a questão do poder como fundamental para a definição das escalas a partir das relações sociais. Nos distritos municipais, os moradores estão envolvidos em processos que limitam suas interconexões a um número reduzido de lugares em relação, por exemplo, aos centros regionais, que apresentam mais interligações, ainda que, igualmente, outros movimentos limitem sua escala, por isso constantemente precisam estabelecer estratégias para a superação desses limites.

2.3. A questão da escala nas relações entre campo e cidade: as ruralidades

Haesbaert e Mondardo (2011, p. 12), ao trabalharem o conceito de território a partir das relações de poder na ótica foucaultiana, buscam em suas palavras “um conceito menos parcelar”: “[...] Não definindo conceitos simplesmente por um recorte empírico, uma parcela do real, mas por uma problemática e uma forma de abordá-la, ou seja, por um determinado ‘olhar’ e, nele, um ‘foco’ sobre a realidade [...]”.

Transpondo essa reflexão para a questão das escalas geográficas, além de trabalhar com as noções de *distrito enquanto escala*, podemos trabalhar com *outras escalas* em que os distritos podem ser enquadrados, estas são, além da *região* (que explicará seu posicionamento no sentido do grande capital), *periferia* e *rural* enquanto escala (que permitirão a compreensão dos posicionamentos dos distritos em relação a outras naturezas de poder para além do econômico). Optamos por trabalhar com a questão regional no próximo capítulo, no qual buscaremos caracterizar a Região de Presidente Prudente a partir dos dados de fontes secundárias. No caso do rural, vamos explorar as questões conceituais nessa seção.

Nossa escolha da noção de periferia associada à rural, entendidos como escalas, como enquadramentos de diferenciação qualitativa. Periferia, explicam Haesbaert e Mondardo (2011), pode ser compreendida numa relação de escalonamento espaço/temporal entre modernização (centro) e regionalismo (periferia). Nesse sentido, de modo mais amplo, entre regional, nacional e global,, temos essa relação também na ideia de formação espacial da fronteira, na qual conseguimos localizar um *centro* (área de origem do movimento) e as zonas de expansão, *áreas de fronteira*, vemos também uma relação entre urbano (centro) e rural (periferia).

No pensamento moderno, o rural é entendido como periferia, correspondendo à cenários em que os atributos do capitalismo central se desenrolam de forma desigual. Linda Lobao (1996), socióloga rural estadunidense, explica que o espaço rural foi interpretado de diferentes maneiras durante o século XX (do tradicionalismo cultural às caracterizações político-econômicas), porém, as pessoas e os locais de interesse nesses estudos continuam, em boa parte, sendo àquelas marginalizadas do “curso do desenvolvimento”:

Os segmentos da população mundial mais vulneráveis às mudanças econômicas, os que têm menos recursos e enfrentam os maiores impedimentos estruturais e sociais para alcançar rendas mais altas, emprego estável, provisões sociais estatais e mobilização política (LOBAO, 1996, p. 04).

Essas populações constituem a periferia da economia global: as nações menos desenvolvidas e, dentro daquelas consideradas mais desenvolvidas, a periferia espacial ou as áreas rurais. Assim, o termo “periferia” para essas áreas não é utilizado no sentido de afastadas, distantes ou mesmo alheias ao desenvolvimento capitalista. Pelo contrário, elas são centrais para a *expansão* capitalista global (através da exploração de recursos e pessoas). Mas, ainda assim, compõem relações sociais e contextos que não se encaixam bem com modelos mais generalizados utilizados nas Ciências Humanas (LOBAO, 1996).

No Brasil, temos o que Milton Santos (1993) denominou de “urbanização demográfica”, diferenciando o processo de inversão demográfica (deslocamento da população do campo para as cidades) dos processos de urbanização pautados em mudanças tecnológicas e econômicas. E, junto a isso, temos também uma urbanização cultural.

Santos (1993), ao interpretar o avanço da urbanização e do capitalismo no campo, propõe uma leitura do território nacional por meio de regiões urbanas e regiões agrícolas. Inúmeras especificidades podem ser encontradas quando se parte de escalas menores para a análise, porém, em nível de generalização, os dois tipos de subespaços distinguem-se pelas características de suas relações internas: a divisão do trabalho é traço marcante nas regiões urbanas, nas quais convivem as atividades de fabricação e do terciário e também a agropecuária (SANTOS, 1993).

Nas regiões agrícolas inter-relacionam-se o mundo rural e o urbano. Os exemplos máximos são aquelas em que as cidades abarcam todo tipo de atividade diretamente relacionada à produção agropecuária. Por ter se aprofundado na temática proposta por Santos, Elias (2003) é uma referência fundamental para o entendimento dessas regiões, nas quais o campo comanda toda a vida econômica e as relações sociais do sistema urbano, diferentemente dos subespaços urbanos que são orientados pelas atividades secundárias e terciárias (SANTOS, 1993).

Diante das duas situações postas percebemos que, embora a agropecuária continue sendo relevante para a organização espacial dos distritos municipais, esta não exerce o papel de comando, nem tem centralidade nas dinâmicas das sedes. Portanto, não estaria em nenhum dos casos descritos pelos autores supracitados, assim, concluímos que a compreensão dos distritos, que não assumem funções produtivas e nem de gestão, deve extrapolar o agrícola, de modo que se sobressaia os demais aspectos do rural.

Essa afirmação deriva do reconhecimento de que com a estagnação da economia, o êxodo rural, o envelhecimento e o empobrecimento da população, os distritos municipais pesquisados na dissertação de mestrado, tornaram-se importantes para os moradores do entorno à sede (urbana) do distrito a partir da possibilidade de enfrentar as precariedades e o isolamento nas demais áreas rurais (não concentradas). A experiência de residir na sede do distrito pode oferecer algumas vantagens: ter vizinhos mais próximos, preços mais acessíveis de terrenos e casas em comparação à Dracena e a facilidade de continuar a desenvolver a agricultura ou a pecuária leiteira, no caso dos que ainda possuem sítio ou chácara nas proximidades (ANTUNES, 2016).

Santos (1993) fez suas elaborações considerando que no país ocorreu uma urbanização pretérita, uma urbanização demográfica, antes de uma urbanização social ou cultural da sociedade e isso traz diferentes impactos para as ruralidades. Defendemos, outra vez, que a ideia de rural concentrado deve ser mais explorada pela Geografia.

Conforme Noronha e Hespanhol (2009) sintetizam, o termo ruralidade pode ser compreendido, no âmbito das Ciências Sociais, como *sinônimo de rural* ou como *a expressão e manifestação das identidades do rural*, interpretado como um espaço singular. No primeiro caso, ele sintetiza uma realidade marginal, indicando o que está fora dos limites do urbano, já na segunda acepção trata-se de uma manifestação cultural, “[...] carregada de sentidos e de valores específicos ao espaço rural que na atualidade extrapola limites e complementa-se com o modo de vida urbano” (p. 87).

Sili (2005) também discute a ambiguidade que o conceito pode tomar, indicando dois usos recorrentes. A primeira seria a mais banal e difundida, entendida como *tudo que é relativo às áreas rurais*; na visão do autor, esta é uma definição estática e de caráter demográfico e espacial (locacional/de distribuição da população). Já a segunda se refere à *forma de relação que se estabelece entre a sociedade e os espaços rurais, a partir da qual se constrói o sentido social do rural e sua identidade*, ou seja, nessa visão se considera a relação entre espaço e sociedade.

Do ponto de vista da Geografia, no qual não compreendemos o espaço senão como *espaço geográfico*, aquele que nas palavras de Milton Santos (2002) é a “[...] a materialidade e a vida que a anima [...]” (p. 38), a utilização do termo ruralidades abarca o espaço rural e suas relações sociais, modos de produção e identidades, não deixando de considerar as interações escalares (global, regional, local) e com o espaço urbano.

Sendo assim, ruralidade vem a ser compreendida como um tipo de espacialidade, ou nos termos de Soja (1993, p. 101), o “[...] espaço socialmente produzido [...]”. Esta perspectiva procura distinguir a análise geográfica dos estudos que contemplam o espaço tal qual um cenário estático, implicando na superação de sua assimilação como uma mera obra das ações da sociedade: a dialética sócio espacial, na qual o espaço e a sociedade são produtos e fatores mútuos.

De todo modo, nota-se que não há um consenso sobre o que se compreende por ruralidade. Todavia, o conceito vem sendo amplamente utilizado nas análises sobre o espaço rural desde os anos 1990, tanto no debate acadêmico como nas políticas públicas, sobretudo quando acompanhado do adjetivo *nova*, pode ser interpretado da seguinte forma:

La ruralidad es un concepto de moda. Publicaciones científicas y técnicas, responsables políticos y sindicales recurren más que nunca a este término para referirse a las nuevas formas de vida y dinámicas de desarrollo que caracterizan a los espacios rurales, al punto de hablarse de una “nueva ruralidad” (SILI, 2005, p. 45).

Tal incorporação na América Latina se explica pela influência dos estudos sobre a realidade europeia na produção acadêmica e formulação de políticas públicas na Região. Noronha e Hespanhol (2009) evidenciam que o conceito de ruralidade foi desenvolvido nas Ciências Sociais no contexto europeu para descrever características *novas* identificadas nos espaços rurais, sobretudo, no período decorrente à Política Agrícola Comum (PAC), que indicam uma diversificação das atividades no que era concebido como uma unidade de produção agropecuária.

Desse modo, a noção de *nova ruralidade* foi concebida como uma forma de abranger as múltiplas faces do rural, não mais necessariamente associado de maneira restrita à produção agropecuária ou interpretado como oposição ao urbano, significando também uma busca pela compreensão de suas relações sociais, identidades e especificidades. Além disso, também lança um novo olhar para as relações entre campo e cidade (NORONHA, HESPANHOL, 2009).

Sua incorporação na América Latina gerou dúvidas sobre a real adequação a este contexto e muitos desses questionamentos versaram sobre os atributos considerados *novos* nas ruralidades latino-americanas. Para Romero (2008, p. 193):

[...] no debemos confundir la potencialidad de este análisis con la evidencia empírica, debemos procurar con detalle el grado en que se encuentran

presentes en las diferentes regiones estos fenómenos y determinar en qué medida son producto de cambios recientes o de viejas dinámicas territoriales dejadas de lado en análisis anteriores.

O autor argumenta que, o que se considera como uma nova ruralidade, pode se tratar muitas vezes mais de um olhar novo, do que de dinâmicas novas em si. Neste sentido, podemos refletir que algumas das relações/características debatidas neste contexto não são necessariamente novas nos espaços rurais latino-americanos, mas podem ter sido negligenciadas pelas concepções de rural restritas às características econômicas da agricultura ou do setor primário ou em sua visão dicotômica em relação ao urbano.

Na perspectiva de Rivera e Campos (2008), a acepção de nova ruralidade varia em relação à disciplina, seja a sociologia, a antropologia social, a geografia humana ou econômica, e também entre os enfoques multidisciplinares. Geralmente, os diversos usos desta noção podem ser classificados entre descritivos e analíticos ou normativos de intervenção (política ou produtiva). Por isso, os autores indicam que há, principalmente, três usos que necessitam ser distinguidos entre si: a análise territorial (espacial) da ruralidade; os processos sociais que a compõem; ou as políticas públicas de desenvolvimento necessárias para superar os problemas que essas sociedades ou territórios enfrentam.

Entretanto, de maneira geral, os autores pontuam que a utilização da expressão intenta descrever formas de organização e modificações nas funções de *espaços tradicionalmente “não-urbanos”*, que incluem aumento da circulação de pessoas, bens, mensagens; deslocalização ou realocação de determinadas atividades econômicas; novos usos especializados (zonas francas, segunda residência, atividades turísticas, parques e áreas de desenvolvimento); surgimento de novas redes sociais e diversificação de usos. Elementos estes que vêm sendo observados nos espaços rurais desde o final da década de 1970 (RIVERA; CAMPOS, 2008).

Echenique (2002), concordando com a contribuição do conceito de ruralidade para uma visão mais ampla de rural, argumenta que para se entender o que é *novo* ou *velho* nos espaços estudados é necessário compreender, primeiramente, o que é considerado a ruralidade *tradicional* e quais são os elementos identificadores de mudanças.

A partir de clássicos como Sorokin, Zimmermann e Galpin (1986 [1929]) e Solari (1976), o autor indica que a ruralidade tradicional era entendida a partir de uma população ocupada em atividades agropecuárias, regidas pelas forças da natureza, sobre as quais pouco se tinha controle. Tal população se localizava em espaços de baixa densidade ou de isolamento e,

por isso, carente de recursos ou serviços básicos, assim como, em condições culturais e educacionais “atrasadas”:

En otras palabras, la forma como se desarrolla la actividad agropecuaria, crea la condición de una baja densidad poblacional, logo que a su vez determina condiciones de atraso material y tradicionalismo cultural. Esta misma situación de relativo aislamiento, determina que el sector urbano se encuentre muy alejado del sector rural (ECHENIQUE, 2002, p. 126).

Sendo assim, fica explícito que essa visão leva a uma valorização e supervalorização do urbano, “este concepto de ruralidad, se expresaba como ‘sector’ rural y viene a ser una construcción social residual de lo urbano y de lo moderno” (ECHENIQUE, 2002, p. 127). É evidente, igualmente, a relação de oposição entre campo e cidade, ideia – originada no contexto europeu pré-Revolução Industrial – generalizada e naturalizada na sociedade moderna e urbano-industrial, onde se tornou mais complexa e foi embutida nas noções de desenvolvimento e progresso (ECHENIQUE, 2002; FERRÃO, 2000).

Em síntese, essa visão de rural trazia duas ideias principais: fica estabelecida uma coincidência entre o rural e o agrícola e o rural é considerado uma categoria residual, diante de uma realidade emergente, constituída pela industrialização, urbanização e fenômenos e valores associados que representam o futuro da história da humanidade (ECHENIQUE, 2002). A partir disso, reforça-se a ideia de que as definições oficiais, debatidas na seção anterior, são retratos também da época em que foram pensados, ou seja, do que se concebia como rural e do que se projetava para esses espaços.

Por outro lado, Rivera e Campos (2008) argumentam que em certo grau, ainda é necessário recorrer a alguns indicadores convencionais da ruralidade, tais como a densidade populacional, o tamanho das localidades, a dispersão ou a importância das atividades agropecuárias ou primárias. Porém, elas não são suficientes para compreender a complexidade da ruralidade atual. Nesse sentido, refletimos, a partir de Santos (2001), que a questão do novo/velho não pode ser compreendida como uma simples sucessão ou substituição, pois, entende-se que no contexto da globalização temos uma *convivência* entre esses elementos, uma vez que, as novas dinâmicas se difundem de maneira desigual (e produzindo desigualdades) sobre o globo.

É necessário explorar com novos enfoques as relações ou os espaços considerados tradicionais e que também passam por reestruturações. Fica evidente, desse modo, que as novas

ruralidades se encontram em modificações nessa estrutura tradicional – seja por meio da incorporação de novos sujeitos ou práticas espaciais ou a partir de políticas públicas que incorporam essa perspectiva –, assim como, na maneira de analisa-las.

No próximo capítulo adentramos com mais detalhamento a nossa área de estudo, discutindo a mesorregião de Presidente Prudente, no contexto do Estado de São Paulo e apresentando reflexões sobre os distritos municipais não autônomos deste estado e uma classificação dessas unidades no âmbito regional.

3. A REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE E OS DISTRITOS MUNICIPAIS

O objetivo deste capítulo é apresentar uma das escalas mais próximas de relacionamento, juntamente com a cidade de Martinópolis, do distrito de Teçaindã, ou seja, a região em que se localiza. Procuramos aprofundar a discussão da escala geográfica iniciada no capítulo anterior, sobretudo, devido ao caráter relacional da escala, isto é, o distrito em suas relações com outros espaços, sendo a “região”, principalmente pela proximidade, constituída, portanto, daquelas mais recorrentes, diferenciando-se dos espaços com os quais elas são mais escassas. Ao passo que, a região não é o distrito, evidencia-se também um caráter de diferenciação interna.

Contiguidade, identidade e diferenciação são elementos básicos para a discussão do conceito de região, ao abordá-los juntamente com o conceito de escala, buscamos incorporar a noção de construto social. Paasi (2004), ao explicar a emergência do debate da política de escalas na Geografia, com foco no contexto anglo-saxão, indica que região e lugar estão implícitos, mas raramente refletidos explicitamente nas discussões, e advoga que as interpretações atuais de escala como construto social desafiam e complementam os entendimentos de região e lugar, e vice-versa.

Para o autor é recorrente que definições de região ou lugar, tal como a escala geográfica, sejam caóticas ou más abstrações, divisões arbitrárias de aspectos indivisíveis ou associações de elementos não relacionados ou não essenciais, o que termina por esconder o objeto de estudo, mais do que evidenciá-lo. Este é um problema que pode ocorrer com diferentes tipos de pesquisa, mas o autor adverte que quando se está falando de discursos e práticas, ou seja, objetos que não são puramente concretos, a questão pode se agravar. É o caso de região, lugar e escala, ainda que sejam resultados e tenham consequências materiais (PAASI, 2004).

A análise teórica da escala ainda está em construção, se comparada à tradição mais longa no caso de região e lugar, e há estudiosos que a veem apenas como uma questão de ordem metodológica. Nesse ponto se encontra um poderoso entroncamento entre escala e região, pois, frequentemente uma escala é compreendida como uma região particular: uma hierarquia alinhada de espaços dados, delimitados, espaços de diferenciação, inscrições, rótulos nos quais são definidos o que se estudará de processos econômicos, sociais, políticos, ao invés de resultados da conceituação de relações escalares relevantes (PAASI, 2004).

Para o autor, embora exista uma preocupação com a conceituação de diferentes categorias na Geografia, pouca atenção é dispensada para a relação entre elas:

É claro que o escopo e os "limites" dessas categorias - e das relações, mecanismos e estruturas que esses conceitos tentam abstrair - tornam-se altamente relevantes. Local, região e escala foram categorias importantes para geógrafos críticos e humanísticos em seus esforços para reterorizar as visões estabelecidas sobre região/lugar. Para humanistas, os processos verticais e horizontais de escalonamento (experiência) ocorrem simultaneamente (Relph, 1976: 20). Para geógrafos críticos, a construção da escala é um meio primário através do qual a diferenciação espacial ocorre, de modo que a região é uma escala na produção social do espaço (Smith, 1990; 1992; 1993; Smith e Dennis, 1987; Herod, 1991; Taylor; 1988). Como local de produção econômica, uma região está ligada aos ritmos da economia nacional e global e é resultado de um desenvolvimento desigual (cf. Massey, 1978). Desde as décadas de 1980 e 1990, os geógrafos usam região/lugar de forma intercambiável (Pred, 1984), distinguindo-os em termos de escala (região é a unidade maior) (Entrikin, 1991) ou teorizando sobre suas relações (PAASI, 1991, p. 540).

Nessa perspectiva podemos entender as regiões como processos sociais historicamente contingentes que emergem como uma constelação de práticas institucionalizadas, relações de poder e discurso. Uma região se forma a partir da transformação espacial das práticas sociais e da consciência social, e esse processo ocorre em várias escalas (geográficas e de tempo/históricas). A pesquisa de Dundes (2007), embora com um referencial teórico distinto, nos fornece elementos que vão ao encontro desse argumento de Paasi (2003). A autora buscou estudar como os discursos moldam uma região, com foco nas características econômicas e nas representações sociais. Estudou a região de Presidente Prudente, perpassando importantes momentos históricos, ao longo de suas diferentes denominações e/ou recortes pelos quais é conhecida.

O entendimento mais frequente de região no contexto científico e governamental brasileiro é o de área de influência de uma cidade. Assim vemos como as regiões ferroviárias, áreas que eram identificadas pela presença das ferrovias e denominadas de acordo com as companhias, passaram a ser mais delimitadas de acordo com a hierarquia urbana.

No mapa 1 estão apresentadas as principais regionalizações aplicadas à área de estudo. Na primeira imagem optamos por representar toda a área de expansão das estradas de ferro, a Estrada de Ferro Sorocabana, a partir de 1900 para as Mesorregiões de Assis e Presidente Prudente, formando a Alta Sorocabana, alta referindo-se à “alta quilometragem” a partir de seu ponto inicial, chega à Ourinhos em 1908, à Assis em 1914, à Presidente Prudente em 1919, e

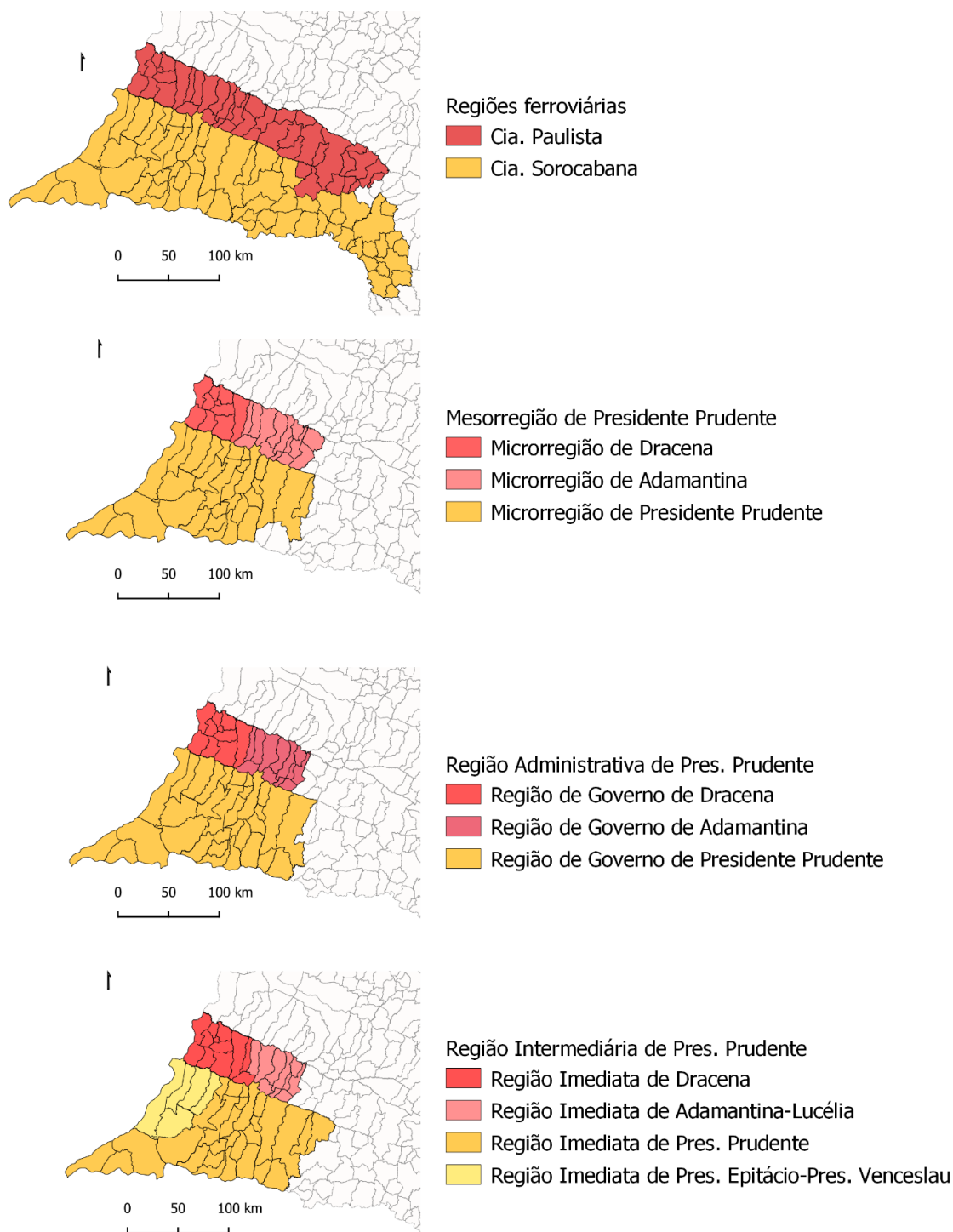
tem a parada final em Presidente Epitácio, alcançada em 1922. A Cia. Paulista de Estradas de Ferro, por sua vez, se expandiu para o que hoje é conhecida como a região de Marília, a Alta Paulista, chegando a esta cidade em 1928 e à Adamantina em 1950 e Dracena em 1959, fundando a “Nova” Alta Paulista, nova indicando uma nova fase de expansão, e alcançando o Rio Paraná, na cidade de Panorama, apenas no ano de 1962.

As regionalizações mais recentes do IBGE são de 1989, mesorregiões geográficas e microrregiões geográficas, e de 2017, regiões intermediárias e imediatas. Considerando o volume de dados que estão organizados de acordo com a regionalização de 1988, uma vez que, até o momento, apenas o Censo Agropecuário de 2017, foi realizado adotando o novo modelo de regionalização, optamos por apresentar os dois casos.

Temos também a regionalização adotada pelo Estado de São Paulo, em regiões administrativas e de governo. Observa-se, em primeiro lugar, que a cidade de Presidente Prudente se consolidou como uma cidade polo, estendendo sua influência às áreas da Cia. Paulista, que, todavia, guardam suas particularidades, formando suas sub-regiões; outro ponto que se destaca é que as regionalizações diferem quanto aos limites, os municípios mais a leste, ora constam ou não em cada regionalização.

Na regionalização de 2017 temos uma novidade, com a identificação de uma nova sub-região, a de Pres. Epitácio-Pres. Venceslau, indicando um critério de diferenciação interna, baseado, sobretudo, no crescimento dessas cidades, mais do que nas características gerais de suas áreas de influência. No quadro 3 apresentamos os diferentes arranjos de municípios:

Mapa 1: Regionalizações aplicadas à área de estudo.



Fonte: IBGE (1989; 2017); Fundação SEADE (2019). Base Cartográfica do IBGE, 2010.
Elaboração própria.

Quadro 3: Municípios constituintes dos diferentes quadros regionais que abrangem a área de estudo.

Mesorregião Geográfica de Presidente Prudente (53 municípios)	Região Intermediária de Presidente Prudente (55 municípios)	Região Administrativa de Presidente Prudente (53 municípios)
Microrregião de Adamantina (13 municípios)	Região Imediata de Adamantina-Lucélia (10 municípios)	Região de Governo de Adamantina (12 municípios)
Flora Rica	Adamantina	Adamantina
Flórida Paulista	Flórida Paulista	Flora Rica
Inúbia Paulista	Inúbia Paulista	Flórida Paulista
Irapuru	Lucélia	Inúbia Paulista
Lucélia	Mariápolis	Irapuru
Mariápolis	Osvaldo Cruz	Lucélia
Osvaldo Cruz	Pacaembu	Mariápolis
Pacaembu	Pracinha	Osvaldo Cruz
Parapuã	Sagres	Pacaembu
Pracinha	Salmourão	Pracinha
Rinópolis	Região Imediata de Dracena (12 municípios)	Sagres
Sagres	Dracena	Salmourão
Salmourão	Flora Rica	Região de Governo de Dracena (10 municípios)
Microrregião de Dracena (10 municípios)	Irapuru	Dracena
Dracena	Junqueirópolis	Junqueirópolis
Junqueirópolis	Monte Castelo	Monte Castelo
Monte Castelo	Nova Guataporanga	Nova Guataporanga
Nova Guataporanga	Ouro Verde	Ouro Verde
Ouro Verde	Panorama	Panorama
Panorama	Paulicéia	Pauliceia
Paulicéia	Santa Mercedes	Santa Mercedes
Santa Mercedes	São João do Pau d'Alho	São João do Pau-d'Alho
São João do Pau-d'Alho	Tupi Paulista	Tupi Paulista
Tupi Paulista	Região Imediata de Presidente Prudente (28 municípios)	Região de Governo de Presidente Prudente (31 municípios)
Microrregião de Presidente Prudente (30 municípios)	Alfredo Marcondes	Alfredo Marcondes
Alfredo Marcondes	Álvares Machado	Álvares Machado
Álvares Machado	Anhumas	Anhumas
Anhumas	Caiabu	Caiabu

Continua.

Continuação Quadro 3.

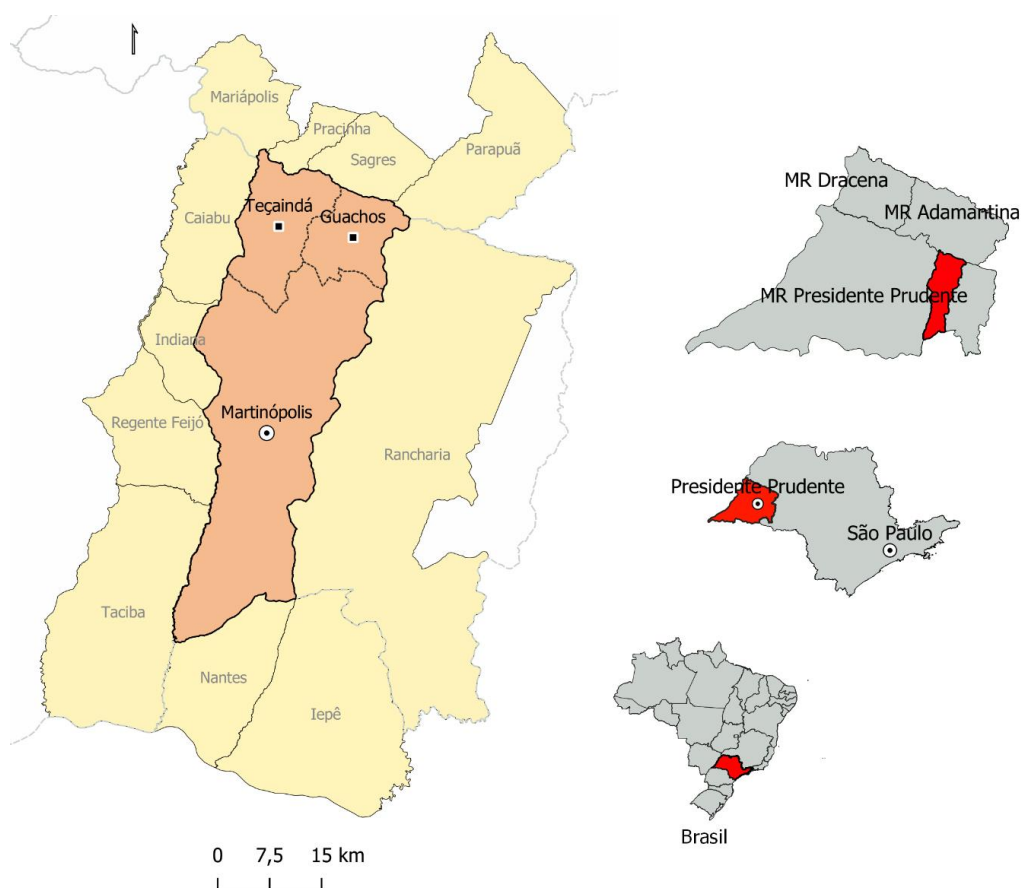
Microrregião de Presidente Prudente (30 municípios)	Região Imediata de Presidente Prudente (28 municípios)	Região de Governo de Presidente Prudente (31 municípios)
Caiabu	Emilianópolis	Caiuá
Caiuá	Estrela do Norte	Emilianópolis
Emilianópolis	Euclides da Cunha Paulista	Estrela do Norte
Estrela do Norte	Iepê	Euclides da Cunha Paulista
Euclides da Cunha Paulista	Indiana	Iepê
Indiana	João Ramalho	Indiana
João Ramalho	Martinópolis	Marabá Paulista
Marabá Paulista	Mirante do Paranapanema	Martinópolis
Martinópolis	Nantes	Mirante do Paranapanema
Mirante do Paranapanema	Narandiba	Nantes
Narandiba	Pirapozinho	Narandiba
Piquerobi	Presidente Bernardes	Piquerobi
Pirapozinho	Presidente Prudente	Pirapozinho
Presidente Bernardes	Quatá	Presidente Bernardes
Presidente Epitácio	Rancharia	Presidente Epitácio
Presidente Prudente	Regente Feijó	Presidente Prudente
Presidente Venceslau	Ribeirão dos Índios	Presidente Venceslau
Rancharia	Rosana	Rancharia
Regente Feijó	Sandovalina	Regente Feijó
Ribeirão dos Índios	Santo Anastácio	Ribeirão dos Índios
Rosana	Santo Expedito	Rosana
Sandovalina	Taciba	Sandovalina
Santo Anastácio	Tarabai	Santo Anastácio
Santo Expedito	Teodoro Sampaio	Santo Expedito
Taciba	Região Imediata de Presidente Epitácio-Presidente Venceslau (5 municípios)	Taciba
Tarabai	Caiuá	Tarabai
Teodoro Sampaio	Marabá Paulista	Teodoro Sampaio
	Piquerobi	
	Presidente Epitácio	
	Presidente Venceslau	

Fonte: IBGE (1989; 2017); Fundação SEADE (2019). Elaboração própria.

O município de Martinópolis (Mapa 2), em todas as regionalizações apresentadas, sempre aparece associado à Presidente Prudente: faz parte da Alta Sorocabana, da Mesorregião

e Microrregião de Presidente Prudente e da Região Intermediária e Imediata de Presidente Prudente. Tem seus limites ao Sul com a Microrregião de Ourinhos, e no caso da região imediata, os municípios de Sagres e Iepê fazem parte da mesma região. Ao Norte seus limites se dão com a Microrregião de Adamantina. Considerando a extensão do município (1254 km²) e que seus distritos (Teçaindá e Guachos) localizam-se na parte Norte, acreditamos que essa proximidade não deve ser ignorada.

Mapa 2: Localização do município de Martinópolis e municípios limítrofes na Mesorregião de Presidente Prudente, Estado de São Paulo e Brasil.



Fonte: Base Cartográfica do IBGE, 2010. Elaboração própria.

Martinópolis formou-se, desse modo, na ocupação da Alta Sorocabana, que faz parte do processo maior denominado “Marcha para o Oeste”, no qual se deu a expansão das forças econômicas para o interior do Estado de São Paulo, iniciado a partir de meados do século XIX.

Na próxima seção vamos abordar esse tema, referindo-nos ora à região ferroviária, ora à área de influência de Presidente Prudente, quando considerarmos um contexto mais restrito.

3.1. O processo histórico de ocupação do Oeste Paulista e a formação da região de Presidente Prudente

Paasi (2004) argumenta que o surgimento de regiões e a construção ativa da escala podem ser interpretados como dois lados do processo de diferenciação espacial. Ou seja, a constituição de uma região conhecida se dá por meio de movimentos de construção ativa de escala, com relações e hierarquias de poder a definindo. Podemos identificar esse movimento, em linhas gerais, na região de Presidente Prudente a partir de sua ocupação, iniciada no final do século XIX, embora algumas das características atuais já estivessem presentes desde um período anterior. Um exemplo é a distância em relação à capital, que influencia muito em suas relações, sejam econômicas, sejam de poder, com outros espaços, e marcou a própria ocupação tardia, que ocorreu apenas quando o Estado de São Paulo entrou em uma nova fase econômica.

Com base na atividade agrícola voltada para a exportação, sobretudo o café em sua fase inicial, a influência e os interesses da capital foram se espalhando, tais como “braços”, até as fronteiras do estado, ultrapassando-as. É um processo que, em linhas gerais, se assemelha à exploração de toda América Latina, guardada suas particularidades, com a dizimação das populações indígenas, destruição dos recursos naturais, ocupação das terras e implantação do sistema agroexportador.

O livro de Pierre Monbeig (1985), “Pioneiros e Fazendeiros do Estado de São Paulo”, publicado originalmente em 1952, traz uma análise exemplar das frentes de expansão paulistas. Sua obra nos permite realizar uma leitura escalar de todo o processo, além de conceber como se deu a construção das regiões que na atualidade são reconhecidas no estado, mesmo que o quadro regional não seja o mesmo. Podemos apreender a problemática da escala no livro, a começar pela forma que o autor posiciona o seu objeto de estudo em relação à cidade de São Paulo, ou seja, o estado que crescia em função da capital, bem como, ao país e suas relações internacionais:

Reduzir a marcha para o oeste a um fenômeno local, contentar-se explica-la por circunstâncias estritamente brasileiras, seria restringir abusivamente seus quadros e não enxergar mais que seus aspectos estreitos. Desde o seu início, a marcha para o oeste foi um episódio da expansão da civilização capitalista,

surgida nas duas margens do Atlântico. Ambos não cessaram de ser solidárias (MONBEIG, 1985[1952], p. 105).

Antes disso, a área não era ignorada pelo Estado ou mesmo por exploradores ou fazendeiros. Sabe-se que, desde o século XVIII já haviam alguns “pontos de entrada” no território, com os jesuítas, bandeirantes, postos militares e alguns fluxos econômicos que não vinham necessariamente da capital paulista, mas eram oriundos de Goiás ou do Mato Grosso. Todavia, sua história só é contada a partir do momento em que passa a participar da economia do Estado de São Paulo. Foi do eixo da cana-de-açúcar, do centro econômico do país, que veio o impulso mais intenso e duradouro, e com a expansão desse eixo para São Paulo e, então, para o Oeste Paulista, que se iniciaram as verdadeiras manchas de povoamento que, no século XIX, não iam além da vila de Botucatu e alguns pontos isolados como São José do Rio Preto e Catanduva.

Nesse sentido, vemos que não bastavam as características das novas áreas por si só, suas condições vantajosas e favoráveis não podiam atrair o povoamento sem uma conjuntura específica, um arranjo de condições que as colocassem em um ponto dentro de uma geometria do poder. Monbeig (1985) explica que as frentes de expansão paulistas vão encontrar tal contexto apenas por volta de 1870:

Tanto em suas origens, como em sua continuidade ela se prende, por sobre os oceanos, às condições técnicas, econômicas e políticas do mundo. Complexo jogo de circunstâncias locais, de ordem natural e social, e de oportunidades muito mais gerais, que é preciso deslindar, se se quiser compreender por que os paulistas invadiram os planaltos ocidentais, ao findar o século XIX, e por que, desde então, não se deteve essa arrancada (MONBEIG, 1985 [1952], p. 94).

Há, portanto, uma porção de elementos que culminaram para o processo. A inserção do café foi notadamente um fator disparador, embora, com o passar do tempo também tem importância o algodão e a pastagem para engorda de gado. As terras, férteis e em abundância, contribuíram não somente na produtividade agrícola, mas para os negócios imobiliários, aliados às práticas de grilagem, foi fundamental para que o poder local se estabelecesse. O fim do sistema escravocrata e a política de incentivo a imigração também compõe essa conjuntura, embora a questão da mão-de-obra, em alguns períodos, tenha sido um problema. E, por fim, há o desenvolvimento dos meios de transporte, a existência de capitais para financiamento e a existência de um mercado consumidor (MONBEIG, 1985).

Apreende-se que o processo é colocado na “linha do tempo da modernidade”, ou seja, o autor elabora sua explicação situando-a como mais um capítulo da História de expansão do projeto moderno, ou em suas palavras, “A marcha ininterrupta da frente de povoamento, não passa de um aspecto da exploração do planeta pelos brancos” (p. 94), melhor dizendo, é a marcha que coloca as *novas* áreas na *linha do tempo*.

Uma noção que nos ajuda a ilustrar essa elaboração é a de “Sertão”. O termo é utilizado por Monbeig (1985) em diferentes passagens para denominar a área que estava sendo incorporada às dinâmicas econômicas do país. Para Amado (1995) está é uma das categorias mais recorrentes do pensamento social brasileiro, e a destacamos por ser dotada de um conteúdo espacial e escalar muito explicativo; nela está embutida a noção de distância, e como tal, só é atribuída em relação a outro espaço. Surgiu em Portugal justamente para designar as áreas distantes de Lisboa, tendo sido transposta para a América com o sentido de: “espaços vastos, interiores, situados dentro das possessões recém-conquistadas ou contíguos a elas, sobre os quais pouco ou nada sabiam” (AMADO, 1995, p. 147).

Moraes (2003) ressalta a conotação valorativa do espaço que “sertão” carrega, de um discurso que qualifica os lugares a partir de uma mentalidade dominante. Basta pensarmos que um dos sentidos mais recorrentes no senso comum e, talvez mais forte, na atualidade é a de “Sertão Nordeste”. Ao ser transposta para a colônia, passa a referenciar espaços de expansão, áreas que serão consideradas “novas” e objeto de incorporação de fluxos econômicos e relações de poder das quais ainda não fazem parte:

O sertão é uma figura do imaginário da conquista territorial, um conceito que ao classificar uma localização opera uma apropriação simbólica do lugar, densa de juízos valorativos que apontam para sua transformação. Nesse sentido, a designação acompanha-se sempre de um projeto (povoador, civilizador, modernizador), o qual almeja – no limite – a superação da condição sertaneja. Trata-se de um espaço a ser conquistado, submetido, incorporado à economia nacional: uma área de expansão (MORAES, 2003, p. 06).

É uma noção dual, sempre definida por um referente. No Brasil, por muito tempo este foi a faixa litorânea e à medida que se consolidavam os grandes centros econômicos, passam a ser os pontos dos quais os sertões estavam distantes. Há também um forte componente racial na noção de sertão, a qual podemos associar às elaborações de Quijano (2010) considerando o distanciamento da “civildade”, do “mundo dos brancos” de uma terra sem fé, lei ou rei: “[...],

áreas extensas afastadas do litoral, de natureza ainda indomada, habitadas por índios ‘selvagens’ e animais bravios, sobre as quais as autoridades portuguesas, leigas ou religiosas detinham pouca informação e controle insuficiente” (AMADO, 1995, p. 148). Esse sentido é bastante óbvio quando se recupera, por exemplo, as práticas dos chamados “sertanistas”, ou seja, daqueles que se “aventuravam” para “desbravar” os sertões.

Vemos então porque o extremo oeste paulista até o final do século XIX era descrito como sertão: pelo desconhecimento que tanto o governo quanto os agentes privados tinham sobre a área, pela distância e pela presença de povos indígenas.

Beier e Marhtin (2018) analisam o uso da expressão “sertão desconhecido” para definir o Oeste Paulista nos séculos XVIII e XIX em mapas oficiais realizados por diferentes cartógrafos, geólogos ou geógrafos, seja sob encomenda da administração da Província de São Paulo ou para fins científicos. Nesses documentos, o interior é sempre descrito como desconhecido, mesmo quando a palavra “sertão” é substituída por “terrenos”, já visando atrair os primeiros povoadores. Todavia, ressalta o autor, há que se questionar a adjetivação, uma vez que, desde o século XVII, haviam expedições de agentes da administração ou mesmo dos bandeirantes ou sertanistas em toda a capitania de São Paulo (que extrapolava, em muito, os limites do atual Estado de São Paulo).

Como Moraes (2003) coloca, o sertão é sempre qualificado para que seja superado, o que começa pela apropriação simbólica, num movimento de estabelecer uma imagem, que já vem imbuída de sua própria superação. Esse é o sentido da concepção de “desconhecido”: estabelecer um projeto para o seu conhecimento e divulgação. Embora se saiba que de fato quando consideramos o extremo oeste, algumas informações realmente não eram precisas, observa-se que a adjetivação tinha a função de demarcar a área que seria objeto da expansão. É o que fica claro na seguinte passagem de Monbeig (1985, p. 27):

Assim, em 1870, os planaltos e as florestas do oeste de São Paulo e do norte do Paraná constituíam vasto sertão, região mal conhecida, habitada sobretudo por índios, na qual se perdiam alguns sertanistas audazes. O sertão ocidental escapava completamente à economia da Província. No entanto, os fazendeiros não ignoravam inteiramente. Começavam eles a ter contato com esses domínios um pouco misteriosos, que envolviam as narrativas legendárias dos bandeirantes.

Cavenaghi (2006) realiza uma análise da iconografia paulista do século XIX em mapas, cartas e desenhos e chama atenção para a representação do “sertão” da província, classificada

como um verdadeiro problema para os cartógrafos. Nas representações mais remotas, abrange quase todo o interior, toda a parte que não era o litoral e a cidade de São Paulo, mas, o avanço da marcha pioneira vai fazendo o sertão desaparecer. Com o passar dos anos, fica circunscrito ao extremo oeste, até os princípios do século XX, quando no mapa de Francisco Ignácio Homem de Melo (1909), não constam nenhuma das expressões relacionadas à ideia de sertão.

Isso ilustra bem como se deu esse processo, ou seja, de maneira gradual, irregular e em condições confusas, como descreveu Monbeig (1985). O autor define as etapas do povoamento dessa porção do território paulista a partir das crises econômicas: “[...] elas não correspondem a datas precisas [...], mas a uma época em que se esboça a nova situação, e em seguida desenvolve-se e resolve-se” (p.166). A natureza dessas crises é a superprodução, decorrente muitas vezes das plantações recém-abertas, de modo que toda a vida econômica é afetada: na produção, na questão da mão-de-obra e dos transportes, desacelerando o avanço pioneiro e impondo novas condições.

Atendo-se a esses três elementos, Monbeig (1985) descreve as características que surgem a cada crise: a partir da primeira, de 1900-1905, o processo continua sendo essencialmente a marcha do café, quando esta cultura chega ao que denominava de Oeste Paulista na época, essa fase é marcada pela chegada dos primeiros imigrantes e o início da instalação das ferrovias; após a crise de 1929, tem ainda o café como principal elemento, mas traz a pequena propriedade rural como novidade, um negócio extra para os fazendeiros, abalados pela crise, a rede ferroviária segue se expandindo, com destaque para a linha Noroeste (Bauru-Andradina-Araçatuba), mas aliada a construção de estradas e o crescente uso do caminho; e, no que era atualidade para o autor, que pode ser circunscrito na década de 1940, a marcha já não é mais apenas do café, mas também de outras culturas, como o algodão, que convivem e, em algumas regiões, se sobrepõe, se consolida a convivência de fazendas e sítios, e já estão bem delimitados os papéis sociais de cada migrante, seja externo ou interno, atuam empresas de colonização, e a frente pioneira se dirige ao norte do Paraná.

Essa conjunção de elementos e, sobretudo, o avanço gradual que o processo teve, explicam a construção e a assimilação das regiões do estado. A rede ferroviária não contribuiu somente com as denominações, ditou sobretudo as desigualdades, medidas pelas distâncias (no espaço e no tempo), o ritmo e as direções em que se expandiam, revelavam o potencial das áreas selecionadas, mas também o jogo de poder que viria ser estruturado entre eles, valorizava as terras e contribuía para fixar a população. Não se deve ignorar, tampouco, os elementos

naturais: a terra roxa não era encontrada em todo o território paulista, o relevo e os rios limitavam, em certa medida, a expansão e marcaram a divisão regional no sentido Norte-Sul, assim como, a ferrovia no sentido Leste-Oeste (interior-capital-Santos). Podemos considerar também as condições climáticas, sobretudo, a diferença no início da temporada de chuvas (quanto mais a Oeste, mais tardio) que resultava em tempos distintos de colheita e diferenças na qualidade e valor dos produtos entre as regiões. Mas é sem dúvidas a ferrovia (epítome do avanço pioneiro) que define a questão regional.

Monbeig (1985) cita o trabalho de Pierre Deffontaines “Pays et paysages de l'état de Saint-Paul (Brésil)” (1936), no qual a região de Presidente Prudente é descrita ainda como áreas de sertão, mesmo que a ferrovia tenha chegado à capital regional em 1919, devido à presença de vastas áreas de floresta nas quais “[...] só viviam alguns caboclos” (MONBEIG, 1985, p. 205), o que permitia que se distinguísse as zonas pioneiras, das zonas de sertão. Isso se nota também na carta de 1910, elaborada pela Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, onde parte considerável do Oeste e Noroeste eram representados como florestas. Todavia, em princípios da década de 1950 “[...] não é mais exato falar de um sertão paulista, pois tudo o que permanecia intacto até a grande depressão econômica foi invadido pelos derrubadores de mato e hoje faz parte da zona pioneira” (MONBEIG, 1985, p. 205).

Ao afirmar que o sertão vai gradualmente desaparecendo, portanto, concluímos que a área é cada vez mais conhecida e explorada, o nome “Alta Sorocabana” vai sendo conectado a um “pedaço do mapa”; o desenvolvimento dos meios de transporte contribuem para atenuar a distância, num movimento de extensão do projeto moderno e, esse como já vimos, tem sempre uma faceta racial, ou seja, o fim do sertão se efetiva pelo massacre da população indígena, mas não somente, ela deve se efetivar também pela introdução dos brancos.

O elemento racial é bastante evocado na obra de Monbeig (1985), em que podemos visualizar um quadro das relações raciais ao longo de todas as fases descritas pelo autor. No Sertão predominam os elementos não-brancos, indígenas e caboclos, e os sertanistas garantem algo de presença branca. As descrições de cada grupo podem ser analisadas como uma escala entre a selvageria e a civilização: os indígenas são os de “pior” fama; os caboclos são “perdidos”, pois a forma que adentram no sertão não é ordenada, não obedece à marcha do progresso; os sertanistas/bandeirantes, por outro lado, são audazes, heroicos, pois, eles sim se alinham e cumprem uma função no projeto modernizador.

E novamente, quanto mais distante, mais sertão, logo, mais indígenas. Uma vez que estes se refugiavam à Oeste, interiorizando-se cada vez mais. Buscavam também defender seu território, chegando a atrasar ou mesmo desmotivar a exploração de algumas áreas:

Em São Paulo, na zona de Campos Novos, na do rio Batalha, nas margens dos rios Peixe e Feio, a hostilidade parece ter sido mais eficaz. O que tornou difícil a construção da estrada de ferro de Bauru a Mato Grosso; necessário foi organizar verdadeiras expedições militares para proteger os trabalhadores da estrada. A oposição indígena foi suficientemente forte para frear o início do avanço pioneiro. Até os primeiros anos do século XX, os pioneiros que estavam mais internados, na Alta Sorocabana e a oeste de Bauru, eram mui pouco numerosos para viver sem segurança (p. 131).

A resistência indígena, tão pronto o interesse crescia sob a área, era reprimida violentamente. Ficaram conhecidas pelos nomes de “dadas” os massacres perpetrados contra essa população. Os principais responsáveis pelas expedições eram os caboclos, vindo sobretudo de Minas Gerais. Os mineiros são pioneiros antes dos paulistas não somente pela perseguição aos indígenas, mas também por, entre eles, estarem os que praticavam a grilagem de terras. Mas, os mineiros são apenas os que começaram o povoamento, são ainda descritos como pobres, ou mesmo excêntricos, suas ações são, tão somente, um prelúdio para o verdadeiro processo de ocupação.

As “dadas” logo conseguiram reduzir praticamente por completo a população indígena. Era ainda necessário atrair os imigrantes europeus, para efetivar o processo de embranquecimento, e estes se distribuíram de maneira irregular entre as regiões do Estado de São Paulo. Outros elementos que compõem o quadro racial são os japoneses e os “baianos”, como era denominada a população oriunda dos estados nordestinos. De todas as regiões da área pioneira, a região de Presidente Prudente foi uma das que menos recebeu imigrantes internacionais. Isso se explica por vários motivos, desde a abertura mais recente até a desconfiança em relação à titularidade das terras, sendo caracterizada, desse modo, por uma massiva presença de nordestinos.

Assim, nas zonas pioneiras se observava diferentes modos de vida e papéis sociais exercidos por cada grupo étnico. Essa diferença era percebida pelas facilidades ou dificuldades de se obter terra próprias, na capacidade de negociar os contratos de arrendamento ou parceria, nos salários pagos e nos tipos de trabalho que cada grupo se inseria, na forma de organização das propriedades rurais e de tocar as lavouras, com diferentes técnicas e produtos e nas

manifestações culturais. Aspectos assim compareceram nas narrativas de diferentes participantes da pesquisa e, por isso, serão explorados com mais profundidade junto com a análise das entrevistas de histórias de vida no próximo capítulo.

Outra noção que pode explicar a fundação da região imbuída nas noções de distância e atraso, bastante presente na obra de Monbeig (1985), é a do “envelhecimento” das áreas. Uma nova zona é explorada, derrubam-se as matas, a estrada de terra chega, implanta-se o café, fundam-se os povoados, até que o furor econômico se esgota. A região agora é “velha”, a marcha deve seguir para novas áreas. A Alta Sorocabana, nesse sentido, envelhece mais rapidamente que outras regiões, pois em poucos anos a marcha já se orientou em direção ao norte do Paraná. Aqui cabe o paralelo com o conceito de rugosidades de Milton Santos (2002), mais do que a idade em anos (há quanto tempo a área foi aberta ou não), o que pesa aqui é a capacidade ou não de “rejuvenescer”, se adaptar às novas condições impostas pela conjuntura econômica.

Massey (2008) utiliza a chegada dos espanhóis à Tenochtitlán, capital do Império Asteca, atualmente Cidade do México, para exemplificar como frequentemente contamos as estórias da colonização, como abordamos o espaço como uma superfície na qual os eventos ocorrem, “[...] o modo em que, hoje em dia, contamos essa história, ou qualquer um dos relatos de “viagens de descoberta”, é em termos de cruzamento e conquista do espaço. Cortés viajou através do espaço, encontrou Tenochtitlán e tomou-a” (MASSEY, 2008, p. 22). E essa ideia de “Espaço” como uma grande extensão, complementa a autora, representa uma visão de mundo e tem consequências sociais e políticas.

É com essa imaginação de espaço que narramos também todo esse processo. O espaço vai criando-se à medida que se relaciona com as forças econômicas e políticas hegemônicas. Dundes (2007) começa sua análise da região pela noção de “devir”: analisando os discursos da mídia ou da academia, a autora busca evidenciar essa transição entre a fase “nova” e como se deu esse “envelhecimento”, como passou a ser conhecida pelo “atraso”. A autora pontua que:

Na primeira leitura dos discursos, pensávamos que a representação da região do atraso tivesse surgido apenas nas últimas décadas do século XX, a partir de 1990, quando se percebe a proeminência de um discurso que toma como bandeira as reivindicações e denúncias das causas do “atraso” regional, mas reconsiderando a literatura e os discursos dessas obras que ora analisamos, vemos que, na verdade, o surgimento dessa representação acontece paralelamente ao surgimento da região do devir. A região do atraso, simbolicamente continha em si a simbologia do vir a ser, a simbologia do progresso. É claro que hoje os argumentos e os elementos simbólicos dessa

representação “negativa” já não são os mesmos, já não é mais o sertão, com suas matas e seus índios, que ameaça o progresso; talvez a localização e precariedade dos meios de transporte ainda sirvam de justificativa, mas o caso é que a representação da região do atraso se sobressai no discurso atual (DUNDES, 2007, p. 85).

As definições identificadas pela autora são muito frutíferas para se estudar o processo de construção de uma região. Devir, de acordo com dicionário filosófico de Japiassu e Marcondes (1990), carrega a noção de superação, uma condição a ser transformada, está incluída a ideia de movimento. Pode ser considerada a base da dialética, o que abre fundamentalmente a análise para a historicidade do marxismo. E o devir, nesse sentido, coloca um destino para a transformação, ainda que desdobrados em algumas possibilidades, é a ideia de progresso, já discutida com o tema da modernidade no primeiro capítulo. E dela deriva o atraso. Ou seja, como conclui Dundes (2007), os discursos do devir buscavam alinhar a região aos objetivos da modernidade, encontrar um caminho para o progresso, livrar a região do atraso, portanto, inerente, uma vez que, as desigualdades regionais já estavam postas. O ponto de virada entre o “devir” e o “atraso”, como pontua a autora, são as crises econômicas. São elas que revelam a fragilidade das relações construídas com os demais espaços, quando entre os anos 1970 e 1980 a região começa a ser identificada pela pobreza. A crise na agricultura favorece a expansão da pecuária, o que incorre em desemprego, concentração de terras e êxodo rural.

Fica evidente como noções de velho/novo e de perto/longe são interpretadas pelas lentes do projeto de modernidade, e são presentes em discursos políticos, científicos e do dia a dia. A percepção de Presidente Prudente como um lugar longínquo permanece nos dias atuais. No ano de 2009, o clube de futebol Corinthians realizou partidas pelos campeonatos paulista e brasileiro de futebol na cidade. Jogar no interior era uma maneira de esquivar-se do Estádio do Morumbi, localizado na capital e pertencente ao rival, São Paulo, projeto que foi abraçado pelo então prefeito da cidade. O time contava com Ronaldo, regresso do futebol internacional, e o Estádio “Prudentão” foi palco inclusive do “clássico” contra o Palmeiras em diferentes ocasiões.

Assim, Presidente Prudente passou a ser notícia de algum modo, seja pelo que decorria em campo ou fora dele, como as fofocas sobre onde e como o ídolo havia festejado. Mas, o tema mais recorrente era a distância, os jornais destacavam que a cidade era mais próxima da capital do Mato Grosso do Sul, do que de São Paulo, algumas equipes se recusavam a jogar no Prudentão, ou, contrariadas, mandavam apenas seus jogadores reservas. O assunto foi tema de uma entrevista com um jornalista esportivo no “Programa do Jô” (da Rede Globo de Televisão),

na qual um comentário por parte do apresentador gerou revolta em alguns prudentinos e, principalmente, irritou o prefeito. Jô Soares criticou o clube paulista por estar com uma “birra” com o Morumbi e ir jogar em “uma estação pra lá de ‘Deus me livre’!”. A declaração rendeu uma carta de repúdio assinada pelo prefeito em nome de seus cidadãos, a qual Jô Soares respondeu com um pedido de desculpas “Eu só me referia à distância. Peço perdão à comunidade de Presidente Prudente e a quem tenha enxergado isso como uma crítica à cidade. De jeito nenhum” (PRESIDENTE PRUDENTE, 2009, p. 01).

Considerando o campeonato brasileiro, as equipes paulistanas costumam se deslocar grandes distâncias. Há jogos, por exemplo, em Porto Alegre (1130 km de distância de São Paulo), Goiânia (927 km), Salvador (1932 km), Recife (2610 km), deslocam-se, portanto, mais do que os 558 km até Presidente Prudente. Todavia, fica óbvio que o significado da distância extrapola a quilometragem, os exemplos são todos de capitais, que vão ofertar todo tipo de serviços, logística até os de lazer.

Presidente Prudente é considerada afastada dentro de uma imaginação espacial que a coloca, em relação a todas essas cidades, num ponto anterior na fila do progresso. Para o café chegar ao porto de Santos, as distâncias a serem vencidas entre Presidente Prudente e Londrina, por exemplo, não eram tão distintas, mas as características que o Norte do Paraná ofereceu para a frente pioneira foi o que definitivamente orientou o rumo da expansão. Assim, vemos que Presidente Prudente vai se construindo como uma periferia em seu estado.

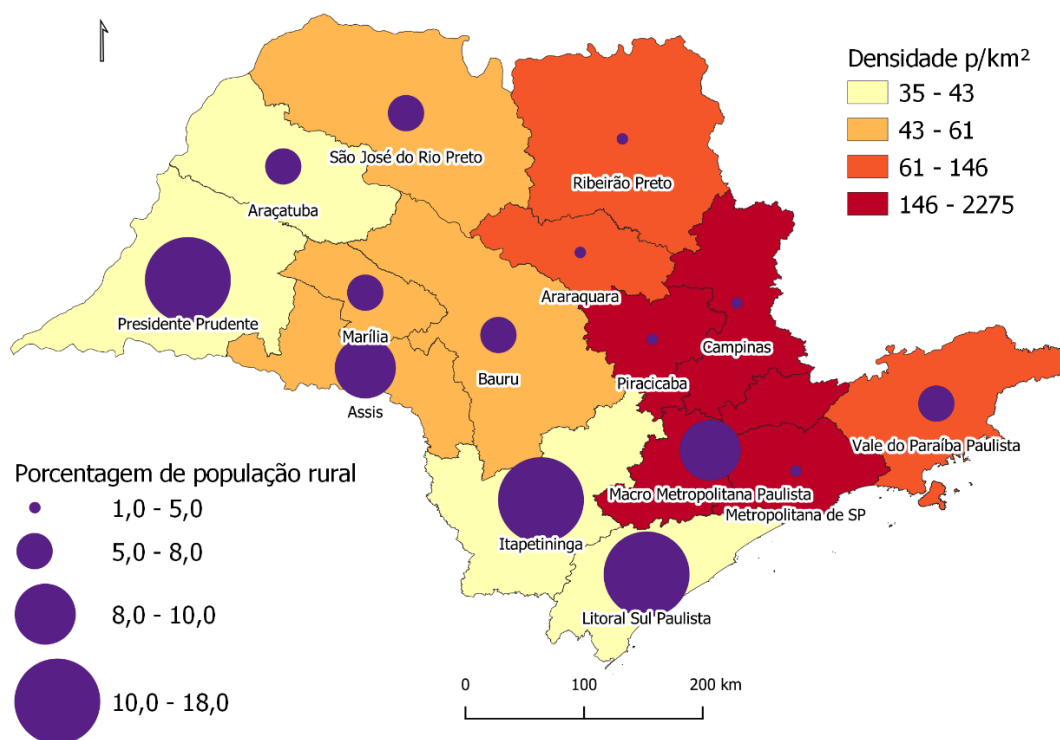
Um exercício que nos ajuda a compreender como a condição de periferia econômica é gerada no próprio processo de ocupação da região, é o de considerar que todo esse processo compõe o que levou o Estado de São Paulo a liderar, na atualidade, a economia nacional. O mesmo se aplica para as taxas de urbanização do país. A população rural deste estado era de aproximadamente 4 milhões em 1950, representando 47% do total de habitantes, e de 3 milhões em 1980, caindo para 11%, o que se explica facilmente pelo intenso processo de industrialização, encabeçado pela cidade de São Paulo, que nesse período consolidou-se como uma metrópole nacional (GIRARDI, 2008).

Isso não quer dizer que este estado não apresente desigualdades internas e, tampouco, que não tenha dinâmicas rurais a serem analisadas, mesmo que sua população rural represente apenas 6% de todo o país. Internamente, há um grande desequilíbrio populacional devido à cidade de São Paulo, uma vez que a Região Metropolitana (que é formada pelo Município de São Paulo e mais 38) concentra 50% da população do estado e 13% da população rural do

estado de São Paulo. A Mesorregião Macro Metropolitana paulista, seu entorno, concentra a maior parte da população rural do estado, correspondendo a 15%, e Campinas, região também fortemente urbanizada, que tem como principal cidade, Campinas, com mais de 1 milhão de habitantes, congrega 11% da população rural. As demais doze mesorregiões do estado de São Paulo são responsáveis por 61% da população rural (IBGE, 2010).

No mapa 3 apresentamos a correlação entre a porcentagem de população rural (2010) e a densidade populacional (2010), por mesorregiões no Estado de São Paulo:

Mapa 3: Correlação entre população rural e densidade demográfica nas Mesorregiões do Estado de São Paulo (2010).



Fonte: Base Cartográfica do IBGE (2010). Censo demográfico do IBGE (2010). Elaboração própria.

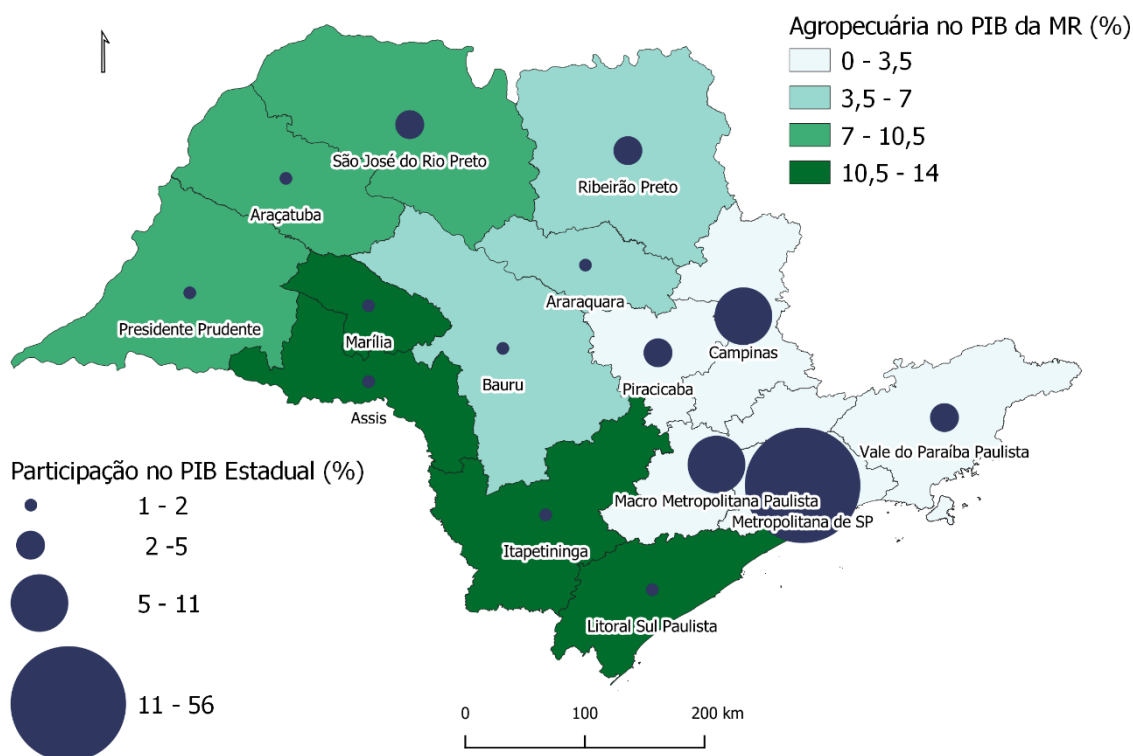
Observa-se que nas mesorregiões de menor densidade demográfica, a população rural tem um peso maior na população total. Com densidade demográfica abaixo de 43 pessoas/km² e porcentagem de população rural acima de 10%, destacam-se as Mesorregiões de Itapetininga, Litoral Sul Paulista e de Presidente Prudente, áreas que, guardadas suas particularidades, tem um aspecto em comum: estão sempre à margem das principais dinâmicas econômicas do Estado. O Sul do estado, incluindo-se o Vale do Ribeira, reduto de reservas naturais e de uma

população vulnerável, viu sua economia declinar ao longo do século XIX e na entrada do século XX, quando as redes econômicas eram orientadas para o interior. A porção Oeste, sobretudo, considerando o Pontal do Paranapanema, sofre processo semelhante nos anos 1950, mas, sobretudo, entre as décadas de 1970 e 1980, quando as crises econômicas revelaram que ali se encerrava um ciclo.

É neste contexto que a região do devir se confirma como a região estagnada. Os anos 1970 e 1980 foram marcados pelo êxodo rural e por crises econômicas. Ainda que essas dinâmicas fossem identificadas em todo o país, localmente esses fatores foram interpretados como o fechamento do ciclo de prosperidade de sua gênese, e início de uma era de atraso e estagnação.

No mapa 4 estão representados a contribuição de cada mesorregião para o PIB estadual (2017) e a importância da agropecuária para cada área.

Mapa 4: Correlação entre a participação das mesorregiões no PIB estadual e a contribuição do setor agropecuário no PIB das mesorregiões do Estado de São Paulo (2017).

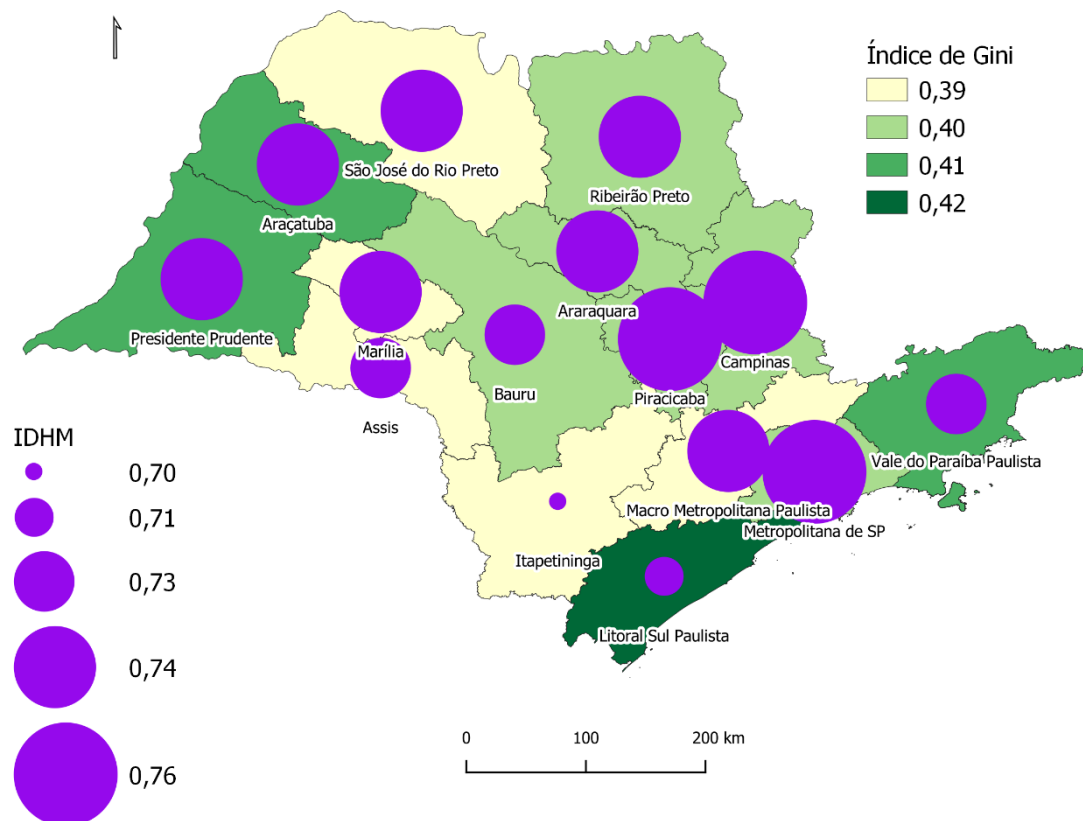


Fonte: Base Cartográfica do IBGE (2010). IBGE (Em parceria com órgãos estaduais de estatísticas) (2017).
Elaboração própria.

Os valores para o ano 2017 do produto interno bruto do Estado de São Paulo alcançam a cifra de 2 bilhões de reais, sendo o setor de serviços responsável por 77%, indústria 21% e agropecuária 2%. Pela análise do mapa 4, concluímos que boa parte das mesorregiões onde a agropecuária tem um peso maior no PIB, é a que menos contribui para o valor estadual no geral. Todavia, isso não significa necessariamente que estas contribuem com altos valores para a agropecuária do estado. No mesmo ano (2017), o valor total da agropecuária, era de aproximadamente 42 milhões de reais, sendo que as mesorregiões de Ribeirão Preto e São José do Rio Preto eram responsáveis por 26% desse valor, com 14% e 12%, respectivamente; seguidas por Bauru e Campinas, com 8% cada. Os valores da agropecuária da mesorregião de Itapetininga, que corresponde a 14% de seu valor total, contribuem com 8% do PIB estadual na mesma categoria. E Presidente Prudente representa 5% da agropecuária do estado, sendo este setor da economia, 10% do PIB desta mesorregião. Os menores valores nesse quesito são das mesorregiões do Vale do Paraíba Paulista (1%) e da Região Metropolitana de São Paulo (3%) (SEADE, 2017). As quatro mesorregiões destacadas (Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Itapetininga e Presidente Prudente), são exemplos, da diversidade da agropecuária paulista, e do Brasil, de modo geral, quando consideramos a convivência do agronegócio (os dois primeiros casos) com a agricultura de pequeno porte, seja em termos de extensão de terras, de produção ou valores (os dois últimos). Presidente Prudente, mesmo com a agropecuária compondo parte importante de sua economia, contribui pouco para o valor adicionado no estado, assim como argumenta Dundes (2007), a vocação da região nunca chegou a cumprir-se.

No mapa 5, analisamos indicadores de pobreza e qualidade de vida. Observamos que o IDHM é alto em todo o estado, ou seja, acima de 0,70. Os dados de concentração de renda, indicados pelo Índice de Gini, tampouco, apresentam grandes variações, de forma que apenas cinco mesorregiões, das 15 mesorregiões, tem o índice menor que 0,40.

Mapa 5: Correlação entre IDHM e Índice de Gini nas mesorregiões do Estado de São Paulo (2010).



Fonte: Base Cartográfica do IBGE (2010). Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010). Elaboração própria.

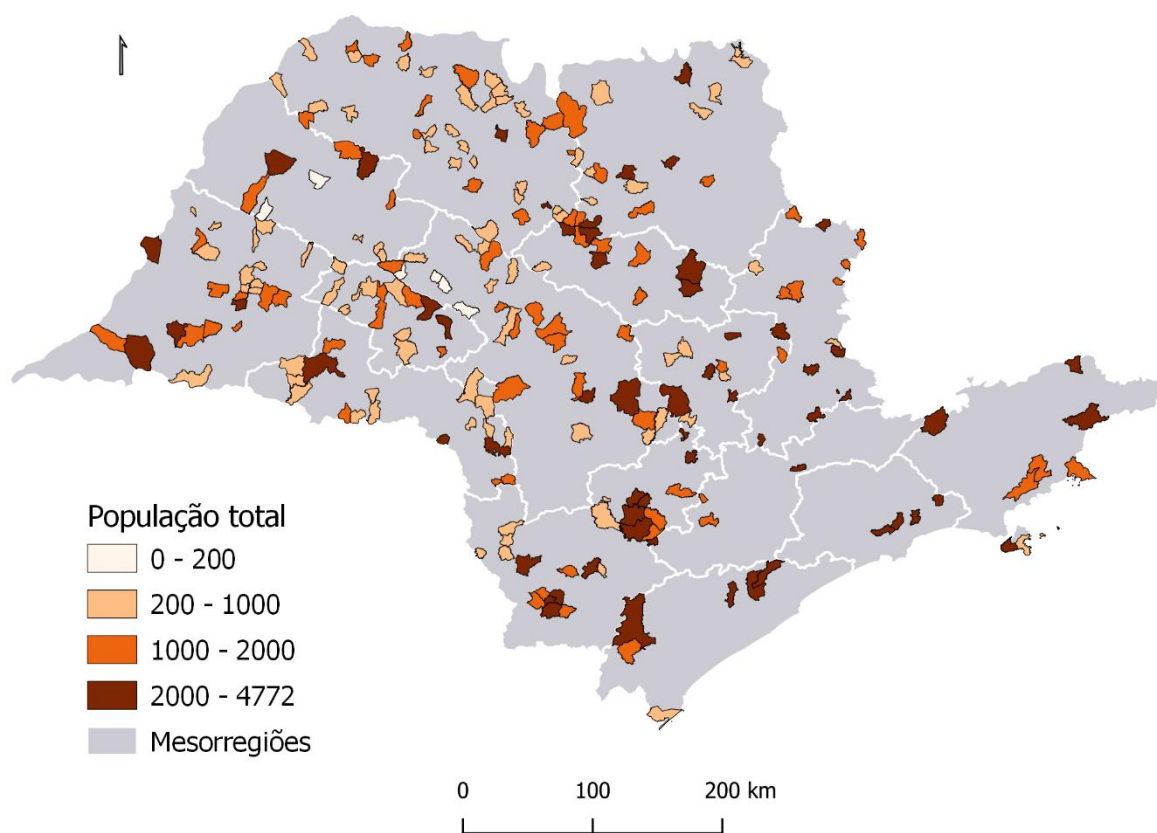
O Litoral Sul Paulista tem a maior concentração de renda, com 0,42, seguido de Presidente Prudente, São José do Rio Preto e o Vale do Paraíba Paulista, com 0,41. Vemos que a Mesorregião de Presidente Prudente, mesmo com IDHM no segundo patamar do estado (o maior valor é 0,76, e esta apresenta 0,74), a concentração de renda não corresponde aos melhores resultados do estado. Com os dados decompostos, vemos que o IDHM da região tem o maior valor no quesito longevidade (0,83), sendo mais deficiente em renda (0,70) e em educação (0,69).

Nesta seção buscamos discutir como a região foi se construindo, diferenciando-se de outras partes do estado. Vimos que o processo de diferenciação espacial foi marcado por características como distância e composição do quadro social e político. Na próxima seção buscaremos apresentar alguns pontos internos para o debate da escala geográfica com foco nos distritos municipais.

3.2. Os distritos municipais da região de Presidente Prudente

Considerando os dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010, há no Estado de São Paulo, um total de 233 distritos não autônomos, com população total inferior a 5 mil habitantes. Definimos este patamar populacional a fim de excluir os distritos com outras características, estabelecidos, por exemplo, para fins de planejamento urbano das grandes cidades. Destes, 90,5% (211) tem população inferior a 2 mil habitantes, limite utilizado para classificar espaços como urbanos em muitos países. Pela análise do mapa 6, é possível afirmar que esta é uma formação presente em praticamente todas as mesorregiões do estado, o que reafirma a potencialidade de seu estudo para a compreensão de diferentes questões: ruralidades e o processo de urbanização, ou seja, a relação campo-cidade, além da própria formação histórica, sendo esses espaços testemunhos de práticas adotadas na época.

Mapa 6: Distritos não autônomos com população total inferior a 5 mil habitantes no Estado de São Paulo (2010).



Fonte: Base Cartográfica do IBGE (2010). Censo demográfico do IBGE (2010). Elaboração própria.

No quadro 4 estes distritos são listados, junto às informações do município e mesorregião a que pertencem e o número total de população no Censo Demográfico do IBGE de 2010:

Quadro 4: Distritos não autônomos com população total inferior a 5 mil habitantes no Estado de São Paulo (2010).

Distrito	Município	Mesorregião	População total (2010)
Ribeiro do Vale	Guararapes	Araçatuba	172
Tabajara	Lavínia	Araçatuba	175
Lauro Penteado	Clementina	Araçatuba	215
São Martinho d'Oeste	Alto Alegre	Araçatuba	341
Jatobá	Alto Alegre	Araçatuba	690
Amandaba	Mirandópolis	Araçatuba	1046
Major Prado	Santo Antônio do Aracanguá	Araçatuba	1065
Juritis	Glicério	Araçatuba	1138
Bandeirantes D'Oeste	Sud Mennucci	Araçatuba	1431
Três Alianças	Mirandópolis	Araçatuba	2209
Vicentinópolis	Santo Antônio do Aracanguá	Araçatuba	2399
Cambaratiba	Ibitinga	Araraquara	515
Guarapiranga	Ribeirão Bonito	Araraquara	1281
Bueno de Andrada	Araraquara	Araraquara	1695
Nova América	Itápolis	Araraquara	1753
São Lourenço do Turvo	Matão	Araraquara	1964
Curupá	Tabatinga	Araraquara	2249
Santa Eudóxia	São Carlos	Araraquara	2570
Tapinas	Itápolis	Araraquara	2817
Água Vermelha	São Carlos	Araraquara	4456
Clarínia	Santa Cruz do Rio Pardo	Assis	206
Sodrélia	Santa Cruz do Rio Pardo	Assis	458
Santo Antônio do Paranapanema	Cândido Mota	Assis	502
Sussuí	Palmital	Assis	607
São José das Laranjeiras	Maracáí	Assis	751
São Berto	Manduri	Assis	779
Batista Botelho	Óleo	Assis	838
Nova Alexandria	Cândido Mota	Assis	919

Continua.

Continuação Quadro 4.

Distrito	Município	Mesorregião	População total (2010)
Caporanga	Santa Cruz do Rio Pardo	Assis	919
Águas Virtuosas	Tejupá	Assis	1081
Ribeirão Bonito -	Tejupá	Assis	1508
Frutal do Campo	Cândido Mota	Assis	1577
Sapezal	Paraguaçu Paulista	Assis	1673
Irapé	Chavantes	Assis	2165
Conceição de Monte Alegre	Paraguaçu Paulista	Assis	2301
Tibiriçá do Paranapanema	Piraju	Assis	3996
Cafesópolis	Cafelândia	Bauru	104
Fátima	Guaimbê	Bauru	124
Santa América	Getulina	Bauru	181
Corredeira	Pirajuí	Bauru	196
Santo Antônio da Estiva	Pirajuí	Bauru	255
Guapiranga	Lins	Bauru	384
Santa Maria do Gurupá	Promissão	Bauru	401
Nogueira	Avaí	Bauru	465
Lobo	Itatinga	Bauru	480
Pradínia	Pirajuí	Bauru	520
Vanglória	Pederneiras	Bauru	575
São Roque Novo	Bofete	Bauru	587
Juquiratiba	Conchas	Bauru	682
Bacuriti	Cafelândia	Bauru	985
Guaricanga	Presidente Alves	Bauru	1076
Macucos	Getulina	Bauru	1102
Alfredo Guedes	Lençóis Paulista	Bauru	1137
Domélia	Agudos	Bauru	1200
Simões	Cafelândia	Bauru	1220
Guaianás	Pederneiras	Bauru	1248
Guarapuã	Dois Córregos	Bauru	1299
Pirambóia	Anhembi	Bauru	1393
Jacuba	Arealva	Bauru	1446
Tibiriçá	Bauru	Bauru	1484
Santelmo	Pederneiras	Bauru	1640
Vitoriana	Botucatu	Bauru	3130
Aparecida de São Manuel	São Manuel	Bauru	3200
Eleutério - Itapira (SP)	Itapira	Campinas	784

Continua.

Continuação Quadro 4.

Distrito	Município	Mesorregião	População total (2010)
Venda Branca	Casa Branca	Campinas	1048
Lagoa Branca	Casa Branca	Campinas	1400
São Benedito das Areias	Mococa	Campinas	1467
Três Pontes	Amparo	Campinas	1708
Campestrinho	Divinolândia	Campinas	1754
Barrânia	Caconde	Campinas	1796
São Roque da Fartura	Águas da Prata	Campinas	1958
Barão Ataliba Nogueira	Itapira	Campinas	2177
Mostardas	Monte Alegre do Sul	Campinas	2218
Joaquim Egídio	Campinas	Campinas	2264
Igarai	Mococa	Campinas	2549
Cardeal	Elias Fausto	Campinas	2704
Martim Francisco	Mogi Mirim	Campinas	3000
Martinho Prado Júnior	Mogi Guaçu	Campinas	3818
Salto	Campina do Monte Alegre	Itapetininga	381
Santa Cruz dos Lopes	Itararé	Itapetininga	497
Apiá-Mirim	Capão Bonito	Itapetininga	506
Aracaçu	Buri	Itapetininga	706
Laras	Laranjal Paulista	Itapetininga	742
Tomé	Itaberá	Itapetininga	776
Pedra Branca de Itararé	Itararé	Itapetininga	901
Turiba do Sul	Itaberá	Itapetininga	935
Palmitalzinho	Apiá	Itapetininga	1299
Conceição	Itapetininga	Itapetininga	1326
Itaoca de Cima	Nova Campina	Itapetininga	1381
Morro do Alto	Itapetininga	Itapetininga	1468
Araçaíba	Apiá	Itapetininga	1622
Alto da Brancal	Itapeva	Itapetininga	1745
Gramadinho	Itapetininga	Itapetininga	2000
Engenheiro Maia	Itaberá	Itapetininga	2192
Torre de Pedra	Torre de Pedra	Itapetininga	2254
Maristela	Laranjal Paulista	Itapetininga	2269
Areia Branca	Itapeva	Itapetininga	2305
Tupy	Itapetininga	Itapetininga	2319
Varginha	Itapetininga	Itapetininga	2466
Fazenda Velha	Cesário Lange	Itapetininga	2587
Campina de Fora	Ribeirão Branco	Itapetininga	2590
Lageado de Araçaíba	Apiá	Itapetininga	3161

Continua.

Continuação Quadro 4.

Distrito	Município	Mesorregião	População total (2010)
Bom Retiro da Esperança	Angatuba	Itapetininga	3560
Itabôa	Ribeirão Branco	Itapetininga	3675
Guarizinho	Itapeva	Itapetininga	4364
Rechan	Itapetininga	Itapetininga	4772
Ariiri	Cananéia	Litoral Sul Paulista	650
Braço	Eldorado	Litoral Sul Paulista	1371
Pedro Barros	Miracatu	Litoral Sul Paulista	2164
Santa Rita do Ribeira	Miracatu	Litoral Sul Paulista	2570
Oliveira Barros	Miracatu	Litoral Sul Paulista	2616
Itapeúna	Eldorado	Litoral Sul Paulista	3818
Cocaes	Sarapuí	Macro Metropolitana Paulista	1287
Porto	Capela do Alto	Macro Metropolitana Paulista	1899
Gramadão	São Miguel Arcanjo	Macro Metropolitana Paulista	3221
Bom Fim do Bom Jesus	Cabreúva	Macro Metropolitana Paulista	4054
Batatuba	Piracaia	Macro Metropolitana Paulista	4638
Anápolis	Iacri	Marília	228
Novo Cravinhos	Pompéia	Marília	389
Amadeu Amaral	Marília	Marília	575
Juliânia	Herculândia	Marília	614
Varpa	Tupã	Marília	631
Parnaso	Tupã	Marília	661
Avencas	Marília	Marília	947
Universo	Tupã	Marília	990
Paulópolis	Pompéia	Marília	1169
Santa Terezinha	Lupércio	Marília	1558
Rosália	Marília	Marília	1652
Jafa	Garça	Marília	2118
Dirceu	Marília	Marília	2313
Paranapiacaba	Santo André	Metropolitana de São Paulo	3096
Nossa Senhora do Remédio	Salesópolis	Metropolitana de São Paulo	3156
Quatinga	Mogi das Cruzes	Metropolitana de São Paulo	3672

Continua.

Continuação Quadro 4.

Distrito	Município	Mesorregião	População total (2010)
Biritiba-Ussu	Mogi das Cruzes	Metropolitana de São Paulo	4730
Itaqueri da Serra	Itirapina	Piracicaba	301
Guamium	Piracicaba	Piracicaba	614
São Sebastião da Serra	Brotas	Piracicaba	950
Tujuguaba	Conchal	Piracicaba	1087
Assistência	Rio Claro	Piracicaba	1339
Ibitiruna	Piracicaba	Piracicaba	2365
Ajapi -	Rio Claro	Piracicaba	3059
Paraisolândia -	Charqueada	Piracicaba	4086
Tupi	Piracicaba	Piracicaba	4271
Mourão	Mariápolis	Presidente Prudente	218
Lagoa Azul	Osvaldo Cruz	Presidente Prudente	244
Boa Esperança d'Oeste	Caiabu	Presidente Prudente	254
Oásis	Tupi Paulista	Presidente Prudente	448
Terra Nova d'Oeste	Santa Mercedes	Presidente Prudente	496
Atlântida	Flórida Paulista	Presidente Prudente	530
Ameliópolis	Presidente Prudente	Presidente Prudente	561
Jaciporã	Dracena	Presidente Prudente	671
Eneida	Presidente Prudente	Presidente Prudente	675
Itororó do Paranapanema	Pirapozinho	Presidente Prudente	725
Iubatinga	Caiabu	Presidente Prudente	785
Gardênia	Rancharia	Presidente Prudente	811
Agissê	Rancharia	Presidente Prudente	824
Indaiá do Aguapeí	Flórida Paulista	Presidente Prudente	856
Coronel Goulart	Álvares Machado	Presidente Prudente	1023
Araxãs	Presidente Bernardes	Presidente Prudente	1043
Guachos	Martinópolis	Presidente Prudente	1119
Teçaindã	Martinópolis	Presidente Prudente	1248
Floresta do Sul	Presidente Prudente	Presidente Prudente	1392
Espigão	Regente Feijó	Presidente Prudente	1438
Jamaica	Dracena	Presidente Prudente	1646
Nova Pátria	Presidente Bernardes	Presidente Prudente	1901
Planalto do Sul	Teodoro Sampaio	Presidente Prudente	1989
Montalvão	Presidente Prudente	Presidente Prudente	2229
Costa Machado	Mirante do Paranapanema	Presidente Prudente	2240

Continua.

Continuação Quadro 4.

Distrito	Município	Mesorregião	População total (2010)
Campinal	Presidente Epitácio	Presidente Prudente	2311
Cuiabá Paulista	Mirante do Paranapanema	Presidente Prudente	3325
Capivari da Mata	Ituverava	Ribeirão Preto	455
Alto Porã	Pedregulho	Ribeirão Preto	491
Igaçaba	Pedregulho	Ribeirão Preto	519
Lusitânia	Jaboticabal	Ribeirão Preto	530
Turvânia	Bebedouro	Ribeirão Preto	717
Alberto Moreira	Barretos	Ribeirão Preto	724
Pioneiros	Guará	Ribeirão Preto	746
Marcondésia	Monte Azul Paulista	Ribeirão Preto	881
Santa Cruz da Estrela	Santa Rita do Passa Quatro	Ribeirão Preto	905
Aparecida do Monte Alto	Monte Alto	Ribeirão Preto	995
Córrego Rico	Jaboticabal	Ribeirão Preto	1414
Agulha	Fernando Prestes	Ribeirão Preto	1616
Botafogo	Bebedouro	Ribeirão Preto	1646
Ibitu	Barretos	Ribeirão Preto	1819
Jurucê	Jardinópolis	Ribeirão Preto	1862
Jurupema	Taquaritinga	Ribeirão Preto	2062
Guariroba	Taquaritinga	Ribeirão Preto	2090
Cândia	Pontal	Ribeirão Preto	2671
São Benedito da Cachoeirinha	Ituverava	Ribeirão Preto	3120
Ibitiúva	Pitangueiras	Ribeirão Preto	3722
Santa Rosa	Santa Adélia	São José do Rio Preto	257
Onda Branca	Nova Granada	São José do Rio Preto	307
Ururaí	Santa Adélia	São José do Rio Preto	350
Vale Formoso	Novo Horizonte	São José do Rio Preto	385
Ingás	Nova Granada	São José do Rio Preto	405
Esmeralda	Rubinéia	São José do Rio Preto	436
Barra Dourada	Neves Paulista	São José do Rio Preto	441
Aparecida do Bonito	Santa Rita d'Oeste	São José do Rio Preto	448

Continua.

Continuação Quadro 4.

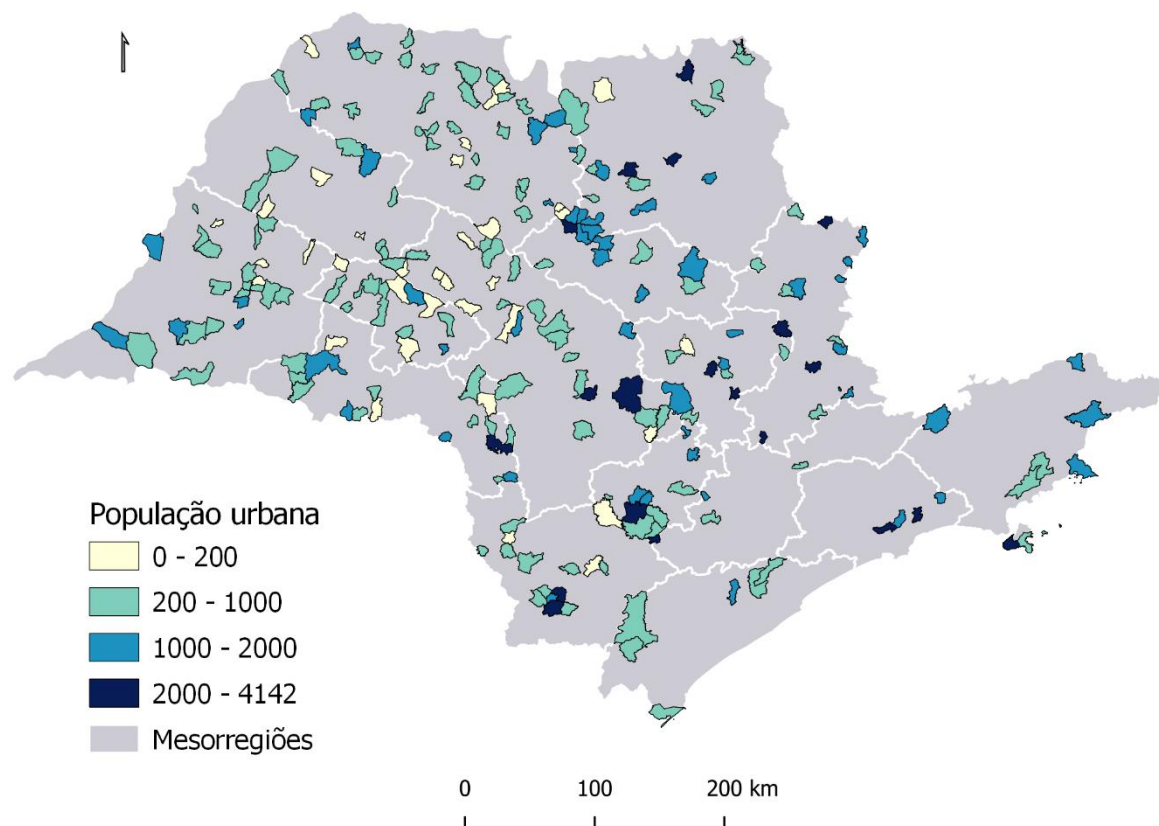
Distrito	Município	Mesorregião	População total (2010)
Miraluz	Neves Paulista	São José do Rio Preto	457
Itaiúba	Monte Aprazível	São José do Rio Preto	508
Boa Vista dos Andradas	Álvares Florence	São José do Rio Preto	522
Jurupeba	Palestina	São José do Rio Preto	543
Mangaratu	Nova Granada	São José do Rio Preto	547
Junqueira	Monte Aprazível	São José do Rio Preto	610
Santa Isabel do Marinheiro	Pedranópolis	São José do Rio Preto	623
Fátima Paulista	Turmalina	São José do Rio Preto	638
Ruilândia	Mirassol	São José do Rio Preto	708
Engenheiro Balduino	Monte Aprazível	São José do Rio Preto	716
São João de Itaguaçu	Urupês	São José do Rio Preto	721
Prudêncio e Moraes	General Salgado	São José do Rio Preto	795
Suinana	Altair	São José do Rio Preto	813
Dalas	Palmeira d'Oeste	São José do Rio Preto	868
Ibiporanga	Tanabi	São José do Rio Preto	868
Termas de Ibirá	Ibirá	São José do Rio Preto	946
Brasitânia	Fernandópolis	São José do Rio Preto	1012
São João do Marinheiro	Cardoso	São José do Rio Preto	1040
Ida Iolanda	Nhandeara	São José do Rio Preto	1138
Simonsen	Votuporanga	São José do Rio Preto	1156
Monte Verde Paulista	Cajobi	São José do Rio Preto	1203
Botelho	Santa Adélia	São José do Rio Preto	1235
Nova Cardoso	Itajobi	São José do Rio Preto	1294
Nova Itapirema	Nova Aliança	São José do Rio Preto	1320
Duplo Céu	Palestina	São José do Rio Preto	1547
Ribeiro dos Santos	Olímpia	São José do Rio Preto	1683
Baguaçu	Olímpia	São José do Rio Preto	1692
Roberto	Pindorama	São José do Rio Preto	2074
Talhado	São José do Rio Preto	São José do Rio Preto	4758
Paranabi	Ilhabela	Vale do Paraíba Pta.	502
Catuçaba	São Luiz do Paraitinga	Vale do Paraíba Pta.	1327
Bairro Alto	Natividade da Serra	Vale do Paraíba Pta.	1556
Picinguaba	Ubatuba	Vale do Paraíba Pta.	1961
Pinheiros -	Lavrinhas	Vale do Paraíba Pta.	2034
São Francisco Xavier	São José dos Campos	Vale do Paraíba Pta.	3852
Cambaquara	Ilhabela	Vale do Paraíba Pta.	4099

Fonte: Censo Demográfico do IBGE (2010). Elaboração própria.

Há mesorregiões que se destacam: São José do Rio Preto com 37 distritos, Itapetininga com 28, Bauru e Presidente Prudente com 27, Ribeirão Preto com 20, Assis com 16, Campinas com 15, Marília com 13, Araçatuba com 11 e Piracicaba e Araraquara com 9 cada. Cada caso deve ser considerado em suas particularidades, mas não podemos deixar de destacar alguns pontos: a forte presença no “Oeste Paulista”, seja o “novo” (Presidente Prudente, Araçatuba, São José do Rio Preto, Bauru, Marília, Assis) ou o “velho” (Campinas e Piracicaba) (em referência ao período em que se realizou seus processos de ocupação) e a relação com as mesorregiões nas quais a agropecuária tem importância, com o agronegócio ou a agricultura familiar (Ribeirão Preto e Itapetininga, por exemplo).

Quando consideramos a população nas vilas (sedes dos distritos municipais) (urbana, segundo o IBGE), representada no mapa 7, vemos que nas mesorregiões de Presidente Prudente, Araçatuba, São José do Rio Preto e Marília não há sedes com mais de 2 mil habitantes. Em Assis e Bauru, os distritos que apresentam sedes com população acima deste número localizam-se mais à leste, evidenciando um padrão que pode ser encontrado no oeste do estado de São Paulo.

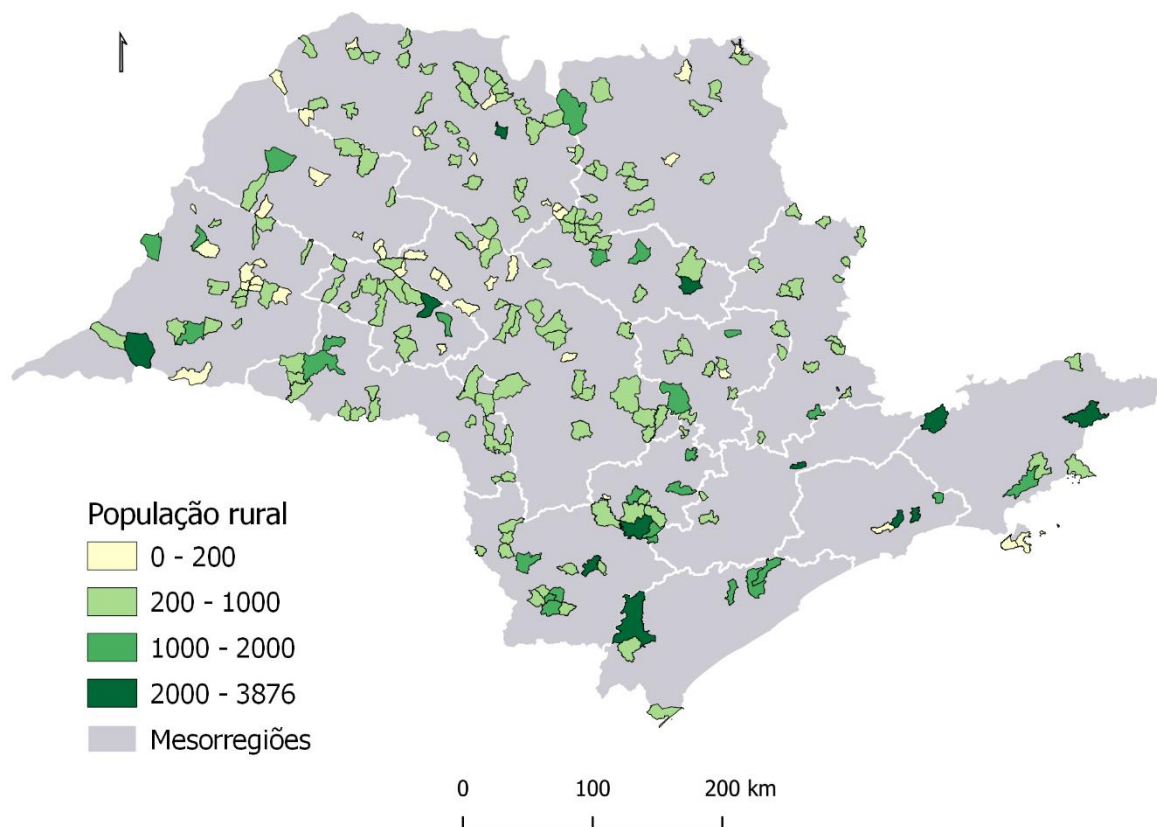
Mapa 7: População urbana dos distritos não autônomos com população total inferior a 5 mil habitantes no Estado de São Paulo (pessoas) (2010).



Fonte: Base Cartográfica do IBGE (2010). Censo demográfico do IBGE (2010). Elaboração própria.

Quanto à população rural desses distritos, vemos no mapa 8 que não há uma regra muito evidente no estado, embora os mais populosos (acima de 2 mil habitantes), assim como as sedes de distrito com as mesmas características, concentrem-se na porção leste, do mesmo modo que as que apresentam população até 200 habitantes são predominantes no oeste paulista.

Mapa 8: População rural dos distritos não autônomos com população total inferior a 5 mil habitantes no Estado de São Paulo (pessoas) (2010).

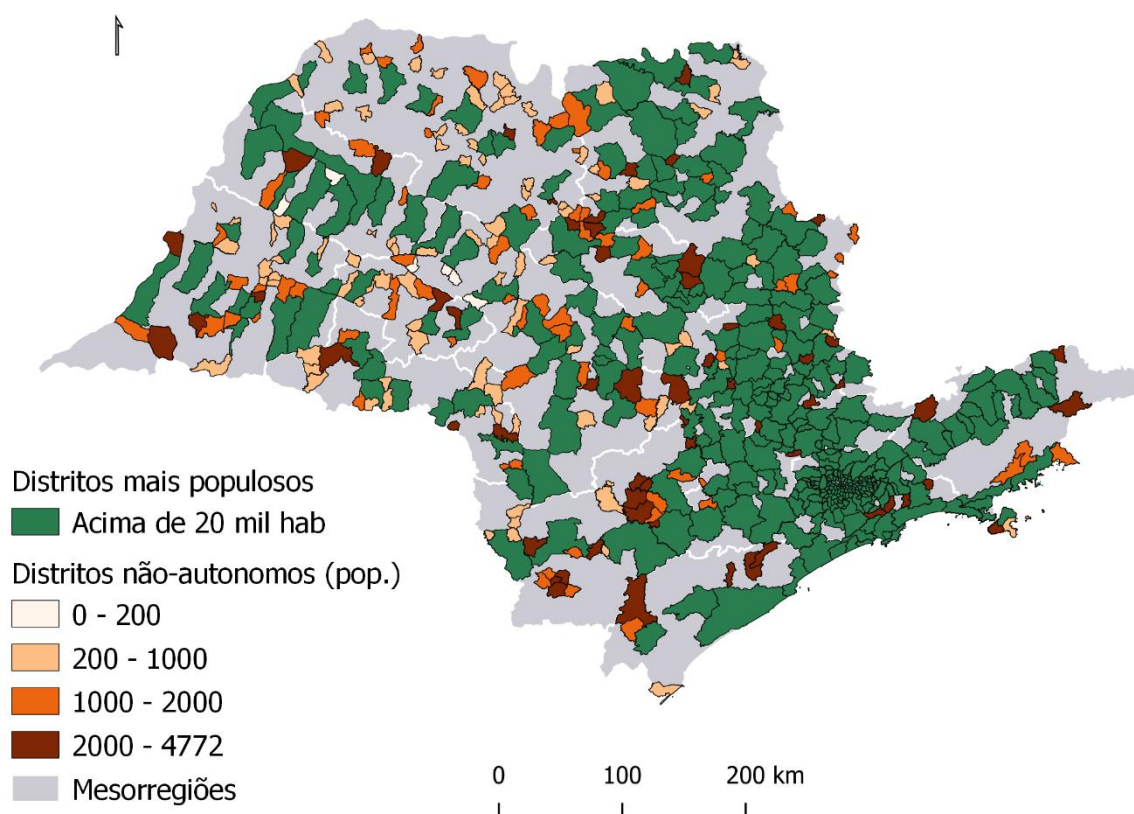


Fonte: Base Cartográfica do IBGE (2010). Censo demográfico do IBGE (2010). Elaboração própria.

No mapa 9 é comparada a localização dos distritos (autônomos ou não)⁴ com os distritos não-autônomos com população inferior a 5 mil habitantes. Fica evidente a possibilidade de relacionar a distribuição deste tipo de distrito com a conformação da rede urbana no estado. Quanto mais densamente populosa e povoada uma área, menor a distância entre os centros urbanos, nesse sentido, podemos inferir que as pequenas vilas possuem uma função nas áreas menos populosas e povoadas e, portanto, com menos cidades (CORREA, 2000).

⁴ Ou seja, foram utilizados os dados dos distritos-sede e dos demais distritos separadamente (quando havia), sem considerar o total municipal (Lembrando que, todo município é composto por distritos, nem que seja apenas o distrito-sede, ver Quadro 1 e esquema 1, no primeiro capítulo).

Mapa 9: Correlação distritos não-autônomos com população até 5 mil habitantes e distritos municipais com população acima de 20 mil habitantes no Estado de São Paulo (2010).



Fonte: Base Cartográfica do IBGE (2010). Censo demográfico do IBGE (2010). Elaboração própria.

Para analisar essas vilas para além de “semente estéril” no processo de “plantar cidades”, descrito por Monbeig (1985), e ultrapassar a ideia de apenas testemunho de um processo que deu origem à rede urbana atual, podemos considera-las como parte desta. Isso não significa afirmar que possuem um “caráter urbano”, mas reafirmar a necessidade de se estudar urbano e rural integrado, e reconhecer outras formações espaciais no rural, que ainda é resumido à “campo”, local de produção e/ou moradia sem aglomerações, ou seja, marcado pela dispersão.

A fim de elaborar esse argumento nos lançamos a uma aproximação com o conceito trabalhado por Catelan (2013), de heterarquias urbanas. A imaginação espacial da hierarquia (urbana, de lugares, etc.) não é estranha ao debate geográfico, não é difícil visualizar como a desigualdade de poder se organiza em níveis, com papéis de comando para os espaços com maior densidade (de agentes, capitais, fluxos...), sendo os menos densos aqueles que são comandados. A ideia da heterarquia não é contrária a isso, mas a complementa, busca evidenciar os *interstícios* nestas cadeias. O autor trabalha com as redes urbanas e,

particularmente, o exemplo das cidades médias, mas podemos articula-la com diferentes tipos de hierarquias.

Isso fica evidente em seu diálogo com o geógrafo mexicano Barragán (2007), que por sua vez, estudou o desenvolvimento local, ao estabelecer quatro critérios para compreender a heterarquia em relação com a hierarquia: o primeiro é o entendimento do mundo organizado em níveis; segundo, tais níveis são contrapostos de acordo com a complexidade técnica e espacial; terceiro, cada qual tem sua importância, portanto, a hierarquia é analisada em uma perspectiva aberta, multidimensional e contraditória; e, por fim, quarto, por meio das interações entre os níveis, evidenciando intervalos, nós e redes nos processos de constituição e diferenciação de suas funções na hierarquia (CATELAN, 2013).

Para o estudo das cidades, o autor enfatiza ainda, duas concepções que reforçam sua argumentação: a inter ou transescalaridade dos espaços, vindo a noção de heterarquia contrapor-se a ideia de níveis fechados ou simplesmente encaixados, crítica já apresentada na discussão de escala no segundo capítulo; e a compreensão dos interstícios como os pontos de encontro das horizontalidades e verticalidades, ou seja, de processos contínuos e descontínuos em relação a esse mesmo espaço (CATELAN, 2013; SANTOS, 2002).

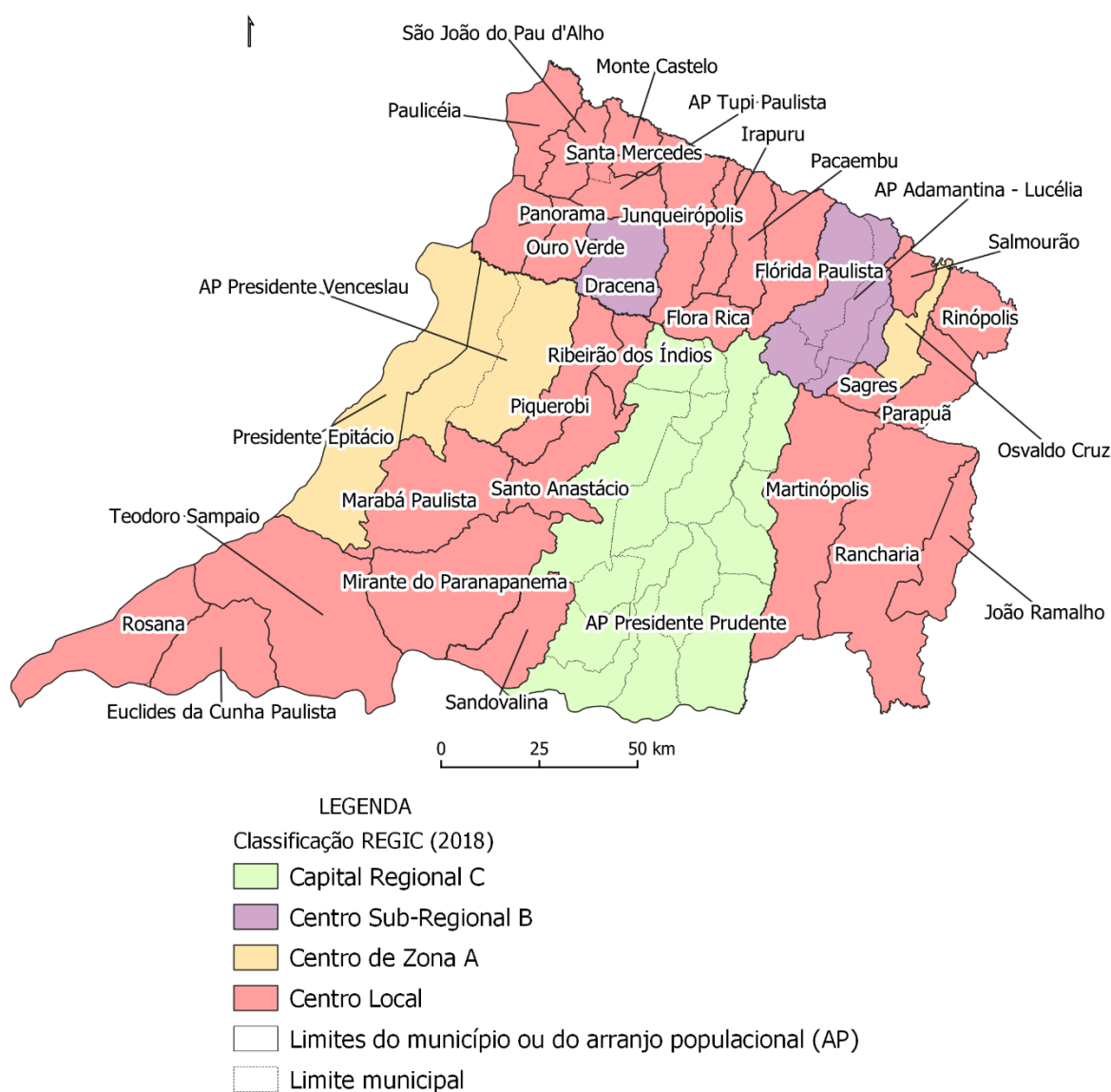
No caso da mesorregião de Presidente Prudente, desde sua formação, considerando a alta concentração de terras, observa-se tendência para uma rede urbana bastante hierarquizada. Há, de fato, uma cidade de importância regional e concentradora de população acompanhada de centros menores. Nas áreas onde se instalaram pequenas propriedades rurais, há o predomínio de pequenas cidades, características mais marcantes nas microrregiões de Dracena e Adamantina (CORREA, 2000).

Esta relação entre o tipo de estrutura agrária com as formas de povoamento foi bastante abordada em estudos orientados na perspectiva da geografia regional clássica francesa. A geógrafa Müller (1951), ao estudar o Estado de São Paulo, aplicando o Índice de dispersão de Demangeon, identificou três variedades de dispersão: dispersão linear e coagular, nas áreas onde havia pequenos proprietários, com a tendência de formação de bairros rurais; e dispersão absoluta (integral) em áreas nas quais o regime de trabalho se caracterizava pelo arrendamento de terras ou parceria, ou seja, de maior concentração fundiária (BERNARDES, 1963).

No estudo “Região de influência das cidades” de 2018 (REGIC, 2020), apresentado no mapa 10, consta que na mesorregião de Presidente Prudente há uma capital regional C, ou seja, um centro urbano “[...] com alta concentração de atividades de gestão, mas com alcance menor

em termos de região de influência em comparação com as Metrôpoles” (p. 11). A categoria C refere-se àquelas cidades ou arranjos populacionais⁵ com média populacional de 300 mil habitantes. Esta é o “Arranjo Populacional de Presidente Prudente” que é composto pelos municípios de Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Emilianópolis, Estrela do Norte, Indiana, Narandiba, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Prudente, Regente Feijó, Santo Expedito, Taciba e Tarabai.

Mapa 10: Classificação dos municípios da Mesorregião de Presidente Prudente na REGIC (2018).



Fonte: Base Cartográfica do IBGE (2010); REGIC, 2020. Elaboração própria.

⁵ Arranjo populacional é um agrupamento de dois ou mais municípios, definidos pelo IBGE para estudos próprios.

Há dois centros sub-regionais B: Dracena e o Arranjo Populacional Adamantina-Lucélia (Adamantina, Mariápolis, Pracinha, Lucélia, Inúbia Paulista). Estes se caracterizam por possuírem atividades de gestão menos complexas e menores áreas de influência, em relação às capitais regionais, e a média de população na categoria B é de 70 mil habitantes (REGIC, 2020).

Também são encontrados três centros de Zona A, que são caracterizados “por menores níveis de atividades de gestão” e, por isso, polarizam “um número inferior de Cidades vizinhas em virtude da atração direta da população por comércio e serviços baseada nas relações de proximidade” (REGIC, 2020, p. 13). Na mesorregião de Presidente Prudente, estes correspondem aos municípios de Presidente Epitácio, Oswaldo Cruz e ao Arranjo Populacional de Presidente Venceslau (Caiuá e Presidente Venceslau).

A tipologia mais comum no país é o “Centro local”, são 28 na mesorregião de Presidente Prudente: Arranjo Populacional de Tupi Paulista/SP (Nova Guataporanga e Tupi Paulista), Euclides da Cunha Paulista, Flora Rica, Flórida Paulista, Irapuru, João Ramalho, Junqueirópolis, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Monte Castelo, Ouro Verde, Pacaembu, Panorama, Parapuã, Paulicéia, Piquerobi, Rancharia, Ribeirão dos Índios, Rinópolis, Rosana, Sagres, Salmourão, Sandovalina, Santa Mercedes, Santo Anastácio, São João do Pau d'Alho e Teodoro Sampaio. Um centro local refere-se ao último nível hierárquico e são aqueles que:

[...] exercem influência restrita aos seus próprios limites territoriais, podendo atrair alguma população moradora de outras cidades para temas específicos, mas não sendo destino principal de nenhuma outra cidade. Simultaneamente, os Centros Locais apresentam fraca centralidade em suas atividades empresariais e de gestão pública, geralmente tendo outros centros urbanos de maior hierarquia como referência para atividades cotidianas de compras e serviços de sua população, bem como acesso a atividades do poder público e dinâmica empresarial (REGIC, 2018, p. 13).

Os fluxos entre municípios seguem o padrão das linhas férreas e rodovias, ou seja, sentido interior-capital (Oeste-Leste). As conexões no sentido Norte-Sul (intrarregionais) são escassas, concentradas entre Presidente Prudente e os demais municípios, indicando a forte hierarquização que caracteriza a mesorregião (JURADO DA SILVA, 2011; REGIC, 2020).

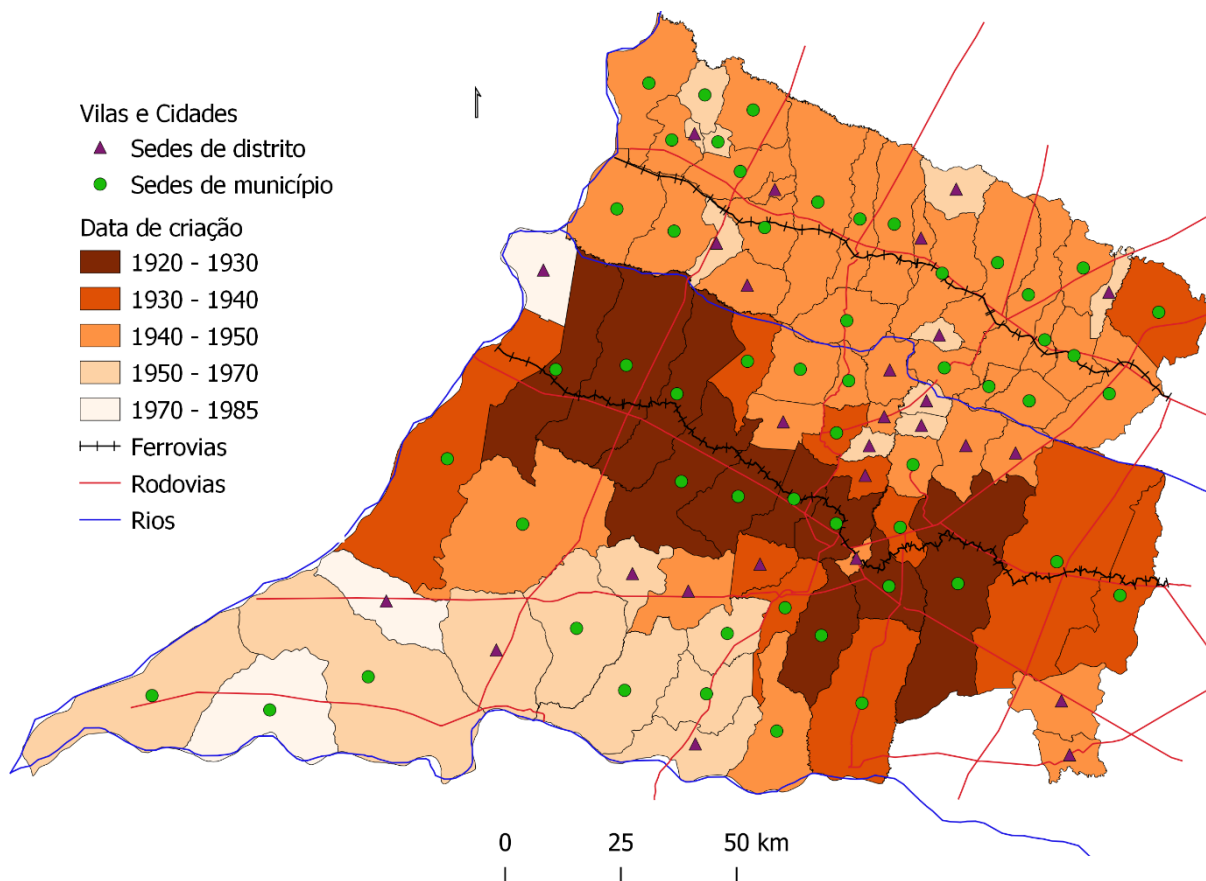
A criação de núcleos de povoamento atendia a essa necessidade de ordenar o território a ser desbravado, era uma maneira de garantir a presença das instituições modernas, a representação do Estado, e fazer com que aquela população tivesse uma forma de comunicação

com o restante do mundo. Desse modo, o vantajoso negócio de vendas de terras era bem visto e estimulado. Os fatores que não podem ser ignorados para que o “embrião urbano” não terminasse em um “aborto”, eram a localização e a articulação política que os sujeitos eram capazes de empreender (AZEVEDO, 1970).

De acordo com os dados do IBGE, a mesorregião apresentava no ano de 2010, população total de 848 mil habitantes, dos quais 88,69% é urbana e 11,31% é rural. Sendo assim, temos aproximadamente 752 mil pessoas que vivem nos 53 núcleos urbanos, divididos entre sedes de municípios e distritos, de maneira bastante concentrada: há um centro regional que apresenta 200 mil habitantes, com 26% da população urbana e 23% da população total da região; cinco cidades pequenas com população entre 24 e 39 mil habitantes; dez sedes de município que apresentam entre 11 e 22 mil habitantes; e trinta e sete núcleos com menos de 10 mil habitantes, dos quais vinte e cinco tem menos de 5 mil, contando com sete que apresentam população menor a dois mil habitantes. No que diz respeito a distribuição entre vilas e cidades, 722.321 pessoas vivem nas sedes dos municípios e 29.931 nas sedes dos distritos, que apresentam população entre 29 e 1.649 habitantes (IBGE, 2010).

Outra explicação importante para a localização dos núcleos, interconectada com a estrutura fundiária, são os eixos de transportes (a ferrovia e a rodovia), que influenciam não somente neste fator, mas nas possibilidades de desenvolvimento de funções e atração de população para os núcleos. No mapa 11 estão representados todos os núcleos considerados urbanos, de acordo com o IBGE, ou seja, “vilas” (sedes de distritos) e “cidades” (sedes de município), e suas datas de criação, ou seja, o reconhecimento legal publicado nos decretos estaduais.

Mapa 11: Data de criação das sedes de distrito e municípios da Mesorregião de Presidente Prudente.



Fonte: Base Cartográfica do IBGE (2010). IBGE Cidades (2017). Elaboração própria.

Pela análise do mapa 11 e de acordo com as informações do quadro 5, os núcleos mais antigos, aqueles criados entre 1920 e 1930, localizam-se na microrregião de Presidente Prudente e são, em sua totalidade, sedes de município; todos são recortados, seja na própria malha urbana ou no território do distrito, pela Estrada de Ferro Sorocabana. Como uma gota de tinta que vai se dispersando na água, vemos que os núcleos vão distanciando-se da ferrovia, sendo os mais jovens, na maior parte dos casos os mais próximos da fronteira com o Paraná e Mato Grosso do Sul.

Quadro 5: Datas de criação e emancipação dos distritos da Mesorregião de Presidente Prudente.

Nome	Criação	Emancipação	Município do qual se emancipou	Município a que pertence
Presidente Prudente	1921	1921	Conceição de Monte Alegre	-
Santo Anastácio	1921	1925	Presidente Prudente	-
Presidente Venceslau	1925	1926	Presidente Prudente	-
Presidente Bernardes	1925	1935	Presidente Prudente	-
Regente Feijó	1925	1935	Presidente Prudente	-
Rancharia	1934	1935	Paraguaçu Paulista	-
Martinópolis	1929	1938	Regente Feijó	-
Álvares Machado	1927	1944	Presidente Prudente	-
Rinópolis	1937	1944	Tupã	-
Lucélia	1944	1944	Andradina	-
Osvaldo Cruz	1944	1944	Tupã	-
Parapuã	1944	1944	Tupã	-
Piquerobi	1928	1948	Santo Anastácio	-
Indiana	1934	1948	Regente Feijó	-
Pirapozinho	1936	1948	Presidente Prudente	-
Presidente Eptácio	1936	1948	Presidente Venceslau	-
Alfredo Marcondes	1938	1948	Álvares Machado	-
Flórida Paulista	1944	1948	Lucélia	-
Pacaembu	1944	1948	Lucélia	-
Tupi Paulista	1944	1948	Lucélia	-
Adamantina	1948	1948	Lucélia	-
Dracena	1948	1948	Tupi Paulista	-
Junqueirópolis	1948	1948	Lucélia	-
Paulicéia	1948	1948	Tupi Paulista	-
Anhumas	1928	1953	Presidente Prudente	-
Caiuá	1928	1953	Presidente Venceslau	-
Taciba	1934	1953	Regente Feijó	-
Caiabu	1944	1953	Regente Feijó	-
Marabá Paulista	1944	1953	Presidente Venceslau	-
Flora Rica	1948	1953	Pacaembu	-
Irapuru	1948	1953	Pacaembu	-
Mariápolis	1948	1953	Adamantina	-
Monte Castelo	1948	1953	Tupi Paulista	-
Ouro Verde	1948	1953	Tupi Paulista	-
Santa Mercedes	1948	1953	Paulicéia	-
Mirante do Paranapanema	1953	1953	Santo Anastácio	-

Continua.

Continuação Quadro 5.

Nome	Criação	Emancipação	Município do qual se emancipou	Município a que pertence
Panorama	1948	1955	Tupi Paulista	-
João Ramalho	1935	1959	Quatá	-
Inúbia Paulista	1948	1959	Lucélia	-
Sagres	1948	1959	Osvaldo Cruz	-
Salmourão	1948	1959	Osvaldo Cruz	-
Santo Expedito	1948	1959	Alfredo Marcondes	-
Nova Guataporanga	1953	1959	Tupi Paulista	-
Sandovalina	1953	1959	Presidente Bernardes	-
São João do Pau d'Alho	1953	1959	Tupi Paulista	-
Narandiba	1944	1964	Pirapozinho	-
Estrela do Norte	1953	1964	Pirapozinho	-
Tarabai	1953	1964	Pirapozinho	-
Teodoro Sampaio	1959	1964	Marabá Paulista	-
Rosana	1964	1990	Teodoro Sampaio	-
Emilianópolis	1948	1991	Presidente Bernardes	-
Euclides da Cunha Paulista	1981	1991	Teodoro Sampaio	-
Pracinha	1948	1993	Lucélia	-
Ribeirão dos Índios	1936	1995	Santo Anastácio	-
Coronel Goulart	1938	-	-	Álvares Machado
Montalvão	1938	-	-	Presidente Prudente
Araxãs	1944	-	-	Presidente Bernardes
Eneida	1944	-	-	Presidente Prudente
Nova Pátria	1944	-	-	Presidente Bernardes
Teçaindã	1944	-	-	Martinópolis
Agissê	1948	-	-	Rancharia
Ameliópolis	1948	-	-	Presidente Prudente
Atlântida	1948	-	-	Flórida Paulista
Espigão	1948	-	-	Regente Feijó
Gardênia	1948	-	-	Rancharia
Guachos	1948	-	-	Martinópolis
Jaciporã	1948	-	-	Dracena
Oásis	1948	-	-	Tupi Paulista
Boa Esperança d'Oeste	1953	-	-	Caiaabu
Costa Machado	1953	-	-	Mirante do Paranapanema

Continua.

Continuação Quadro 5.

Nome	Criação	Emancipação	Município do qual se emancipou	Município a que pertence
Cuiabá Paulista	1953	-	-	Mirante do Paranapanema
Itororó do Paranapanema	1953	-	-	Pirapozinho
Iubatinga	1953	-	-	Caiabu
Jamaica	1953	-	-	Dracena
Lagoa Azul	1953	-	-	Osvaldo Cruz
Terra Nova d'Oeste	1953	-	-	Santa Mercedes
Floresta do Sul	1956	-	-	Presidente Prudente
Indaiá do Aguapeí	1956	-	-	Flórida Paulista
Mourão	1959	-	-	Mariápolis
Campinal	1985	-	-	Presidente Epitácio
Planalto do Sul	1985	-	-	Teodoro Sampaio

Fonte: IBGE Cidades (2017). Elaboração própria.

Os distritos que até os dias de hoje não são autônomos, surgem a partir do segundo período apresentado no mapa 11 (1930-1940), os mais antigos são Montalvão (Presidente Prudente) e Coronel Goulart (Álvares Machado), mas a maioria é fundada entre 1940 e 1950, mesma época em que foram criados muitos dos distritos das microrregiões de Dracena e Adamantina, onde o distrito-sede mais antigo é o do município de Rinópolis, criado em 1937 (e emancipado em 1944 do município de Tupã, pertencente à Mesorregião de Marília). Nestas microrregiões tampouco há distritos surgidos a partir da década de 1970, pois, os que apresentam essa característica, se localizam na Microrregião de Presidente Prudente: Campinal (Presidente Epitácio) e Planalto do Sul (Teodoro Sampaio) criados em 1985.

Os últimos distritos a se emanciparem na mesorregião são: Rosana, criado em 1964 e elevado à categoria de município em 1990; Emilianópolis, oficializado como distrito em 1948 e emancipado em 1991; Euclides da Cunha Paulista criado em 1981, que logo no ano de 1991 alcançou sua autonomia; Pracinha emancipado em 1993, foi criado como distrito em 1948; e, Ribeirão dos Índios, o mais jovem município, de 1995, que já existia como um distrito desde 1936.

Em síntese, na Mesorregião de Presidente Prudente, a maioria dos distritos e municípios foi estabelecida nas décadas de 1940 e 1950 – época em que a região exerceu seu maior poder de atração de população. Apenas cinco municípios foram criados entre 1990 e 1995: Rosana, Emilianópolis, Euclides da Cunha Paulista, Pracinha e Ribeirão dos Índios, que apresentavam

no Censo Demográfico de 1991, população urbana entre 6 mil e 1,5 mil habitantes. Desde a década de 1980, nenhum distrito foi criado e, a partir do final dos anos 1990, nenhum município foi instalado (IBGE CIDADES, 2019).

No quadro 6 e nos mapas 12 e 13, apresentamos as informações sobre a população total, urbana e rural dos distritos não autônomos.

Quadro 6: População total, urbana e rural dos distritos municipais não autônomos da Mesorregião de Presidente Prudente (2010)

Nome	Município a que pertence	Total	Urbana	%	Rural	%
Coronel Goulart	Álvares Machado	1023	508	30	515	70
Boa Esperança d'Oeste	Caiabu	254	199	12	55	88
Iubatinga	Caiabu	785	727	78	58	22
Jaciporã	Dracena	671	495	7	176	93
Jamaica	Dracena	1646	405	90	1241	10
Atlântida	Flórida Paulista	530	294	55	236	45
Indaiá do Aguapeí	Flórida Paulista	856	649	75	207	25
Guachos	Martinópolis	1119	929	74	190	26
Teçaindã	Martinópolis	1248	755	89	493	11
Costa Machado	Mirante do Paranapanema	2240	1649	81	591	19
Cuiabá Paulista	Mirante do Paranapanema	3325	828	93	2497	7
Lagoa Azul	Osvaldo Cruz	244	29	72	215	28
Itororó do Paranapanema	Pirapozinho	725	588	38	137	62
Araxãs	Presidente Bernardes	1043	262	76	781	24
Nova Pátria	Presidente Bernardes	1901	596	50	1305	50
Campinal	Presidente Epitácio	2311	1190	25	1121	75
Ameliópolis	Presidente Prudente	561	420	83	141	17
Eneida	Presidente Prudente	675	601	60	74	40
Floresta do Sul	Presidente Prudente	1392	986	71	406	29
Montalvão	Presidente Prudente	2229	1236	76	993	24

Continua.

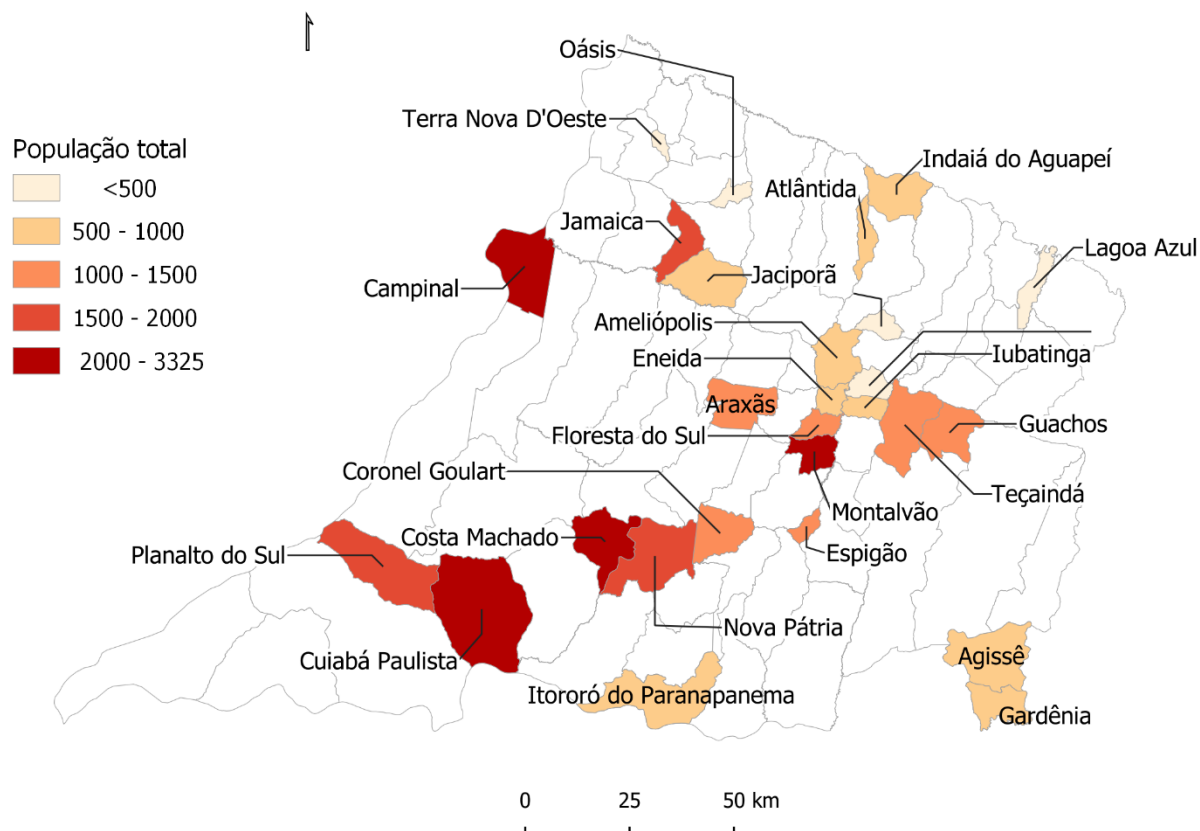
Continuação Quadro 6.

Nome	Município a que pertence	Total	Urbana	%	Rural	%
Agissê	Rancharia	824	310	25	514	75
Gardênia	Rancharia	811	587	31	224	69
Espigão	Regente Feijó	1438	1094	54	344	46
Terra Nova d'Oeste	Santa Mercedes	496	444	55	52	45
Planalto do Sul	Teodoro Sampaio	1989	1067	74	922	26
Oásis	Tupi Paulista	448	30	51	418	49
Mourão	Mariápolis	218	66	25	152	75

Fonte: Censo demográfico do IBGE (2010). Elaboração própria.

Dos 27 distritos, quatro tem população acima de 2 mil habitantes (Montalvão, Costa Machado, Campinal, Cuiabá Paulista); três entre 1.500 e 2 mil habitantes (Jamaica, Nova Pátria, Planalto do Sul); seis entre mil e 1.500 habitantes (Coronel Goulart, Araxãs, Guachos, Teçaindã, Floresta do Sul, Espigão); nove com população de 500 à mil habitantes (Atlântida, Ameliópolis, Jaciporã, Eneida, Itororó do Paranapanema, Iubatinga, Gardênia, Agissê, Indaiá do Aguapeí); com menos de 500 habitantes são cinco (Mourão, Lagoa Azul, Boa Esperança D'Oeste, Oásis, Terra Nova D'Oeste). Vemos no mapa 12 que os distritos com população acima de 2 mil habitantes concentram-se na microrregião de Presidente Prudente, ao passo que aqueles com menos de 500 habitantes estão, em sua maioria, nas microrregiões de Adamantina e Dracena.

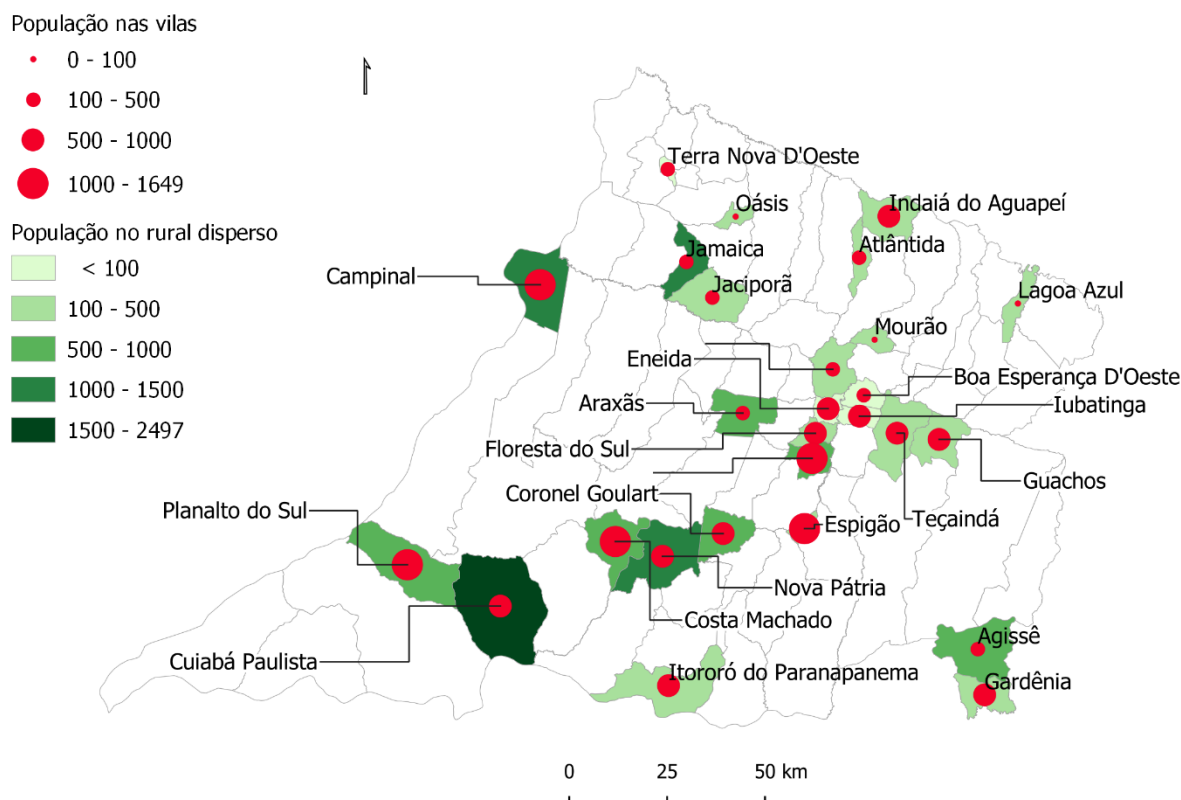
Mapa 12: População total dos distritos municipais não autônomos da Mesorregião de Presidente Prudente.



Fonte: Base Cartográfica do IBGE (2010). Censo demográfico do IBGE (2010). Elaboração própria.

Ao analisar o mapa 13, observa-se que não há, necessariamente, um equilíbrio entre a população das sedes (urbana) e do entorno (rural).

Mapa 13: População urbana e rural dos distritos municipais não autônomos da Mesorregião de Presidente Prudente.



Fonte: Base Cartográfica do IBGE (2010). Censo demográfico do IBGE (2010). Elaboração própria.

No que diz respeito à população considerada urbana, cinco distritos concentram mais de mil habitantes (Planalto do Sul, Espigão, Campinal, Montalvão, Costa Machado); o estrato entre 500 e mil habitantes é o que congrega o maior número de distritos, são onze no total (Coronel Goulart, Gardênia, Itororó do Paranapanema, Nova Pátria, Eneida, Indaiá do Aguapeí, Iubatinga, Teçaindã, Cuiabá Paulista, Guachos, Floresta do Sul); entre 100 e 500 habitantes há oito distritos (Boa Esperança D'Oeste, Araxãs, Atlântida, Agissê, Jamaica, Ameliópolis, Terra Nova D'Oeste, Jaciporã); por fim, são três aqueles com menos de 100 moradores na zona urbana (Lagoa Azul, Oásis e Mourão).

Apenas um distrito tem população rural acima de 1.500 habitantes (Cuiabá Paulista); três apresentam entre mil e 1.500 residentes (Nova Pátria, Jamaica e Campinal); entre 500 e mil habitantes há seis (Montalvão, Planalto do Sul, Araxãs, Costa Machado, Coronel Goulart e

Agissê); a maioria, treze distritos, apresenta entre 100 e 500 moradores (Teçaindá, Oásis, Floresta do Sul, Espigão, Atlântida, Gardênia, Lagoa Azul, Indaiá do Aguapeí, Guachos, Jaciporã, Mourão, Ameliópolis, Itororó do Paranapanema); quatro tem população rural menor do que 100 residentes (Eneida, Iubatinga, Boa Esperança D'Oeste, Terra Nova D'Oeste).

Analisando os dados relativos vemos que apenas cinco dos 27 distritos tem as populações rurais e urbanas equilibradas, ou seja, em torno de 50% em cada zona (Coronel Goulart, Campinal, Planalto do Sul, Montalvão e Atlântida); os distritos com população rural acima de 63% são oito (Oásis, Lagoa Azul, Jamaica, Cuiabá Paulista, Araxãs, Mourão, Nova Pátria e Agissê); e quatorze (14) tem população urbana maior que 60% (Teçaindá, Floresta do Sul, Gardênia, Costa Machado, Jaciporã, Ameliópolis, Indaiá do Aguapeí, Espigão, Boa Esperança d'Oeste, Itororó do Paranapanema, Guachos, Eneida, Terra Nova d'Oeste e Iubatinga). Foi identificado uma correspondência entre a população pequena e predominância da população rural, ou seja, os distritos com população abaixo de 500 habitantes também apresentam mais de 60% da população em sua zona rural.

Levando em conta que, apenas os dados populacionais não sugerem muito das dinâmicas dos distritos, buscamos, ainda com dados de fontes secundárias, elaborar uma classificação⁶ a partir de quatro grandes temas: as vilas (sedes distritais); o espaço rural disperso; a relação com o município sede e no contexto regional; e as dinâmicas populacionais.

As variáveis utilizadas para conhecer as características das vilas estão descritas no quadro 7. Foram selecionados cinco critérios, categorizados em três patamares cada para o cálculo da média ponderada a fim de se obter um valor de zero a três, correspondendo as três categorias definidas para as vilas:

⁶ O exercício de classificação dos distritos municipais da mesorregião de Presidente Prudente é parte dos resultados do projeto de Doutorado Sanduíche no Exterior (convênio CAPES-PRINT-UNESP), no qual usufruímos de bolsa de estudos entre os meses de novembro de 2019 e abril de 2020. O projeto foi desenvolvido no Grupo de Estudios de Ordenación del Territorio (GEOT), do Departamento de Geografía y Ordenación del Territorio de la Universidad de Zaragoza (Espanha), sob a supervisão do Professor Dr. Eugenio Climent López. Nesta oportunidade tivemos contato com técnicas de análise de dados quantitativos, criação de índices e com ferramentas de mapeamento temático e sistemas de informação geográfica.

Quadro 7: Variáveis do critério “Vilas” para a classificação dos distritos municipais da mesorregião de Presidente Prudente

	Dados	Fonte	Valores	Peso
Vilas	População urbana (2010)	Censo Demográfico IBGE (2010)	Pessoas: < 200: 1 200-800: 2 > 800: 3	1,0
	Porcentagem da população urbana na população total do distrito (2010)	Censo Demográfico IBGE (2010)	Porcentagem: < 30%: 1 30%-60: 2 > 60%: 3	0,25
	Porcentagem da população urbana na população urbana do município (2010)	Censo Demográfico IBGE (2010)	Porcentagem: < 1%: 1 1% /10%: 2 > 10%: 3	0,25
	Presença de escolas e níveis (2010)	Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (2020)	Níveis: Nenhum: 0 Ed. Infantil: 1 Ens. Fundamental: 2 Ensino Médio: 3	0,75
	Presença de estabelecimentos públicos de saúde (2010)	Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo (2019)	Modalidade: Nenhum: 0 PSF: 2 UBS: 3	0,75
Resultados: 1: Vila pouco consolidada 2: Vila consolidada com função residencial predominante 3: Vila consolidada com funções básicas				

Fonte: Censo Demográfico do IBGE (2010). Secretarias de Educação e de Saúde do Estado de São Paulo (2020). Elaboração própria.

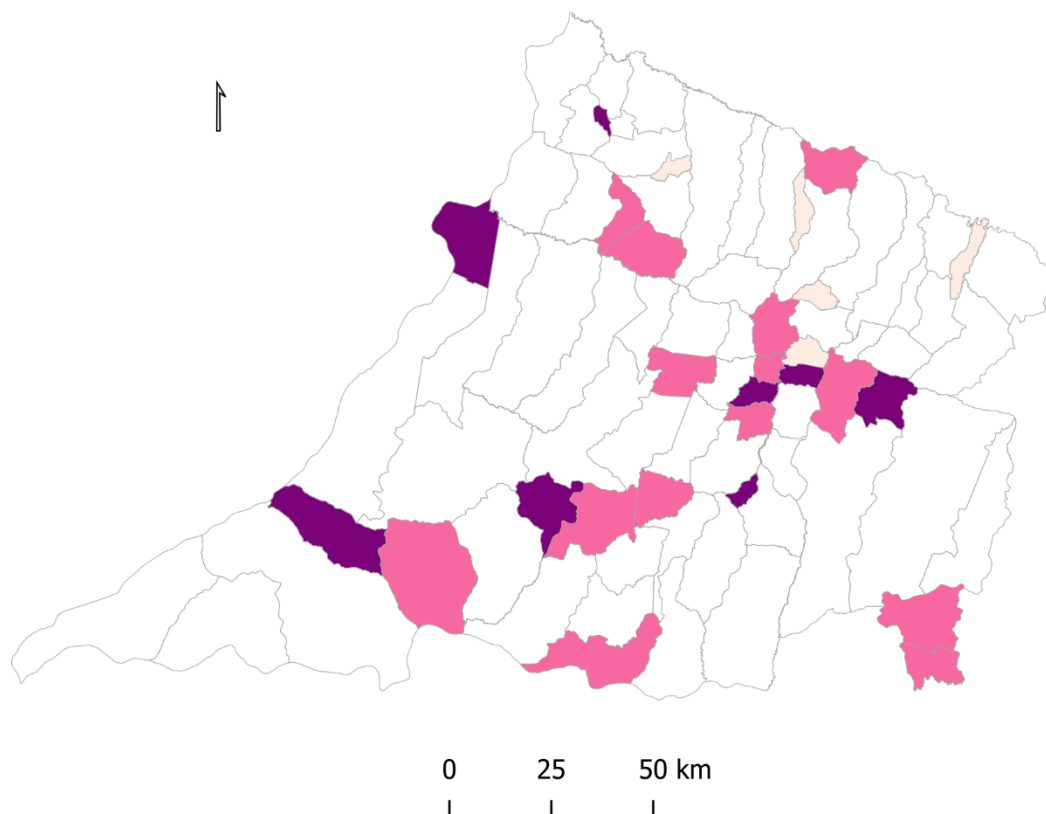
Os dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010 são: população urbana; porcentagem desta na população total do distrito e na população urbana do município. Além disso, levantamos junto às Secretarias de Educação e de Saúde do Estado de São Paulo informações sobre a presença de estabelecimentos de ensino e de saúde, categorizados de acordo com a complexidade dos serviços oferecidos: para as escolas, os níveis do pré-escolar até o ensino médio e para a saúde desde o Programa Saúde da Família até a presença de Unidades Básicas de Saúde.

Os resultados foram organizados no mapa 14, que traz as três categorias obtidas: **1. Vila pouco consolidada**: são sedes de distrito que apresentam população pequena, com baixo peso

na população total do distrito e pouca contribuição na população urbana do município; não possuem estabelecimentos de ensino ou os que estão presentes não oferecem o ciclo completo da educação básica, sem estabelecimentos de saúde ou apenas com o Programa Saúde da Família; **2. Vila consolidada com função residencial predominante:** são aquelas em que a população nas sedes tem peso significativo para o valor total e/ou contribuição de até 10% na população urbana do município, mas que não oferecem todos os níveis educacionais ou não possuem uma unidade básica de saúde, sendo caracterizadas, portanto, majoritariamente pela função residencial; **3. Vila consolidada com funções básicas:** apresentam relativamente uma população urbana com peso significativo para o distrito (superior à 60% do total) e município (acima de 10%), os estabelecimentos de ensino oferecerem o ciclo completo, ou seja, do infantil ao médio, e há Unidades Básicas de Saúde, estas oferecerem funções básicas para além da residencial. Consideramos neste critério apenas serviços públicos, em razão da disponibilidade de dados, mas não se descarta a possibilidade da complementação com informações a respeito da presença de pequenos estabelecimentos comerciais ou de serviços religiosos, todavia, a informação sobre os serviços públicos nos dá uma imagem da possibilidade de empregos, comumente, estáveis, nessas vilas, o que nos permite considera-las com mais funções do que apenas a residencial, ou seja, como local de estudo, de utilização de serviços básicos de saúde e de trabalho.

No mapa 14 vemos que das 27 vilas, cinco (19%) estão na primeira categoria, 14 (52%) na segunda e oito (30%) na terceira. Podemos concluir que, de maneira geral, as vilas apresentam predominantemente a função residencial. Identificamos também um padrão espacial ao constatar que as vilas próximas à fronteira, e, portanto, mais novas e distantes das capitais regionais, apresentam mais funções, ainda que, do mesmo modo, a proximidade com Presidente Prudente contribui para que algumas também exerçam mais papéis, além do residencial. As menos consolidadas, como veremos nos próximos critérios, são aquelas que mais se desviaram dos sentidos buscados por seus idealizadores, em suma, as que não conseguiram atrair ou fixar a população para justificar a implementação dos serviços básicos, e também, por isso, não se tornaram lugares com os mínimos atrativos para a função residencial. Elas estão, em sua maioria, presentes nas microrregiões de Dracena e Adamantina, nas quais, mesmos as sedes dos municípios apresentaram população inferior às que estão presentes na microrregião de Presidente Prudente.

Mapa 14: Classificação das vilas dos distritos municipais da mesorregião de Presidente Prudente.



Vilas

- Vila pouco consolidada
- Vila consolidada com função residencial predominante
- Vila consolidada com funções básicas

Fonte: Base Cartográfica do IBGE (2010). Censo demográfico do IBGE (2010). Secretarias de Educação e de Saúde do Estado de São Paulo (2020). Elaboração própria.

Para analisar essas informações de maneira mais completa, devemos considerar o entorno das vilas, ou seja, o rural disperso, por isso reunimos sete variáveis para esse critério como exposto no quadro 8:

Quadro 8: Variáveis do critério “Rural disperso” para a classificação dos distritos municipais da mesorregião de Presidente Prudente

	Dados	Fonte	Valores	Peso
Rural disperso	População rural (2010)	Censo Demográfico IBGE (2010)	Pessoas: < 200: 1 200-800: 2 > 800: 3	1,0
	Porcentagem da população rural na população total do distrito (2010)	Censo Demográfico IBGE (2010)	Porcentagem < 20%: 1 20%-60%: 2 > 80%: 3	0,5
	Porcentagem da população rural na população rural do município (2010)	Censo Demográfico IBGE (2010)	Porcentagem < 10%: 1 10%-30%: 2 > 30%: 3	0,2
	Presença de Bairros rurais	Mapas municipais IBGE (2011)	Quantidade < 3: 1 3-7: 2 > 7: 3	0,5
	Presença de Assentamentos Rurais	Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (2020)	Presença Não: 0 Sim: 3	0,5
	Presença de Usinas de Açúcar e Alcool	União Nacional dos Produtores de Bioenergia (UDOP) (2020)	Presença Não: 0 Sim: 3	0,2
	Presença de Unidades Prisionais	Secretaria de Administração Prisional (2020)	Presença Não: 0 Sim: 3	0,1
Resultados: 1: Rural esvaziado 2: Rural com características tradicionais 3: Rural com novas dinâmicas				

Fonte: Censo Demográfico do IBGE (2010). Itesp (2020); Udop (2020); Secretaria de Administração Prisional (2020). Elaboração própria.

Seguindo com os dados fornecidos pelo Censo demográfico do IBGE (2010), utilizamos neste critério a população rural, a porcentagem desta na população total do distrito e na do município. Adicionamos também informações sobre bairros rurais, assentamentos rurais, presença de usinas de açúcar e álcool e de unidades prisionais.

Ao acrescentar os bairros e assentamento rurais levamos em conta que, por exemplo, a população considerada rural pelo IBGE na mesorregião é de 95 mil habitantes (correspondendo à 6% da população rural de todo o estado), sendo esta contabilizada nas áreas que estão fora dos perímetros urbanos dos distritos, como já mencionado, e não há informações oficiais de como se distribui essa população. Principalmente, quando pontuamos que os municípios da

mesorregião têm área entre 36 km² e 1.586 km². Estudar os distritos municipais não autônomos é também uma maneira de revelar como se organizam os municípios para além do perímetro urbano do distrito-sede, que é a forma em que muitas vezes os planejadores contemplam os municípios no Brasil. Também não nos parece demais reforçar que a divisão entre “vila” e “rural disperso” não significa que pretendemos estudá-los como “urbanos”, e mais do que a preocupação com uma classificação estanque entre duas categorias, nosso objetivo é evidenciar distintas formações: um conjunto de sítios, fazendas, uma reserva florestal, uma unidade agroindustrial, um vilarejo organizado em ruas com sua praça central e pequenas casas, ou seja, formações distintas entre si, mas que estão, à sua maneira, associadas às ruralidades. Todavia, para além dos distritos, há outras formações que também não estão contempladas nas estatísticas oficiais.

Os bairros rurais foram selecionados pela especificidade do espaço rural paulista, onde estas unidades apresentam um caráter histórico. Bairro rural era uma designação utilizada no século XVIII em documentos oficiais e foi analisado por importantes estudiosos brasileiros a partir de seu caráter cultural e geográfico (QUEIROZ, 1973; CANDIDO; 1964). Pode ser definido, em linhas gerais, como uma forma de povoamento disperso, complementar às vilas e povoados (tipo concentrado). Sua morfologia básica pode ser descrita como “[...] uma área servida por um caminho ou estrada, ao longo do qual se alinham ou se espalham pequenos ‘sítios’ em que se cultivam produtos de subsistência e se cria o gado menor” (AZEVEDO, 1970, p. 244).

Como não há uma listagem oficial do número de bairros rurais, realizamos um levantamento nos mapas municipais em escala de 1:50.000, disponibilizados no acervo *online* do IBGE. Considerando que não há limites oficiais e que os bairros rurais não respeitam os limites administrativos e que, além disso, os mapas foram produzidos a partir de diferentes fontes e com informações de períodos diversos, apontamos que se trata de uma aproximação exploratória. O número de bairros levantado para cada distrito, pela toponímia presente nas cartas, bem como, a condição atual desses bairros só pode ser verificada por meio de trabalhos de campo e consulta à população local, o que extrapola os limites desta pesquisa. De todo modo, acreditamos que esse levantamento nos fornece um bom retrato da organização do espaço rural da mesorregião, tanto historicamente, quanto do quadro atual.

Como exposto no quadro 8, encontramos situações onde não havia nenhum bairro rural, até distritos com mais de sete bairros identificados dentro de seus limites administrativos. Há

situações em que o próprio distrito pode ser considerado um bairro rural, sendo a única diferença ter ganhado o *status* administrativo. Novamente reforçamos que caso a caso deve ser analisado com a investigação *em loco* e em fontes históricas. Igualmente, há vilas que por motivos políticos não se tornaram distritos e podem ter se esvaziado, sendo também identificadas como bairros rurais, embora possam apresentar algumas características diferenciadas.

Todavia, com a análise das cartas municipais, podemos compor um retrato do espaço rural, sobretudo, considerando a estrutura fundiária: se há mais bairros é provável a correspondência com unidades menores de exploração da terra, com sítios e chácaras; se foram identificados poucos bairros, há o indicativo da maior concentração fundiária. Nos dois casos há que se ter cuidado com a associação com o despovoamento, uma vez que, como identificado em nossa pesquisa de mestrado, muitos moradores dos distritos foram ou são trabalhadores de fazendas, e da própria condição de sem terras é que vem a possibilidade de ter uma casa próxima ao local de trabalho (exploraremos essa questão nas análises do distrito de Teçaindã no próximo capítulo). Todavia, pontuamos a variável dos bairros rurais como valorativa do dinamismo do espaço rural, por se tratar de uma forma de relação com a terra mais complexa, indicativo de manifestações não só no mundo do trabalho, como comunitárias e culturais.

Além dos bairros rurais, levando em conta as dinâmicas das últimas décadas, também levantamos se há assentamentos rurais instalados nos limites dos distritos. A região de Presidente Prudente, dado seu histórico de concentração fundiária, tornou-se palco de movimentos sociais de luta pela terra, sendo o mais notável o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A partir dos anos 1980, esses movimentos promoveram diversas ocupações de terras que não cumpriam sua função social (latifúndios), sendo muitas vezes reprimidos de forma violenta pela polícia e grandes proprietários de terra. A ação do MST tornou a região de Presidente Prudente a área do país com o maior número de ocupações de terra e, tendo o direito à terra reconhecido pelo Estado, de assentamentos rurais instalados (MAZZINI, MARTIN, FERNANDES, 2007).

Entre os anos de 1984 e 2006 foram criados 103 assentamentos rurais na região de Presidente Prudente, distribuídos entre 15 municípios. Número que ainda é julgado baixo diante da concentração fundiária na área, de modo que, o MST continua promovendo a luta pela terra na escala local. Estudiosos do tema vêm destacando que, além dos impactos positivos na produção agrícola e na melhoria das condições de vida das populações afetadas, os

assentamentos contribuem para a economia local dos pequenos municípios: há mais movimento no comércio local, seja para consumir nos estabelecimentos, seja comercializando a produção agrícola, as sedes de município também passam a oferecer aos assentados os serviços básicos de saúde e educação, bem como, a sociabilidade em ambientes de lazer ou religiosos (MAZZINI, 2007; MAZZINI, MARTIN, FERNANDES, 2007; SOUZA, 2007).

Também incluímos as usinas de açúcar e álcool, que desde os anos 1970 estão presentes na mesorregião, tendo ganhado um novo impulso por volta dos anos 2000, acentuando a concentração fundiária e em substituição à pecuária de corte. Este tema também será aprofundando no próximo capítulo. Aqui utilizamos apenas o critério da unidade estar instalada nos limites distritais, o que sabemos que é redutivo, uma vez que uma usina tem um impacto regional, mas no momento vamos considerar apenas o aspecto locacional, ou seja, se o distrito é visto como uma área que oferece atrativos para a instalação (presença de estradas, terras disponíveis, mão de obra) e no próximo capítulo discutiremos a questão do trabalho e demais relações.

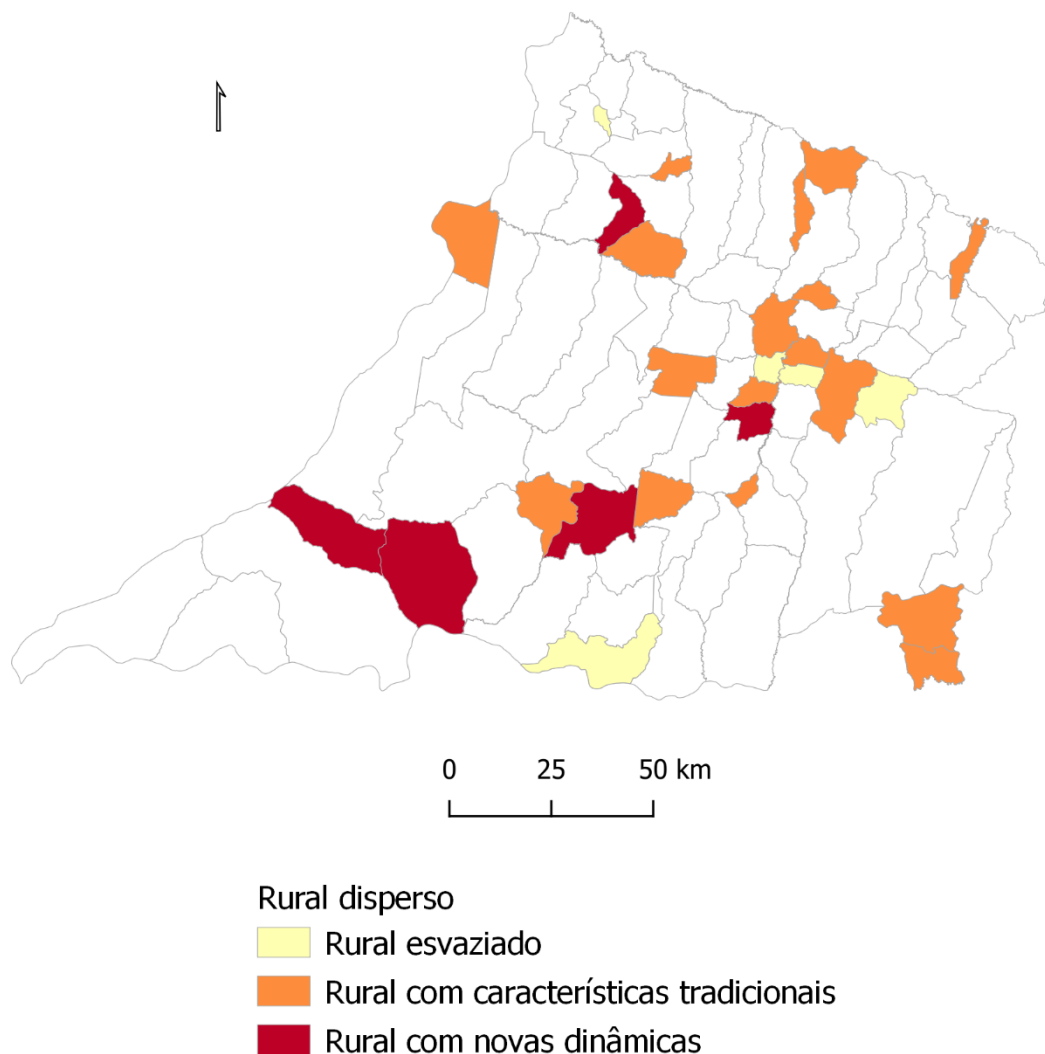
Outro fator, como citado, foi a instalação de unidades penitenciárias na região ao longo dos anos 1990 e anos 2000. Com vistas a diminuir a população carcerária da capital paulista, onde muitas unidades encontravam-se em condições de superlotação, e o encerramento das atividades da Casa de Detenção de São Paulo, popularmente conhecida como “Carandiru”, nome do bairro no qual se localizava, um dos maiores presídios da América Latina, com histórico de superlotação e motins violentos, além de ter sido palco de um massacre policial em 1992, o governo do Estado de São Paulo instalou 21 novas penitenciárias no interior, sendo 13 (61,9%) na região de Presidente Prudente (GOES, 2009).

Essa política trouxe, como efeito imediato, uma grande oferta de empregos públicos, numa região que, como já destacamos, sofre com o baixo dinamismo das atividades econômicas, gerando deslocamentos diários de trabalhadores entre os municípios, que não passavam necessariamente pela capital regional e eventuais mudanças de município em virtude do trabalho. Todavia, a opinião pública se dividiu entre as vantagens da geração de empregos e a suposta insegurança pública que a instalação de uma unidade prisional poderia trazer, considerando, principalmente, a chegada de familiares de detentos para viver na região. Por isso, houve prefeitos que se articulavam para não receber um presídio, enquanto outros buscavam negociar com o governo estadual para que seu município fosse contemplado (GOES, 2009).

Considerar as unidades prisionais no critério do rural atende tanto a necessidade de compreender como o espaço é lido pelos planejadores, novamente, se há terras disponíveis para a instalação de uma penitenciária, e se há logística. Mas, também um cuidado com a análise dos dados do IBGE, que pode considerar esta população como rural, levando em conta apenas a questão de estar localizada na zona rural, uma vez que há penitenciárias, que apresentam população igual ou superior a de algumas sedes de município. Na região como um todo há 81 zonas urbanas (vilas e cidades), 498 bairros rurais, 103 assentamentos rurais e 23 unidades prisionais. Apenas três assentamentos localizam-se nos limites de distritos municipais não-autônomos, duas unidades prisionais e 109 bairros rurais, de modo que, dos 27 distritos, quatro não apresentam bairros rurais (IBGE, 2010; ITESP, 2020; SAP, 2020). No mapa 15 apresentamos a síntese da classificação do rural disperso com base nesses critérios.

Foram definidos três resultados: **1. Rural esvaziado:** corresponde à distritos com população rural menor de 200 pessoas, cujo peso na população total do distrito está baixo de 20% e de 10% na população rural do município, nesses espaços há poucos ou nenhum bairro rural, também não foram identificados assentamentos, usinas ou penitenciárias; **2. Rural com características tradicionais:** são aqueles que apresentam população rural acima de 200 habitantes, com porcentagem acima de 20% na população total e uma contribuição relevante também para a população rural do município (acima de 10%); presença média ou forte de bairros rurais (acima de 3 ou até mais de 7 bairros identificados), mas não necessariamente tem assentamentos, usinas ou penitenciárias em seu território; **3. Rural com novas dinâmicas:** apresentam como na situação inferior participação de sua população rural na população total e na rural municipal, podem ter bairros rurais, mas também apresentam assentamentos, usinas de açúcar e álcool e/ou unidades prisionais. Sabemos que os adjetivos “tradicional” e “novo” são problemáticos, sobretudo para estudar o rural, pois podemos induzir a interpretações relacionadas à “atraso” ou comparativas de que uma determinada realidade possa ser mais dinâmica que outra, ou ainda atribuir o caráter de “novidade” à práticas que já existem no país há muito tempo, porém, a utilização desses termos é dada em relação ao histórico regional, identificando, desse modo, características que são mais recentes na região, ou seja, que não estão presentes desde o processo de formação.

Mapa 15: Rural disperso nos distritos municipais da mesorregião de Presidente Prudente.



Fonte: Base Cartográfica do IBGE (2010). Censo Demográfico do IBGE (2010). Itesp (2020); Udop (2020); Secretaria de Administração Prisional (2020). Elaboração própria.

O terceiro critério avaliado foi a relação com o município sede e o contexto regional. Foram considerados, como exposto no quadro 9, os dados da população total e o peso na população total do município; a presença de rodovia e a distância até as sedes municipal, da microrregião e da mesorregião.

Quadro 9: Variáveis do critério “Relação com o município sede” para a classificação dos distritos municipais da mesorregião de Presidente Prudente

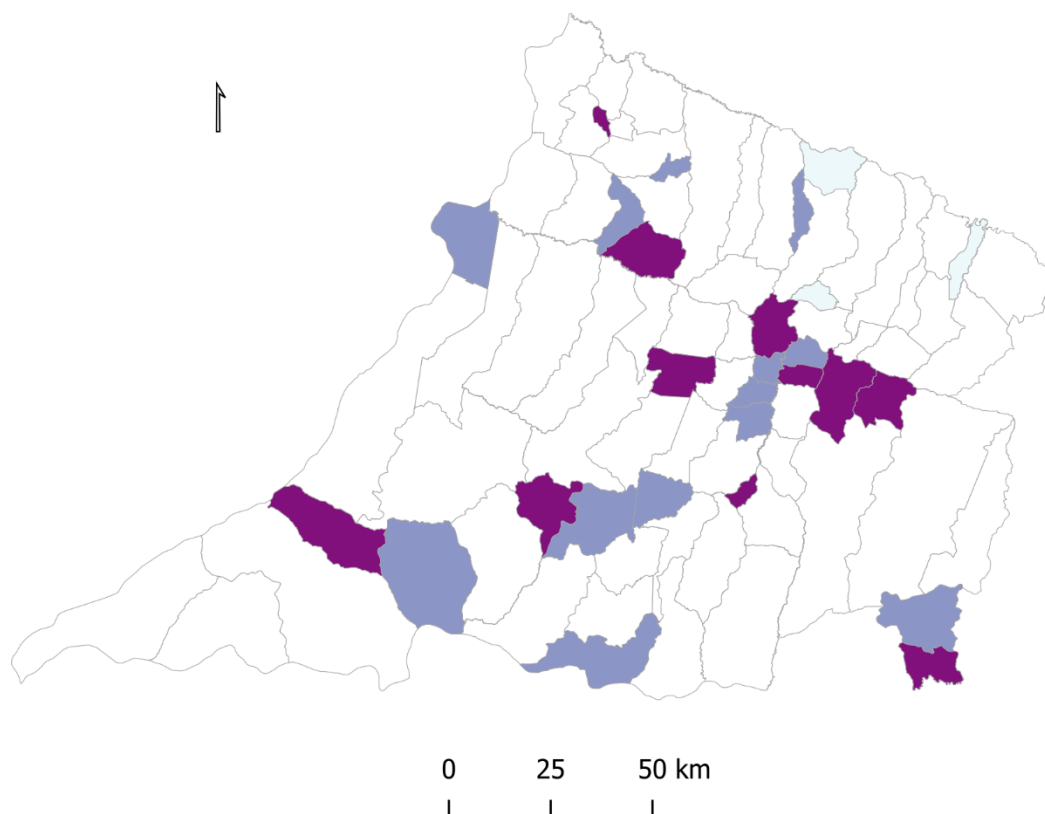
	Dados	Fonte	Valores	Peso
Relação com o município	População total (2010)	Censo Demográfico IBGE (2010)	Pessoas: < 500: 1 500-1000: 2 > 1000: 3	0,5
	Porcentagem da população total na população total do município (2010)	Censo Demográfico IBGE (2010)	Porcentagem < 3%: 1 3%-10%: 2 > 10%: 3	1,0
	Presença de Rodovia	GoogleMaps (2020)	Presença Não: 0 Sim: 3	0,8
	Distância em relação à sede municipal	GoogleMaps (2020)	Km < 15: 1 15-30: 2 >30: 3	0,4
	Distância em relação à sede da microrregião	GoogleMaps (2020)	Km < 30: 3 30-100: 2 >100: 1	0,2
	Distância em relação à sede da mesorregião	GoogleMaps (2020)	Km < 30: 3 30-100: 2 >100: 1	0,1
Resultados: 1: Baixa integração no contexto municipal 2: Média integração no contexto municipal 3: Alta integração no contexto municipal				

Fonte: Censo demográfico do IBGE (2010). GoogleMaps (2020). Elaboração própria.

Como exposto no mapa 16, as três situações resultantes da classificação são: **1. Baixa integração no contexto municipal:** distritos com menos de 500 habitantes e cuja população tem peso menor que 3% na população total do município, sem a presença de rodovia em seu território e que distam mais de trinta quilômetros da sede municipal e cem quilômetros das sedes da meso ou microrregião. **2. Média integração no contexto municipal:** população total entre 500 e mil habitantes e peso na população municipal entre 3% e 10%; presença de rodovia e distância em relação à sede municipal entre 15 e 30 km e das sedes regionais entre 30 e 100 km; **3. Alta integração no contexto municipal:** distrito com mais de mil habitantes; representando mais de 10% da população municipal, com rodovia no território do distrito,

distância menor do que 15 quilômetros da sede do município e do que 30 quilômetros da sede da mesorregião ou microrregião. Na figura a seguir apresentamos os resultados da classificação:

Mapa 16: Integração municipal dos distritos municipais da mesorregião de Presidente Prudente.



Relação com o município

- Baixa integração no contexto municipal
- Média integração no contexto municipal
- Alta integração no contexto municipal

Fonte: Base Cartográfica do IBGE (2010). Censo demográfico do IBGE (2010). Google Maps (2020). Elaboração própria.

Novamente os distritos da região anteriormente identificada como Nova Alta Paulista (microrregiões de Dracena e Adamantina) são aqueles que apresentaram os menores números, no caso da integração com os municípios sede, são também os de menor população e peso dessa população para o total municipal. Outro padrão identificado são daqueles com uma alta integração, estão na parte central da mesorregião – num sentido espacial, mas também próximos

à capital regional – ou além de próximos uns dos outros, por outro lado, também estão nas extremidades, levando-nos a refletir como a distância deste centro pode levar ao desenvolvimento de algumas funções nas vilas ou mesmo no rural disperso.

O último critério considerado para a classificação são as dinâmicas populacionais, a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE dos anos 2000 e 2010, como consta no quadro 10:

Quadro 10: Variáveis do critério “Variação populacional” para a classificação dos distritos municipais da mesorregião de Presidente Prudente

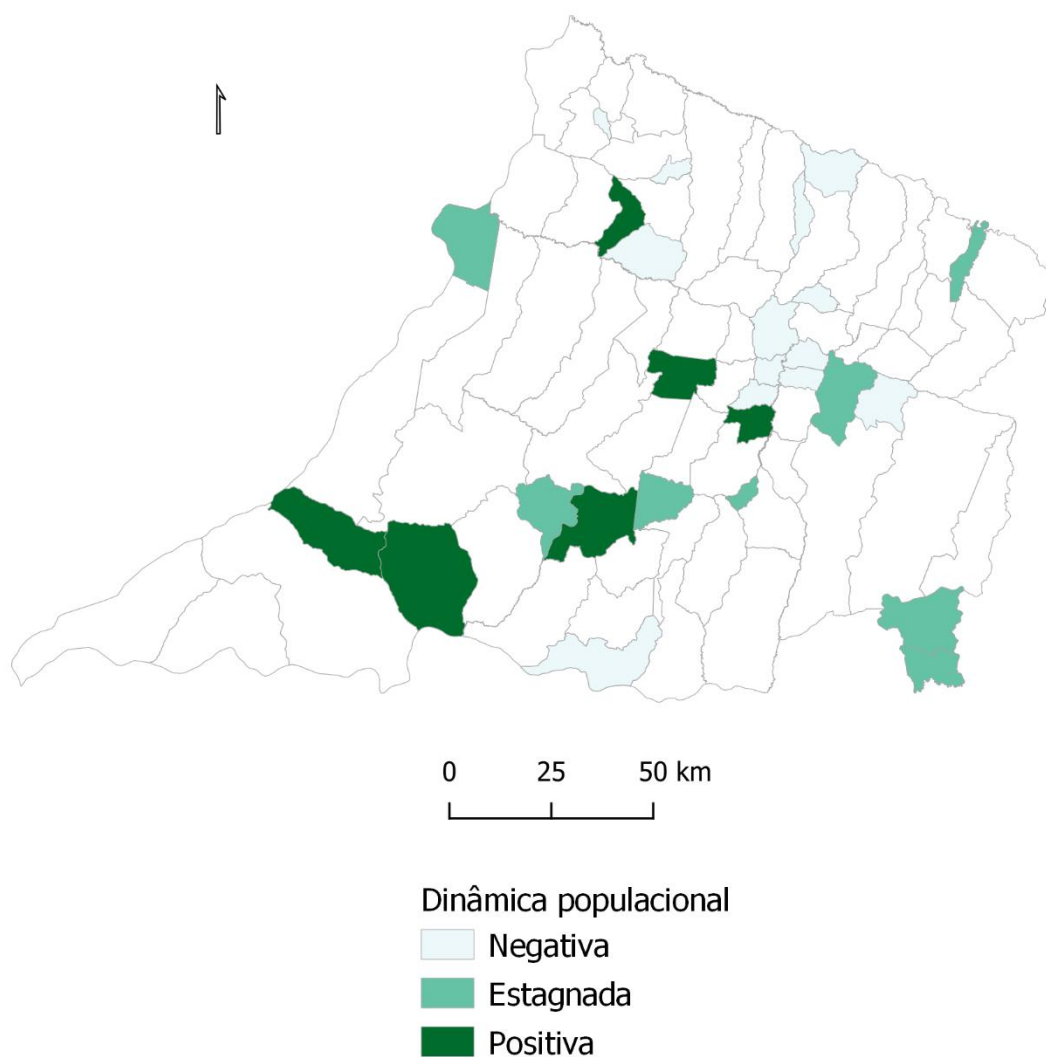
	Dados	Fonte	Valores	Peso
Dinâmica populacional	Variação população total (2000-2010)	Censo Demográfico IBGE (2000-2010)	Variação: > - 10%: 0 -10% - 1%: 1 -1% - 0: 2 Positiva: 3	0,5
	Variação população urbana (2000-2010)	Censo Demográfico IBGE (2000-2010)	Variação: > - 10%: 0 -10% - 1%: 1 -1% - 0: 2 Positiva: 3	0,8
	Variação população rural (2000-2010)	Censo Demográfico IBGE (2000-2010)	Variação: > - 10%: 0 -10% - 1%: 1 -1% - 0: 2 Positiva: 3	0,8
	Porcentagem de Jovens na população total (2010)	Censo Demográfico IBGE (2010)	Porcentagem < 10%: 1 10%-20%: 2 >20%: 3	0,5
	Porcentagem de idosos na população total (2010)	Censo Demográfico IBGE (2010)	Porcentagem > 15%: 1 5%-10%: 2 <5%: 3	0,4
Resultados: 1: Dinâmica populacional negativa 2: Dinâmica populacional estagnada 3: Dinâmica populacional positiva				

Fonte: Censos demográficos do IBGE (2000; 2010). Elaboração própria.

Analisamos a variação populacional entre os anos de 2000 e 2010 para a população total, urbana e rural; e a composição etária da população (2010), considerando os grandes grupos de idade definidos pelo IBGE. As três categorias resultantes foram: **1. Dinâmica populacional**

negativa: distritos que perderam mais de 10% da população total, urbana ou rural e que apresentam menos de 10% de jovens e mais de 15% de idosos em sua composição etária; **2. Dinâmica populacional estagnada:** são distritos que perderam menos de 10% da população, variando entre -1% e -1% e -10%, seja total, urbana ou rural, apresentam população jovem entre 10% e 20% e de idosos entre 5% e 10%; **3. Dinâmica populacional positiva:** apresentaram crescimento da população total, urbana ou rural; os jovens representam mais de 20% da população total e os idosos menos de 5%. Os resultados foram representados no mapa 17:

Mapa 17: Variação populacional nos distritos municipais da mesorregião de Presidente Prudente entre 2000 e 2010.



Fonte: Base Cartográfica do IBGE (2010). Censos demográficos do IBGE (2000; 2010). Elaboração própria.

Pela análise do mapa 17, vemos que a maioria (48%) dos distritos municipais teve uma variação populacional negativa entre os anos de 2000 e 2010. Em seguida estão os que se mantiveram estagnados e o menor número de casos é o daqueles que apresentaram variação positiva. Esses dados revelam o tema do esvaziamento do campo e, em particular dos distritos, ao passo que a presença de unidades com variação positiva, ainda que poucos casos, podem trazer pistas para a solução dessa questão, sobretudo quando associados às outras variáveis. Os distritos de Nova Pátria e Cuiabá Paulista, por exemplo, apresentam assentamentos rurais em seus territórios; já Araxãs mais de dez bairros rurais; os de Montalvão e Jamaica, penitenciárias; e em Planalto do Sul, está instalada uma Usina de Açúcar e Álcool.

Ao agrupar os quatro fatores da classificação, chegamos a 15 combinações:

Quadro 11: Classificação dos distritos municipais da mesorregião de Presidente Prudente

Nome (Município)	Vila	Rural	Relação com município	Dinâmica populacional
Agissê (Rancharia)	Vila consolidada com função residencial predominante	Rural com características tradicionais	Média integração municipal	Estagnada
Ameliópolis (Presidente Prudente)	Vila consolidada com função residencial predominante	Rural com características tradicionais	Alta integração municipal	Negativa
Araxãs (Presidente Bernardes)	Vila consolidada com função residencial predominante	Rural com características tradicionais	Alta integração municipal	Positiva
Atlântida (Flórida Paulista)	Vila pouco consolidada	Rural com características tradicionais	Média integração municipal	Negativa
Boa Esperança d'Oeste (Caiabu)	Vila pouco consolidada	Rural com características tradicionais	Média integração municipal	Negativa
Campinal (Presidente Epitácio)	Vila consolidada com funções básicas	Rural com características tradicionais	Média integração municipal	Estagnada
Coronel Goulart (Álvares Machado)	Vila consolidada com função residencial predominante	Rural com características tradicionais	Média integração municipal	Estagnada
Costa Machado (Mirante do Paranapanema)	Vila consolidada com funções básicas	Rural com características tradicionais	Alta integração municipal	Estagnada

Continua.

Continuação quadro 11.

Nome (Município)	Vila	Rural	Relação com município	Dinâmica populacional
Cuiabá Paulista (Mirante do Paranapanema)	Vila consolidada com função residencial predominante	Rural com novas dinâmicas	Média integração municipal	Positiva
Eneida (Presidente Prudente)	Vila consolidada com função residencial predominante	Rural esvaziado	Média integração municipal	Negativa
Espigão (Regente Feijó)	Vila consolidada com funções básicas	Rural com características tradicionais	Alta integração municipal	Estagnada
Floresta do Sul (Presidente Prudente)	Vila consolidada com funções básicas	Rural com características tradicionais	Média integração municipal	Negativa
Gardênia (Rancharia)	Vila consolidada com função residencial predominante	Rural com características tradicionais	Alta integração municipal	Estagnada
Guachos (Martinópolis)	Vila consolidada com funções básicas	Rural esvaziado	Alta integração municipal	Negativa
Indaiá do Aguapeí (Flórida Paulista)	Vila consolidada com função residencial predominante	Rural com características tradicionais	Baixa integração municipal	Negativa
Itororó do Paranapanema (Pirapozinho)	Vila consolidada com função residencial predominante	Rural esvaziado	Média integração municipal	Negativa
Iubatinga (Caiabu)	Vila consolidada com funções básicas	Rural esvaziado	Alta integração municipal	Negativa
Jaciporã (Dracena)	Vila consolidada com função residencial predominante	Rural com características tradicionais	Alta integração municipal	Negativa
Jamaica (Dracena)	Vila consolidada com função residencial predominante	Rural com novas dinâmicas	Média integração municipal	Positiva
Lagoa Azul (Osvaldo Cruz)	Vila pouco consolidada	Rural com características tradicionais	Baixa integração municipal	Estagnada

Continua.

Continuação quadro 11.

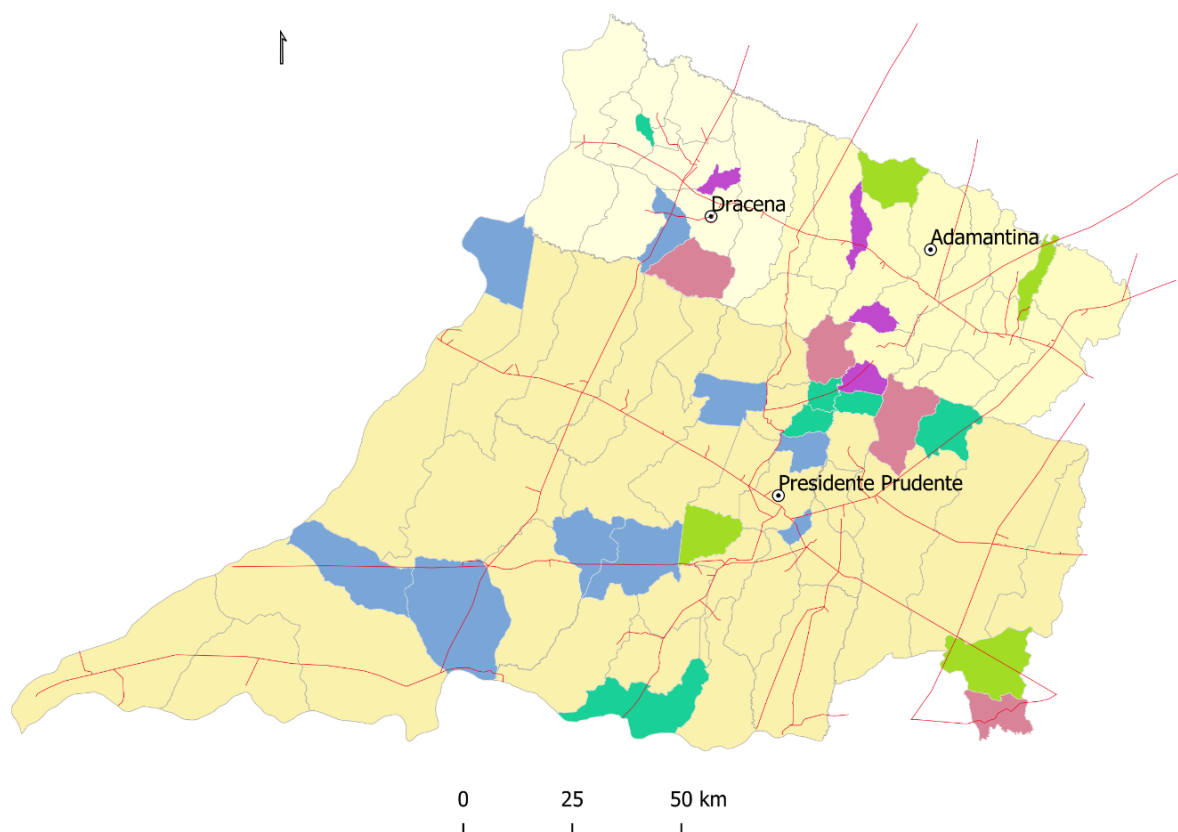
Nome (Município)	Vila	Rural	Relação com município	Dinâmica populacional
Montalvão (Presidente Prudente)	Vila consolidada com função residencial predominante	Rural com novas dinâmicas	Média integração municipal	Positiva
Mourão (Mariápolis)	Vila pouco consolidada	Rural com características tradicionais	Baixa integração municipal	Negativa
Nova Pátria (Presidente Bernardes)	Vila consolidada com função residencial predominante	Rural com novas dinâmicas	Média integração municipal	Positiva
Oásis (Tupi Paulista)	Vila pouco consolidada	Rural com características tradicionais	Média integração municipal	Negativa
Planalto do Sul (Teodoro Sampaio)	Vila consolidada com funções básicas	Rural com novas dinâmicas	Alta integração municipal	Positiva
Teçaindã (Martinópolis)	Vila consolidada com função residencial predominante	Rural com características tradicionais	Alta integração municipal	Estagnada
Terra Nova d'Oeste (Santa Mercedes)	Vila consolidada com funções básicas	Rural esvaziado	Alta integração municipal	Negativa

Fonte: Censos demográficos do IBGE (2000; 2010). Itesp (2020); Udop (2020); Secretaria de Administração Prisional (2020). Secretarias de Educação e de Saúde do Estado de São Paulo (2020). Elaboração própria.

A partir dessas combinações, agrupamos em 5 grupos por frequência, e há pelo menos quatro distritos municipais em cada: 1. Vila consolidada com função residencial predominante ou funções básicas, rural com características tradicionais ou esvaziado, média ou alta integração municipal e dinâmica populacional negativa; 2. Vila pouco consolidada, rural com características tradicionais, média ou baixa integração municipal e dinâmicas populacionais negativas; 3. Vila pouco consolidada ou consolidada com função residencial predominante, rural com características tradicionais, baixa ou média integração municipal e progressão populacional estagnada ou negativa; 4. Vila consolidada com função residencial predominante ou com funções básicas, rural com características tradicionais ou com novas dinâmicas, alta ou média integração municipal e dinâmica populacional estagnada ou positiva; 5. Vila consolidada com função residencial predominante, rural com características tradicionais, alta integração

municipal e progressão populacional estagnada ou negativa. Essas informações estão representadas no mapa 18:

Mapa 18: Classificação dos distritos municipais da mesorregião de Presidente Prudente.



Classificação

- Vila consolidada com função residencial predominante ou funções básicas, rural com características tradicionais ou esvaziado, média ou alta integração municipal e dinâmica populacional negativa
- Vila pouco consolidada, rural com características tradicionais, média ou baixa integração municipal e dinâmicas populacionais negativas
- Vila pouco consolidada ou consolidada com função residencial predominante, rural com características tradicionais, baixa ou média integração municipal e progressão populacional estagnada ou negativa
- Vila consolidada com função residencial predominante ou com funções básicas, rural com características tradicionais ou com novas dinâmicas, alta ou média integração municipal e dinâmica populacional estagnada ou positiva
- Vila consolidada com função residencial predominante, rural com características tradicionais, alta integração municipal e progressão populacional estagnada ou negativa

Fonte: Base Cartográfica do IBGE (2010). Censos demográficos do IBGE (2000; 2010). Itesp (2020); Udop (2020); Secretaria de Administração Prisional (2020). Secretarias de Educação e de Saúde do Estado de São Paulo (2020). Elaboração própria.

Acreditamos que a partir do aprofundamento de cada categoria é possível fazer uma descrição satisfatória de cada distrito e indicar caminhos analíticos. Além disso, retomando as elaborações a respeito do entendimento de região, vemos que essa classificação dos distritos pode nos revelar outros padrões dentro da região oficializada. Por exemplo, quando observamos o mapa 18, vemos que há uma concentração de distritos próximo à Presidente Prudente, onde inclui-se, Teçaindá. Estes têm diferentes classificações, ou seja, alguns perdem população, outros apresentam vilas com funções básicas, o rural disperso pode ser esvaziado ou apresentar novas dinâmicas, o que levanta a necessidade de traçar alguns pontos de comparação para saber até que pontos essas características estão relacionadas. A continuidade desse exercício será realizada no próximo capítulo com a análise do distrito de Teçaindá, no qual buscaremos articular essas reflexões à exploração dos dados primários.

4. O DISTRITO DE TEÇAINDÁ (MARTINÓPOLIS/SP): HISTÓRIA E CARACTERÍSTICAS

Neste capítulo buscamos delinear as principais linhas de interpretação que traçamos para o distrito de Teçaindá, no intento de contemplar tanto o objetivo de “Compreender a produção dos distritos municipais como uma escala oficial dentro da divisão territorial brasileira”, abordando nosso caso de estudo estritamente e o de “Apreender o papel dos distritos municipais na escala regional”, aprofundando alguns pontos trabalhados no capítulo anterior. Na primeira seção, voltamos à formação histórica da região de Presidente Prudente, para abordar a natureza do povoamento e o papel que os povoados (muitos dos quais vieram a se institucionalizar como distritos ou sedes municipais) exerciam neste cenário. Em seguida, exploraremos e aprofundaremos a classificação do distrito em questão com a combinação dos dados de fontes secundárias com as primárias, advindos da pesquisa empírica.

4.1. O contexto de formação do distrito de Teçaindá

Como apresentamos no capítulo anterior, a formação dos núcleos de povoamento, povoados, vilas e cidades na Região de Presidente Prudente, se deu progressivamente em direção à Oeste e irradiando-se a partir dos eixos de transporte – as ferrovias e, posteriormente com a popularização dos caminhões, as estradas de terra. Todo esse processo foi acompanhado da regulamentação do Estado, mais precisamente dentro da esfera do governo do Estado de São Paulo, que atuava na formalização dos municípios ou distritos. À medida que as elites locais se organizavam (sempre que podiam, com auxílio de padrinhos políticos), buscar o *status* oficial era etapa fundamental no desenvolvimento de um povoado (MONBEIG, 1985).

Em nossa pesquisa de mestrado tratamos desse tema ao abordar como as câmaras municipais são parte essencial da estrutura administrativa do Estado Brasileiro. Uma herança dos tempos coloniais, possuíam o papel de articular a escala local com a administração central, e podem ser apontadas como a origem do município brasileiro. Na República Velha (1889 – 1930) essa estrutura se consolidou, tornando-se fundamental para a manutenção das práticas coronelistas e paternalistas. Por parte do poder central, o município era visto como a possibilidade de se criar alianças e conquistar votos em troca de favores às autoridades locais.

Estas, por sua vez, mantinham seu poder através das melhorias que conquistavam para sua área de atuação (seja um povoado ou mesmo toda uma região) (OLIVEIRA, 1999; SANTIN, 2009).

Posto isso, é evidente que em uma área em pleno processo de ocupação, essa engrenagem servia a muitos interesses envolvidos na necessidade de controlar o território, a população e os recursos. O poder das elites locais se fortalecia quando se alcançava o *status* de município e era alimentado com a conquista de equipamentos e serviços públicos. Não é sem razão, que Leite (1998) analisa territorialmente o processo de ocupação do Pontal do Paranapanema, a partir da ideia de “municípios mães”: vastas áreas que foram sendo recortadas ao passo que outros núcleos se emancipavam. Nas palavras do autor:

Depois de manter invulgar movimento de boca de sertão, São José dos Campos Novos do Paranapanema, hoje Campos Novos Paulista, e Nossa Senhora de Conceição de Monte Alegre, hoje decadente distrito do município de Paraguaçu Paulista, perdem imenso território a oeste, onde se cria o município de Presidente Prudente a 28 de novembro de 1921. Sua enorme extensão podia ser calculada “em cerca de 15.600 km² [...]”. Seus limites atingiam, ao norte, o divisor das águas do Aguapeí-Peixe; ao sul, o Rio Paranapanema; a leste, os municípios de Campos Novos e Conceição do Monte Alegre e a oeste o rio Paraná. Em 1923, instalam-se o município e a comarca. Do imenso território de Presidente Prudente surgiram, direta ou indiretamente, todos os atuais municípios da Alta Sorocabana, situados entre Rancharia e Presidente Epitácio. Já em 1925, era criado Santo Anastácio e, no ano seguinte, Presidente Venceslau (LEITE, 1998, p. 36).

O movimento segue, como demonstramos no capítulo anterior, até que se chegue ao último distrito criado em 1985 e último município emancipado em 1991. O auge da criação de distritos e municípios, entretanto, se passa entre as décadas de 1940 e 1950.

O distrito que deu origem ao município de Martinópolis, por sua vez, é um dos mais antigos da mesorregião de Presidente Prudente, criado em 1929, ainda com o nome de “José Teodoro” e pertencente ao território do município de Regente Feijó. Martinópolis se emancipou em 1938, quando recebeu o nome atual, e nesta ocasião era formado pelo distrito-sede e pelo distrito de Baliza. Os distritos de Guachos e Teçaindá foram criados em 1944, o primeiro, cuja sede é conhecida como “Vila Escócia”, foi formado como parte do território do distrito-sede e o segundo com áreas do município de Lavínia e, do então distrito do município de Álvares Machado, Alfredo Marcondes. No mesmo decreto em que foram criados, se extinguiu Baliza (IBGE-CIDADES, 2017).

Cabe dedicar algumas linhas a esse local, pois, torna o município de Martinópolis muito representativo do período, uma vez que em seu território se encontra um povoado que se tornou cidade (nos termos legais), outros povoados se tornaram sedes de distrito não autônomos, e ainda, houve, no passado, um que sofreu o despovoamento. Baliza (ou Balisa, como em alguns registros) foi um povoado formado por escravos que, com o crescimento de outros núcleos, terminou por “desaparecer”. É um exemplo claro de como as lideranças locais são determinantes para o crescimento de um povoado e de como, à época, havia uma verdadeira competição entre fundadores e elites locais.

O primeiro registro de Baliza data do ano de 1938, quando é criado como distrito de Martinópolis, todavia, conforme registros levantados por Daltozo (2009), haviam dois pequenos povoados “um ao redor do ribeirão Balisa, no local onde passava a estrada de rodagem de Martinópolis para Lucélia, e outro um pouco mais adiante, no ribeirão Água Grande” (p. 04). Sua descrição corresponde a de um bairro rural – muitos pequenos proprietários e uma relação estreita com o ribeirão e com a estrada de rodagem que levava à Martinópolis – isso nos leva a concluir que, ao se formar o município, a criação do distrito de Baliza veio para registrar essa presença em seu território. Todavia, com o crescimento de outros núcleos, este vai perdendo população. O principal deles foi Lucélia – hoje um município de aproximadamente 20 mil habitantes.

No recorte do Jornal “Correio Paulistano” de 1942, apresentado pelo autor, discute-se a “era de criação de cidades espetaculares, das cidades que brotam do dia para a noite, como se as tocasse varinha mágica da iniciativa particular” (p. 02). No trecho a seguir, fica evidente como era preocupante para um núcleo em formação, a existência de outros povoados e suas condições do ponto de vista administrativo:

O caso mais interessante, entretanto, é Lucélia. Logo depois de criado o distrito de paz de Balisa, no município de Martinópolis, que acaba de ser desmembrado de Regente Feijó, na Alta Sorocabana, a povoação daquela vila começou a mudar-se para um ponto situado no alto do espigão Peixe-Aguapeí e distante de Balisa cerca de duas léguas. O aglomerado cresceu rapidamente em prazo muito curto e dentro de pouco sob a denominação de Lucélia paralisou completamente o surto de Balisa e se impôs como o núcleo de uma grande cidade futura. Hoje Lucélia, que do ponto de vista administrativo não é nada, pois não tem nem mesmo cartório de paz e registro civil, possui melhoramentos e requisitos que faltam em cidades bem mais antigas. A dificuldade para pôr em ordem na vida daquele povoado provem do fato de que a cidade – chamemo-la assim – não pertence a ninguém. Foi construída de tal forma que seu perímetro está compreendido dentro de três municípios e

de três comarcas diferentes [...] O remédio, pois, seria dar autonomia municipal ao novo povoado. Mas isto, de acordo com a lei federal, só poderá acontecer em 1943. E até lá Lucélia terá de esperar como simples bairro (DALTOZO, 2009, p. 02).

Antes de adentrarmos aos casos específicos dos povoados de Teçaindã, Vila Escócia (Guachos) e José Teodoro (Martinópolis), há outro tema, debatido por Leite (1998), que nos ajuda a analisar todo este contexto: a questão da terra. Podendo ser entendida como o ponto de partida para os processos descritos aqui, a questão fundiária é fundamental para compreender a organização territorial e as dinâmicas atuais. Em primeiro lugar, havia a ideia de terra disponível: para a expansão das atividades agropecuárias, a fundação das colônias de povoamento, a venda aos colonos ou funcionários, a implantação de um povoado, a construção de uma igreja etc. E para compreender este tema é preciso entender a lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, que ficou conhecida como “Lei de Terras”. Este foi o mecanismo que, além de modificar a regularização da posse de terras no país, pode ser considerado a epítome das relações econômicas e sociais de meados do século XIX, que determinaram muitos processos que decorreriam no século XX e até nos dias atuais.

Sabe-se que a grande exploração rural esteve presente desde o princípio da colonização do país, com as capitanias hereditárias e a instituição das sesmarias (SILVA, 1996). Portanto, a situação da terra durante todo o período colonial e imperial foi baseada nos princípios colonialistas, servindo ao interesse de ocupar o território, garantindo que essa ocupação fosse realizada por aqueles fiéis a esses valores:

A trajetória da terra no Brasil teve como marca muitos privilégios e costumes que estavam enraizados no Estado. [...] No período colonial, a terra era vista como parte do patrimônio do rei e, para consegui-la, era necessário que houvesse uma doação. Para isso, dever-se-iam preencher alguns requisitos, como, por exemplo, ter algumas qualidades pessoais, como serviços prestados à Coroa (TAGLIETTI, 2005, p. 07).

Sendo assim, a regularização fundiária era, essencialmente, baseada na cessão de terras por parte da coroa. Sendo um bem abundante e a economia e o prestígio social fundando-se na posse de pessoas escravizadas, possíveis problemas entre sesmeiros e posseiros – ou seja, ocupantes sem a autorização real –, bem como, a questão das terras públicas, foram adiados até a decadência do próprio sistema fundado na colônia. Todavia, como Taglietti (2005) aponta, desde o século XVIII, com o ciclo do ouro, que gerou crescimento da economia colonial e fluxo

migratório para o sudeste, a disputa pela terra começou a se acelerar, complicando-se com a decadência da mineração e o retorno ao investimento na agricultura de larga escala.

Além da necessidade de se promover um ordenamento jurídico da propriedade da terra no Brasil, considerando-se o sistema de sesmarias insuficiente e confuso, a lei de 1850, e sua regulamentação de 1854, são construídas, também pela necessidade de disciplinar as novas relações que surgem com a reorganização da questão agrária brasileira, na tentativa de se adaptar às exigências do avanço do capitalismo, sendo a mão-de-obra um forte exemplo disso (TAGLIETTI, 2005).

A história da região de Presidente Prudente é afetada pelas implicações desta lei em diferentes aspectos, alguns já foram relatados no capítulo anterior, e à medida que forem importantes para nossas explicações serão novamente ressaltados, tais como: a especulação sobre a terra, as práticas de grilagem e os negócios fundiários/imobiliários e a migração interna e internacional.

Em síntese, a Lei de Terras instaurou a compra como forma de se adquirir terras, todavia, por meio de seu regulamento de 1854, possibilitou que as ocupações anteriores à sua promulgação fossem legitimadas dentro de dois anos, o que não estivesse registrado ou legitimado dentro deste prazo, passaria a ser considerado terra devoluta, ou seja, patrimônio do Estado (FERNANDES, 1994). Leite (1998) explica como o regulamento da Lei de Terras de 1854 previa essa legitimação:

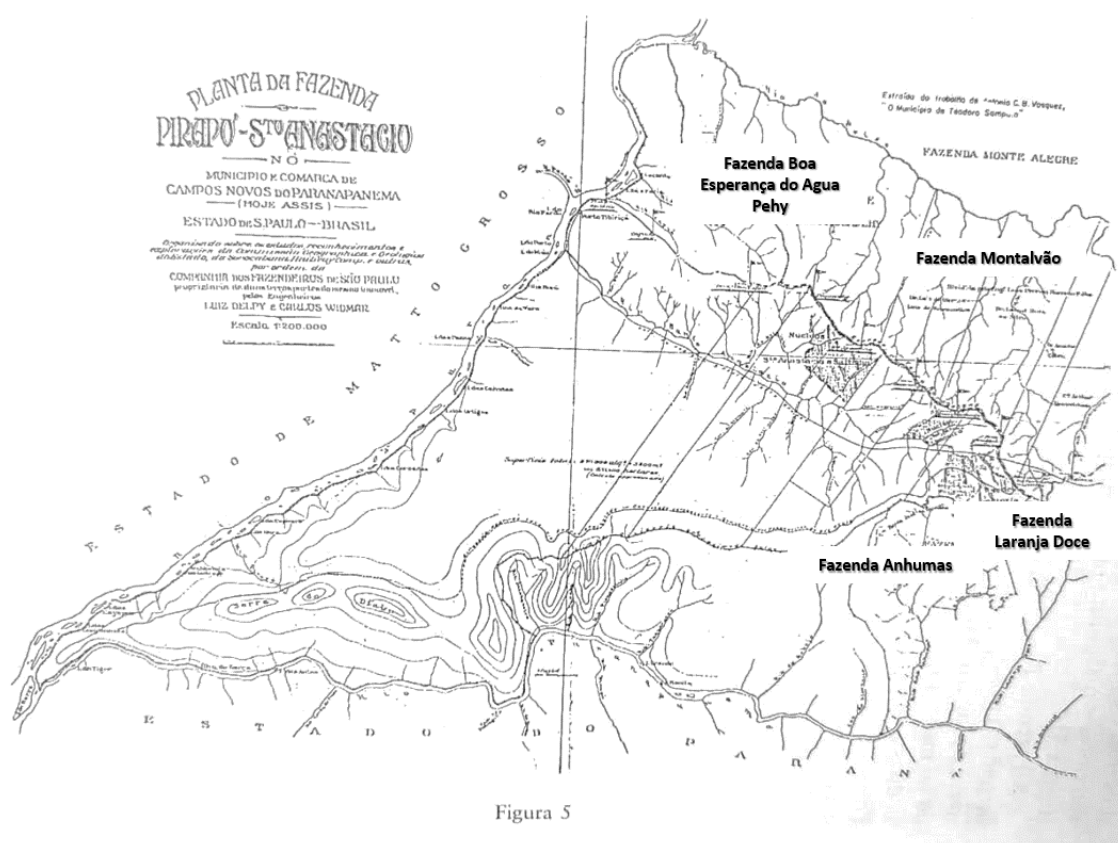
Até meados do século XIX, na falta de legislação mais adaptada ao trato da propriedade no Brasil, era prática a declaração de posse de glebas de terra por meio da escrituração em livros existentes em paróquias, feitas pelo próprio vigário, assinadas pelo interessado ou seu procurador e por algumas testemunhas. Era o “Registro Paroquial” ou o “Registro do Vigário”. O termo de posse assim praticado em que se mencionavam os limites do terreno, conquanto não conferisse domínio definitivo ao interessado, servia-lhe, mais tarde, para legitimar as terras em seu nome, desde que “nelas tivesse cultura efetiva e morada habitual” (p. 37).

Muitos grileiros tiraram proveito desta possibilidade, registrando imensas extensões de terras em áreas que ainda não tinham sido incorporadas à economia vigente. Como explica Leite (1998):

A área, hoje denominada Pontal do Paranapanema, é parte integrante de uma antiga posse de terras denominada Fazenda Pirapó-Santo Anastácio. Contudo sua história se liga a outra posse, irmã contígua ao norte, a Fazenda Boa Esperança do Água Pehy (p. 38).

Na figura 4, apresentada por Leite (1998, p. 40), vemos a planta da Fazenda “Pirapó-Santo Anastácio” e de outras vizinhas. Além da imprecisão das informações apresentadas, o que mais chama atenção é reconhecer que praticamente toda a região foi objeto de prática da grilagem. No ano de 1956 foram registradas as “posses” das Fazendas “Pirapó-Santo Anastácio”, por Antônio José de Gouveia e a “Boa Esperança do Água Pehy” (ou “Rio do Peixe”), por José Teodoro de Souza. Este último é personalidade decorrente quando se estuda a origem de diversos municípios do Extremo Oeste Paulista e o primeiro nome do município de Martinópolis, trata-se de uma homenagem à sua figura. Pode ser apontado como um fiel representante do “pioneiro”, como descrito por Monbeig (1958), uma vez que, empenhou-se na prática da grilagem e da venda de terras de parte considerável desta área.

Figura 4: Planta da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio (Princípios do Século XX).



Fonte: Leite (1998, p. 40).

Nos registros históricos, consta que viajou de Minas Gerais, no final do século XIX, para Botucatu, para realizar o referido registro de terras e empenhou-se num reconhecimento

preliminar da área e expulsão dos povos indígenas. Posteriormente, José Teodoro de Souza regressou para seu estado a fim de vender lotes a seus conterrâneos. Ainda que conseguisse vendê-los, a distância e a falta de infraestrutura desmotivaram a ida dos compradores para a região. O advento da Guerra do Paraguai (1864-1870) contribuiu para essa primeira ocupação, uma vez que muitos mineiros viram no “desbravamento do sertão” a possibilidade de fugirem do serviço militar. Neste período, como já debatido no capítulo anterior, a ocupação era diminuída e difusa (MONBEIG, 1985; GIAVARA, 2016; ARAÚJO; CUNHA, 2011).

Leite (1998) explica que tanto José Teodoro de Souza, como Antônio José Gouveia, não se preocuparam com os procedimentos de legitimação das terras, pois logo as venderam, e assim consecutivamente, de modo que, mesmo os que buscavam um ordenamento, o faziam com muitos problemas jurídicos, e enquanto os processos corriam, os lotes eram novamente comercializados. Estes fatores, juntamente com os favores políticos, fizeram com que toda a ocupação fosse realizada sob terras devolutas, gerando centenas de “grilos” de “aventureiros ricos e pobres” (p. 43).

Na virada para o século XX, o “grilo” da Fazenda Rio do Peixe ou Boa Esperança do Água Pehy, foi passado para o genro de José Teodoro de Souza, Francisco de Paula Morais, que prosseguiu com a venda de lotes. Todavia, no mesmo período, Manoel Pereira Goulart solicitou a legitimação das mesmas terras. O processo é considerado nulo, entretanto, antes mesmo de um parecer, procede a permuta de “sua” fazenda pela “Pirapó-Santo Anastácio”, com outro grileiro de nome João Evangelista de Lima. Apesar de todos os problemas jurídicos, Manuel Pereira Goulart consegue a autorização para a “localização de imigrantes em sua fazenda” (p. 43). Anos mais tarde, em 1917, seu filho Francisco de Paula Goulart fundou a cidade de Presidente Prudente (LEITE, 1998).

Por sua vez, o processo de legitimação da Fazenda Rio do Peixe ou Boa Esperança do Água Pehy determinou legítimas apenas as terras do curso superior do Rio do Peixe (mais à leste), para os herdeiros de José Teodoro de Souza. Estas passaram a ser reconhecidas como Fazenda Montalvão (como consta na figura 4). Desta, se tem a origem de diferentes núcleos de povoamento, colônias ou bairros rurais, inclusive parte considerável do território da capital regional. No caso de Martinópolis, a venda de lotes foi impulsionada pela chegada dos trilhos da Companhia Sorocabana entre os anos de 1916 e 1917, e da compra de uma parte considerável por João Gomes Martins, fundador da “Companhia Martins de Colonização”, em 1922 (LEITE, 1998; SOUZA, 2004).

O povoado de José Teodoro surgiu inicialmente como local de moradia para os trabalhadores da Estrada de Ferro Sorocabana e cresceu a partir da iniciativa da Companhia Martins, que passou a promover a venda de lotes, formando diversos bairros rurais (BELLOTTO, 1965). Souza (2004) destacou a diversidade nas formas de ocupação e trabalho: bairros formados por pequenos proprietários rurais, outros por trabalhadores de fazendas, além disso, a comercialização se dava para imigrantes procedentes da área central do Estado de São Paulo e também para estrangeiros. A ocupação se concentrou, majoritariamente, na área norte do município de Martinópolis, onde se localizam Guachos e Teçaindá, caracterizada por terras mais férteis. A parte sul compunha outra fazenda – a Laranja-Doce –, que também pode ser visualizada na figura 4.

Sendo assim, o distrito de Teçaindá tem sua origem nos diversos bairros rurais que até hoje, em menor número e com população reduzida, formam sua zona rural. A zona urbana, ou seja, a vila de Teçaindá é implantada, por sua vez, como um patrimônio leigo. Murillo Marx (1991) explica que o termo “patrimônio” se refere a prática de loteamento de terras via doação de um terreno à igreja (religiosos) ou à iniciativa privada (leigos). No primeiro caso, a doação da área era realizada por um grande fazendeiro a um “santo de devoção”, passando-a, por meio de escritura pública, para uma autoridade eclesiástica (AZEVEDO, 1970).

Os patrimônios leigos, por sua vez, são característicos do século XX – típicos das “frentes de expansão” – e representam um padrão de continuidade e de ruptura: a prática de doação de áreas para a construção de um povoado se mantém, todavia, a partir da proclamação da república (1889), a Igreja perde o papel de oficialização dos núcleos (PETRONE, 1970; SILVA, 2008). Outro ponto de descontinuidade, apontado por Silva (2008), é a introdução da venda de terras (pós 1850), de modo que, há casos em que não ocorre uma doação, mas uma venda de terras ao poder público.

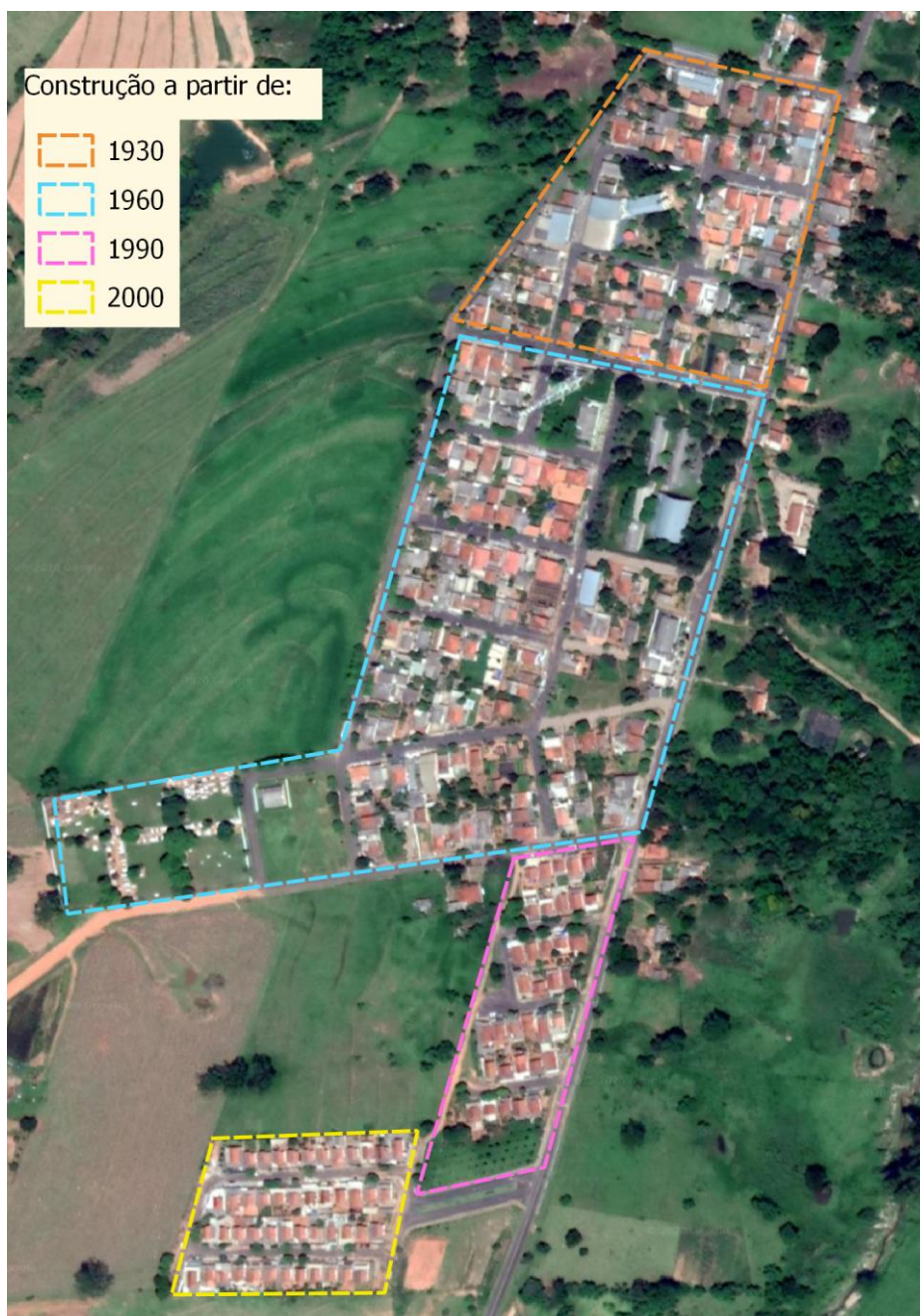
4.2. Características do distrito de Teçaindá: a vila; o rural disperso, relação com o município e dinâmicas populacionais

Retomando a classificação apresentada no capítulo anterior, buscamos analisar os dados do distrito de Teçaindá pormenorizados, de acordo com os quatro grandes temas: a vila; o espaço rural disperso; a relação com o município sede e no contexto regional; e as dinâmicas populacionais.

a) A vila

Uma das primeiras observações oriunda dos trabalhos de campo, como já comentado no primeiro capítulo, é uma divisão internalizada pelos e pelas moradoras que representa os períodos de formação deste povoado. A seguir (figura 5) apresentamos esse parcelamento. Mas, por tratar-se de uma setorização informal, os limites e períodos temporais são imprecisos, o que não impede que ela nos auxilie na compreensão da história deste distrito, além de permitir a relação dos eventos locais aos acontecimentos históricos que se passavam em outras escalas.

Figura 5: Imagem de satélite da sede do distrito de Teçaindá (Martinópolis/SP) com os setores identificados em campo a partir dos períodos de formação.



Fonte: GoogleEarth (2019).

Nos relatos orais dos moradores mais antigos conseguimos visualizar o papel que o povoado exercia à época de sua gênese – entre os anos 1930 e 1940, tais como: sociabilidade, principalmente, via religiosidade (na época o local também era conhecido como “Patrimônio de São Pedro”, devido ao Santo Padroeiro escolhido pelos fundadores ao erguerem uma capela,

prática muito comum tanto em povoados, como nos bairros rurais (AZEVEDO, 1970; CÂNDIDO, 1964; QUEIROZ, 1973); oferecimento de serviços básicos, com os armazéns de “secos e molhados” e as máquinas processadoras de grãos (LEITE, 1998; HESPANHOL, 2011); e, em alguns casos, de moradia para profissionais liberais e segunda residência para os mais abastados (COELHO, 1999; SOUZA, 2004). Na sequência temos o relato de. Bertha (85 anos), filha de um dos primeiros comerciantes de Teçaindã:

Bertha: Ah, aqui no sítio, nós mudamos aqui, eu tinha 7 anos. Não, de 6 pra 7, que eu não tava na escola ainda. Que na escola entrava com 7 anos, né? Aí, meu pai e meu tio resolveram deixar a lavoura e ser comerciante. Aí compraram de sociedade, né [...] Aí eu tava lembrando um dia desses, que eu lembro que comprava, assim, barril de vinho, né? Aí punha, assim, uma torneirinha no barril, né? Aí... E lavava bem as garrafas e punha, assim. Passava... Eu acho que é pinga, dentro, pra desinfetar. Aí, meu tio e meu pai, barriga verde, pegava as rolha e ficava assim, ó... Até o saca-rolha, ferventa, dá uma fervura nas tampa, e tem o saca-rolha. Aí pregava os rótulos, né, de vinho, assim, no vinho tinto. Era assim, engarrafava em casa.

Filha de Bertha: Aí largou a lavoura, veio pro comércio. Aí não se deu no comércio, não deu muito certo, aí voltou pra lavoura. Foi morar lá para o lado dos [Nome de Fazendeiro]. Aí depois veio pra cá, tornou pôr comércio, que aí tinha...

Bertha: [Eu Tinha] 11 anos quando mudei aqui.

Filha de Bertha: 11 anos, aí mudou nessa casa. Não nessa.

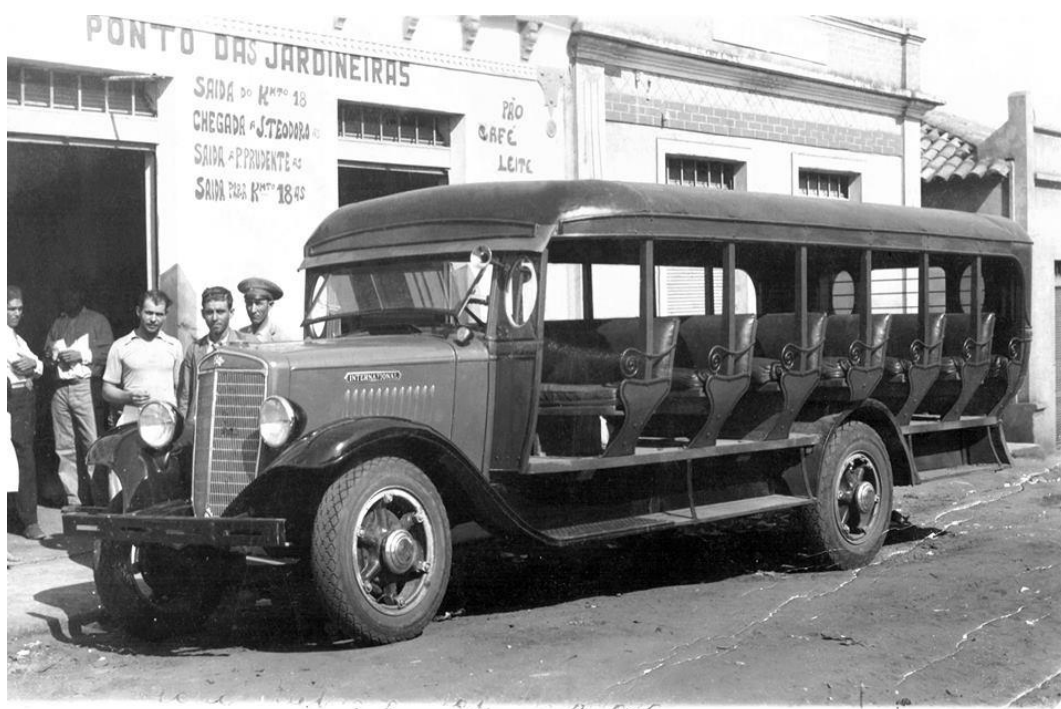
Bertha: Era de tábua, mas desde 1944.

Nesse período, Teçaindã já mantinha uma relação de dependência com Martinópolis, muito por conta da atuação dos políticos locais, que promoviam benfeitorias e serviços que fortaleciam essa interação. Queiroz (1975) explica que na primeira república (1889-1930), mandões locais e coronéis atuavam como “protetores de cidades” e nesse papel estendiam sua influência sobre áreas antes “desertas”, levando elementos de administração que garantiam a relação desses lugares com a sociedade global. Em Martinópolis destaca-se a Companhia Martins, personificada na figura do Coronel João Gomes Martins – um imigrante português – cuja ação ia além da compra das terras e seu loteamento, uma vez que ele pessoalmente fazia propaganda de seu povoado, promovia a instalação de melhoramentos e buscava o reconhecimento administrativo, daí o nome do município homenageá-lo (SOUZA, 2004).

A atuação do coronel também se dava na construção de estradas e pontes, uma vez que, propiciar o acesso da população da zona rural (maioria na época) à vila em ascensão, era fundamental. Por isso, também se investia no transporte entre os diferentes núcleos de povoamento, bairros rurais e a vila de José Teodoro. Na época, uma forma de deslocamento

comum eram as jardineiras. Na fotografia 1, podemos observar um exemplo desse veículo e, ao fundo, grafado na parede do estabelecimento, os itinerários realizados. “Kmtro (Quilômetro) 18” é um dos nomes pelo qual, até os dias atuais, Teçaindá é conhecido, e refere-se, justamente, à distância deste em relação à sede de Martinópolis, o que evidencia esta correlação.

Fotografia 1: Serviço de transporte em jardineiras oferecido entre José Teodoro, Presidente Prudente e Km 18 (Década de 1930).



Fonte: Museu Virtual de Martinópolis (2020).

O povoado era circunscrito ao que podemos identificar como o “centro” do vilarejo. Na figura 6, podemos observar que este setor apresenta um formato próximo ao “tabuleiro de xadrez” (plano hipodâmico), ou seja, com um quadrilátero central bem definido e regular (LAMAS, 1993). Esse tipo de traçado é encontrado desde a antiguidade, todavia, chega ao Brasil no contexto das reformas pombalinas, no século XVIII, que buscavam modernizar a administração pública portuguesa, sobretudo no trato das colônias. Por ser considerada simples – não exige maiores custos ou estudos para a implantação –, o tabuleiro de xadrez se difundiu e foi utilizado como modelo em muitos dos novos povoados em diferentes regiões do país. Encontramos nessa forma, no “embrião urbano” ali plantado, também um testemunho do

pensamento de uma época, associado à mentalidade modernizadora, que buscava racionalizar o espaço a ser dominado e induzir ali ao desenvolvimento (MARX, 1980; AZEVEDO, 1970).

Figura 6: Setor 1 - Parte central da sede do distrito de Teçaindã.



Fonte: GoogleEarth (2019). Elaboração própria.

Aí estão instaladas as casas de comércio – antes armazéns, hoje mercadinhos ou mercearias –, a igreja católica e a praça – onde é realizada a festa anual do padroeiro (que atrai público de toda a região). Ainda que muito prédios tenham passado por reformas, pode-se ainda encontrar as construções mais antigas do distrito. Nas fotografias a seguir (2, 3, 4, 5 e 6) é possível vislumbrar um pouco da gênese do povoado, as primeiras construções e a condição presente deste setor.

Fotografia 2: Princípios da ocupação da sede do distrito de Teçaindã (Década de 1920).



Fonte: Museu Virtual de Martinópolis (2020).

Na fotografia 2, atribuída à década de 1920 (de acordo com as informações do “Museu Virtual de Martinópolis”⁷), visualiza-se o traçado de ruas, ainda muito rudimentar, com poucas construções. Ao fundo chama atenção a presença da mata ainda preservada, um grande contraste com as pastagens que hoje circundam a vila (Fotografias 3 e 4). A exploração da madeira foi um dos fatores que contribuiu para a fixação da população neste período, pois, sua venda garantia rendimentos para realizar os primeiros investimentos na lavoura. Souza (2004), explica que, no município, essa atividade foi comum entre italianos e seus descendentes, compradores de pequenos lotes, que logo formaram alguns dos bairros rurais do município.

⁷ O “Museu Virtual de Martinópolis” é uma página online (<https://www.facebook.com/museuvirtualmartinopolis/>) dedicada a publicar fotografias e documentos sobre a história do município, não tem vínculos oficiais com nenhum órgão municipal ou de outras esferas, e é administrada pelo Sr. José Carlos Daltozo, que tem diferentes publicações (livros e artigos em jornais e sites) sobre a história e a memória de Martinópolis.

Fotografia 3: Área de pastagem no entorno da sede do distrito de Teçaindá



Fonte: Trabalho de Campo (2019).

Fotografia 4: Ônibus de trabalhadores rurais e área de pastagem no entorno da sede do distrito de Teçaindá



Fonte: Trabalho de Campo (2019).

A fotografia 5, da década de 1930, traz a rua que, atualmente, se chama “Avenida Júlio dos Reis Sanches” e nas fotografias 6 e 7, temos imagens atuais do mesmo local:

Fotografia 5: Teçaindá na década de 1930



Fonte: Museu Virtual de Martinópolis (2020).

Fotografia 6: Antiga casa de comércio em Teçaindá (2019).



Fonte: Trabalho de campo (2019).

Fotografia 7: O tímido movimento do comércio de Teçaindá (2019)



Fonte: Trabalho de campo (2019).

Nas duas imagens do período atual observamos como alguns prédios antigos mantiveram suas funções e feições quase inalteradas. Outro exemplo pode ser contemplado na fotografia 8, na qual há uma casa que, se não fosse a ação do tempo ou elementos contemporâneos (como a antena parabólica, a motocicleta, o muro e as guias da calçada), em preto e branco, poderia confundir o observador a respeito de qual época pertence. Do mesmo modo, há alguns prédios que ganham novas funções e outros – como o da fotografia 6, que permanecem abandonados.

Fotografia 8: Casa antiga em Teçaindá (2011)



Fonte: Google Street View (2020).

O segundo setor/período pode ser delimitado a partir dos anos 1960, quando viu-se crescer a demanda por moradia entre os trabalhadores das fazendas, como resultado das mudanças na agropecuária (em diversas escalas). O trabalho nas lavouras de café caracterizava-se pelos sistemas de colonato ou parceria, os trabalhadores que não possuíam suas próprias terras – colonos, parceiros ou meeiros – cultivavam as terras e entregavam parte da produção ao fazendeiro, podiam residir nas terras e manter plantios para o auto consumo. A inserção das culturas do algodão e amendoim e, posteriormente, a pecuária de corte, vai mudar essas relações, como um aprofundamento do capitalismo no campo, implanta-se o trabalho assalariado. Todavia, como meio de isentar-se das obrigações junto aos trabalhadores, empregadores passaram a adorar o trabalho temporário como alternativa – surgem assim os “boias-frias” – aqueles trabalhadores que se deslocam diariamente para as áreas de produção e são pagos, geralmente, no sistema de diárias (HESPANHOL, 2000; LEITE, 1998; OLIVEIRA, 2019).

Com a diminuição do emprego agrícola associada à legislação que estendeu aos trabalhadores do campo parte dos direitos dos trabalhadores urbanos (Estatuto do Trabalhador Rural), como se viu em todo o país, houve a migração do campo para a cidade. Muitas pessoas deixaram o rural disperso e a própria vila. Todavia, ainda se notou uma demanda por moradias para aqueles que não conseguiram migrar para as cidades ou outras regiões. Desse modo, morar no distrito torna-se uma alternativa. Ainda de acordo com os relatos dos moradores, a partir de uma iniciativa da prefeitura de Martinópolis, foram adquiridas terras para criar mais lotes e vendê-los à população, como conta um de nossos entrevistados (Aziz, 85 anos):

Aziz: Aqui não tinha casa. Onde nós moramos aqui não tinha casa não. Aqui só tinha casa lá em embaixo. Tinha só aquele pedacinho de casa lá embaixo [referindo-se ao primeiro setor].

Maryna: *E era quem? Era fazendeiro que vendia naquela época?*

Aziz: Não, aqui era o [Nome de Fazendeiro]. O filho dele que vendeu. O velho morreu, né? Aí o filho dele vendeu pra prefeitura. Aí o prefeito foi, cortou, fez os lotes aqui e cortou e vendeu.

Pela análise da figura 7 vemos que o traçado de lotes se diferencia do primeiro setor. Ainda que se note uma tentativa de continuidade, as quadras são mais irregulares e os quarteirões de maior tamanho em relação ao setor 1, não há padronização entre as casas, sendo encontradas de diferentes extensões e materiais (fotografias 9 e 10).

Figura 7: Setor 2 – Primeira expansão da sede do distrito de Teçaindá.



Fonte: GoogleEarth (2019). Elaboração própria.

Fotografia 9: Casa de madeira na sede do distrito de Teçaindá



Fonte: Trabalho de campo (2019).

Fotografia 10: Casa de alvenaria na sede do distrito de Teçaindã



Fonte: Trabalho de campo (2019).

Também neste setor é mais evidente a presença da agricultura e da criação de pequenos animais para o autoconsumo, uma vez que os terrenos, em geral, são maiores do que nos outros setores (fotografia 11). Outro ponto observado são as passagens presentes nos muros dos fundos que dividem os lotes, indicando a proximidade entre os vizinhos, muitas vezes membros da mesma família (fotografia 12). Por outro lado, também nos foi relatado casos de divisão desses terrenos para a venda ou para herdeiros construírem suas casas.

Fotografia 11: Pequena horta e criação de galinhas numa residência da sede do distrito de Teçaindã



Fonte: Trabalho de campo (2019).

Fotografia 12: Passagem entre duas residências na sede do distrito de Teçaindã.



Fonte: Trabalho de campo (2019).

O terceiro setor corresponde ao Conjunto Habitacional Ilton Percinoto (Figura 8), que foi implantado na década de 1990.

Durante parte considerável do século XX, com o processo de industrialização desde os anos 1930 e o progressivo aumento da população vivendo nas cidades, com a inversão demográfica em 1970, a demanda por uma política de habitação popular já estava posta. A

última década deste século, em particular, é marcada por uma mudança no papel do Estado, com a implementação de políticas neoliberais, ajuste fiscal, liberalização econômica e o abandono das práticas protecionistas e privatizações. A abertura política, pós-ditadura militar, e a descentralização administrativa abriu espaço para reivindicações – nem sempre atendidas –, de uma maior participação popular na formulação de políticas públicas. Nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) há a busca em se construir uma política nacional de habitação e a inserção da prática do financiamento de órgãos internacionais. Todavia, com a descentralização das atribuições do Estado, as políticas de maior relevância se deram no âmbito estadual (RIBEIRO, 2007; ARRETCHE, 1996).

De acordo com Aparicio (2017), a política habitacional no Estado de São Paulo tem início na década de 1940, com a criação da Caixa Estadual de Casas para o Povo (CECAP), em 1949: “[...] motivada pela intenção do governo estadual de obter legitimação política junto aos segmentos populares e atender interesses econômicos do setor imobiliário” (p. 42). Em 1968, este órgão, passou a gerir recursos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), criado em 1964 pelos militares, a base da política nacional de habitação na ditadura. No ano de 1981 passa a se chamar Companhia de Desenvolvimento de São Paulo (CODESPAULO) e a atuar com outras fontes de recursos. No governo Franco Montoro (1983-1987) há uma remodelação da política habitacional, com a criação da Secretaria Executiva de Habitação, e a CODESPAULO torna-se a Companhia de Desenvolvimento Habitacional (CDH), que além de moradias populares, promove a “participação dos movimentos sociais na execução dos projetos de habitação social e a implantação de equipamentos urbanos nos conjuntos habitacionais” (APARICIO, 2017, p. 43).

No governo de Orestes Quécia (1987-1991), a CDH converte-se na Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), mais precisamente no ano de 1989, quando sua gestão incorpora algumas das determinações da nova Constituição (CF-88), sobretudo na questão orçamentária, com a aplicação de recursos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Outra mudança iniciada nesta época, e continuada nos governos de Luiz Antônio Fleury Filho (1991-1995) e Mario Covas (1995-2001), foi a predominância de projetos habitacionais no interior:

A lei estadual nº 6.556 estabeleceu o princípio de atendimento universal aos municípios paulistas, de modo que a política habitacional ficou bastante direcionada à rede urbana nos pequenos e médios municípios do interior (CDHU, 2012b). Juntamente com os mutirões (que perderam relevância na

totalidade da produção de unidades habitacionais desde o governo Quérucia), duas modalidades de produção habitacional adotadas pela CDHU após a aprovação do ICMS-Habitação foram os Programas SH2 e SH3⁸. Estes programas se baseavam em parcerias com prefeituras do interior para construção em massa de casas de baixo custo (com pequena área construída e planta ampliável), pela modalidade de empreitada global, licitada pela CDHU (CDHU, 2012b) (APARICIO, 2017, p. 45).

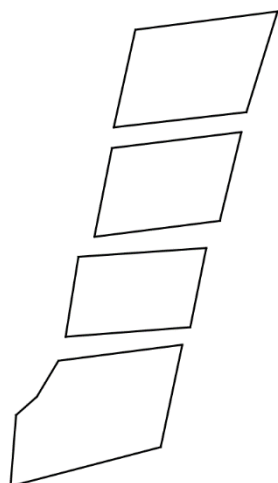
O SH2 teve início no ano de 1988, buscando estender o modelo desenvolvido na Região Metropolitana de São Paulo ao Interior:

[...] O SH2 iniciou a produção em massa de unidades habitacionais estruturado na ‘cooperação’ das administrações municipais para a execução do programa. Os terrenos eram áreas do patrimônio da CDHU, ou a ela doados pelas prefeituras e pelas empresas municipais, ou desapropriados pelas prefeituras, com posterior doação à CDHU. O valor médio de financiamento apurado para casas era de 564 UPF e, para apartamentos, de 1.441 UPF. A casa térrea tinha quase o mesmo projeto padrão do SH1, com 35,10 m² e o apartamento, 49,47 m². Havia ainda a possibilidade de se construir casa do tipo embrião, com 26,71m², para posterior ampliação (ROYER, 2002, p. 125).

Nesse sentido, no contexto do projeto SH2 foi implementada a primeira COHAB no distrito de Teçaindá (figura 8), com trinta e cinco moradias, durante a gestão de Mário Covas (Fotografia 13).

⁸ SH (Sistema Habitacional)2 refere-se ao projeto implantando no Interior e o SH3 na Região Metropolitana de São Paulo, excluindo-se a grande São Paulo (SH1) (ROYER, 2002).

Figura 8: Setor 3- Conjunto habitacional Ilton Percinoto



Fonte: GoogleEarth (2019). Elaboração própria.

Para a aprovação dos projetos, a CDHU exigia que as prefeituras apresentassem a planta de localização do terreno no município, termo de responsabilidade sobre a adequação da fundação ao solo, declaração de que a área pertencia ao perímetro urbano, de que não estivesse sujeita à desapropriação e termo de compromisso de execução de serviços básicos (energia elétrica, água, esgoto, manutenção de vias públicas), entre outros (ROYER, 2002). No que diz respeito à exigência de o projeto estar no perímetro urbano, é interessante notar como o loteamento apresenta uma interrupção na malha anterior, indicando a presença de uma propriedade rural que não foi desapropriada, e consta na área delimitada como zona urbana (IBGE, 2011).

Os beneficiários do programa⁹ deveriam seguir os seguintes critérios: ter renda total familiar de um a dez salários mínimos¹⁰; ser família constituída (ou seja, pessoas só não poderiam participar); residir ou trabalhar no município há pelo menos três anos; o responsável pela família deveria ter entre 18 e 55 anos de idade e não possuir ou financiar outro imóvel residencial, nem ter participado de algum programa público de habitação de interesse social (ROYER, 2002; APARICIO, 2017).

⁹ Considerando os projetos da CDHU em demanda geral, ou seja, aqueles que não se destinavam a algum público específico, tais como: funcionários públicos, população pobre em áreas de risco, portadores de necessidades especiais, idosos, etc. (APARICIO, 2017).

¹⁰ O salário mínimo no ano de 1995 era de 100 reais.

Fotografia 13: Inauguração do Conjunto Habitacional Ilton Percinoto com a presença do então governador do Estado de São Paulo, Mário Covas (Década de 1990)



Fonte: Museu Virtual de Martinópolis (2020).

Na fotografia 13 é possível contemplar, ao fundo, o aspecto padronizado das “casinhas”, como ficaram popularmente conhecidos os conjuntos habitacionais implantados nesta época. É habitual que as residências sofram bastante adaptações, todavia, ainda é possível encontrar algumas que mantêm a feição original, como na fotografia 14:

Fotografia 14: Casa com características originais no Conjunto Habitacional Ilton Percinoto



Fonte: Trabalho de campo (2019).

No primeiro governo de Geraldo Alckmin (2001-2006) iniciou-se um redesenho das políticas habitacionais da CDHU, voltando-se à possibilidade do desenvolvimento de programas que contemplassem populações de baixa renda ou até mesmo sem rendimentos (APARICIO, 2017). No ano de 2003 foi lançada a modalidade “Pró-lar rural”, dentro do programa “Pró-lar - Autoconstrução”, também conhecido como “Habiteto”, em parceria com os municípios. Voltava-se a construção de casas em assentamentos rurais do Itesp/Incra e para trabalhadores rurais residentes em áreas urbanas (ALMEIDA, 2007). Este último é o caso do Conjunto Habitacional “Maria Sanche”, inaugurado no ano de 2005 (figura 9), com 48 residências, destinadas a famílias de trabalhadoras e trabalhadores rurais.

Figura 9: Setor 4 – Conjunto Habitacional “Maria Sanche”



Fonte: GoogleEarth (2019). Elaboração própria.

Neste caso, houve uma nova quebra de padrão na malha de ruas do distrito, uma vez que as terras desapropriadas para a construção desta Cohab, não são imediatas à Avenida Júlio dos Reis Sanches, principal e contínua à Estrada Coronel João Gomes Martins, que dá acesso à Rodovia Assis Chateaubriand e ao município de Martinópolis. Esta descontinuidade contribuiu para que, mesmo numa vila pequena como Teçaindá, haja a percepção de que a “Cohab nova”, como também é chamada, é “longe”, principalmente em relação às instituições públicas, religiosa e aos estabelecimentos comerciais. Nas fotografias 15 e 16 têm-se o aspecto do setor mais recente do distrito.

Fotografia 15: Vista do Conjunto habitacional “Maria Sanche” (2011)



Fonte: Google Street View (2020).

Fotografia 16: Residências com aspecto original modificado do Conjunto habitacional “Maria Sanche” (2020)



Fonte: Trabalho de campo (2019).

Os dados dispostos na tabela 2 evidenciam que os respondentes que moram há mais tempo (mais de 60 anos) na sede do distrito, residem no Setor 1. Nesta área, os residentes mais antigos são 16%, representando 9% do total de respondentes da pesquisa. Os que moram há menos de 15 anos (19%), se destacam justamente no setor 4 (a segunda Cohab), onde são 50%. Todavia, a maioria dos moradores está na faixa entre 30 e 60 anos de residência, que moram no Setor 4 (42% do total de pesquisados).

Tabela 2: Tempo de residência na sede do distrito de Teçaindá (%).

Anos	Setor 1	Setor 2	Setor 3	Setor 4	Todos os setores
< 15	8	23	17	50	19
15 a 30	27	42	17	20	30
30 a 60	49	29	67	30	42
> 60	16	6	0	0	9

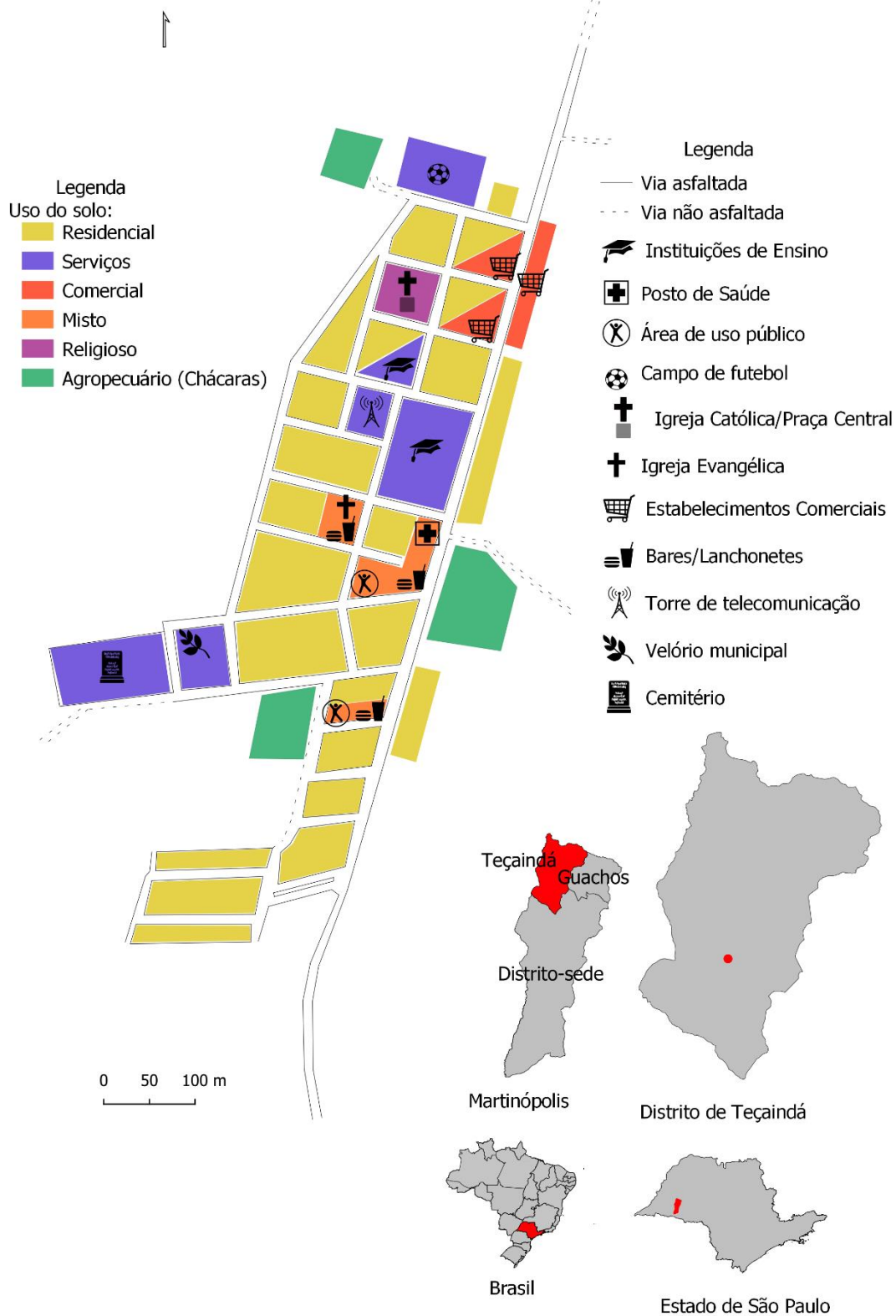
Fonte: Trabalho de campo (2019). Elaboração própria.

Essas informações dizem respeito ao tempo que o respondente está vivendo na sede, independente se é na mesma moradia ou não. Identificamos que 12% dos respondentes moram de aluguel, com contratos, em sua totalidade, firmados diretamente com os proprietários dos imóveis – frequentemente, ex-moradores, que mantem suas propriedades como uma opção diante do baixo valor de mercado, sobretudo, devido à localização. Os moradores também relataram que os preços dos aluguéis giram em torno de 350 reais.

No capítulo anterior, classificamos a sede do distrito de Teçaindá como “Vila consolidada com função residencial predominante”¹¹. Com base nas informações levantadas em campo, elaboramos a carta de uso do solo (mapa 19), que corrobora esta qualificação, uma vez que o uso residencial se destaca. De acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE do ano de 2010, havia 755 moradores na zona urbana, o que representava 60,5% da população total de Teçaindá e 3,71% da população urbana do município de Martinópolis.

¹¹As variáveis utilizadas nesse quesito foram: população urbana (2010); Porcentagem da população urbana na população total do distrito (2010); Porcentagem da população urbana na população urbana do município (2010); presença de estabelecimentos de ensino e de saúde.

Mapa 19: Uso do solo na sede do distrito de Teçaindã (Martinópolis/SP).



Fonte: Google Maps (2019); Base Cartográfica do IBGE (2010); Trabalho de Campo (2019). Elaboração própria.

O segundo uso mais corrente identificado é o de serviços públicos. O distrito conta em sua sede com cemitério, casa de velório, campo de futebol, salão comunitário, posto de saúde e duas instituições de ensino.

De acordo com os registros da Escola “João Batista Berbet”, esta foi fundada no ano de 1952, sob o nome de “Grupo Escolar Rural de Teçaindá”. Todavia, segundo o relato dos moradores, anteriormente, havia outra instituição de ensino, em uma localização diferente: o grupo escolar do Patrimônio de São Pedro. Moraes (2014) explica que, no Estado de São Paulo, desde a Primeira República, havia esforços para a criação de escolas públicas primárias na zona rural. Ainda assim, a expansão do ensino no campo foi muito lenta nesse período, e somente a partir da década de 1930 – num contexto geral de mudanças na Educação no país – que esse objetivo se intensificou:

Em 1930, havia 309 grupos escolares no estado de São Paulo, atendendo 198.340 alunos matriculados (todos localizados na zona urbana). O estado contava, ainda, com 205 escolas reunidas, com 37.868 alunos matriculados; 630 escolas isoladas urbanas, com 29.947 alunos matriculados e 2.218 escolas isoladas rurais, com 90.137 alunos (São Paulo, 1931). Em 1957, funcionaram no estado de São Paulo 7.225 escolas isoladas, a maioria delas localizada na zona rural, atendendo um total de 234.520 alunos e 1.462 grupos escolares com 720.656 alunos matriculados (São Paulo, Mensagem..., 1958). Observa-se, assim, um crescimento significativo da rede de escolas isoladas. Contudo, além das escolas isoladas de ensino comum localizadas no campo, o Estado mantinha o que era denominado, à época, de “Ensino Típico Rural”, ministrado em três diferentes tipos de escolas primárias – as Granjas Escolares, os Grupos Escolares Rurais e as Escolas Típicas Rurais (p. 20).

Dentre essas instituições de “Ensino típico rural”, os grupos escolares rurais traziam conteúdos relacionados ao trabalho agrícola, aliados a um programa de ensino concebido para as populações urbanas. Como consta num documento oficial do Estado de São Paulo, datado do ano de 1947, citado por Moraes (2014), os critérios para a instalação de um grupo escolar rural (ou transformação de um grupo pré-existente) eram: localização numa zona rural, com distância mínima de três quilômetros do perímetro urbano; um prédio escolar de propriedade do governo do Estado de São Paulo, com quatro salas de aula no mínimo e cinco hectares de terra cultivável; e a existência de, ao menos, duzentas crianças em condições de frequentá-lo.

A exigência de duzentos estudantes nos chama atenção, pois é um número que, atualmente, o distrito não alcançaria. A escola se localiza no setor 2, e como podemos concluir, foi instalada antes do loteamento realizado pela prefeitura num período posterior, sendo esta

área, ainda considerada terra rural. Não é difícil apontar a instalação deste grupo escolar como determinante para a ampliação da vila e fixação da população.

Atualmente, a Escola “João Batista Berbet” oferece, no turno vespertino, o Ensino Infantil e o Fundamental (estudantes dos quatro aos quatorze anos de idade), modalidade de responsabilidade do município. No período noturno, funciona o Ensino Médio (dos quinze aos dezessete anos). A municipalização ocorreu no ano de 1999 (anteriormente, a prefeitura se responsabilizava apenas pelo Ensino Infantil) e atendia, no ano de 2019, haviam 144 alunos e alunas. Há oito funcionários, e destes, apenas uma reside em Martinópolis, todos os demais moram na sede do distrito de Teçaindã. São dezessete professoras e professores, que em sua totalidade são de Martinópolis ou outros municípios da região.

No ano de 2008, ocorreu uma fusão entre a Escola “José Nunes dos Santos”, da Vila Escócia (Guachos), que também oferece o Ensino Médio, e a Escola “João Batista Berbet”, como uma estratégia para evitar a extinção das instituições devido ao baixo número de estudantes. Os dois polos funcionam com uma administração única. São seis salas, uma para cada ano em cada distrito, que somam 86 alunos. Há quatro funcionários, a diretora das duas unidades e os agentes de organização escolar, um atua na Vila Escócia e dois em Teçaindã. Nesta, são quinze professores e professoras, apenas dois residem no distrito.

A Creche Municipal “Angelino Percinoto” foi instalada no ano de 1999, também no contexto de municipalização do ensino, na conjuntura de descentralização do Estado brasileiro. Atende crianças de até três anos de idade que, como nos outros casos, são originárias da sede e da área rural do distrito. No ano de 2019, eram 13 estudantes, quatro professoras – apenas uma reside no distrito – e três funcionárias, que moram em Teçaindã. Considerando o baixo número do alunado, mesmo que os responsáveis não trabalhem, a criança pode frequentar a creche, o que é inclusive estimulado, devido à oferta de alimentação. A instituição ainda oferece o café da manhã para trabalhadores rurais.

Outro serviço público muito importante é a Unidade de Saúde da Família (USF) “Caetano Malavolta”, inaugurada no ano de 2005. Anteriormente, havia um posto de saúde em outro prédio, mas com a ampliação do Programa Saúde da Família (PSF), durante o primeiro governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), optou-se pela construção de uma nova instalação. Dentro do Sistema Universal de Saúde (SUS) brasileiro, uma USF é a instituição que está mais próxima da população, não somente no sentido de realizar triagem e encaminhamento para os serviços mais complexos, mas também pela intencionalidade de

promover um acompanhamento junto aos moradores submetidos àquela unidade (SOUSA; HAMANN, 2009).

Em Teçaindá são onze funcionários e funcionárias, sendo: uma médica, uma dentista, uma auxiliar de dentista, uma enfermeira, uma auxiliar de enfermagem, quatro agentes de saúde da família (duas para a zona urbana e duas para a rural), um agente de vetores e uma funcionária de serviços gerais. Destes, apenas a médica, a enfermeira e a dentista, residem fora de Teçaindá. São oferecidos: atendimento médico-odontológico; reuniões com pessoas hipertensas e diabéticas; exame preventivo de Câncer do Colo do Útero; vacinação; farmácia; distribuição de leite para crianças até seis anos. São 15 atendimentos médicos de manhã e 15 à tarde, excetuando-se as urgências. Além disso, para qualquer serviço mais complexo, mesmo emergencial, de segunda à sexta-feira, é necessário encaminhamento da USF e, se for o caso, a transferência é realizada com a ambulância disponibilizada para o distrito. Isso é válido para os moradores da sede e da zona rural.

Os outros usos descritos no mapa 19 são: comercial – estão instalados dois mercadinhos e alguns bares e lanchonetes, todos administrados por moradores –; religioso – uma Igreja Católica e uma Assembleia de Deus –; agropecuário – destacamos as chácaras muito próximas à malha de ruas, excluindo as grandes propriedades rurais, predominantes no entorno da vila –; o uso misto, por sua vez, agrega quarteirões que apresentam mais de uma função.

b) O rural disperso

Para analisar as características do que denominamos de “rural disperso” – referindo-nos à área que circunda a vila do distrito – utilizamos variáveis do Censo Demográfico do IBGE (2010) referente aos setores censitários rurais. A população rural no ano de 2010 era de 493 pessoas, o que representava 39,5% da população total do distrito e 12,7% da população rural do município.

Com base na análise do mapa do município de Martinópolis em escala de 1:50.000 (IBGE, 2011), detectamos seis bairros rurais: Bairro Vinte e Dois; Vila Bandeirantes; Vila de Santa Luzia; Bairro do Cristal; Bairro Mexerica e Bairro Colorado. Para a construção dos mapas municipais nesta escala, o IBGE utiliza diferentes fontes sem tratamento pleno, como informado pelo órgão, deste modo, os nomes dos bairros e sua localização (que já é difusa por natureza) são aproximações que não dispensam pesquisas aprofundadas com trabalhos de

campo e produção de dados *in loco*. Neste trabalho, longe de realizar uma compilação dessas unidades, optamos por apresentar os bairros que comparecerem nas respostas aos formulários e nas entrevistas de história de vida.

Dentro do escopo deste trabalho, o que queremos demonstrar é que os bairros rurais são parte integrante e essencial para compreender Teçaindá como um distrito, pois representam a presença da população, parte fundamental para a própria iniciativa de se fundar um patrimônio, mas também na atualidade, uma vez que, mesmo em reduzido número, ainda há moradores e moradoras vivendo no campo (COELHO, 1999; SOUZA, 2004; MARIA; HESPANHOL, 2007). Na tabela 3, podemos averiguar que o principal local de origem dos moradores é a área rural do distrito ou município:

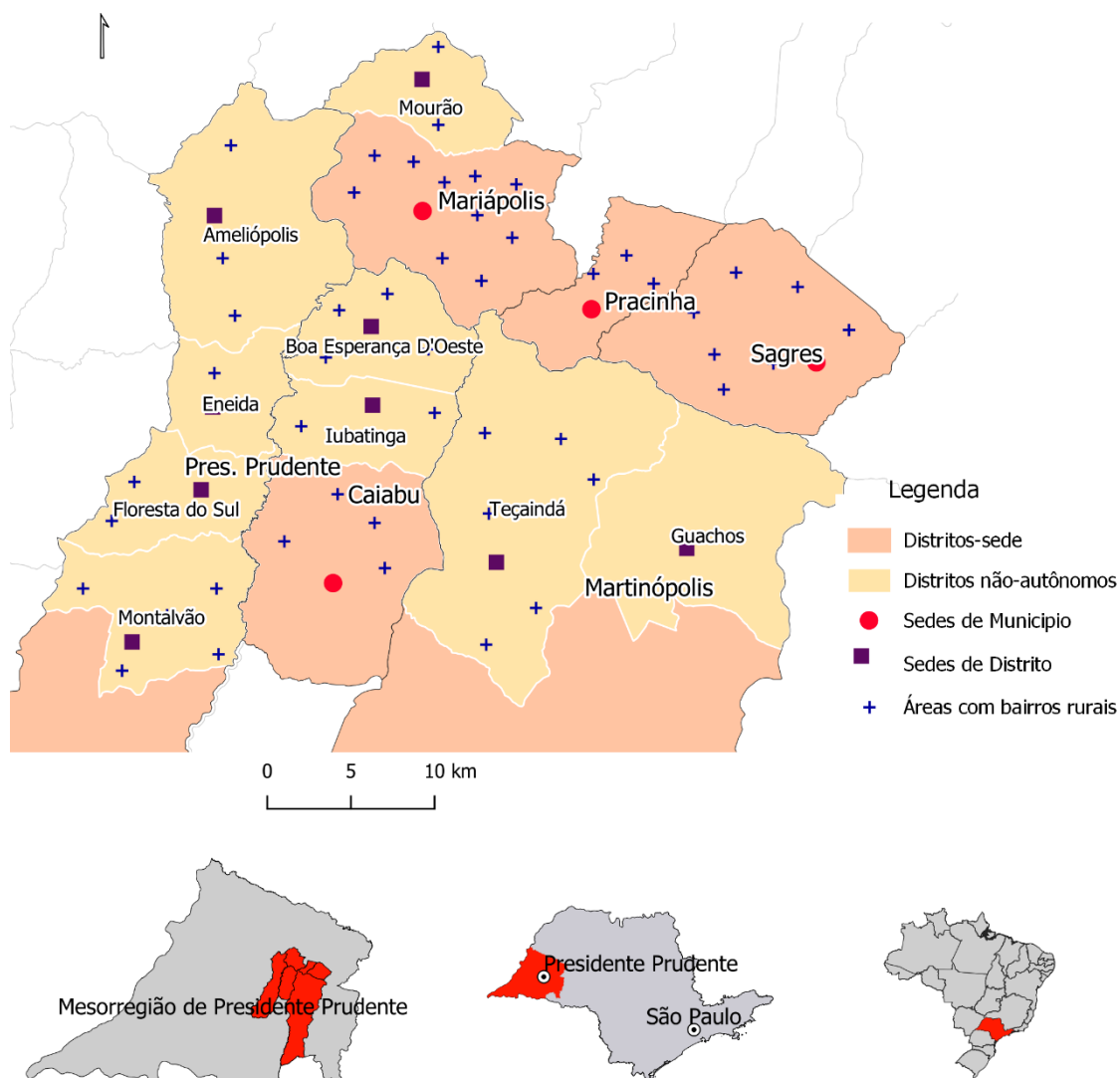
Tabela 3: Local de Nascimento dos moradores da sede do distrito

Local de nascimento	Setor 1	%	Setor 2	%	Setor 3	%	Setor 4	%	Total	%
Sede do distrito	8	22	2	6	3	25	3	30	16	18
Rural	20	54	15	48	2	17	3	30	40	44
Região	1	3	4	13	2	17	1	10	8	9
Estado de São Paulo	1	3	0	0	2	17	1	10	4	4
Estados do Nordeste	3	8	8	26	2	17	2	20	15	17
Outros Estados	4	11	2	6	1	8	0	0	7	8
Total	37	100	31	100	12	100	10	100	90	100

Fonte: Trabalho de campo (2019). Elaboração própria.

Considerando a área mais próxima ao distrito (mapa 20), identifica-se pequenos municípios (distritos-sede), outros distritos (não-autônomos) e uma presença significativa de bairros rurais. Estas pequenas cidades (sedes de município), povoados, vilas, áreas de pequenas propriedades rurais e de fazendas – indicando a presença de trabalhadores rurais –, contribuem para compreender a permanência do distrito de Teçaindá que, quando visto numa escala maior, não se mostra como um lugar totalmente isolado.

Mapa 20: Área circunvizinha à Teçaindá (distritos-sede, não-autônomos, bairros rurais, sedes de distritos e de municípios).



Fonte: Base Cartográfica do IBGE (2010); Mapa municipal de Martinópolis (2011). Elaboração própria.

No capítulo 3, classificamos Teçaindá como “Rural com características tradicionais”: são aqueles que apresentam população rural acima de 200 habitantes, com porcentagem acima de 20% da população total e uma considerável contribuição também para a população rural do município (acima de 10%); presença média ou forte de bairros rurais (acima de 3 ou até mais de 7 bairros identificados), mas que não tem necessariamente assentamentos rurais, usinas ou penitenciárias em seu território. E este é o caso, pois não se identifica estes últimos na zona rural do distrito. Porém, como salientamos no capítulo anterior, esses são elementos que consideramos importantes por representarem um novo período para a região de Presidente

Prudente, por isso, vamos expor as informações do município de Martinópolis, também por que essa divisão adotada pelo IBGE e utilizada no trabalho para a análise dos dados secundários, não é explícita na realidade.

Quanto aos assentamentos rurais, podemos compreender que não há nenhum instalado na zona rural do distrito, devido à ocupação inicial ter privilegiado a área norte do município, como destacamos anteriormente. Sendo assim, os assentamentos rurais do município localizam-se ao sul da malha urbana de Martinópolis, próximos à Represa Laranja Doce e na divisa com o município de Rancharia. Esta parte, tratava-se inclusive de outra fazenda, a fazenda Laranja-Doce. São dois assentamentos, “Chico Castro Alves”, implantado em 1995 e, “Nova Vida”, do ano de 1998, que em 2017, juntos, somavam 121 famílias assentadas. Ainda que não se localizem em Teçaindá, não podem ser ignorados, pois a existência dessas unidades comprova a forte presença de trabalhadores rurais sem-terra no município, da persistência de desigualdades sociais e da concentração fundiária, que não deixa de afetar os moradores da sede do distrito. Além disso, a própria existência de uma área com menor concentração de terra no município, pode ser interpretada como fator importante para a mobilização social dos trabalhadores sem-terra (NASCIMENTO, 2016; TABUTI, 2020; PEREIRA, 2013).

Em Martinópolis há uma usina de açúcar e álcool – a Usina “Atena” – instalada na zona rural do distrito-sede, que emprega muitos moradores de Teçaindá, sua planta industrial está a aproximadamente vinte quilômetros da sede do distrito. Também compareceu nos formulários, trabalhadores da Usina “Alto Alegre”, localizada entre Floresta do Sul e Ameliópolis (distritos de Presidente Prudente), sua planta industrial dista cerca de trinta quilômetros da sede do distrito de Teçaindá (GOOGLEMAPS, 2020). De acordo com os dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017, foram colhidos 41 mil hectares de cana-de-açúcar no período analisado, sendo 40% da área dos estabelecimentos agropecuários de Martinópolis e 32% de sua área total de cultivo.

Há moradores de Teçaindá que trabalham nas duas penitenciárias mais próximas. Inaugurada no ano de 1999, a Penitenciária “Tacyan Menezes de Lucena” localiza-se a seis quilômetros da cidade de Martinópolis. Com capacidade para 872 detentos, em 2020 apresentava população de 1.603 internos. Outra unidade prisional que tem impacto em Teçaindá, é a Penitenciária Compacta de Pracinha, instalada em 2002, neste município, distando 20 quilômetros, aproximadamente, da vila. Sua população carcerária é de 1.417 detentos, embora tenha capacidade para 844 (SAP, 2020).

Dentre os respondentes e seus familiares, 64% apresentam idade entre 18 e 65 anos. Destes, 57% apresentaram resposta positiva à pergunta se trabalhavam atualmente (fora de casa), como apresentado na tabela 4:

Tabela 4: Moradores da sede do distrito com idade entre 18 e 65 anos que trabalham foram de casa.

Trabalham atualmente	Setor 1	Setor 2	Setor 3	Setor 4	Total
Sim	60	57	67	37	57
Não	40	43	33	63	43

Fonte: Trabalho de Campo (2019). Elaboração própria.

Chama atenção o alto número de desempregados e/ou mulheres que trabalham apenas em casa (43%), com mais expressividade no setor 4, o que apresenta menor média de idade (38 anos). Na tabela 5 consta a profissão exercida por esses moradores e moradoras. Os empregos relacionados à agropecuária somam 49% (incluindo-se agricultor (1%), trabalhador rural (11%), em sua maioria diaristas em propriedades de terceiros, principalmente na pecuária e, com maior destaque, os trabalhos nas usinas de cana-de-açúcar, seja no corte (6%) ou em outras funções (31%), – tais como, operador de máquinas, motorista, auxiliar de produção, serviços gerais, por exemplo); 2% trabalha no setor industrial (empresa familiar de tomates secos, com sede no próprio distrito e laticínios da região).

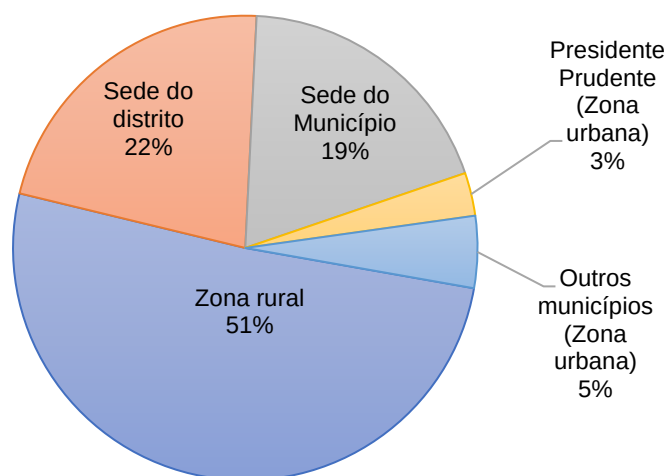
Tabela 5: Profissão dos moradores da sede do distrito

Profissão	Setor 1	%	Setor 2	%	Setor 3	%	Setor 4	%	Total	%
Agricultor	1	2	0	0	0	0	0	0	1	1
Penitenciárias	3	7	1	4	0	0	0	0	4	4
Trabalhador Rural	4	10	4	16	2	13	0	0	10	11
Usinas (Cortador (a) de cana)	3	7	2	8	0	0	0	0	5	6
Usinas (outras funções)	10	24	7	28	6	38	5	71	28	31
Funcionário (a) público (a) (outros)	5	12	5	20	2	13	1	14	13	14
Autônomo (a)	10	24	2	8	5	31	0	0	17	19
Comerciário (a)	3	7	2	8	0	0	0	0	5	6
Diarista/Doméstica	3	7	0	0	1	6	1	14	5	6
Indústria	0	0	2	8	0	0	0	0	2	2
Total	42	100	25	100	16	100	7	100	90	100

Fonte: Trabalho de Campo (2019). Elaboração própria.

Outro setor com relevância, o funcionalismo público (14%), categoria na qual se incluem, em sua maioria, funcionários da prefeitura de Martinópolis, com diferentes cargos, como: serviços gerais, agentes de saúde, limpeza pública, merendeira, assistentes de educação infantil e secretária. Os trabalhadores das penitenciárias são 4%, sendo citadas as unidades de Martinópolis e de Pracinha. No terceiro setor ainda temos: autônomos com 19%, incluindo pequenos comerciantes, profissionais liberais e prestadores de serviços; comerciários (6%) e as trabalhadores domésticas também são 6%.

Em relação ao local de trabalho (gráfico 1), novamente se destaca a zona rural, com 51%. Nessa categoria agrupamos todos os municípios citados, sem diferenciação, pois, na questão do trabalho nas usinas, essa localização pode variar de acordo com as áreas de cultivo. Porém, destacamos que no caso dos trabalhadores diaristas, foram citadas as zonas rurais do distrito de Teçaindã e do distrito-sede.

Gráfico 1: Local de trabalho dos moradores da sede do distrito (%)

Fonte: Trabalho de Campo (2019). Elaboração própria.

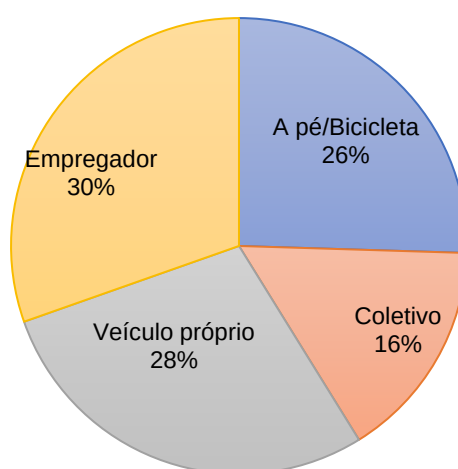
Em segundo lugar aparece a sede do distrito, com 22%, dado muito próximo ao da cidade de Martinópolis, onde 19% dos moradores trabalham. Empregos nas zonas urbanas de Presidente Prudente (sede da Mesorregião) e outros municípios somam 8%. Vemos que, a função principal da vila – a moradia – atende, principalmente, os trabalhadores rurais (seja da Usina ou em fazendas e sítios da área). Ainda assim, os empregos na sede são expressivos, concentrando-se no funcionalismo público, mas também com alguns autônomos que oferecem serviços diversos.

c) Relação com o município

Classificamos o distrito de Teçaindã como tendo uma alta integração no contexto municipal. Considerando, de acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010, que sua população total – de 1.248 habitantes –, representa 5% do total do município. Além disso, a vila está a vinte quilômetros da cidade de Martinópolis e a 44 quilômetros de Presidente Prudente, sede da Mesorregião (GOOGLEMAPS, 2020). A ligação principal entre os núcleos é realizada pela estrada vicinal Coronel João Gomes Martins, que é pavimentada no trecho entre o distrito e a Rodovia Assis Chateaubriand (SP-425). Todavia, a qualidade da via é insatisfatória, muito esburacada, nos dias de chuva o tráfego fica limitado. Há transporte coletivo público para a cidade de Martinópolis em dois horários (manhã e tarde), além daquele que é oferecido para estudantes e pacientes do sistema público de saúde.

Como apresentado na seção anterior, 78% dos moradores trabalham fora da vila, sendo 19% na sede municipal. No gráfico 2, vemos que os principais meios de transporte para o local de emprego são particulares, divididos entre veículo próprio (carro ou motocicleta) (28%), condução oferecida pelo empregador (30%) e a pé ou de bicicleta (26%); apenas 16% utilizam transporte coletivo:

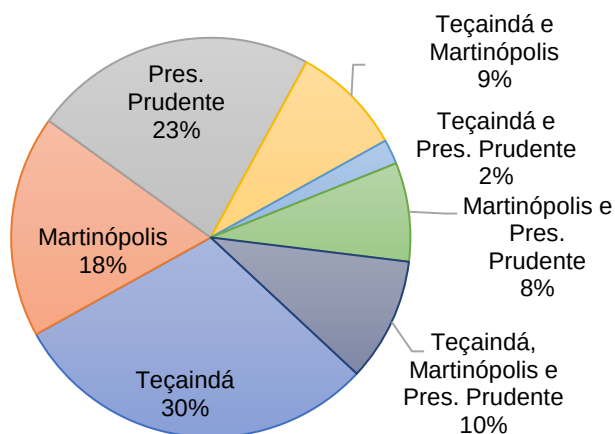
Gráfico 2: Meio de transporte para o trabalho utilizado pelos moradores da sede do distrito



Fonte: Trabalho de Campo (2019). Elaboração própria.

No gráfico 3 estão discriminados os locais buscados pela população quando necessitam de consultas de rotina ou a realização de tratamentos não-emergenciais de saúde. A USF de Teçaindá foi citada como o principal estabelecimento buscado por 30% dos moradores, seguido daqueles localizados em Presidente Prudente (23%) e Martinópolis (18%). A vila comparece em todas as combinações daqueles que utilizam estes serviços em mais de uma localidade, com exceção de 8% que indicou apenas Martinópolis e Presidente Prudente. A sede municipal, por sua vez, não foi citada por apenas 2% dos moradores que mencionaram mais de um lugar.

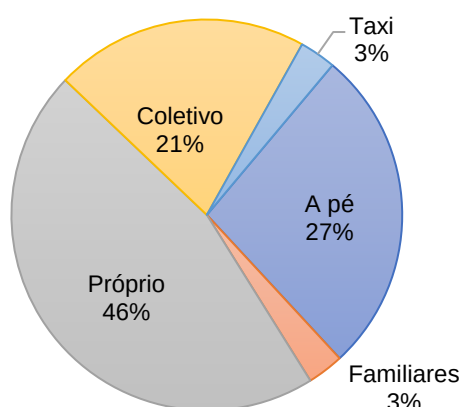
Gráfico 3: Local de utilização de serviços de saúde não emergenciais (Moradores da sede do distrito)



Fonte: Trabalho de Campo (2019). Elaboração própria.

O principal meio de transporte utilizado nesse quesito (gráfico 4) são os veículos próprios, como indicado por 46% dos moradores. Nesta variável, o transporte coletivo foi citado por 21% dos participantes, referindo-se, em sua maioria, ao oferecido pela prefeitura de Martinópolis. O total de 27% indicou que vai a pé, sendo a USF de Teçaindá o principal local para utilizar os serviços médicos. Ainda compareceram a ajuda de familiares (3%) e o uso do serviço de táxi da cidade de Martinópolis (3%).

Gráfico 4: Transporte utilizado para serviços de saúde não emergenciais (Moradores da sede do distrito)

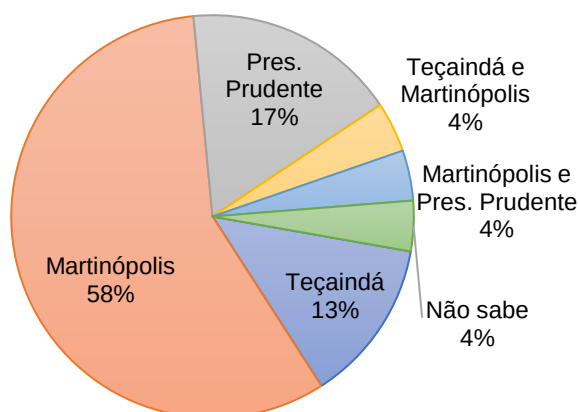


Fonte: Trabalho de Campo (2019). Elaboração própria.

Quando perguntados sobre emergências médicas (gráfico 5), a maioria dos moradores (58%) indicou que o principal local para buscar ajuda é Martinópolis – referindo-se a Santa Casa de Misericórdia “Padre João Schneider” – e 91% reconhece a presença de uma ambulância

(gráfico 6) disponível para atender os moradores de Teçaindã, serviço também provido pela prefeitura de Martinópolis. Os hospitais localizados na sede da mesorregião foram mencionados por 17% da população; a USF do distrito por 13%; ainda compareceram as combinações Teçaindã e Martinópolis (4%) e Martinópolis e Presidente Prudente (4%); outros 4% alegaram não saber qual o estabelecimento deve buscar em caso de urgências.

Gráfico 5: Local onde os moradores da sede do distrito utilizam serviços de saúde emergenciais



Fonte: Trabalho de Campo (2019). Elaboração própria.

Gráfico 6: Percepção dos moradores da sede do distrito da disponibilidade do serviço de ambulância

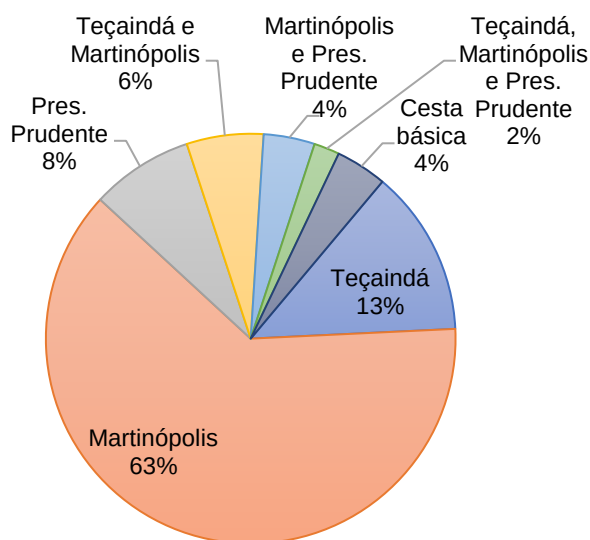


Fonte: Trabalho de Campo (2019). Elaboração própria.

As compras básicas para o lar (gráfico 7) são realizadas em Martinópolis em 63% dos casos; Teçaindã foi citado por 13% dos respondentes; e Presidente Prudente por 8%. Aqui novamente houve combinação de locais: há moradores que dividem as compras entre Teçaindã e Martinópolis (6%), Martinópolis e Presidente Prudente (4%) e os três locais citados (2%).

Famílias que vivem apenas com a cesta básica que recebem no trabalho representam 4% da população.

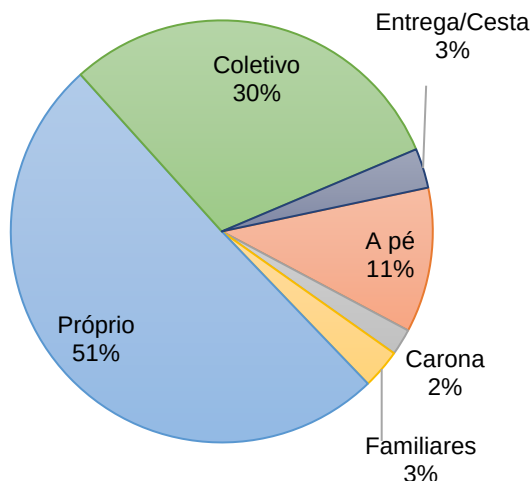
Gráfico 7: Local de realização das compras básicas dos moradores da sede do distrito



Fonte: Trabalho de Campo (2019). Elaboração própria.

No gráfico 8 observamos que 51% dos moradores utilizam veículo próprio para realizar as compras básicas; 30% servem-se do transporte coletivo; os outros meios citados foram carona com vizinhos (2%) e com familiares (3%), além do serviço de entrega dos estabelecimentos da cidade de Martinópolis somados a utilização de cesta básica (3%).

Gráfico 8: Transporte utilizado para a realização das compras básicas pelos moradores da sede do distrito



Fonte: Trabalho de Campo (2019). Elaboração própria.

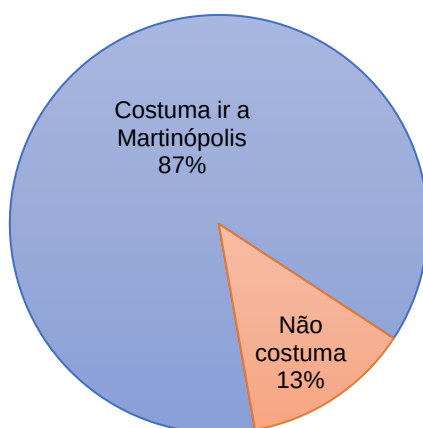
Pela análise das informações levantadas, fica evidente que os moradores se inserem no processo de popularização do transporte individual que, como Silva (2017) explica, ocorre a partir da década de 1990, como resultado de uma combinação de fatores: abertura comercial, instalação de montadoras no Brasil, estabilização econômica como efeito do plano real, controle da inflação e maiores facilidades de crédito, contribuindo para que a classe de renda mais baixa tivesse acesso facilitado à automóveis e motocicletas. O autor também cita que complementando esses elementos, há também as mudanças no mundo do trabalho das últimas décadas, como a maior flexibilização e o aumento dos empregos temporários, por exemplo, que terminam por modificar a relação que o trabalhador tem com o local de trabalho e, portanto, afetando sua mobilidade. Na agropecuária isso é bastante visível a partir da inserção do assalariamento e do trabalho temporário.

Analisando os três tipos de motivos de deslocamento considerados (trabalho, assistência médica e compras básicas) vemos que a responsabilidade pelo transporte se divide entre a iniciativa pública e privada. No caso do trabalho, o transporte público está mais relacionado aos empregos urbanos, o transporte do empregador refere-se majoritariamente às usinas de açúcar e álcool e o individual está dividido entre o trabalho rural e o urbano. Para serviços de saúde há uma cifra parecida ao do trabalho, entre aqueles que utilizam transporte público, mas a maioria usufrui de carro ou motocicleta própria. As compras básicas, por outro lado, apresentam a maior porcentagem de uso do transporte coletivo, embora o individual seja a maioria. Isso pode ser explicado pela feminização desta atividade, já que em geral as mulheres costumam ser as

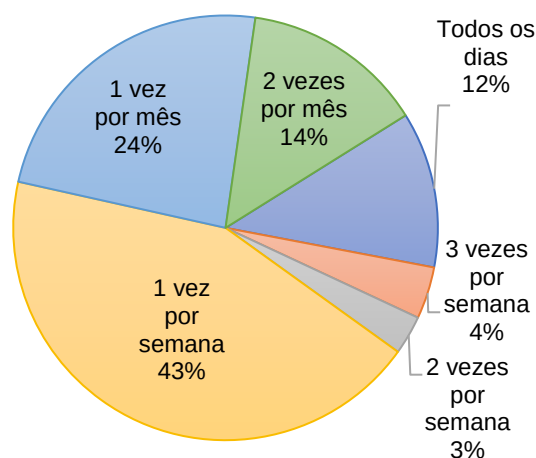
responsáveis pela realização das atividades de manutenção doméstica e são ainda minoria em relação ao número de pessoas habilitadas como condutores de veículos no país (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020). Concluímos que os moradores adotam uma combinação de estratégias para lidar com a questão do deslocamento, tanto em relação ao meio de transporte, quanto aos locais em que buscam cada tipo de serviço.

Quando perguntados se costumam ir à cidade de Martinópolis (gráfico 9), 87% dos moradores disseram que sim e 13% que não. A frequência indicada (gráfico 10) é de uma vez por semana para 43% dos respondentes; 24% vai uma vez ao mês para a sede municipal e 14% duas vezes ao mês; 12% indicou que costuma ir a sede municipal todos os dias; 4% indicou três vezes por semana e 3%, duas vezes por semana.

Gráfico 9: Declaração dos moradores da sede do distrito sobre ir com frequência à cidade de Martinópolis

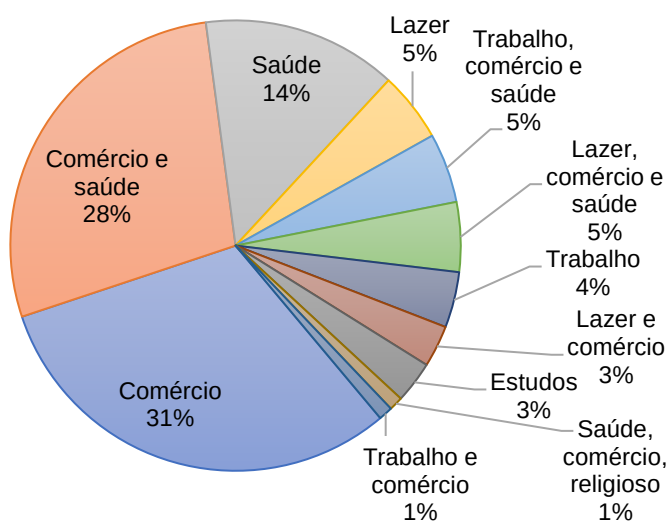


Fonte: Trabalho de Campo (2019). Elaboração própria.

Gráfico 10: Frequência que o morador da sede do distrito vai à cidade de Martinópolis

Fonte: Trabalho de Campo (2019). Elaboração própria.

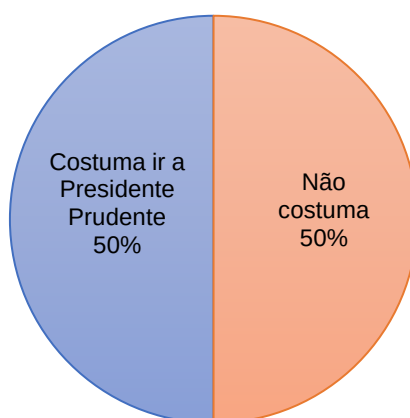
Os principais motivos para o deslocamento estão dispostos no gráfico 11. “Comércio” aparece em primeiro lugar com 31% das respostas; em segundo está a combinação entre serviços comerciais e de saúde (28%); “saúde” exclusivamente aparece com 14%; “lazer” foi indicado por 5% dos moradores; “trabalho”, 4% e estudos, 3%; “trabalho, comércio e saúde” foi mencionado por 5% dos participantes; o mesmo valor para “lazer, comércio e saúde”; “lazer e comércio” apresentou 3% e com 1% estão as associações “trabalho e comércio” e “serviços de saúde, comerciais e religiosos”.

Gráfico 11: Motivos de deslocamento dos moradores da sede do distrito até a cidade de Martinópolis

Fonte: Trabalho de Campo (2019). Elaboração própria.

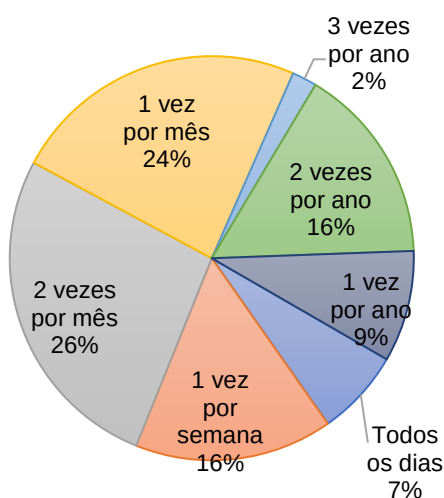
No que diz respeito aos deslocamentos para a cidade de Presidente Prudente (gráfico 12), temos 50% dos moradores que afirmaram que costumam ir a sede regional com alguma frequência. No gráfico 13, vemos que 26% relata ir duas vezes por mês e 24% uma vez ao mês; 16% vai uma vez por semana e outros 16% apenas duas vezes ao ano; 9% indicou uma vez ao ano e 2% três vezes ao ano; além disso, 7% relatou que costuma realizar este percurso todos os dias.

Gráfico 12: Declaração dos moradores da sede do distrito sobre ir com frequência à cidade de Presidente Prudente



Fonte: Trabalho de Campo (2019). Elaboração própria.

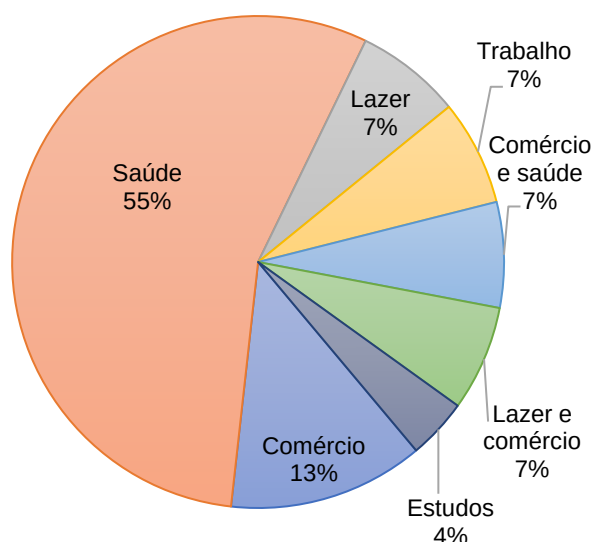
Gráfico 13: Frequência que o morador da sede do distrito vai à cidade de Presidente Prudente



Fonte: Trabalho de Campo (2019). Elaboração própria.

O principal motivo para a locomoção até a capital regional (gráfico 14) é “saúde”, apontado por 55% dos moradores; o comércio tem 13% das declarações; “lazer”, 7%; “estudos”, 4%; e, “trabalho”, 7%; as combinações entre “comércio e saúde” e “lazer e comércio” tem igualmente 7% das respostas da população.

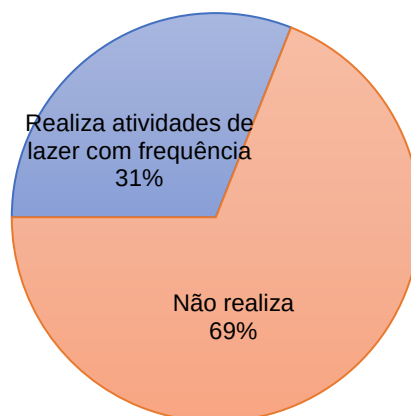
Gráfico 14: Motivos de deslocamento dos moradores da sede do distrito até a cidade de Presidente Prudente



Fonte: Trabalho de Campo (2019). Elaboração própria.

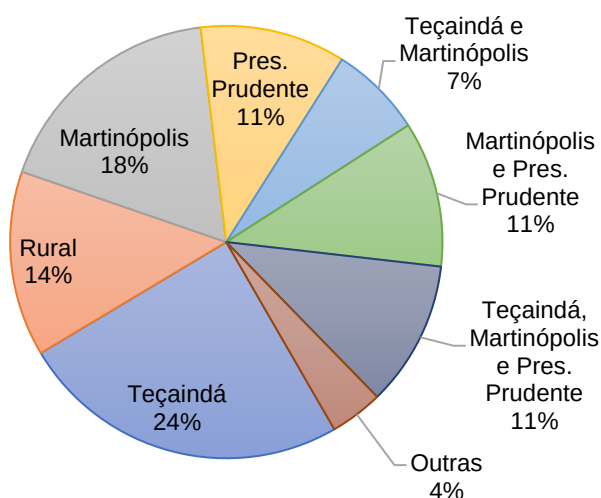
Perguntados sobre atividades de lazer (frequentar clubes, bailes, restaurantes, cinema, etc.) (gráfico 15), 69% dos moradores respondeu que não costuma realizar nenhum tipo; e 31% afirmou que realiza alguma atividade relacionada. No gráfico 16 estão dispostas as principais localidades onde as atividades desta natureza são realizadas. A vila de Teçaindã foi a mais citada, por 24% dos moradores; Martinópolis teve 18% das respostas; a zona rural 14%; Presidente Prudente 11%; as respostas que associaram Teçaindã e Martinópolis somam 7%; Martinópolis e Presidente Prudente combinadas foram citadas por 11% dos moradores e Teçaindã, Martinópolis e Presidente Prudente resultam em outros 11%. Outros municípios da mesorregião foram nomeados por 4% dos moradores.

Gráfico 15: Declaração dos moradores da sede do distrito sobre a realização de atividades de lazer



Fonte: Trabalho de Campo (2019). Elaboração própria.

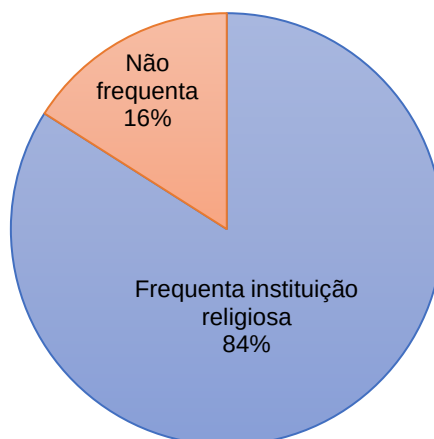
Gráfico 16: Local de realização das compras básicas dos moradores da sede do distrito



Fonte: Trabalho de Campo (2019). Elaboração própria.

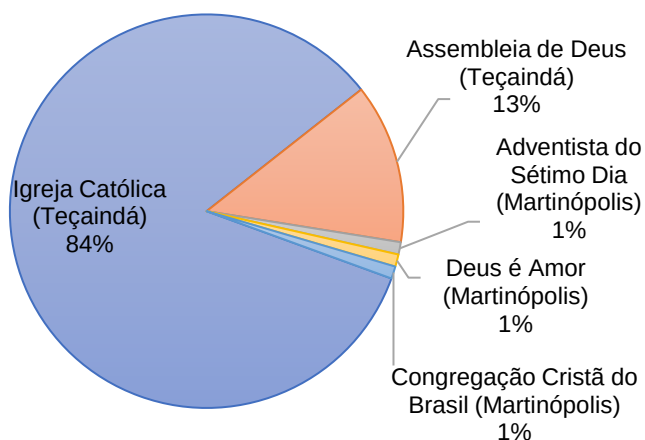
Como apresentado no gráfico 17, 84% dos moradores frequenta alguma instituição religiosa. Destes, 84% participam da comunidade católica da Paróquia de São Pedro, de Teçaindã; 13% vão à Igreja Assembleia de Deus também na sede do distrito; e membros das denominações “Deus é Amor”, “Congregação Cristã do Brasil” e “Adventista do Sétimo Dia”, representam 1% cada, como exposto no gráfico 18, estes participam das atividades religiosas de suas igrejas na cidade de Martinópolis.

Gráfico 17: Declaração dos moradores da sede do distrito sobre frequentar instituições religiosas



Fonte: Trabalho de Campo (2019). Elaboração própria.

Gráfico 18: Instituições religiosas frequentadas pelos moradores da sede do distrito



Fonte: Trabalho de Campo (2019). Elaboração própria.

O peso da comunidade católica de Teçaindá pode ser observado na tradição de realização da Festa do Padroeiro – São Pedro – anualmente desde os primórdios do povoado. Que, como já mencionamos, levava o nome deste santo católico:

[...] a maioria dos entrevistados afirmou que o Km 18, como também é conhecido ainda hoje a sede do Distrito, foi batizado pelos primeiros moradores como Patrimônio de São Pedro, em homenagem ao Santo que deveria trazer as chuvas à região quente e seca, que desde o início já castigava

as pessoas e penalizava as lavouras. [...] A referência às procissões, rezas e terços em louvor a São Pedro, e para pedidos de socorro a ele dirigidos para a salvação das lavouras, cura de doenças, bem como outras graças, desponta nas falas dos habitantes mais antigos como a gênese de toda a sociabilidade e solidariedade, que ainda hoje se fazem sentir entre os moradores do Teçaindá. (COELHO, 1999, p. 60-61).

Coelho (1999), averiguou a primeira festa data, provavelmente, o ano de 1937 – que é o marco de inauguração da primeira capela do povoado. Deste modo, vemos que a festividade é realizada há mais de 80 anos, sempre no mês de junho. Esse fato, nos leva a refletir sobre a importância das comunidades religiosas para a fundação dos povoados e também para a manutenção de suas populações, juntamente com as redes de vizinhança e de apoio familiar, que serão debatidas no próximo capítulo.

Em todos os tópicos analisados, cada localidade (a vila e as cidades de Martinópolis e Presidente Prudente) assumem importância diferenciada, principalmente em nível de complexidade, mas todas participam dos esquemas espaciais, das construções escalares dos moradores. A oferta de serviços de saúde se divide entre Teçaindá, para os tratamentos mais básicos e encaminhamentos para outras instâncias; Presidente Prudente, para serviços mais complexos; e Martinópolis para emergências. Martinópolis destaca-se na oferta comercial, embora a vila não deixe de ter um papel complementar e Presidente Prudente também compareça em alguns casos, sobretudo, para compras de bens duráveis. A sede do distrito destaca-se, por sua vez, como espaço para a prática religiosa e de atividades de lazer.

A cidade de Martinópolis apresenta cerca de 18 mil habitantes, sendo classificada como um centro local na Regic (2020), último nível da hierarquia estabelecida neste estudo, como discutido no capítulo anterior. Sendo assim, embora não apresente forte centralidade em quesitos como atividades empresariais e de gestão pública, é capaz de oferecer serviços básicos para os que vivem no limite do próprio município, com a presença de supermercados, postos de gasolina, agências bancárias, por exemplo. Destarte, mesmo com a proximidade em relação à Presidente Prudente, ainda atrai os moradores da zona rural e de seus distritos, como vimos com a população de Teçaindá. Os laços construídos desde a época de formação do distrito permanecem e são reforçados pela atuação do poder público diretamente na vila, compondo também as estratégias de deslocamento empreendidas pelos moradores para usufruir de serviços básicos e realizar práticas de consumo.

Na história de Teçaindá há dois processos de pedidos de emancipação e elevação à condição de município junto ao governo do Estado de São Paulo: o primeiro de 1963 (Processo

2442/63) contou inclusive com um plebiscito, no qual a opção de emancipar-se perdeu por poucos votos (COELHO, 1999); o outro se deu no ano de 1998 (Processo RGL454/1998), e está com a tramitação suspensa. Ambas iniciativas partiram de comissões organizadas por moradores, todavia, como ficou evidente em alguns relatos dos moradores, a ideia não era uma unanimidade, e a cada ano que passa parece ter menos adeptos ou estar desacreditada, o que é reforçado pela integração entre os núcleos que averiguamos em campo.

d) Dinâmicas populacionais

Para analisar os dados populacionais dos censos demográficos do IBGE, apresentamos na figura 10, a classificação dos setores censitários de acordo com a situação (rural ou urbano) utilizada pelo órgão em suas pesquisas:

Figura 10: Setores censitários rurais e urbanos do município de Martinópolis e do distrito de Teçaindá



Fonte: Base cartográfica do IBGE (2011). Elaboração própria.

Os setores urbanos coincidem com a sede do município e dos distritos, além daqueles que estão no Bairro da Represa Laranja-Doce – que cresceu em virtude da exploração turística do balneário municipal. No distrito de Teçaindá, observa-se que o Conjunto Habitacional “Maria Sanche” (segunda Cohab), não está incluído no setor urbano que, por outro lado, excede a malha de ruas da vila. Na tabela 7 estão dispostos os dados de população para o município e distritos:

Tabela 6: População total, urbana e rural do município de Martinópolis (1970-2010).

Município e distritos	Situação	1970	1980	1990	2000	2010
Martinópolis	Total	23072	19650	19673	22346	24219
	Urbana	9548	12643	15186	17975	20341
	Rural	13524	7007	4487	4371	3878
Distrito-sede	Total	-	-	16497	19617	21852
	Urbana	-	-	13814	16337	18657
	Rural	-	-	2683	3280	3195
Guachos	Total	-	-	1151	1120	1119
	Urbana	-	-	881	885	929
	Rural	-	-	270	235	190
Teçaindá	Total	-	-	2025	1609	1248
	Urbana	-	-	491	753	755
	Rural	-	-	1534	856	493

Fonte: Censos demográficos do IBGE (1970-2010). Elaboração própria.

Nos anos 1970 e 1980, foram encontradas disponíveis apenas informações do município como um todo. Podemos visualizar que entre os dois primeiros períodos, houve uma considerável perda de população da zona rural, que segue em queda até o último censo, ao passo que, a zona urbana continuamente ganha população, a ponto de, quarenta anos depois, o município recuperar a perda inicial. Os dados por distrito indicam que a sede sempre concentrou a maioria dos moradores, a cidade apresentou crescimento nos três períodos (1990, 2000 e 2010) e sua zona rural ganhou população entre 1990 e 2000, o que pode ser associado à implantação dos assentamentos rurais, mantendo-se estável para o próximo período (-2,5%). Sendo assim, a perda de população rural se deu mais acentuadamente nos distritos não-autônomos. Isso pode ser visualizado na tabela 8, para o caso de Teçaindá:

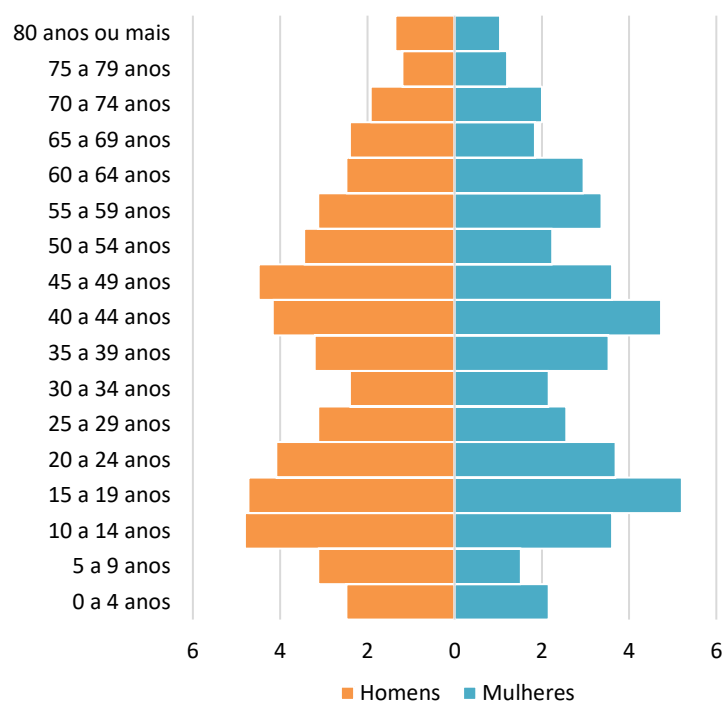
Tabela 7: Variação populacional entre 2000 e 2010 – Distrito de Teçaindá (Martinópolis/SP)

Situação	2000	2010	variação	%
Total	1609	1248	-361	-22,43
Urbana	753	755	2	0,26
Rural	856	493	-363	-42,41%

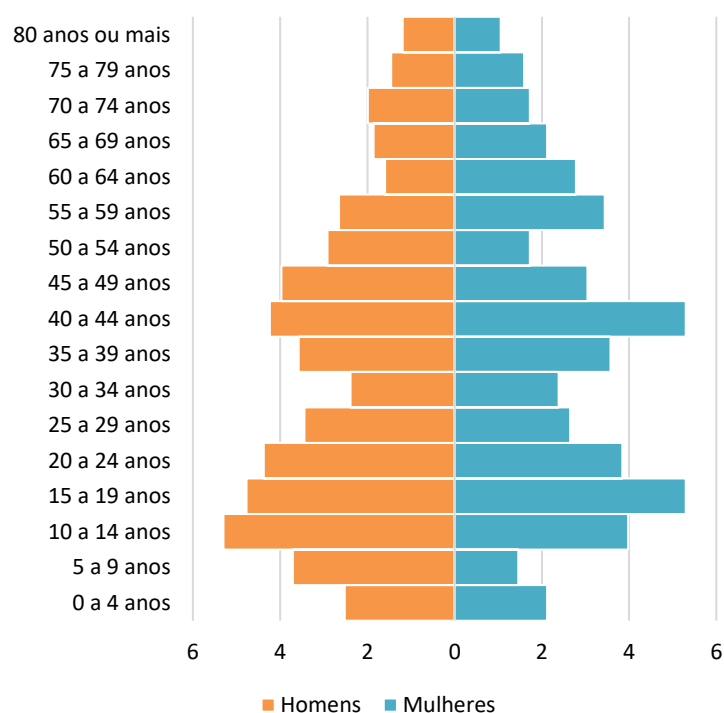
Fonte: Censos demográficos do IBGE (2000-2010). Elaboração própria.

Na comparação entre os dados do ano 2000 e 2010, vemos que na zona rural houve perda de 42%, o que corresponde à 22% da população total. Na sede, por outro lado, o número de habitantes se manteve estável (com um sutil aumento de 0,26%). Comprovando que a sede se encontra consolidada como local de moradia e oferta de serviços, ainda que o rural disperso perca cada vez mais população.

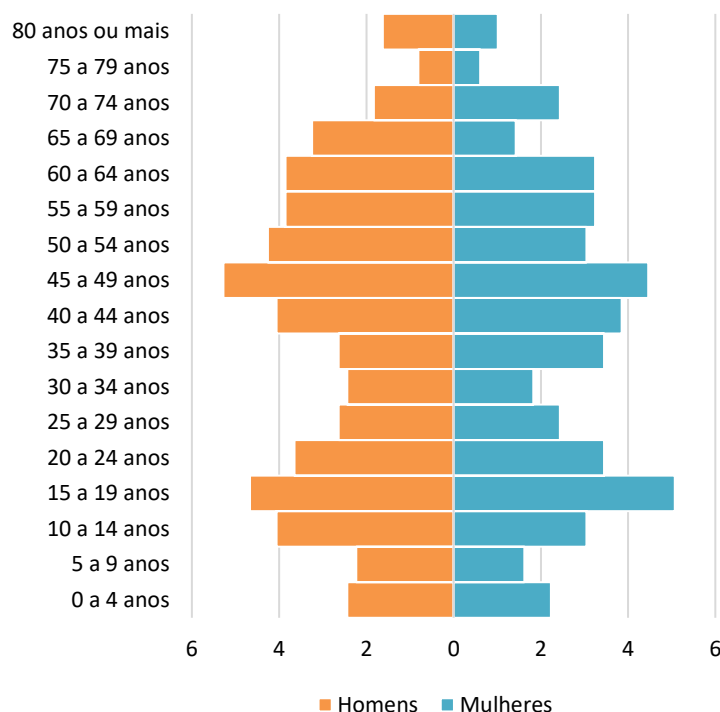
No distrito de Teçaindá, os homens (53%) são maioria em comparação às mulheres (47%), situação inversa ao que se averigua para o país (49% homens e 51% mulheres) (IBGE, 2010). No que diz respeito à proporção de jovens e adultos – população entre 15 e 60 anos –, estes representavam 64% da população do distrito. As crianças (0 a 14 anos) eram 18% e os idosos (acima de 60 anos), outros 18% (IBGE, 2010). A composição etária mais detalhada pode ser contemplada nos gráficos 19, 20 e 21:

Gráfico 19: Pirâmide etária de Teçaindá (%) (2010)

Fonte: Censo Demográfico do IBGE (2010). Elaboração própria.

Gráfico 20: Pirâmide etária da sede do distrito de Teçaindá (%) (2010)

Fonte: Censo Demográfico do IBGE (2010). Elaboração própria.

Gráfico 21: Pirâmide etária da zona rural do distrito de Teçaindá (%) (2010)

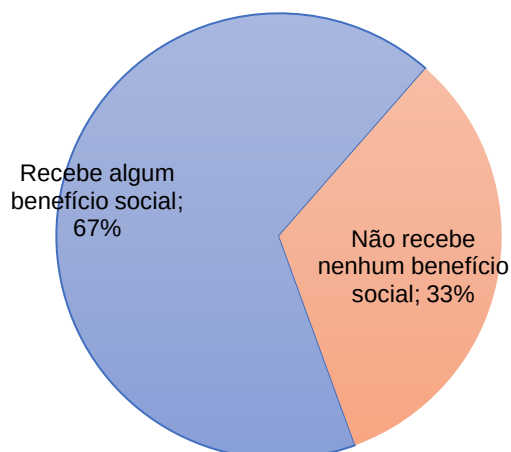
Fonte: Censo Demográfico do IBGE (2010). Elaboração própria.

Em todos os casos vemos que a população jovem e adulta é a mais reduzida. A diferença entre a pirâmide da área urbana e da área rural, embora tênue, chama atenção, pois há uma maior presença de população entre 5 e 17 anos na sede do distrito, que reforça a importância das instituições de ensino para a fixação dessa população. Em comparação aos demais distritos da mesorregião, Teçaindá apresenta ainda uma considerável fração de população jovem, o que, junto ao dado de estabilidade da população na sede, nos levou a classificá-lo com a dinâmica populacional estagnada.

Todavia, todas as pirâmides apresentam base estreita e topo largo, indicando o acentuado envelhecimento da população, além disso, houve uma queda considerável da população rural, que, conforme vemos no gráfico 21, apresenta-se em grande parte em idade avançada. Este fato suscita um debate sobre a previdência social. Como disposto no gráfico 22, dentre os moradores da sede do distrito, 67% recebe algum tipo de benefício social. Deste universo, 77% citou a aposentadoria, dividida em “Aposentadoria rural” (39%); “Aposentadoria por tempo de serviço/idade” (excluindo-se o primeiro tipo) (30%);

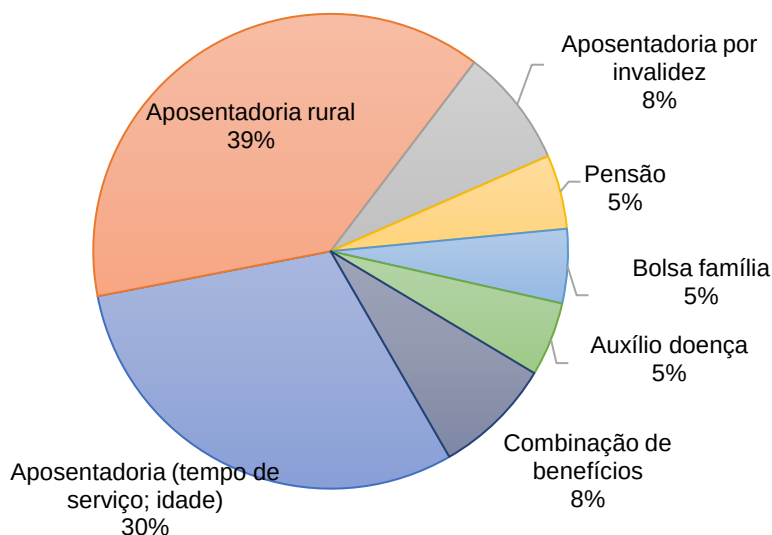
“Aposentadoria por invalidez” (8%). Também foram mencionados “Pensão por Morte”; “Bolsa família”, “Auxílio doença” por 5% dos moradores cada; os que usufruem de mais de um tipo de benefício somam 8%.

Gráfico 22: Declaração dos moradores da sede do distrito sobre receber benefícios sociais



Fonte: Trabalho de Campo (2019). Elaboração própria.

Gráfico 23: Tipos de benefícios sociais recebidos pelos moradores da sede do distrito

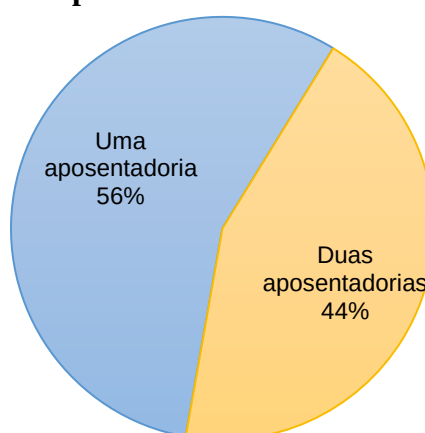


Fonte: Trabalho de Campo (2019). Elaboração própria.

Há ainda um alto número de famílias nas quais mais de um membro está aposentado (44%), todavia, a maioria recebe apenas um benefício (55%) (Gráfico 24). A previdência social gera impacto significativo nos rendimentos monetários familiares, sobretudo quando analisamos o gráfico 25, e constatamos que 22% dos moradores declararam que a família vive

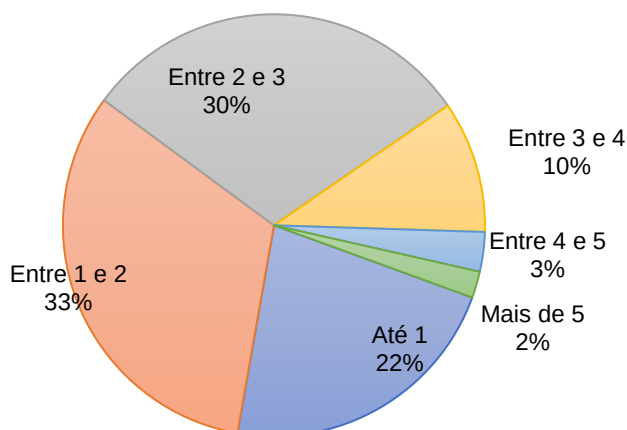
com até um salário mínimo¹²; 33% tem rendimentos entre um e dois salários; 30% entre dois e três; os que recebem mais de três salários mínimos somam 15% dos moradores.

Gráfico 24: Declaração dos moradores da sede do distrito sobre o número de aposentadorias recebida



Fonte: Trabalho de Campo (2019). Elaboração própria.

Gráfico 25: Declaração dos moradores da sede do distrito sobre rendimentos familiares mensais (salários mínimos)



Fonte: Trabalho de Campo (2019). Elaboração própria.

Areosa (2015), a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (IBGE, 2007), discute como é crescente o número de famílias que apresentam idosos como os principais responsáveis pelo sustento familiar, com os filhos vivendo na mesma residência. Isso é compreendido como um efeito da situação econômica, na qual os filhos saem mais tarde de casa ou retornam após o casamento, separados ou não. A autora prossegue

¹² No primeiro trimestre de 2019 o salário mínimo no Estado de São Paulo era de 1.108,38 reais.

evidenciando que os rendimentos médios dos maiores de 60 anos são maiores do que os da população com menos de 30 anos; há mais idosos que tem casa própria do que jovens, sendo assim, aqueles que recebem aposentadoria ou pensão estão numa condição econômica mais favorecida do que jovens, que se inserem cada vez mais tardiamente ao mercado de trabalho, quando não enfrentam o desemprego.

Outro elemento citado pela autora é que a dependência familiar da aposentadoria está relacionada a baixa renda. Ou seja, quanto menor o valor deste benefício, maior seu peso no sustento familiar. Tavares et al (2011), analisando o mesmo processo exclusivamente em aposentados rurais, indicam que há muitas famílias que encontram no benefício do idoso a única fonte de rendimentos. Os autores levantam um ponto muito preocupante, que é a continuidade da reprodução social da família após o falecimento desses provedores:

[...] Após a perda desses idosos, muitos dos familiares ficam em situação de extrema pobreza e, porque não dizer, de abandono. Em alguns casos, são famílias inteiras que se encontram desestruturadas e fragilizadas, e que encontram, sob o benefício do idoso, uma garantia ou uma forma de subsistência (p. 26).

A dependência familiar dos recursos da aposentadoria dos membros idosos ofusca problemas sociais, no campo e na cidade, como a falta de oportunidades para os jovens e condições de trabalho precárias (TAVARES ET AL, 2011; AREOSA, 2007). Consideramos no caso estudado, que essa política pública impacta significativamente as escolhas de local de moradia, uma vez que os laços familiares são fortalecidos pela dependência econômica desse auxílio, junto às questões do desemprego entre jovens e dificuldades de conseguir moradia própria. Residir na vila mesmo com tantos processos que indicam movimentos em direção às cidades, pode comparecer como a única opção, dentro de uma combinação de elementos que inclui valor baixo da habitação e presença de rede familiar que provém apoio financeiro e em outras questões, como o cuidado das crianças pequenas.

Há ainda o trabalho na agropecuária, com destaque para o complexo da cana-de-açúcar, seja na lavoura ou na industrialização deste produto. Argumentamos que este não é um fator decisório fundamental, haja vista que há empregados das usinas residindo em pequenos municípios de toda a região – ou seja, morar na vila não é condicionante para este trabalho – e, inclusive, foi constatada a presença de migrantes de outros estados entre funcionários destas empresas – evidenciando que estas não são dependentes da mão-de-obra local (SANTOS, 2009;

SILVA, 2012; BENTO, 2019). Ou seja, a oferta de emprego não é o que determina a permanência a princípio, mas torna-se fundamental para a reprodução social desta população no local e, podemos afirmar, em muitas outras sedes de distrito da mesorregião, como se averigua em estudos que abordaram a temática nestas localidades direta ou indiretamente (BENTO, 2019; SILVA, 2019; ANTUNES, 2016).

Todos esses elementos nos permitem a reflexão de que a população persiste residindo na vila muito mais pela impossibilidade de sair, do que pelas condições de permanência. É evidente a necessidade de políticas públicas que visem as populações com estas características, no sentido de se ampliar tanto os serviços básicos, quanto a oferta de emprego e que se garanta o cumprimento dos direitos trabalhistas. Pois, se quando há redes de apoio, a população não consegue saltar escalas, aponta-se um cenário de empobrecimento e restrições espaciais ainda mais fortes sem a ajuda familiar. No próximo capítulo nos aprofundaremos neste tema com a análise das entrevistas de história de vida e o debate sobre a produção da escala geográfica.

5. HISTÓRIAS DE VIDA EM ESCALA: SUJEITOS DE TEÇAINDÁ

Este capítulo é dedicado a uma análise das entrevistas de história de vida realizadas com sujeitos moradores do distrito de Teçaindá/Martinópolis-SP. Os nomes utilizados são fictícios e algumas informações foram alteradas, para se garantir a preservação do anonimato dos participantes. Há também trechos transcritos que são falas de outras pessoas, além dos entrevistados, geralmente membros das famílias. Isso ocorre porque, do mesmo modo que a dinâmica de realização não previa roteiros ou perguntas pré-definidas, também buscamos um ambiente descontraído e de conforto para os e as participantes, que nos receberam em suas casas, sendo assim, não foram impostas regras ou condições que constrangessem essa interação. Ademais, consideramos algumas dessas interlocuções, com informações ou relatos, interessantes para a análise à medida que complementavam a fala principal.

Pontuamos que, por meio das narrativas, diferentes linhas de interpretação poderiam ser traçadas. Elas, tampouco, se esgotam na elaboração proposta por nós no presente capítulo, que se focará em evocar debates em relação à escala geográfica visando, sobretudo, contemplar o terceiro objetivo específico desta pesquisa que é “Analisar os sentidos e interpretações do distrito municipal para os moradores e seus movimentos escalares”.

5.1. Escala geográfica além da abstração

Howitt (2002) indica que há três elementos constituintes da escala geográfica, três facetas interativas: tamanho, nível e relação.

O **tamanho** é fundamental quando visualizamos a escala como um enquadramento de espacialidades, pois para definir ou reconhecer esse ajuste de deslocamentos, interações, barreiras, etc., precisamos pensar em termos de distância, alcance ou extensão. Nesse sentido, este elemento facilita a representação, nos auxilia a atingir o palpável, seja ao associar-se à escala cartográfica ou nos conduzindo na escolha de uma escala apropriada para a análise de determinado problema de pesquisa. Por exemplo, ao analisar a religião por uma perspectiva escalar, podemos delimitar enquadramentos em diferentes extensões: trabalhar a escala do corpo, examinando, como uma determinada doutrina define regras de conduta diferenciadas para os praticantes ou estudar redes de migração internacional por motivos religiosos. Um mesmo tema ou questão se coloca em diferentes dimensões ou grandezas, em razão de que, para

os sujeitos, ele também se dispõe em distintas escalas. No nosso caso, os locais, cidades, estados, regiões e países citados, nos fornecem quadros que poderiam ser traduzidos em metros, quilômetros ou até mesmo representados no globo terrestre.

Escala como **nível** é uma ideia frequentemente apontada como discordante das elaborações sobre a política de escalas. Também é uma concepção que pode ser facilmente confundida com tamanho, no entendimento de escalas como a “boneca russa”, ou seja, na visão de um mundo aninhado hierarquicamente. Apesar disso, ao ser articulado à tamanho, num recurso metodológico, é útil para revelar que existem escalas mais amplas, no sentido de abranger uma maior quantidade de “complexidades” (HOWITT, 2002, p. 305). Isso não quer dizer que são mais complexas, mas, que apresentam um número distinto de divisões de trabalho, alcance administrativo, diversidade cultural, etc. Seguindo com o mesmo exemplo, podemos imaginar como, em uma cidade pequena, a maioria dos habitantes professar uma única religião, não significa que não exista uma trama complexa de relações. Em uma metrópole, os devotos dessa mesma religião entram em contato com praticantes das mais diversas crenças, pode-se desenhar muitos cenários e relacionamentos. Contudo, a maior quantidade de complexidades, nas palavras do autor, não dissipa as que existem em escalas de menor extensão. As narrativas que trabalhamos aqui, igualmente, podem ser enquadradas em diferentes níveis. Quando uma entrevistada comenta suas escolhas de vida, estamos lidando com temas individuais, assim como, com valores culturais que são encontrados em escala nacional e inclusive global, como as normas de gênero, por exemplo. Uma mudança de emprego impacta a dinâmica de um lar, bem como, pode ser analisada dentro da divisão internacional do trabalho.

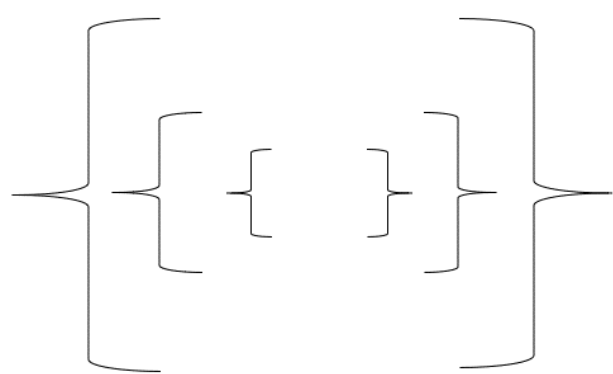
A terceira dimensão, **relação**, passa a ser amplamente discutida no debate sobre o conceito de escala, no contexto anglófono a partir dos anos 1990, como procuramos apresentar no segundo capítulo. Em síntese, essa literatura parte de um reconhecimento da natureza fundamentalmente metafórica dos rótulos de escala, que a vê como construção, como uma imagem, um enquadramento. Uma figura representativa é a elaboração dos limites da escala como interfaces, áreas de correlação, e que não são apenas as entidades maiores que contêm as de menor escala, elas estão ao mesmo tempo contidas em entidades menores. Numa tentativa de representar esse raciocínio, elaboramos os seguintes esquemas (figuras 11, 12, 13):

Figura 11: Escala como tamanho.



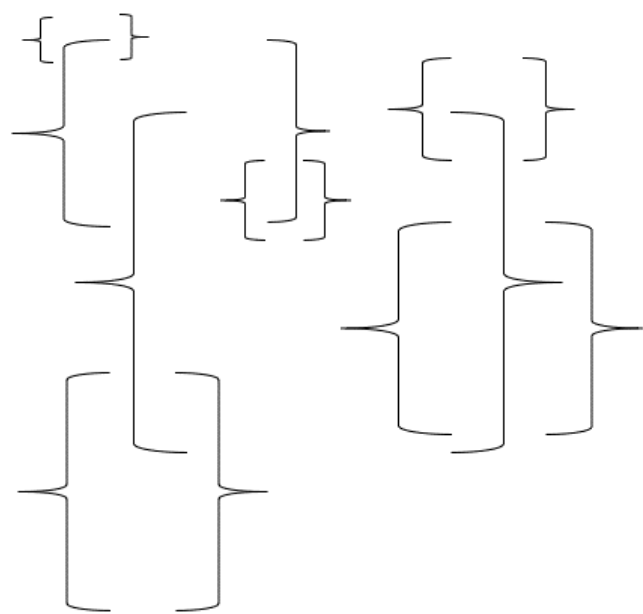
Fonte: Elaboração própria.

Figura 12: Escala como nível.



Fonte: Elaboração própria.

Figura 13: Escala como relação.



Fonte: Elaboração própria.

Se pensarmos a escala apenas como tamanho (figura 11), não seria possível visualizar o caráter relacional desta teoria, pois este critério utilizado de maneira isolada não comporta interfaces. No esquema relacional (figura 13), entender escala como tamanho é contraditório ou ainda paradoxal, pois as interfaces se co-constituem, independentemente desta característica e sem uma ordem de grandeza. Se a reduzimos a nível (figura 12), mesmo que se identifique a relação entre as escalas, ela é basicamente unilateral, seguindo uma hierarquia. Diferentemente da figura 13, na qual as relações não respeitam necessariamente um ordenamento de nível ou tamanho, cada chave constrói e é construída por outra. Sendo assim, o empenho de Howitt (2002), é demonstrar que a análise relacional não descarta as dimensões de tamanho e nível, mas extrapola as interpretações tradicionais.

Ainda no exemplo da religião, podemos imaginar que as decisões tomadas pelo alto escalão de uma determinada doutrina, ou tensões políticas entre representantes de diferentes religiões, ocorrem simultaneamente às práticas individuais daqueles que professam determinada fé. Como exemplo, no ano de 2011, a França aprovou uma lei que proibia o uso em espaços públicos de *burcas* ou *niqabs*, ou seja, vestimentas utilizadas por mulheres muçulmanas que cobrem todo o corpo, incluindo o rosto (PRANDO; OBREGON, 2019). Ponderar sobre esta lei, seus efeitos e os processos que culminaram em sua construção, sob uma perspectiva escalar, nos conduz à um verdadeiro emaranhado de questões: colonialismo, migração, liberdades individuais, feminismo, política internacional. A proibição pode ser interpretada como um fator de mudança escalar, abarcando um Estado nacional e o corpo de uma parcela de seus cidadãos, afetando o uso dos espaços públicos não somente da perspectiva das mulheres, como de suas famílias, sobretudo, crianças, sem deixar de impactar em toda a comunidade muçulmana pelo mundo, e nas relações internacionais da França. Analisar esse quadro exige o olhar para o aspecto simultâneo das relações escalares, não hierárquico ou unidimensional, mas em diferentes ordens, afinal, não se legisla sobre um determinado grupo de pessoas que não estão presentes sob uma jurisdição, e se surgiu tal necessidade de legislação num dado momento, é porque tal grupo não estava ali anteriormente. Como Howitt (2002) explica, uma mudança na escala é simultaneamente uma mudança de qualidade e de quantidade nas relações, ou seja, produz consequências de “mais” ou de “menos”, mas também de “diferente”.

Seguindo, o autor reitera que a produção da escala e as relações interescares são questões empíricas e não suposições teóricas, advogando para o cuidado para que questões

como extensão espacial, por exemplo, não apareçam nas análises como algo “invisível”. Um erro comum ao se analisar escalas de pequena dimensão sem o olhar relacional é ocultar a ideia de coetaneidade, como debatido por Massey (2008), ou seja, a ideia de que estamos todos vivendo o “hoje” – o resultado da multiplicidade de histórias. Para ilustrar, podemos pensar em algumas relações que interpretadas como “óbvias”, que terminaram não sendo representadas nos nossos esquemas, tais como as de consumo, as redes de comunicação ou o sistema financeiro. O entendimento da coetaneidade e da simultaneidade é de que qualquer espacialidade é construída pelo que está na localidade e por relações de escala cruzada, ao mesmo tempo.

A articulação dos elementos (tamanho, nível e relação) é indicada por Howitt (2002) como uma forma de avançar no “abstracionismo” pontuado em algumas críticas direcionadas à interpretação relacional, de construção social ou de política de escala. Como Marston (2000) pontua, indicar que a escala é construída relacionalmente não tira seus efeitos materiais e suas características palpáveis.

5.2. Exercícios com escala: a história de vida dos participantes

Nesta seção, buscamos realizar um exercício de reconstruir os relatos dos entrevistados e entrevistadas em Teçaindã num esquema espaço-temporal. Ao lidar com todo o volume de informações que tínhamos, ou antes mesmo disso, ao nos deparar com o desafio de solicitar aos participantes uma história de suas vidas, foi difícil fugir às imaginações de “linha do tempo”, concebida com um começo, meio e fim, ou seja, da infância à atualidade. Ainda mais, por tratarmos com um público que tampouco era familiarizado com narrar sua própria vida. Sendo assim, perguntar sobre o local de nascimento e a infância, após a “quebra de gelo”, acabou sendo um recurso básico para que o entrevistado e entrevistadora se sentissem mais seguros para prosseguir, haja vista, minha pouca experiência com a metodologia.

Após isso, mesmo com “idas e vindas”, seguíamos até as opiniões pessoais sobre aspectos atuais do distrito, bem como, perspectivas da pessoa ou de sua família. Sendo assim, ao montar as representações, adotamos esse mesmo critério de organização, ou seja, buscamos pensar os movimentos da infância à atualidade de cada colaborador e colaboradora da pesquisa. A isso demos o nome de construção “horizontal”. De acordo com as características individuais, há diferentes esquemas de vida, com escalas. Foram construídos com base nas referências

espaciais (lugares, cidades, municípios, estados, países etc.) citadas pelos participantes, sejam de experiências próprias (em que lugares já estiveram, por exemplo) ou do campo das opiniões ou desejos (onde gostariam de morar, que impressões tem de algum lugar). Ao analisar seus hábitos, deslocamentos, relações atuais, construímos um segundo esquema, dessa vez “vertical”, evidenciando em suas rotinas as distintas relações que cada um estabelece com o distrito municipal. Utilizamos setas como elemento gráfico para indicar os relacionamentos, com diferentes cores, que se referem ao que explica essa interação (trabalho, redes familiares, estudos, etc.) e diferentes tamanhos para demarcar destaques que foram dados nas narrativas. Essa estratégia (apresentar dois tipos de esquema) é uma tentativa também de abarcar as diferentes temporalidades que atravessam as narrativas.

Para a finalidade de representação, utilizamos as bases cartográficas do IBGE e, portanto, consideramos os limites políticos-administrativos dos municípios citados, bem como, do distrito de Teçaindã, neste caso variando entre a demarcação do distrito, com as duas zonas (urbana e rural), e a malha de ruas, para evidenciar a vila (sede distrital). Essas fronteiras podem ser interpretadas como “virtuais”, e em nenhum momento enxerga-se tais divisões como fechamentos, uma vez que as relações extra-locais são “internas”, constituem o local, como apregoa Massey (2000).

Assim, nas falas, os sujeitos frequentemente referem-se a pontos específicos, mas nos narram utilizando o nome do município, por exemplo. Quando se acrescenta o distanciamento temporal, ou mesmo, nas situações em que a relação estabelecida é na esfera dos sentimentos, não representando necessariamente uma relação material direta, a citação se torna ainda menos precisa. Por exemplo, ao contarem sobre o local de nascimento dos pais, os mais velhos costumam citar o estado da federação, não referindo-se a um município ou cidade. Destarte, nas referências mais “próximas”, principalmente, em relação ao distrito também há uma variação de representação. Nada disso quer dizer que o que nos foi relatado está além da materialidade, que são meras questões interpretativas, e sim, que do ponto de vista relacional, do sujeito em sua relação com o espaço, com a delimitação oficial, com sua própria trajetória, há variações no entendimento dessas divisões e diferenciações entre lugares.

Do mesmo modo, em cada esquema, o “aqui”, que seria o “local”, o “ponto de partida” da relação de distância, por exemplo, é único para cada história de vida e em cada momento dessas trajetórias. A escala não é apenas produto ou resultado, é também fator, um elemento relacional na construção do espaço, como pontua Swyngedouw (1997), as interfaces escalares

representam as relações sociais de empoderamento e desempoderamento e são também área na qual e nas quais elas operam. Nesse sentido, Howitt (2002), com base em Ollman (1993), argumenta que escala é uma abstração, uma operação intelectual, que demonstra elementos de “extensão”, “nível de generalidade” e “ponto de vista”:

[...] Reflete facetas de espaço, tempo, cultura e ambiente. Tem dimensões de tamanho, nível e relação, e é paradoxalmente ao mesmo tempo hierárquico e não hierárquico. Se as relações sociais são sempre espaciais (por exemplo, Massey, 1984), se estamos sempre "no lugar" e "na cultura" (Entrikin, 1991, p. 1), então as relações sociais e ambientais também são sempre dimensionadas. Em outras palavras, escala é simultaneamente metáfora, experiência, acontecimento, momento, relação e processo. Está implicado em, e simultaneamente implica, outros conceitos centrais da geografia, como espaço, lugar e tempo. Também está profundamente implicado em conceitos culturais centrais, como identidade, sujeito e diferença (HOWITT, 2002, p. 306 [Tradução nossa]).

Nosso empenho, portanto, é no intento de articular os pontos de vista dos e das entrevistadas com os nossos, numa perspectiva científica, de saberes localizados, que nega a neutralidade e a descorporificação do sujeito (HARAWAY, 1995). Compreender, portanto, a extensão dos acontecimentos a nós narrados, encadeados a conceitos e processos já estudados na ciência geográfica, buscando um nível de generalidade que evidencie uma totalidade em construção, que não subentenda o sujeito.

Um elemento marcante em Teçaindá, assim como em toda a região de Presidente Prudente, é sua “juventude”. Toda uma área que é inserida na “História oficial”, na aurora do século XX. Portanto, mesmo as famílias mais “antigas”, estão vivendo há poucas gerações na área. Igualmente, houve intensa migração rural-urbana poucas décadas após a ocupação, assim um assunto comum dentro das famílias é sobre “quem chegou e quem saiu”. As distâncias entre o chegar e sair, também se modificaram. Como origem, num primeiro momento, temos outras regiões do país, posteriormente, o espaço rural disperso municipal. A saída se direciona para as grandes cidades e outras regiões, para, mais recentemente, se concentrar principalmente na própria mesorregião de Presidente Prudente, como veremos ao longo dos relatos.

Aziz (esquema 2), por exemplo, é o retrato da intensa emigração nordestina para a região sudeste entre as décadas de 1950 e 1970 (CORREIA; OJIMA, 2017), como muitos avós ou pais de entrevistados/as:

A gente vinha pra São Paulo era mais como ilusão, mais ilusão. Porque eu vim praqui pro estado de São Paulo, naquela época, em [19]51, que eu cheguei aqui [No Estado de São Paulo] em 51. Quando foi em 56 foi que eu vim praqui [Teçaindá], quando eu tava de maior, né? Eu vim de... Porque eu pensava que aqui era outra coisa. Mas [...]. Aí não pude voltar mais. A gente pensava que ia pegar... Né? Porque lá no Nordeste lá, saía um dinheirinho, mas um dinheiro, assim... Como fala o ditado, pingado, né? O dinheiro que só os pais da gente que tinha... dava pra gente ir numa festa, comprava roupa da gente, que lá também tocava lavoura. [...] É, cada um tem um lugar melhor pra viver. Porque lá é um lugar bom, o Estado do Alagoas, mas um lugar mais difícil. É mais difícil. Aqui é um lugar mais fácil... Sai um dinheiro, a gente ganhou um dinheirinho a mais. Que nem eu tava falando, dinheiro é... Anda devagar. Muito devagar. [...], você sabe como é que é. Até um [...], que naquele tempo que não tinha aquela bolsa, a Bolsa Família, não tinha. Então aqueles nordestino que sofria, um lugar muito ruim, e aquele sertão do estado de Alagoas, Pernambuco, Ceará, aquilo lá é difícil. [...] Então muita gente veio de lá. Veio pra cá e não voltou, que nem o meu irmão. Ele gostou muito de lá, onde ele vivia [Santos]. Ficou até o dia que morreu. E tava bem, tinha uma casa boa, os filhos tudo bem, tudo empregado também, porque ele tem três filhos. [...] Depois que eu vim de lá [Alagoas], eu não voltei pra lá mais não. Eu só ia passear na casa do meu irmão. De vez em quando eu ia passear, ficava dois dias, três dias, vinha embora. Eu não gostei de lá muito também não... Eu não gostava daquela Baixada Santista lá não, não gostava de jeito nenhum. Aquela beira de praia não, por isso que eu vim pra cá. E eu vim por causa que eu tinha umas primas aqui, e aqui eu acostumei. Gostei tanto que eu casei de uma vez e nunca mudei daqui. Nunca mudei daqui. E eu gostei tanto que nunca mudei e acho que vou mudar só pra ali, praquela quartinho [Aponta em direção ao cemitério] (Sr. Aziz, 85 anos, Pesquisa de campo, 2019).

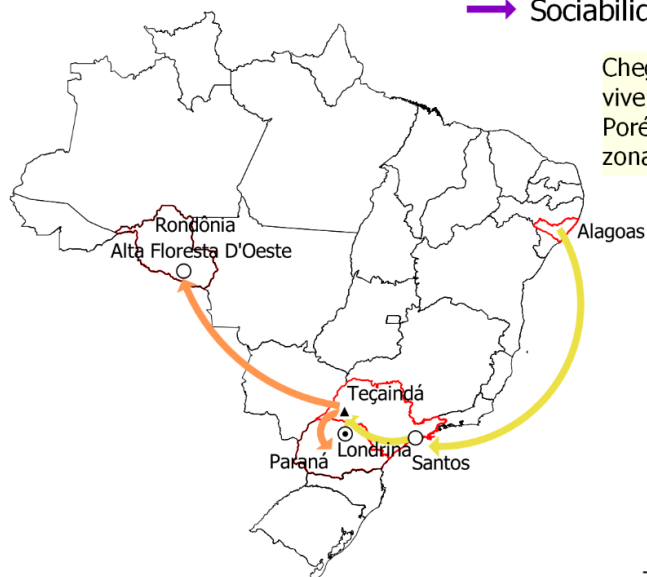
Nascido no Estado de Alagoas, Aziz chegou em Teçaindá aos 19 anos, em 1956. De uma família de doze irmãos, foi um dos poucos a sair de seu estado natal. Como o entrevistado pontua, este deslocamento para São Paulo, ainda que classificado como uma “ilusão”, foi melhor que a imobilidade que as pessoas que ficaram tiveram que enfrentar. Em sua perspectiva, mesmo com as dificuldades que enfrentou, teve uma vida mais fácil do que se tivesse permanecido. Uma contradição comum quando pensamos a construção escalar e espacial, abordando a mobilidade/imobilidade, ao passo que se migra em busca de melhores condições, não são todos que alcançam esse “salto escalar” (SMITH, 2000; CORREIA; OJIMA, 2017).

Esquema 2: Exercício horizontal – Aziz.

Nasceu no Estado de Alagoas, aos 18 anos migrou com o irmão para o Estado de São Paulo.

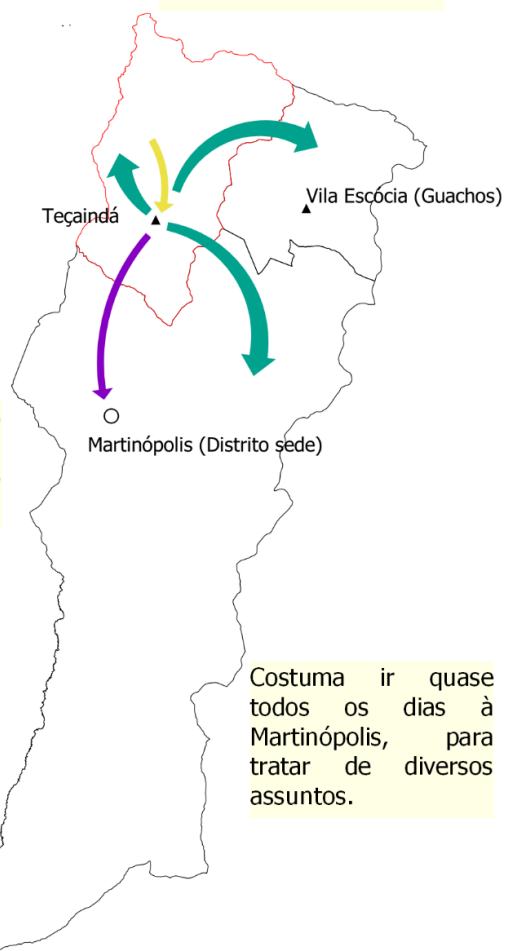
- Origem
- Familiares
- Trabalho
- Sociabilidade

Aziz



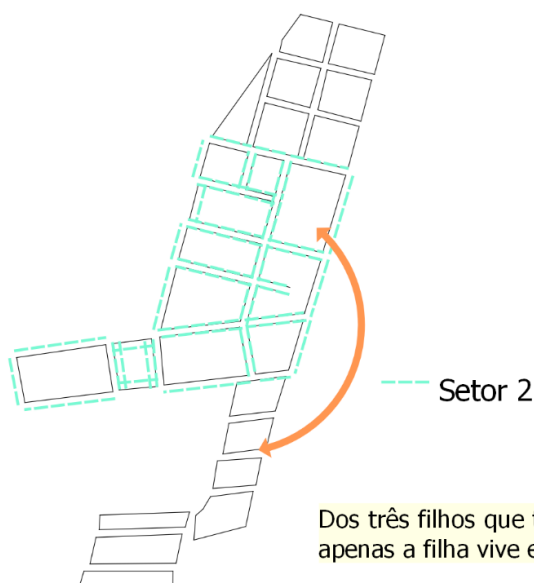
Chegou primeiro em Santos, onde o irmão vive até hoje. Porém, após alguns anos mudou-se para a zona rural de Teçaindá.

Mudou-se para vila quando surgiu a oportunidade comprar um terreno (anos 1960).



Trabalhou na agropecuária (em diferentes regimes de trabalho) em propriedades de todo o município. Até hoje, apesar de aposentado, realiza alguns trabalhos em fazendas e sítios.

Costuma ir quase todos os dias à Martinópolis, para tratar de diversos assuntos.



Dos três filhos que teve, dois mudaram-se de Estado e apenas a filha vive em Teçaindá.

Quando completou dezoito anos, ele e seu irmão mais velho foram para Santos. Morou um ano em Itanhaém, onde este viveu e trabalhou por anos no ramo da siderurgia até aposentar-se. O irmão está mais alinhado as características dessa onda de migração nordestina em linhas gerais: de sentido rural-urbana, com foco na industrialização da região metropolitana de São Paulo (CORREIA; OJIMA, 2017). Todavia, Aziz não se adaptou, e por meio da rede familiar – primas que já viviam na mesorregião de Presidente Prudente – buscou estabelecer-se como trabalhador rural. Viveu anos na zona rural do distrito de Teçaindã, quase sempre em terras arrendadas ou em regime de parceira e, quando se casou, construiu uma casa na pequena propriedade rural do sogro.

Ainda na década de 1960, o pai de sua esposa vendeu suas terras com o intuito de mudar-se para o Estado do Paraná. Aziz conta que, na época, não queria sair da região, por isso comprou um terreno na vila, no segundo setor, e construiu sua nova moradia, na qual vive atualmente. Neste período, a região já dava indícios de crise econômica, o movimento do sogro demonstra a aurora da frente de expansão para o norte do estado vizinho e, como abordamos no capítulo anterior, as mudanças no regime de trabalho e a própria redução do emprego rural, fez surgir a necessidade de moradia para essa população. O relacionamento não deu certo e logo a parceira foi viver com o pai. Aziz continuou morando em sua casa na vila, trabalhando nas propriedades rurais do entorno e casou-se novamente.

Teve três filhos do primeiro casamento, que vivem em outros estados (dois em Londrina/PR e uma que vive em Alta Floresta/RO) e uma filha do segundo, que reside também na vila. Aos 85 anos é viúvo e conta que não tem relação próxima com os filhos que moram fora de Teçaindã. O que pode ser explicado pela visão muito enraizada na nossa sociedade de que a responsabilidade pelos filhos após a separação deve ser apenas da mulher. Pensamento este, que à época, inclusive anterior à legalização do divórcio no país (que ocorreu apenas em 1977), era ainda mais difundido do que na atualidade (GRZYBOWSKI; WAGNER, 2010). Desse modo, quando avaliamos o enquadramento escalar de Aziz pela perspectiva dos laços familiares, vemos algumas relações que são fatores limitadores e não geram novas interações:

M: E os filhos? Os filhos trabalham com o quê? Quantos filhos o senhor tem? Não, o meu filho foi empregado, um mora em Londrina, tá bem empregado. Ele trabalha em negócio assim, de... Ele fala que é gerente, eu não sei, porque eu não vou na casa deles [...] Não, eu nunca fui. O pai dele [genro], que foi, é intrometido. [...] na casa, e ele trabalha em negócio de... Ele fala que trabalha em negócio de... Um hotel, no hotel lá, um negócio de... [...] no restaurante.
M: E o senhor nunca quis ir lá?

Não, nunca fui. Eu não gosto muito de passear naquela família não. E o outro mora em Londrina, ele é pintor. Esse aí eu sei que ele é pintor, mas trabalha por conta dele. E o outro, que mora em Londrina, ele é empregado, ele trabalha nesse restaurante. Mas faz muito tempo. E a outra filha mora em Alta Floresta, em Rondônia. Do primeiro casamento foram três e do segundo só tem a mãe dele [aponta para o neto]. Só a mãe dele (Sr. Aziz, 85 anos, Pesquisa de campo, 2019).

É possível encontrar na trajetória da família de Aziz movimentos que representam a interiorização das dinâmicas espaciais que marcaram o território brasileiro no século XX. Além da migração nordestina, a expansão da fronteira agrícola para a Região Norte do país (no caso de uma de suas filhas), bem como, a mudança de rota da econômica cafeeira do Oeste Paulista para o Norte do Paraná. Vemos assim que, considerando sua origem e os laços familiares, há relações em seu esquema que abrangem direta e indiretamente quatro grandes regiões do país (Nordeste, Norte, Sudeste e Sul). Mas, como pontuamos, estas não são necessariamente de contato, não geram deslocamentos, considerando que ele não tem proximidade com os demais familiares (filhos do primeiro casamento). Adicionalmente, há um rebatimento, podemos inferir, na construção da escala de vida de sua filha mais nova, que se torna a principal responsável pelo cuidado de seu pai. Esse fato, independentemente da quantidade de filhos, é bastante comum em outros relatos que apresentaremos a seguir.

O espaço rural disperso, *lócus* da produção agropecuária, das propriedades rurais, é um dos ajustes de escala mais importante na história de vida do entrevistado, que tem o trabalho como elemento estruturador de sua narrativa. A vila aparece em posição secundária, fazendo parte dessa ruralidade, cujos limites ultrapassam o município, podendo ser considerada regionalmente:

Aziz: Olha o tempo, tá com 56 aqui e nunca mudei daqui.[...] Eu vivi em Martinópolis com a outra mulher, mas foi pouquinho tempo. Mudei de volta pra cá. Conheci a mãe dela [filha] e já mudei pra cá. E não quero mudar daqui não, aqui é muito bom. Eu mudava, assim, se ela [filha] mudasse pra Martinópolis, aí eu ia pra Martinópolis. Mas eu mesmo [...]. Porque Martinópolis, aqui, tudo... Vai até de a pé, se quiser, que é pertinho.

Filha de Aziz: “Taí” um lugar que eu não tenho vontade de morar, em Martinópolis.

Aziz: Ela gosta demais daqui. Ela gosta demais. É igual eu.

Filha de Aziz: Mato, mato. Eu gosto de mato. Mato, assim.

Aziz: Ela é igual eu, ela não gosta de cidade grande não.

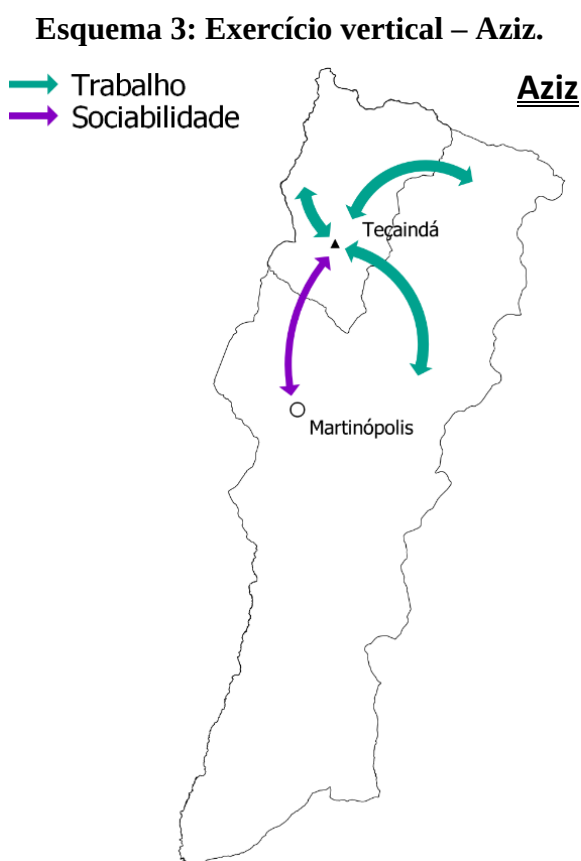
Filha de Aziz: Aqui é tipo assim, a gente sai e deixa a porta aberta.

[...]

Aziz: [...] Às vezes eu pego o fusquinha, vou dar uma volta e... Pra não estar parado.[...] Ó, às vezes eu pego daqui... Domingo mesmo eu peguei o carro, fui lá perto do Caiabu, fui pra lá naquela baixada lá, que eu fiz aquela cerca

[Indica uma proprietária rural]. “O que que eu fui fazer ali, meu Deus?” Só andar à toa. E dali eu voltei, daquela... Lá da baixada. Fui só na baixada à toa, só que tem que o fusquinho não gasta muita gasolina porque tem um motorzinho 1300, gasta pouco. Agora, o motorzão 1500 gasta pra danar. Né? Mas eu consigo dar as minhas voltinhas [...]. É. Mas é assim mesmo, mas eu não paro de jeito nenhum, é difícil eu parar. Ficar parado em casa, assim, que nós tá aqui, de jeito nenhum (Sr. Aziz, 85 anos, Pesquisa de campo, 2019).

Desse modo, observamos que Aziz tem fortes relações com boa parte do município de Martinópolis, o que inclui, o rural disperso, como local de trabalho e sociabilidade; o distrito de Teçaindã e outros bairros rurais e vilas; e a cidade de Martinópolis, inclusive na atualidade (esquema 3):



Fonte: Narrativa do entrevistado; Base cartográfica do IBGE (2011). Elaboração própria.

Na história de vida de Bertha (esquema 4), também de 85 anos, a sede tem maior destaque que o rural disperso. Embora sua família tenha migrado para a região seguindo a marcha do café (MONBEIG, 1985) – representando um capítulo anterior ao movimento do sogro de Aziz –, logo se estabeleceram como profissionais liberais na vila de Teçaindã: “A

família veio, comprou terra aqui, aí eles trabalharam em terra deles. Aí depois que venderam tudo, aí cada um foi para um canto” (Bertha, 85 anos, Pesquisa de campo, 2019).

A primeira atividade desenvolvida pela família, assim que migrou, foi o café, também por influência familiar: o avô materno de Bertha era cafeicultor na região de Bauru (Região da Sorocabana), no município de Pederneiras, e o paterno, filho de colonos italianos, trabalhava na colheita deste produto:

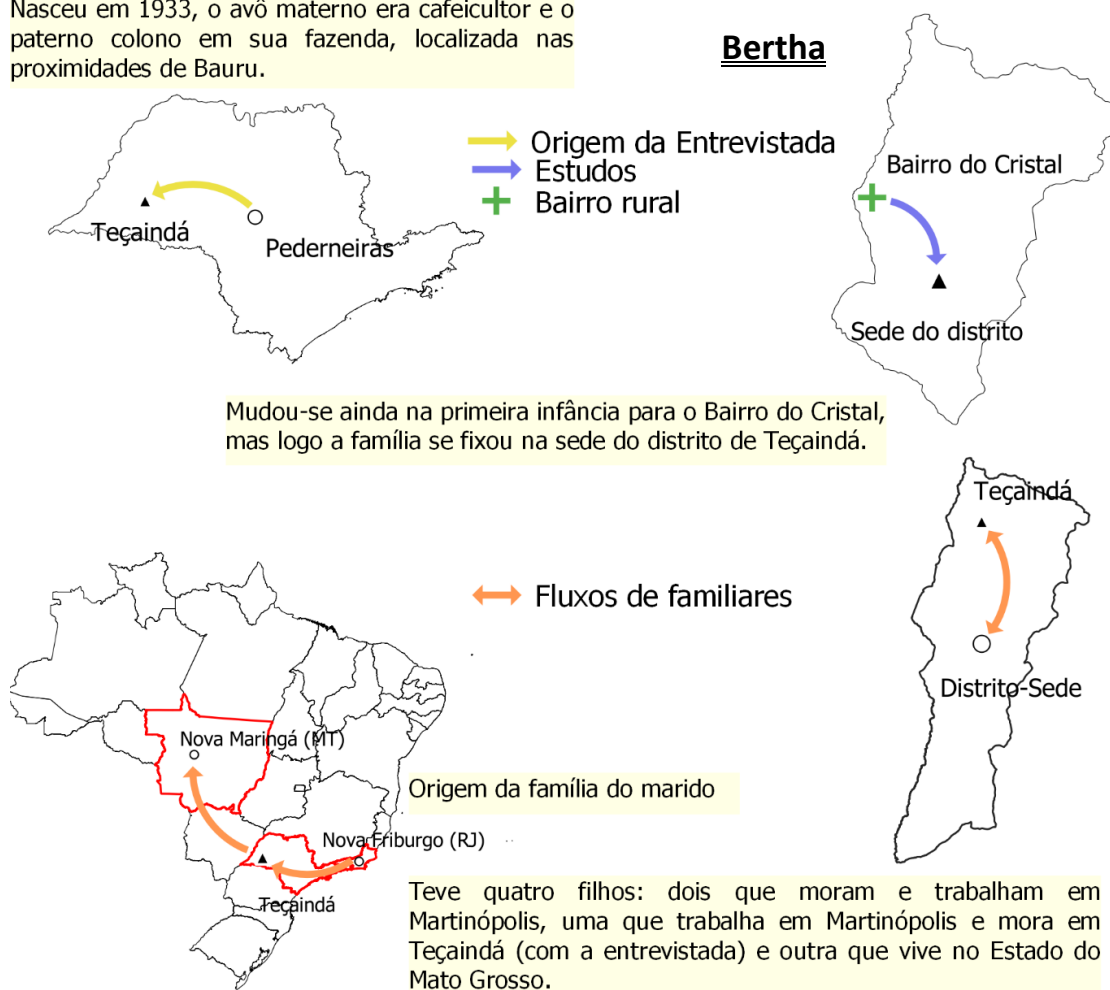
Bertha: Eu lembro... Aí eu tava lembrando que quando o meu tio, a minha mãe veio morar, e o meu tio perdeu, ele ficou sendo... O irmão mais velho tomar conta do negócio, vendeu tudo e veio aqui, o [Nome de um fazendeiro conhecido do município]. Não, mas aí eu lembro, né, que dividiu a casa. Metade pro meu pai, e metade pro irmão dela, que eu era... O irmão mais velho ficou cuidando de todos os negócios. E era lavoura mais de café. Né? Eu lembro tão bem disso, que o meu pai sempre foi trabalhador, de vez em quando largava o serviço e vinha espalhar o café no terreirão, que eles falavam, né? Terreirão de café. E eu só sei disso. E a minha mãe, coitada, quando era solteira, não trabalhava na roça, né, que o meu avô era até mais ou menos de vida. Aí casou com o meu pai, o meu pai precisava, né, ela foi ajudar. Aí aqui, eu lembro, que ela tinha medo, que dava, naquele tempo, algodão, e dava bicho, e ela tinha medo. Então ela preferia ir apanhar o café, colher café com aquele frio que diz que a mão endurecia de frio, quando ia apanhar algodão (Bertha, 85 anos, Pesquisa de campo, 2019).

A mudança se deu quando Bertha tinha quatro anos de idade. Como relata, os pais mudaram-se com os filhos pequenos (Bertha e um irmão mais novo), e um tio, irmão de sua mãe. Juntos adquiriram uma pequena propriedade rural no Bairro do Cristal, bairro rural de Martinópolis (fotografia 17). Com economias, a família pôde comprar um terreno na sede – à época Patrimônio de São Pedro – e abrir um armazém. Num primeiro momento, eles não deixaram as atividades agropecuárias, chegando a morar novamente na propriedade rural. Mas, posteriormente, se estabeleceram definitivamente, e com o sucesso nos negócios, deixaram a produção do café.

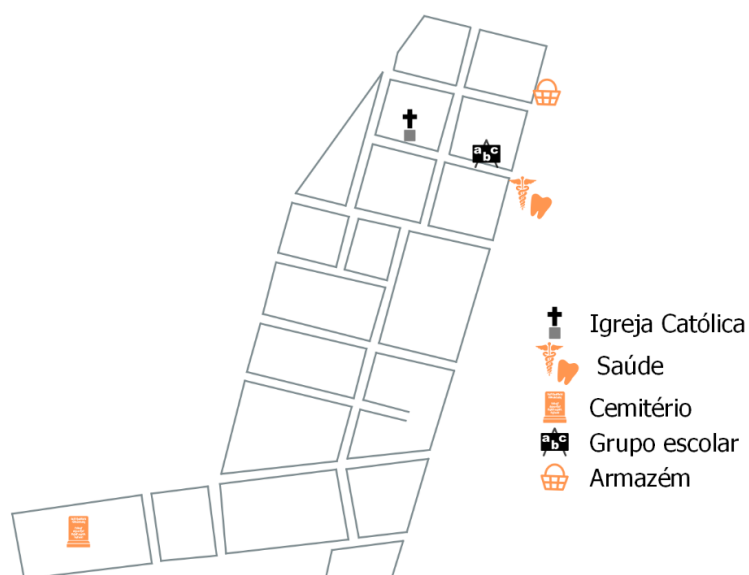
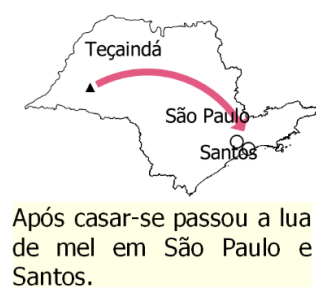
Esquema 4: Exercício horizontal – Bertha.

Nasceu em 1933, o avô materno era cafeicultor e o paterno colono em sua fazenda, localizada nas proximidades de Bauru.

Bertha



Relação afetiva



Parte considerável da narrativa da entrevistada refere-se à vila, ainda que verse sobre acontecimentos do passado e/ou de familiares.

Fotografia 17: Aspecto atual do Bairro Cristal (Martinópolis/SP).



Fonte: GoogleMaps (2021).

Esse movimento não é nenhuma novidade quando conhecemos o histórico de formação do território paulista e seus processos de urbanização e industrialização, baseados na riqueza adquirida com o café desde o século XIX (QUEIROZ, 1978). Regionalmente essa mudança de atividade econômica também foi importante para a formação da sociedade urbana. Sousa (2019) analisou, especificamente, os profissionais liberais filhos de migrantes japoneses e/ou seus descendentes, no município de Presidente Prudente, no contexto da sociedade paulista formada na cafeicultura, que, a partir de uma junção de fatores (terra, educação, comunidade) puderam driblar as crises da agricultura e emergirem social e economicamente em atividades urbanas. Citamos o estudo de Sousa (2019), em particular, considerando os registros históricos de Teçaindã disponibilizados por moradores locais que ressaltaram a importância da presença japonesa no distrito (fotografias 18 e 19), desde a década de 1920 (DALTOZO, 1999).

Fotografia 18: Escola de corte e costura no bairro rural Gleba Nova (Guachos/Teçaindá), década de 1930.



Fonte: Museu virtual de Martinópolis (2021).

Fotografia 19: Prática da arte marcial japonesa “Kendo” em Teçaindá, década de 1930.



Fonte: Museu virtual de Martinópolis (2021).

Todavia, essa influência não é mais percebida, reforçando a hipótese de que o processo descrito por Sousa (2019), também ocorreu em Teçaindã. O grupo não se fixou na vila, mas na sede do município ou mesmo em outras cidades. Entre os participantes que responderam ao formulário e os que concederam entrevistas, não havia nenhum descendente de japoneses. Os dados do Censo Demográfico do IBGE (2010) indicam a seguinte composição étnica no distrito:

Tabela 8: População residente por cor ou raça – Teçaindã (2010).

	Urbana	%	Rural	%	Total	%
Branca	522	69,1	275	55,8	797	63,9
Preta	31	4,1	8	1,6	39	3,1
Amarela	2	0,3	7	1,4	9	0,7
Parda	200	26,5	202	41,0	402	32,2
Indígena	0	0,0	1	0,2	1	0,1
Total	755	100,0	493	100,0	1248	100,0

Fonte: Censo demográfico do IBGE (2010). Elaboração própria.

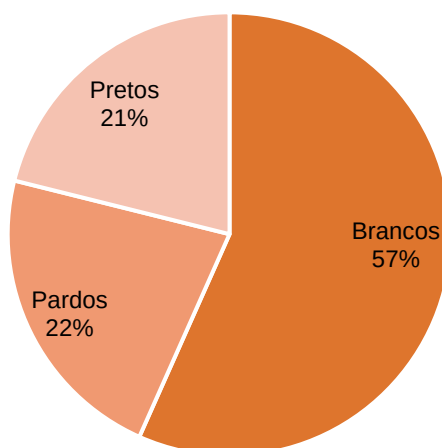
Vemos pelos dados da tabela 8 que a presença de residentes amarelos é inexpressiva, inferior à 1% na zona urbana, enquanto na rural representa 1,4%. Brancos são maioria, com 69,1% na vila e 55,8% no rural disperso. Pretos e pardos somam 30,6% na vila e 42,6% no rural. Os dados do trabalho de campo, que dizem respeito apenas aos moradores da vila, indicam uma proporção similar a apresentada pelo IBGE entre brancos e não-brancos (gráfico 26), com maioria branca.

Ainda que os dados (tabela 8) mostrem ligeiras diferenças, pode-se afirmar que a presença não-branca é mais marcante no espaço rural desconcentrado. Isso nos auxilia a compreender algumas das dinâmicas raciais que marcavam a sociedade brasileira na época em que a família de Bertha deixou as atividades agropecuárias e se inseriu na atividade comercial. Monsma (2010) elucida de que maneira os negros estavam em desvantagens no contexto pós-abolição da escravidão na economia cafeeira, com base em um estudo sobre o município de Rio Claro/SP, com dados do início do século XX. Primeiramente, no sistema de colonato, os migrantes internacionais eram beneficiados, ainda que os negros não fossem excluídos, como costumeiramente se acredita:

Ainda é possível que o grau de favorecimento dos imigrantes para os contratos de colonato fosse maior nos primeiros anos após a abolição, quando os salários nas fazendas eram maiores. De qualquer maneira, se os fazendeiros preferissem contratar colonos imigrantes, essa preferência ainda não havia se traduzido em grandes vantagens para os imigrantes, duas décadas depois da abolição, no que diz respeito à aquisição de terras ou outros imóveis. Contudo, a simples presença de grande número de pobres europeus barateou a mão-de-obra e prejudicou os negros e outros trabalhadores brasileiros (p. 536).

Segundo Monsma (2010), as maiores desvantagens não estavam necessariamente em encontrar trabalho, mas no impedimento da ascensão ou mobilidade social. E isso ocorria por um conjunto de fatores que incluíam: a ausência de uma elite negra; famílias pequenas, em oposição as famílias extensas dos migrantes; e a alta taxa de analfabetismo, além, evidentemente, do racismo e da discriminação.

Gráfico 26: Cor/raça dos moradores da sede do distrito de Teçaindá/Martinópolis/SP.



Fonte: Trabalho de Campo, 2019. Elaboração própria.

O primeiro aspecto, em específico, nos ajuda a compreender essa modificação da composição étnica do distrito, uma vez que, muitas das famílias pioneiras não vivem mais em Teçaindá, sendo a questão racial, portanto, um fator de construção da escala geográfica, que implica na mobilidade espacial e social. Assim, na sociedade cafeeira, havia um bom número de comerciantes e profissionais liberais entre os imigrantes, além dos casos em que alguns

estrangeiros conseguiam ter acesso à terra, o que contribuiu para que se formasse uma elite migrante com jornalistas, médicos, padres, que lutavam contra os abusos dos fazendeiros e os estereótipos negativos que circulavam entre os brasileiros. A existência dessa comunidade fazia com que os ricos fornecessem empregos para os compatriotas pobres, seja em fazendas ou oficinas e lojas. Os negros, por sua vez, não tinham essa possibilidade, a não ser que contassem com a proteção de brancos poderosos, o que não gerava uma organização coletiva desse grupo (MONSMA, 2010).

Para complementar os dados da tabela 8, organizamos a tabela 9 com as informações sobre o local de nascimento dos pais e avós dos moradores atuais do distrito de Teçaindá.

Tabela 9: Local de nascimento dos pais e avós dos moradores da sede do distrito de Teçaindá/Martinópolis/SP

Local de Nascimento	Pais (%)	Avós (%)
Vila de Teçaindá	3,4	0
Zona rural do distrito	18,6	8,3
Município de Martinópolis	3,4	0
Mesorregião de Pres. Prudente	6,8	4,2
Outros municípios de S. Paulo	11,3	4,2
Estado do Rio de Janeiro	8,5	9,4
Estado de Minas Gerais	11,3	12,5
Estados do Nordeste	33,3	45,8
Alagoas	4,5	9,4
Bahia	9,6	11,5
Ceará	4,0	4,2
Paraíba	13,0	16,7
Pernambuco	1,1	2,1
Rio Grande do Norte	1,1	2,1
Portugal	2,8	6,3
Itália	0,6	8,3
Alemanha	0	1,0

Fonte: Trabalho de Campo (2019). Elaboração própria.

O Estado de São Paulo foi citado em 43,5% dos casos para a origem dos pais e 16,7% dos avós, destacando-se a própria zona rural no primeiro exemplo, com 18,6%. A migração

interna é a mais mencionada, principalmente, de nordestinos (o Estado da Paraíba com realce, sendo citado por 13% como local de nascimento de pais e por 16,7% de avós), mineiros (pais 11,3% e avós 12,5%) e fluminenses (8,5% e 9,4%). A migração internacional foi a menos presente, com apenas pouco mais de 3% para pais e 15,6% para avós.

Tomando os entrevistados, podemos refletir sobre a questão da mobilidade social e a raça/cor¹³: Aziz, considera-se pardo e é trabalhador rural; Bertha, branca e do lar; Maria do Carmo e Lea, são mulheres pretas e trabalhadoras rurais; Sandra é branca e é merendeira na creche municipal (funcionária pública); Milton, preto e operário de usina. A escolaridade, por exemplo, revela uma faceta já muito conhecida da desigualdade racial no Brasil. Bertha estudou até a quarta série do Ensino Fundamental, mas seus filhos, completaram o ensino superior; Sandra tem o ensino médio, e as filhas também foram à universidade; Lea completou apenas o Ensino Fundamental, as filhas se formaram no Ensino Superior; Maria do Carmo, tampouco, foi à escola, considerando-se analfabeta, e poucos dos seus filhos completaram o Ensino Fundamental; Milton, como o mais jovem, ainda está cursando o Ensino Superior, seus pais completaram o Ensino Médio. Pontuamos que essa questão deve ser analisada de maneira interseccional, ou seja, considerando o cruzamento de variáveis, como classe social, gênero e geração. Todavia, não podemos ignorar, sobretudo na sociedade brasileira, que a questão racial importa nas relações espaciais, e que as implicações que ela tem na mobilidade social afetam as condições que um sujeito e seus descendentes podem ter ou não para saltar escalas, o que fica evidente quando analisamos as histórias de vida no tocante a profissão, escolarização e local de moradia dos filhos, por exemplo.

Uma questão apontada tanto por Sousa (2019), quanto por Monsma (2010), como explicativa para a mobilidade social, são as redes de apoio entre pessoas da mesma classe social, profissão ou origem, entre outros. Podemos afirmar que, quando comparada a outros entrevistados, Bertha tem uma situação relativamente privilegiada em termos econômicos. Isto em razão dos pais, ainda em sua infância, terem capitais para adquirir terras e um lote na vila, e também para investir no armazém, que por anos serviu a população do distrito. Junto a isso, se casou com rapaz de uma família de profissionais liberais, originários de Nova Friburgo-RJ. O sogro era homeopata e o marido, desde muito jovem se empregava em diversas atividades na

¹³ Consideramos a autodeclaração dos entrevistados em consonância com as denominações utilizadas pelo IBGE no documento “Características étnico-raciais da população: classificações e identidades” (2013).

vila, se tornando, inclusive, aprendiz do dentista de Teçaindá, e, assim, um “dentista prático” (fotografia 20).

Maryna: Foi na escola que conheceu, também, o marido?

Bertha: Não. [...] eu encontrei ele dentro do cemitério. [riso]. Sabe por quê? Porque morreu o filho do vizinho nosso, né? [...] Aí nós viemos acompanhando o enterro até no cemitério. [...] Ele era um moreninho, era um rapaz magrinho, moreninho e até bonitinho. E usava um gorrinho vermelho na cabeça. Eu tinha, naquela idade, ele contou onde ele comprou o bonezinho. [...] E ele tinha 13 anos... e eu 6 anos. Não, de 5 pra 6 anos. Aí ele falou pra mim: “Eu comprei aquele gorrinho em tal lugar”. Aí eu falei depois, “Quando que eu imaginava que um dia eu ia casar com ele”, né? Ele era coveiro, trabalhou de coveiro, de padeiro.

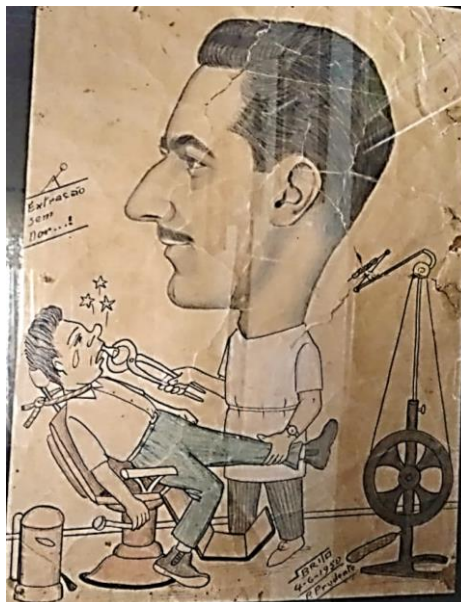
Maryna: Sempre aqui?.

Bertha: Tudo isso. Tudo aqui. E ele aprendeu pra ser dentista. Aprendeu pra ser dentista com o tal do Aurélio Martins [Primeiro dentista do distrito]. O posto, aqui, pode ver, tem o lugar que trata dos dentes, ali, o consultório, é “Aurélio Martins”. Aí ele falava: “Pra você ver, hein? No meio de tantos mocinho, ele me convidou, se eu interessasse aprender”. Aí ele falou: “Olha, papai, acontece assim e assim, só que eu não vou poder ajudar mais nada, que eu não vou poder trabalhar”, aí o pai dele, muito compreensivo, falou: “Não, quanto a isso, pode ir”. Deu apoio, né? E ele ficou mais ou menos quase dois anos só olhando. E aprendeu. E deu um dentista famoso, que fazia dentadura, tudo ele fazia.

Filha de Bertha: Um dentista prático.

Bertha: Só que não aprendeu a dar ponto nos dente quando extrai, né? Quando extrai os dente, eles dão, eles... Tudo dá ponto. Aí ficava aquele buracão até cicatrizar, sofria. [...] Ele era 7 anos mais velho. [...] Aí, naquele tempo, né, era muito nova, aí eu tinha... Deixa eu ver se era treze ano, que uma moça falou assim [Para minha mãe]: “O Pablo gosta da Bertha, né?”, [...]. Aí ela respondeu: “Ele deve procurar uma moça da idade dele e não uma menina que nem ela”. Mas não teve jeito, mesmo. No fim nos apaixonamos e acabamos casando. Eu tinha... Eu não tinha 17 anos, né, que nem eu falei. Tinha que ir no cartório, eu lembro que foi aqui onde o Eduardo mora. Era cartório, que o homem veio trabalhar aí. Aí o meu pai teve que assinar porque eu não tinha idade ainda, né? 17 anos. Ia fazer em novembro, eu casei em setembro, dia 07 de setembro. Aquele tempo casava. Feriado, né? 07 de setembro. [...] Aí o meu casamento foi igual a um velório, não teve nada. Meu pai tinha comprado um sítio, o Pablo tinha comprado a casa de tábuas que era do meu pai, que tinha comércio, secos e molhados. O Pablo comprou a casa, dezesseis mil cruzeiros, eu lembro que foi nota em cima de nota [...]. E o meu pai comprou o sítio. Aí o meu pai devendo... Comprou o sítio, e ele gastou o dinheiro na casa, não pôde fazer nada, foi igual a um velório. Mas, nós viajamos. Primeiro casal, que aquela época ninguém falava em Lua de Mel, né? Aí nós viajamos, passamos uma semana em São Paulo e Santos. [...] Eu vivi com ele sessenta e sete anos. E graças a Deus vivemos bem. E quatro filhos (Bertha, 85 anos, Pesquisa de campo, 2019).

Fotografia 20: “Extração sem dor... !” - Caricatura do marido de Bertha atuando como dentista prático (1950).



Fonte: Cedida pela família; Trabalho de campo (2019).

O casal teve quatro filhos. Estes, por sua vez, alcançaram outras escalas, primeiramente em razão dos estudos. Todos os filhos concluíram o ensino superior, o que entre os anos 1970 e 1980 na sociedade brasileira, era um verdadeiro privilégio social. Cursaram Odontologia, carreira considerada de prestígio, sobretudo, à época. Três deles estudaram em universidades públicas fora da região de Presidente Prudente. A mais nova numa universidade privada nesta cidade, cujos cursos da área da saúde foram instalados nos anos 1980. A justificativa era que com essa possibilidade, a filha não precisaria mudar-se da região. Assim, durante sua formação, o trajeto entre o distrito e a faculdade era realizado diariamente. Os dois filhos residem em Martinópolis – um ponto intermediário entre o “sair” para estudar e “voltar para casa”. Nesta cidade, exercem a profissão de formação, juntamente à irmã mais nova que, por sua vez, mora com a mãe.

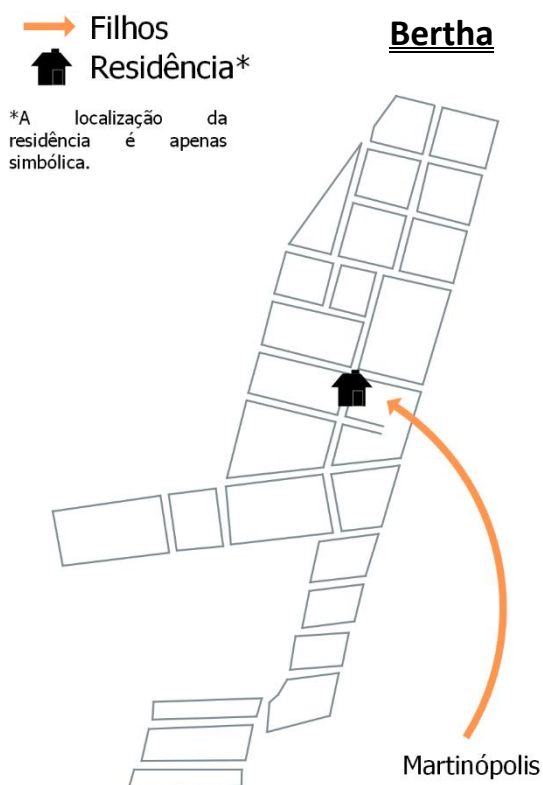
A filha mais velha é a que mais desafiou os desejos da família, mora no Estado do Mato Grosso, chamada pela mãe de “filha cigana”. Apesar de não viver de maneira nômade – morou em apenas um município, além daquele em que se graduou e o que reside atualmente –, a expressão utilizada tem o sentido de “desapego”, como se não se importasse de estar longe da família. A mágoa de Bertha justifica-se, entre outros fatores, pelos valores culturais que atribuem a responsabilidade do cuidado dos idosos às mulheres. Este é um princípio tão forte, que inclusive está incorporado em políticas públicas de assistência social. Silva e Tavares

(2015) e Küchemann (2012) explicam que a proteção social no Brasil, entre elas a de amparo aos idosos, considera a família, o Estado e a sociedade igualmente responsáveis. Porém, na prática há um caráter “familista”, a questão é tratada muito mais como privada, do que pública, relegando à família, materializada na figura da mulher, o cuidado com os idosos. E isso reforça padrões historicamente estabelecidos para homens e mulheres, tanto na esfera doméstica, quanto no mercado de trabalho.

Dentre as entrevistadas, Bertha é a única que nunca trabalhou fora de casa, tendo dedicado toda sua vida aos cuidados familiares e domésticos. Para analisar este caso, do ponto de vista espacial, devemos ponderar uma contradição entre o privilégio de classe e as questões de gênero. Ao passo que ela conta que teve uma lua de mel, ocasião na qual pôde viajar para o litoral e conhecer a capital paulista, algo extremamente raro para as pessoas de outra origem, e que seus filhos estudaram e puderam deixar Teçaindã, por exemplo, Bertha viveu toda sua vida, desde que se mudou para a vila, no mesmo terreno, nunca teve a sensação de sair só, de ter o seu próprio dinheiro, entre outros elementos que podemos considerar como limitadores da escala de vida e que, embora sofrendo com outros tipos de obstáculos, mulheres que trabalham fora de casa muitas vezes conseguem alcançar.

Desse modo, em seu esquema vertical (esquema 5) destacamos a vila, principalmente o primeiro setor. Não obstante, muitas das referências citadas por Bertha concernem à infância e juventude, como destacado no exercício horizontal. Na velhice, podemos afirmar que sua escala cotidiana se restringe à sua casa, tendo a companhia da filha, que viaja quase todos os dias para Martinópolis; a televisão, pela qual acompanha principalmente canais religiosos; e, ocasionalmente, recebe a visita dos netos e bisnetos.

Esquema 5: Exercício vertical – Bertha.



Fonte: Narrativa da entrevistada; Base cartográfica do IBGE (2011). Elaboração própria.

Em geral, essa realidade é muito comum na vida de idosos. Ou seja, que a casa seja a escala predominante, como veremos em seus esquemas verticais. Morsch *et al* (2015) buscaram investigar quais fatores sociais e de saúde são determinantes para que o idoso saia de casa regularmente, por meio de uma pesquisa quantitativa, realizada com pessoas com idade acima de 60 anos no Estado do Rio Grande do Sul, abarcando homens e mulheres, moradores de domicílios urbanos e rurais, em diversas condições de saúde. Entre os resultados alcançados pelos autores e autoras, destacamos: gênero (homens saem mais que mulheres); idade (os mais jovens ficam menos em casa que os mais velhos); estado civil (solteiros e viúvos saem menos que casados), além de saúde e capacidade (idosos que avaliam sua saúde positivamente e que são capazes funcionalmente, não ficam tanto em casa, quanto os que não apresentam essas características).

A questão de gênero se sobressai ao compararmos a rotina de Aziz (esquema 3), com a de Bertha (esquema 5) e Maria do Carmo (esquema 7), como veremos a seguir. Ainda que tenha a presença de sua filha na vizinhança, Aziz vive sozinho, dirige, trabalha eventualmente, enquanto que as mulheres apresentam maior dependência dos filhos e ficam muito mais em

casa. Apesar de Maria do Carmo (esquema 6) ser mais jovem (75 anos) e uma mulher que trabalhou na agropecuária desde a infância.

No esquema 6, retratamos que seus pais chegaram na zona rural do distrito de Teçaindá com ela ainda bebê. Eram do Estado de Minas Gerais, em sua trajetória até São Paulo, passaram pelo Rio de Janeiro, onde Maria do Carmo nasceu:

Maria do Carmo: Sou do Estado do Rio [de Janeiro]. Sou [...] de... Eu nasci na cidade de Ubá, no Estado do Rio. Mas só que eu vim para cá com um ano de idade. Eu falo assim... Eu sou paulista, porque eu vim para cá e sei tudo daqui. Lá do meu estado eu não sei nada, porque eu vim para cá com um ano de idade, não posso falar nada de lá.

M: Seus pais é que na verdade eram de lá, né?

MC: Meus pais eram mineiros. De Minas [Gerais]. Aí passaram pelo Rio, foram chegando aqui? [...] Cresci naqueles sítios pra lá... Lá do... Como é que fala? Dos 80 [alqueires] para cá. Eu fui criada aqui... tem 20 anos que eu moro aqui, 20 e poucos anos.

M: Nessa casa aqui?

MC: É. Nessa casa.

M: E antes era tudo morando no sítio.

MC: Morando no sítio, criada no sítio.

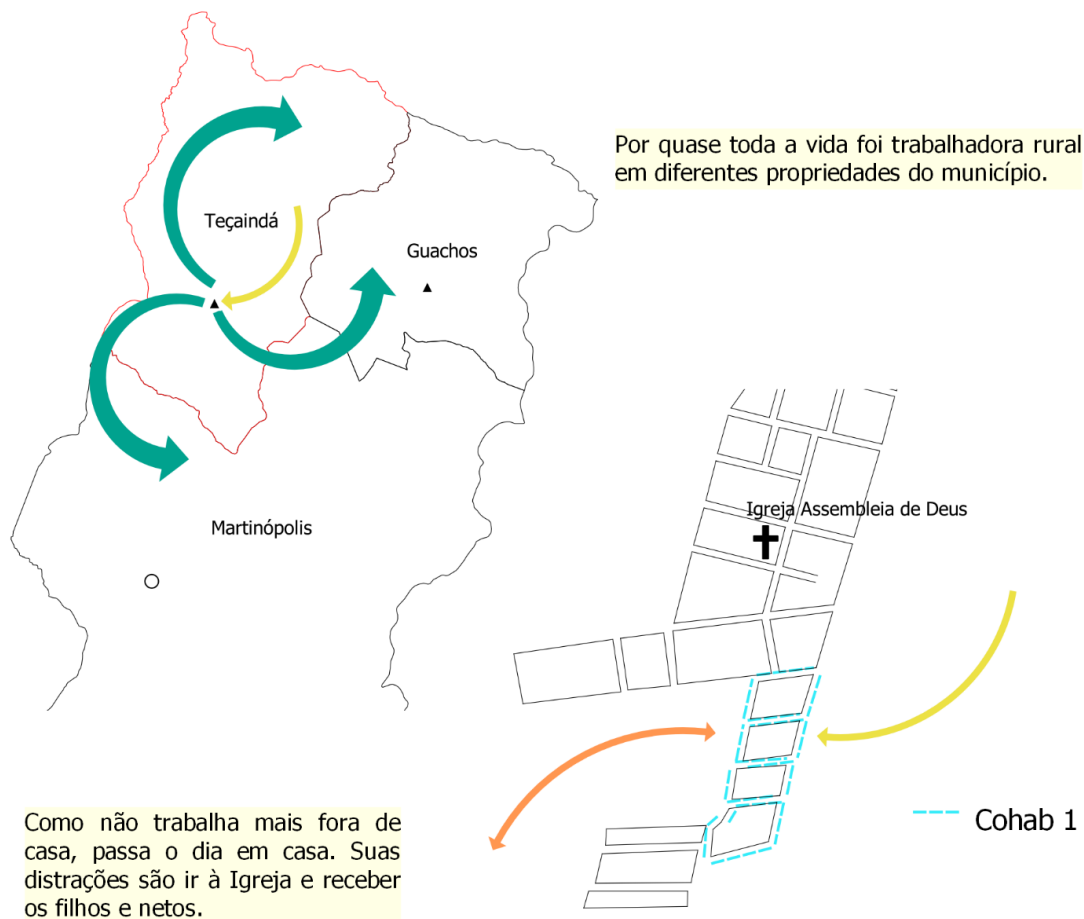
O rural disperso foi local de moradia e trabalho por longos anos. Mesmo quando passou a viver na vila – que ocorreu no momento em que houve o sorteio das “casinhas” (Cohab 1) e o casal foi contemplado –, um reflexo das mudanças nas relações entre empregadores e empregados, ela continuou deslocando-se para trabalhar nas propriedades rurais do entorno. Uma grande transformação em sua vida ocorreu quando o principal emprego rural no município se tornou o oferecido pelas usinas de açúcar e álcool.

Esquema 6: Exercício horizontal – Maria do Carmo.

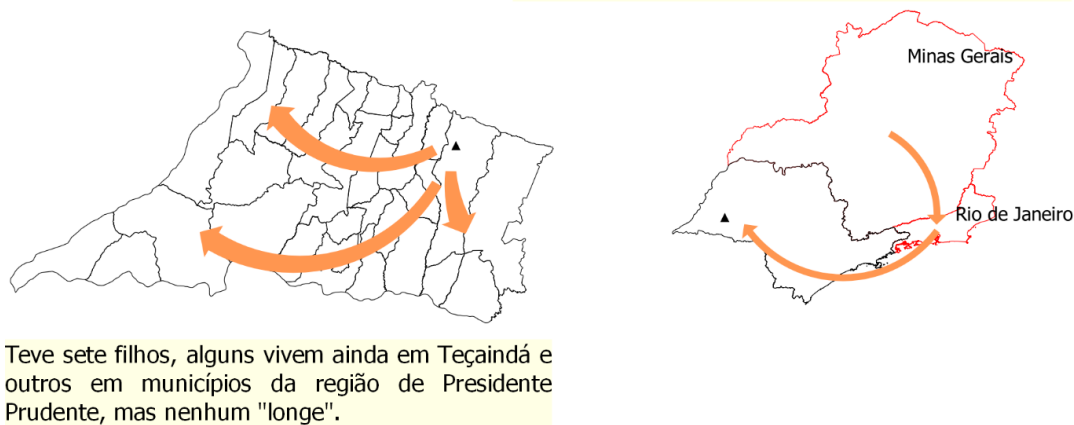
Maria do Carmo

Nasceu na zona rural do distrito de Teçaindã. Mudou-se para a vila na vida adulta, ao ser contemplada no sorteio de moradias da primeira Cohab.

- Origem da entrevistada
- Trabalho
- Familiares



Seus pais eram mineiros, casaram-se e migraram. Primeiro para o Estado do Rio de Janeiro, e logo, para Teçaindã.



Fonte: Narrativa da entrevistada; Base cartográfica do IBGE (2011). Elaboração própria.

Quase toda a família passou a trabalhar no corte da cana-de-açúcar, no entanto, o marido de Maria do Carmo impôs que ela não se empregasse neste tipo de serviço:

Maria do Carmo: Quando começou a trabalhar na, assim na cana, aí ele [Marido] falou: “Não, você não vai trabalhar mais não”, aí eu cuidava dos netos. Ficava aquele monte de menino comigo. [riso]. [...] Aí que o pessoal chegava de tarde, os meninos já tinham almoçado, já tinha dado banho em todo mundo, tinha jantado (Maria do Carmo, 75 anos, Pesquisa de campo, 2019).

A proibição imputada à Maria do Carmo pelo marido pode impressionar alguns leitores mais jovens, considerando a entrada na segunda década do século XXI com os discursos sobre o empoderamento feminino cada vez mais difundidos socialmente, garantias legais de proteção aos direitos da mulher e quando as mulheres são responsáveis pela renda familiar em metade dos lares brasileiros (CORREIO BRAZILIENSE, 2020)¹⁴. Entretanto, a submissão da esposa aos desejos do marido era há pouco tempo corroborada pelo Estado. Ramos (2019) realiza um compilado do direito trabalhista feminino ao longo da História brasileira, e evidencia que muitos instrumentos oficiais se baseavam na ideia de superioridade masculina e serviram para conservar poderes do homem sob a casa, a família e a mulher, impondo diversas limitações a estas na esfera legal. Uma amostra disso é que, logo a ser proclamada, nossa república assegurava o direito ao marido de impor castigos físicos a mulher e filhos (Decreto nº 181, de 24 de janeiro de 1890) ou que o voto feminino foi conquistado apenas na década de 1930. No tocante ao trabalho, o Código Civil de 1916, em seu artigo 242, indicava várias restrições às mulheres, entre elas desempenhar uma atividade profissional:

Art. 242 - A mulher não pode, sem o consentimento do marido:
 I. Praticar atos que este não poderia sem o consentimento da mulher
 II. Alienar, ou gravar de ônus real, os imóveis do seu domínio particular, qualquer que seja o regime dos bens.
 III. Alienar os seus direitos reais sobre imóveis de outrem.
 IV. Aceitar ou repudiar herança ou legado.
 V. Aceitar tutela, curatela ou outros múnus públicos.
 VI. Litigar em juízo civil ou comercial, a não ser nos casos indicados nos arts. 248 e 251
VII. Exercer profissão.
 VIII. Contrair obrigações, que possam importar em alheação de bens do casal.
 IX. Aceitar mandato (CÓDIGO CIVIL, 1916, s/p [Grifo nosso]).

¹⁴https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/02/16/internas_economia,828387/mulheres-sao-responsaveis-pela-renda-familiar-em-quase-metade-das-casa.shtml.

Esteves (2020) conta que essa lei foi relativizada apenas no ano de 1943 com a publicação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que tornava possível que a mulher assumisse um emprego quando o homem não pudesse suprir todas as necessidades da família. O impedimento total da mulher trabalhar sem a autorização do marido caiu apenas em 1962 com a publicação do “Estatuto da Mulher Casada”:

Art. 246. A mulher que exercer profissão lucrativa, distinta da do marido terá direito de praticar todos os atos inerentes ao seu exercício e a sua defesa. O produto do seu trabalho assim auferido, e os bens com êle adquiridos, constituem, salvo estipulação diversa em pacto antenupcial, bens reservados, dos quais poderá dispor livremente com observância, porém, do preceituado na parte final do art. 240 e nos ns. II e III, do artigo 242.

Parágrafo único. Não responde, o produto do trabalho da mulher, nem os bens a que se refere êste artigo pelas dívidas do marido, exceto as contraídas em benefício da família" (ESTATUTO DA MULHER CASADA, 1962, s/p).

Sabemos que, na agricultura, a garantia dos direitos trabalhistas é mais tardia que a CLT (com o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963) e a informalidade ainda é marcante no setor (BERNARDELLI *et al*, 2020). No caso das mulheres, o trabalho ainda passa por um processo de inviabilização, quando é classificado muitas vezes como complementar. Na época de Maria do Carmo, e até hoje em determinados tipos de produção, o trabalho agrícola é organizado a partir da família, e não individualmente. E nesse tipo de organização, o homem é quem negocia os contratos, enquanto que a mulher e as crianças ocupam-se de “auxilia-lo” na produção (ROSSINI, 1993; BRUSCHINI, 1998).

A produção canavieira, por sua vez, trouxe maior formalidade para o trabalho agrícola, como a pesquisa de Moraes (2007), realizada com sindicatos patronais e de trabalhadores rurais, demonstrou. Assim, podemos ver que a mudança de regime de trabalho, no qual homens e mulheres estariam num nível mais igualitário do que no trabalho familiar, em tese, poderia gerar certa liberdade que a mulher não tinha anteriormente, como a de receber um salário próprio. E isso pode ter provocado a proibição que Maria do Carmo sofreu do marido.

Outra consequência da maior formalidade do setor é a redução do trabalho infantil (MORAES, 2007), o que reforça a demanda social pelo cuidado das crianças. Essa responsabilidade recai sobre as mulheres, ainda mais se considerarmos que a creche em Teçaindã foi inaugurada apenas em 1999. Sendo assim, todo esse contexto, levou Maria do Carmo a se dedicar ao cuidado das crianças da família extensa, enquanto que os demais membros trabalhavam para a Usina. Gerando, assim, um novo enquadramento de escala para

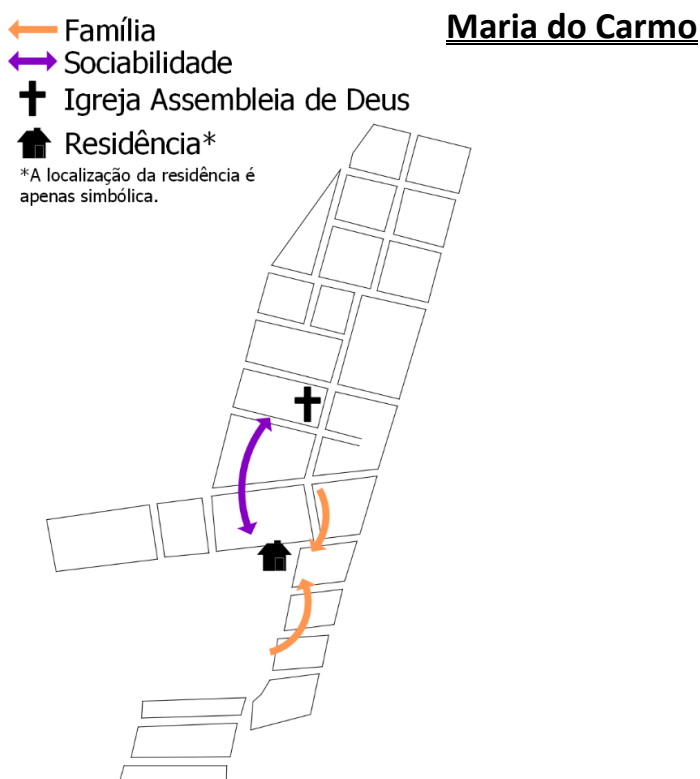
Maria do Carmo: se, anteriormente, deslocava-se em razão do trabalho, pelo espaço de produção agropecuária do distrito; agora limita-se a vila e ao convívio familiar.

Ela casou-se com dezenove anos e teve sete filhos e filhas. Seus filhos não completaram os estudos, e muitos trabalham, como os pais, na agropecuária, nas usinas ou em propriedades rurais da região e há duas de suas filhas que atuam como empregadas domésticas em Martinópolis. Alguns deixaram o distrito, mas continuaram vivendo no espaço rural, dessa vez, regional. O filho que está mais distante, reside em Presidente Venceslau. Para Maria do Carmo, isso é muito satisfatório, pois não sente que a família está “longe”. Uma das filhas, que trabalhava junto com o marido em uma fazenda em Presidente Epitácio, recentemente retornou ao distrito, para viver em uma casa que possui na sede, e começou a trabalhar de diarista na sede municipal, como nos contou durante a entrevista com sua mãe:

Filha de Maria do Carmo: Fui criada na fazenda, depois a gente veio para cá e fiquei 17 anos. Morei aqui no fundo do quintal com a minha mãe. Aí, daqui eu fui lá para Presidente Epitácio, para a fazenda, fiquei lá 5 anos. Minha mãe trabalhava na fazenda, né, com os meus filhos. Aí voltei de lá, não casou, depois voltei pra cá, fui para Taciba. Depois para outra da fazenda, a gente voltou, para o mesmo dono da fazenda. Depois a gente foi para a [Nome da fazenda], o mesmo dono. Aí, [o marido] quis vir pra cá para trabalhar na Usina, aí viemos pra cá. Aí construimos a casa nossa aqui embaixo. Aí alugamos e fomos para Martinópolis. Aí começou a trabalhar na Atena [Usina], aí cansamos de pagar aluguel, que é um dinheiro que vai e não volta mais, voltamos pra cá (Filha de Maria do Carmo, 51 anos, Pesquisa de campo, 2019).

Relatos como o da filha de Maria do Carmo foram comuns ao longo dos trabalhos de campo, deixando evidente a importância da rede de apoio familiar, que vai definir as escolhas de trabalho e moradia, principalmente nas classes menos favorecidas economicamente. Assim como esquema de Bertha, destacamos a vila, principalmente sua casa e a igreja, para representar a escala de seu cotidiano (esquema 7):

Esquema 7: Exercício vertical – Maria do Carmo.



Fonte: Narrativa da entrevistada; Base cartográfica do IBGE (2011). Elaboração própria.

Maria do Carmo não sai com muita frequência de casa também porque sofre com dores na coluna. Ela conta que se vai ao “centro” (que podemos localizar no primeiro setor), sua filha tem que buscá-la de carro, porque se cansa muito e não consegue voltar caminhando. Tampouco gosta de ver televisão, narra que prefere estar na cozinha realizando seus afazeres domésticos. Seus únicos compromissos fora de casa são assistir os cultos da Assembleia de Deus e ir ao médico. Por essa razão, chega a comentar que não conhece os moradores mais jovens da sede do distrito, avaliando que mudou muito nos últimos anos. Ela resume sua vida em trabalho, família e igreja:

Maria do Carmo: [Eu e o marido] Fomos criados, assim, tudo perto. Tudo perto. Depois crescemos, namoramos e casamos. [riso]... Eu casei com 19 anos.[...] Nunca fui na escola. Eu não vejo negócio de estudar porque eu, hoje, não tenho saúde. Eu vou para a igreja, mas eu vou porque eu amo ir pra igreja. Se eu for de a pé, para eu voltar, eles vão buscar eu de carro. Para mim ir... Hoje a minha filha teve aqui e falou comigo assim: “Ah, à noite vou passar aqui que nós ir na igreja”, né? Porque tudo pode ser depois, mas faltar de ir pra igreja, eu sinto... Acho difícil, né? Não ouvir a palavra de Deus (Maria do Carmo, 75 anos, Pesquisa de campo, 2019).

Se quando mais jovem era responsável pelo cuidado familiar, atualmente é a filha mais velha que tomou a responsabilidade, tanto em relação a seus pais, quanto aos netos (bisnetos de Maria do Carmo). Sua história de vida se assemelha nesse aspecto à de Lea (esquema 8), é mais um caso em que a filha mulher assume essa responsabilidade, sendo determinante para a construção de seus espaços de vida.

Lea tem 54 anos e também foi trabalhadora rural por um longo período. Quando nasceu, os pais moravam na Vila Santa Luzia, bairro rural nas proximidades de Teçaindá. Atuavam como arrendatários/parceiros na área, assim, desde cedo, Lea passou a trabalhar com a família. Ela mora na vila há 34 anos, o tempo que tem de casamento. A mudança se deu pela necessidade de ter sua casa e impossibilidade de continuar vivendo no rural disperso: *“Eu nasci no sítio. Mas é aqui perto também. Pra cá [sede do distrito] está com 34 anos que eu moro aqui. Era sítio de outra pessoa. Lá perto da Vila Santa Luzia, né? Mas a gente sempre foi daqui”*.

Suas memórias de infância centram-se na sociabilidade no bairro rural e no trabalho na roça, presente em sua vida desde os sete anos de idade. Nessa época, ela frequentava também uma escola na Vila Santa Luzia (fotografia 21). Entretanto, ela conta que terminou apenas o antigo primeiro grau, pois, para prosseguir nos estudos precisaria se deslocar até a sede do distrito de Teçaindá, o que a desmotivou:

Lea: Olha, da infância mesmo, aqui, eu não lembro muito porque eu estudava no sítio, tinha escola aonde a gente morava. Aí, quando eu vim pra cá estudar aqui, eu tinha doze anos. Eu tava no terceiro de escola. Aí eu só tirei o terceiro ano e não estudei mais. Aquele tempo era assim: a gente estudava e trabalhava. E aquele tempo não tinha carro pra carregar aluno pra escola, a gente vinha de a pé. Aí eu fui abusando de estudar e chegar em casa na correria pra almoçar e ir pra roça trabalhar. Aí eu deixei de lado, não estudei mais.

Maryna: E era de manhã?

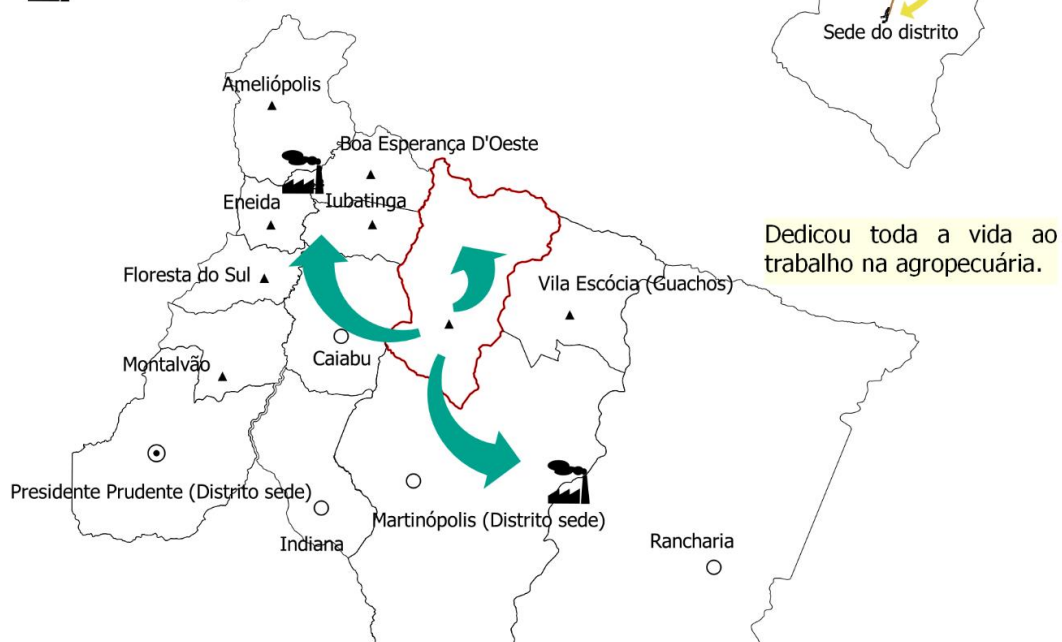
Lea: Era de manhã cedo. Saía 06h00 de casa porque ficava 18 quilômetros pra chegar aqui e voltava e depois trabalhar.[...] Não tinha luz, era lamparina. Você ia estudar pra uma prova, você vinha pra escola limpando o nariz, preto, da fumaça da lamparina.[riso] É... Mas era assim, tem vez que a gente começa a lembrar, era um tempo gostoso. Assim, pros de hoje, era um tempo difícil. Mas pra gente... A gente fica com saudade. Eu tenho saudade da minha infância. [...] E toda a vida eu trabalhei na roça. Comecei a trabalhar... Eu chorava pra ir pra roça com 7 anos de idade. Com 8 anos acompanhava meu pai pra roça. [...] E até hoje eu tenho saudade da roça. Porque toda a vida eu fui criada na roça e eu gosto muito. Aí eu cortava cana, trabalhei 10 anos, né? Mas até hoje eu tenho saudade, vontade de voltar a cortar cana. E pra muitos... Nossa, é o fim do mundo. Mas é porque a gente foi criado trabalhando na roça (Lea, 54 anos, Pesquisa de campo, 2019).

Esquema 8: Exercício horizontal – Lea.

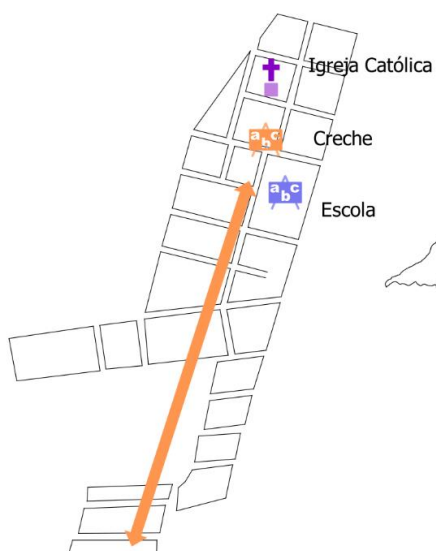
Nasceu na zona rural do distrito de Teçaindã, mudou-se para a vila ao casar-se, com 20 anos.

Lea

- Fluxos e relações de familiares
- Origem da entrevistada
- Trabalho
- Usinas de Açúcar e Alcool



Dedicou toda a vida ao trabalho na agropecuária.



Os pais vieram do interior do Rio de Janeiro para a zona rural do distrito de Teçaindã.



Tem irmãos que moram ou moraram na região metropolitana de São Paulo.

Hoje, afastada do trabalho por motivos de saúde, ocupa-se com o cuidado com a família (pais e netos). Todas as filhas moram em Teçaindã (Vila).

Parar a escolarização no primeiro ciclo da educação básica – “quarta série”, como era chamado – era muito comum para os trabalhadores rurais, afinal este era o nível oferecido pelas escolas rurais em geral (VASCONCELOS, 1985). Além disso, o Ensino Fundamental passou a ser obrigatório apenas com a Constituição Federal de 1988. A falta de motivação que Lea enfrentou na infância, acarretada pela necessidade e condições ruins de deslocamento, junto aos demais problemas enfrentados, como ter uma carga de trabalho, é apontada como um problema a ser superado na educação rural por diferentes autores (VASCONCELOS, 1985; FRANÇA, 2021).

Fotografia 21: Aspecto atual da Vila Santa Luzia (Martinópolis/SP).



Fonte: GoogleMaps (2021).

Nas últimas décadas, a estratégia do Estado para a escolarização rural tem sido de concentrar a oferta nas cidades ou zonas urbanas, focando na nucleação – ou seja, formar escolas-núcleo para receber alunos de uma área – e no transporte rural (FRANÇA, 2021). Essa estratégia justifica-se muitas vezes pelo baixo número de estudantes – que obrigava muitas vezes as escolas a se organizarem de forma multisseriada – e pela dificuldade de se encontrar mão-de-obra (VASCONCELLOS, 1985). Com isso, muitas escolas rurais encerraram as atividades, o caso da Vila Luzia é um deles. Esse pode ser considerado um fator que dificulta a permanência da população em um determinado local, ainda que as escolas de Teçaindã e Guachos, precisem hoje de estratégias para manter-se funcionando como comentamos no

capítulo anterior, já que, no passado, os dois povoados foram reconhecidos pelo Estado para receber os alunos de seu entorno, tendo contribuído para atrair a população.

Lea conheceu seu marido também na zona rural. O casal adquiriu um terreno no setor dois, formalizaram a união e se mudaram para a vila. Depois de um tempo, os pais da entrevistada também conseguiram comprar uma casa na mesma rua:

Lea: Nos conhecemos. Foi rodeando e foi se conhecendo na mesma fazenda. Ele mudou... Não, a [família do marido] mudou pra uma fazenda e depois nós mudamos pra mesma fazenda que eles mudaram, mas a gente já conhecia quando era criança em outra fazenda também, porque naquele tempo era assim: mudava de uma fazenda pra outra. Aí depois a gente começou a namorar, namoramos quase sete anos. Aí depois casamos. Aí fomos pra mesma, pro mesmo sítio, né? Era sítio da mesma fazendeira. Aí ela comprou um sítio e nós fomos morar no sítio dela e tocamos a roça. Aí com a roça, que eu tava lá, ele comprou aquele terreno, construiu esse barraco que nós moramos hoje. E, graças a Deus estamos aqui até hoje. Aí não tem o que falar daqui não (Lea, 54 anos, Pesquisa de campo, 2019).

Os outros irmãos e irmãs de Lea também deixaram o rural disperso, mas muitos se mudaram para cidades maiores. Alguns, como ela relata, voltaram para Teçaindã – seja para a vila ou para viver em algum sítio – de acordo com a necessidade, no entanto, a maioria vive fora do distrito. Como filha mais velha, fica muito evidente em sua história de vida, a responsabilidade em cuidar de sua família, principalmente dos pais, expressa no esforço em conseguir que eles morassem próximos a ela no passado e, atualmente, nos cuidados que necessitam. Percebemos, assim, um contraste em sua fala, entre os irmãos que vem e vão e ela que deve permanecer:

Maryna: E vocês eram em quantos irmãos?

Lea: Em sete.

M: E tudo mora aqui hoje em dia?

L: Não, já morou, mas hoje... Tem três irmãos que está em Martinópolis. [...] Foram tudo pra São Paulo também. Só ficou meu pai, minha mãe... Saiu do sítio pra morar em Martinópolis.[...] Não, tem eu e mais três, quatro irmãos. Só tem três por perto. Tem dois irmãos e uma irmã comigo. A minha irmã foi, ficou lá [em São Paulo] o quê? Ficou uns dois anos? E voltou. Quem bebe dessa água aqui não esquece, vai e volta. [...] o quê? Tem um mês? Não tem nem um mês que ela voltou, né? (Lea, 54 anos, Pesquisa de campo, 2019).

Na década de 1990 passou a empregar-se no corte da cana-de-açúcar, e assim, o enquadramento a partir do trabalho se redimensiona, a escala ainda abarca o espaço rural produtivo, porém, tem como elemento organizador as usinas de açúcar e álcool e não mais as

lavouras de algodão, amendoim ou tomate, como anteriormente. Observamos uma mudança geracional em relação à Maria do Carmo, uma vez que Lea e o marido se ocuparam juntos nesta atividade. Na atualidade, ela narra que sente muita falta do trabalho na agricultura, mesmo do corte manual, que em suas palavras, muitas pessoas pensam que é o “fim do mundo”. Ela está, todavia, afastada do ofício por problemas de saúde decorrentes das LER/DORT (Lesões por Esforços Repetitivos/Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho), muito comum neste tipo de trabalho (MESSIAS; LIZARAZO, 2019). Ao se afastar do trabalho, passou a exercer o papel de cuidadora das crianças mais novas da família, ainda que parcialmente, já que elas frequentam a creche do distrito, e dos pais idosos:

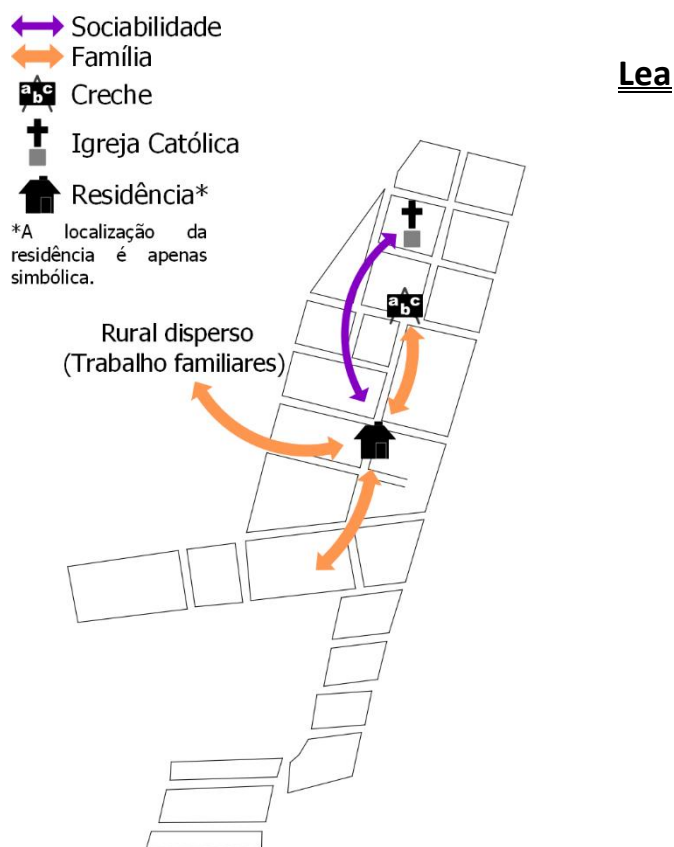
Maryna: E os pais da senhora, eles eram daqui também?

Lea: É [...] Só que eles não eram nascidos aqui não, eles eram do Rio de Janeiro, né? Minha mãe veio de lá com 8 anos, meu pai veio com 9. É, criado aqui. Aí... Se conheceram aqui, os dois do Rio de Janeiro... Mas se conheceram aqui, casaram e vivem até hoje. Minha mãe vai fazer 57 anos de casada. E mora do meu lado. [...] Aí é onde eu me acomodei, porque as joias preciosas da gente é os pais, e eu tô do lado deles, né? Pra mim, sair e deixar eles... Eles dependem de mim, né, porque eu que ajudo eles em tudo, né? Pra ir pro médico, pra contar alguma coisa, se não sou eu que tô com eles. Aí Deus me livre se eu sair daqui e deixar eles. Aí eu gosto daqui. Porque tem meus irmãos, os que não moram aqui, todo o domingo está aqui. E minha mãe do lado mais o meu pai, o que que eu quero mais? Tem minhas filhas também. Duas está em casa, outra mora ali do lado. Meus netos moras praticamente comigo. [riso]

Marido: [riso] Só descansa no domingo, né? (Lea, 54 anos, Pesquisa de campo, 2019).

Sua rotina (esquema 9) está entre os cuidados da casa e com a família, enquanto as filhas e genros, que também moram na vila de Teçaindã, trabalham. Assim, mesmo com as diferenças geracionais, vemos que o papel das mulheres e um fechamento à escala doméstica é recorrente:

Esquema 9: Exercício vertical – Lea.



Fonte: Narrativa da entrevistada; Base cartográfica do IBGE (2011). Elaboração própria.

Sandra de 50 anos (esquema 10) nasceu nas proximidades de Guachos (“Quilometro 27”). A família trabalhou em diversas propriedades rurais e, conforme relatou, a vila de Teçaindá, sempre fez parte de sua infância, por meio, principalmente da igreja, escola, comércio, além das festividades. E, quando se mudou, aos 11 anos, continuou com o contato com o espaço rural disperso, deslocando-se sempre com a família para o trabalho rural:

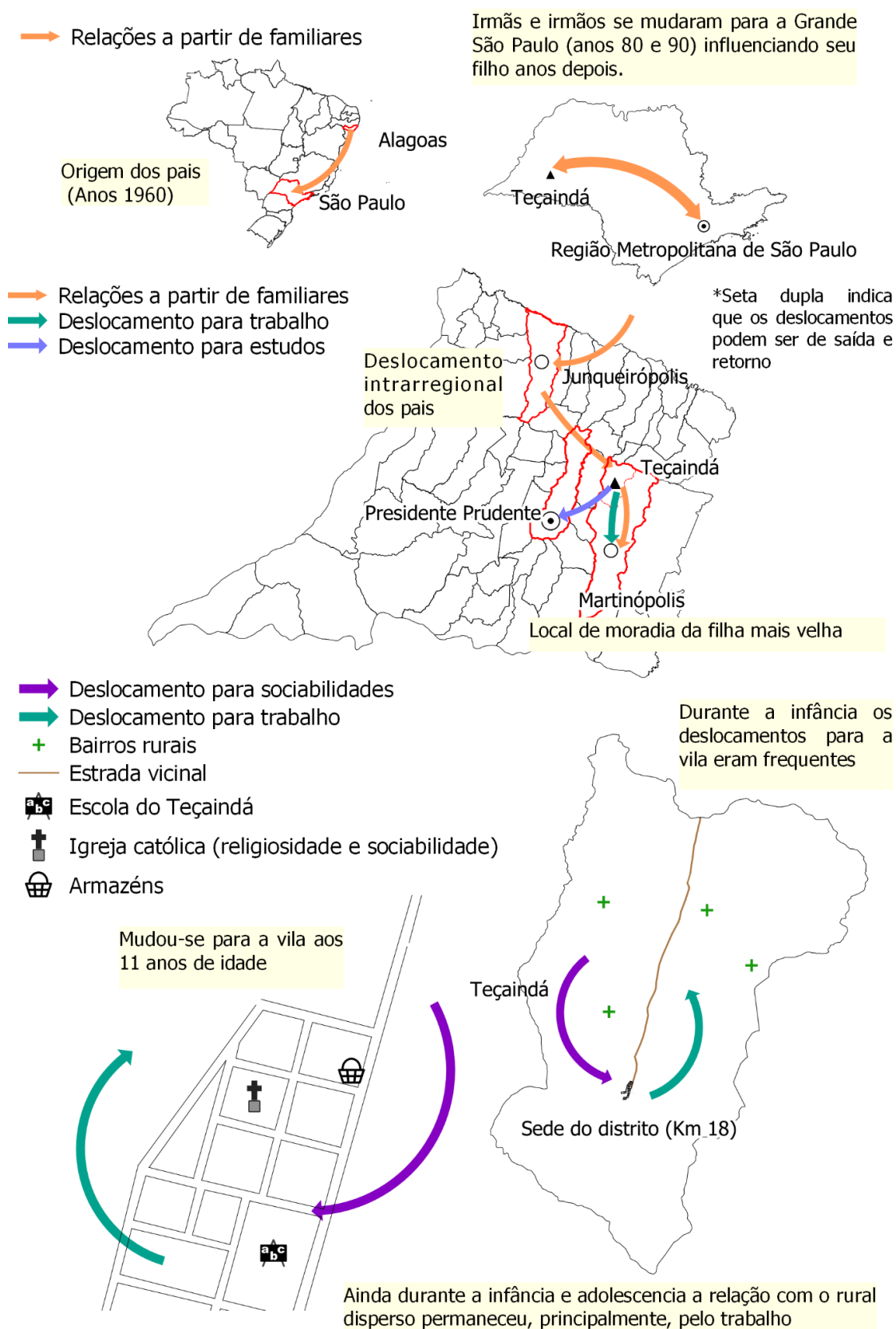
Sandra: Eu nasci no Vinte e Sete, é um bairro... É bairro? Não. É bairro não, como é que chama aquilo ali?

Irmã de Sandra: É povoado.

S: Povoado. Ali no “quilometro 27.” Aí, depois mudamos aqui para um sítio perto. Nós fomos criados ali. Quando eu mudei pro “18”, eu tinha 11 anos. Aí era tudo novidade, né? A luz, ela ficava piscando assim, ó. Eu e minha irmã achando bom. E foi, mas meu pai ainda tocava roça naquele tempo. E a gente morava aqui e trabalhava na roça. Aí passava o dia trabalhando e depois voltava pra casa à tarde, tomava o banho e ia pra escola. E assim foi. Aí, com 16 anos comecei a namorar, achei o pai dessa menina [aponta para a filha], coisa boa.[...] Com 16 anos, casei.

Esquema 10: Exercício horizontal – Sandra.

Sandra



Fonte: Narrativa da entrevistada; Base cartográfica do IBGE (2011). Elaboração própria.

M: Casada que você mudou pra cá?

S: Não, eu mudei pra cá eu tinha uns 10 pra 11 anos. Aí casei com 16 e fui, nessa vida normal aqui, de morar no “18”, não trabalhava. Comecei a trabalhar na prefeitura tinha uns 28 anos, e tive 3 filhos. Não estudei fora daqui, né, igual minhas filhas, já fizeram faculdade fora, em [Presidente] Prudente. E essa rotina do “18” é essa aqui (Sandra, 50 anos, Pesquisa de campo, 2019).

Seus pais migraram do Estado de Alagoas para a região, recém-casados. Primeiro se instalaram no município de Junqueirópolis, e depois se fixaram em Teçaindã. Dos oito filhos do casal, três foram para a Região Metropolitana de São Paulo, e os demais seguem no distrito. Entre os filhos de Sandra, um destino similar: o rapaz mudou-se para São Bernardo do Campo/SP, é professor; a filha mais velha, “do lar”, vive em Martinópolis; e a mais nova em Teçaindã:

Sandra: Meus pais vieram do Alagoas. [...] É, vieram os dois juntos. Casaram lá e vieram. Eles eram novinhos, não me lembro a idade. Aí foram morar ali nesse Vinte e Sete. Não, eles vieram primeiro pra [Nova] Alta Paulista, [Nova] Alta Paulista que fala é ali... É Junqueirópolis, aquela região lá. Eles moram... Depois de lá eles vieram ali pra onde eu nasci, nesse Vinte e Sete. Tudo trabalhando na roça. E lá... Quer ver, acho que ele teve seis filhos, nós somos em oito, né? Éramos em oito. Aí depois ele mudou pra esse sítio aqui perto. Mas aí depois minhas irmãs já foram embora, foram pra São Paulo, né, capital. *Maryna: Todo mundo foi?* [...]

S: Não. Foram só três. Tinham o quê? Uns 19 anos quando eles foram. Mais ou menos isso, 19 pra 20 anos. E os outros ficaram por aqui, trabalhando, assim, em roça, né, continuaram na roça.[...] Trabalhava no sítio dos outros. Sítio nós não tínhamos não. [...] Aí o meu pai comprou a casa, né, tinha a roça e comprou a casa, mas nós continuamos trabalhando na roça – e morando aqui. Que era pertinho, né, bem pertinho daqui. E é assim, essa vida mesmo. Aí eu casei, as outras ficaram morando lá, e fomos casando. [...] Tem 32 anos que eu casei.

M: E conheceu o marido onde?

S: Na escola. [...]. É, conheci ele no colégio mesmo, estudando. Aí...

M: E ele era daqui também?

S: Era do sítio. Do sítio. Depois mudaram tudo pra cá, mudaram pra cidade, pra cidade grande. Tudo morava no sítio.

M: E estudaram até o terceiro[colegial]?

S: É, até o terceiro. Colegial, que falava, naquele tempo, né? Mas, ele fez até a sétima série só. Ele até tentou depois, de novo, né? Mas, não conseguiu. A cabeça já não ia.

M: E o seu marido trabalha com o quê?

S: Ele é serviço terceirizado da prefeitura. [...] E aí foram 3 filhos. O menino mora em São Bernardo [São Bernardo do Campo], a outra mora em Martinópolis, é casada, e a Carlinha mora aqui comigo. Vê se arruma um servicinho [Diz para a filha].[riso]

M: Então o filho foi para São Bernardo?

S: Foi morar lá em São Bernardo. É. Estudou aqui e foi pra lá. Ele fez Administração. E lá ele tá fazendo Pedagogia. Pedagogia [...] Pra dar aula. É.

Que ele trabalha numa escola de crianças especiais.[...]. E a outra menina casou, teve filho, mas não estudou nada não, ela quis ser dona de casa. Foi pra Martinópolis (Sandra, 50 anos, Pesquisa de campo, 2019).

Não é surpreendente a saída de pessoas do interior para a Grande São Paulo, sendo uma das áreas que mais recebeu população no Brasil desde os anos 1960, como aponta Cunha (2012): “Durante muitas décadas a Região Metropolitana de São Paulo foi a área de maior atração no território brasileiro, apresentando os maiores saldos migratórios positivos e um ir e vir constantes de migrantes” (p. 01). É o que vemos na narrativa de Sandra, assim como Lea, ou seja, um redimensionamento da escala familiar, no qual migrar não necessariamente corta os laços ou a possibilidade de regresso, como em gerações anteriores – seus pais, ou Aziz e Bertha, por exemplo. Basta observarmos que, enquanto seu filho segue os passos do tio e tias, sua irmã regressa ao distrito:

Sandra: Primeiro foi a Rute, a minha irmã... Das mais velha. Ela queria ir trabalhar fora, e ela não queria mais saber da roça. Aí tinha, né... Ela foi, foi a primeira que foi. Ela morava em São Paulo mesmo.[...] Sem ninguém. Com a cara e a coragem. Foi morar em uma pensão. Aí depois essa minha irmã, minha outra irmã, foi. Aí foi trabalhar na casa de família lá, de uma mulher lá. Porque já tinha umas pessoas, umas colegas delas que moravam lá, mas elas não foram morar na casa delas, foram morar... Aí falaram que tinha uma mulher que precisava de uma pessoa, e gostava de moça daqui do interior. Aí minha irmã foi trabalhar, mas ela trabalhou pouco tempo na casa de família. Aí ela juntava... Aí depois foi o meu irmão, aí foi pra São Bernardo, que lá tinha... Até esse meu irmão trabalhou 30 anos na Volks. Aí tinha Volks, tinha Ford, tinha... Né? Lá em São Bernardo, tinham essas montadoras. Tinha Brastemp. Aí então foi muita gente daqui trabalhar lá. Aí foi o meu irmão, ele foi trabalhar em São Bernardo. Aí a minhas irmãs, que morava em São Paulo, foram morar tudo junto, em São Bernardo. Aí depois foi o meu irmão, que morava no sítio, já era casado esse meu irmão, tinha dois filhos. Aí foi pra lá também. [...] Tinha duas irmã e dois irmão lá, que nós somos em 8. Faleceu 3 e tem 5.[...] Aí depois eu fiquei, né, namoramos, casamos. Aí ficou esses aí, depois ficou os dois que ficaram casados, e moram também tudo aqui. Um mora em Martinópolis e o outro mora aqui. E essa daí [se refere a irmã], que ficou solteira, dentro de casa.

Irmã de Sandra: E aí depois a Rute voltou também, né?

S: É. Aí o meu pai faleceu, aí depois... Ah, mas ela também foi, essa daí minha irmã foi. Aí ela terminou os estudo dela e foi. Aí morou um tempo lá. Aí ela voltou... Aí quando o meu pai faleceu, minha outra irmã veio embora, e a que tava casada ficou lá, morando lá. Aí veio essa... Quando o meu pai faleceu, tem 15 anos que ele faleceu. Aí ela veio, porque minha irmã estudava, aí ela veio pra ficar com a minha mãe. Aí moram as três: Minha mãe e elas duas e o filhinho dela, que mora, tudo... Aí dos que foram e voltaram, né? [...] que dava tempo de voltar (Sandra, 50 anos, Pesquisa de campo, 2019).

Este regressar vem numa época de desaceleração do crescimento das metrópoles e interiorização do crescimento urbano que ocorreu no país desde os anos 1980 (BAENINGER,

2004), representando a complexa dinâmica demográfica da Grande São Paulo, que ainda recebe um considerável contingente de pessoas, mas passa por um processo de perda populacional:

Na década de 1980 a RMSP registra perdas populacionais neste balanço, mas reverte esta condição de área perdedora na última década do século passado com saldos migratórios positivos significativos e para a primeira década do século XXI teve novamente intensificada a perda de população para o restante do Brasil, notadamente para os novos pólos de atração que vinham se consolidando nos últimos anos (CUNHA, 2012, p. 01).

Em complementariedade, há também a questão familiar. Tanto na necessidade de cuidar dos mais idosos, já discutida aqui, quanto nos arranjos que facilitam a própria reprodução social do sujeito e da família nuclear em situações de crises ou dificuldades financeiras (VILLAMIZAR, 2004).

Sandra, por sua vez, nunca deixou o distrito:

Maryna: E aí você falou que quando era mais nova, até pensou em mudar. O que você acha que...

Sandra: Aí eu queria ir quando eu era mais nova, eu tinha 16 anos. Aí eu falei que ia, aí o meu pai falou: “Pode ir, essa pomba despenada”, porque eu não tinha nem documento, porque hoje em dia nasceu, tira RG. Eu já tinha 16 anos e não tinha RG. Pra você ver como que eram as coisas. [...] Ele falou pra eu não ir. Aí eu fiquei com raiva e comecei a namorar o meu marido, que ele não queria que eu namorasse nessa idade, que eu tinha 16 anos quando eu comecei a namorar. Aí eu queria ir pra lá e ele não deixou. Eu falei: “Então eu vou começar a namorar, agora”, aí comecei a namorar. Mas eu queria ir pra lá, porque a minhas irmã tava todos lá, né? Minhas irmã foram tudo pra lá, né? Pra São Paulo. Pra São Bernardo. É, pra capital. Aí... Né, foram... Aí eu casei...

M: Elas foram solteiras?

S: Tudo solteira. Casaram lá, casaram tudo lá. Aí, quando eu tinha as criança pequena eu tinha vontade de ir, porque eles eram pequenos, pra gente criar lá, eles crescer lá e trabalhar. Mas aí não deu certo, o meu marido, ele sempre foi tocando roça, sempre trabalhou na roça. Aí gente achava difícil ele sair daqui pra ir pra lá. Como se fosse tirar um... Sei lá, uma pessoa, né, do seu lugar, pôr lá. Não ia dar certo pra ele aquele agito todo. Eu trabalhava... [...] Aí eu comecei a trabalhar, aí foi, ficando, não tive mais vontade [de me mudar]. As criança foram crescendo, foram estudando. Aí desisti, não tive mais vontade de ir não. Mas, quando eles eram pequenos, tive vontade de ir. Porque a vida aqui, ela sempre foi difícil. Hoje em dia está mais fácil, eu acho. Pra estudar é mais fácil, e a gente não tinha, não tinha. Aqui não tinha emprego. Ou era roça ou era um emprego desses, de prefeitura. Então, a vida da gente aqui era meia... Certas coisas você não usufruía daquilo ali. E a minhas irmã, quando morava lá [Em São Paulo], elas tinham uma vida diferente, tinha... Comprava mais coisa, sabe, tinha mais coisa. Então, aquilo foi... Assim, falar “Ai, podia ir, né?”. Mas depois foi mudando e... Aí desisti. Não quis ir mais não, pra lá. [...] agora tem mais possibilidades de ir, tem essas coisa tudo. Muitas pessoas têm carro, os jovens têm carro, então, quem trabalha... Tem um rapaz mesmo, um amigo da minha filha, que mora aqui e trabalha lá [Em Presidente

Prudente], vai de carro todos os dias e volta. Carol trabalha lá, vai e vem, né, de carro, em Prudente. Então é mais fácil a vida lá. [...] Então. Aí, a gente até casava mais jovem porque não tinha muita... Assim, como que eu posso te falar? Pensar na vida. Hoje em dia, não, essas meninas têm mais uma possibilidade de estudar, de trabalhar, entendeu? E naquele tempo, não. Então a gente ficava mais... Aí queria casar, achando que era coisa boa, e não era. Muito boa não (Sandra, 50 anos, Pesquisa de campo, 2019).

Como era uma das mais novas da família, seu pai a proibiu de mudar-se junto com as irmãs. Em resposta, ela casou-se aos dezesseis anos, quando engravidou da primeira filha. Era ainda uma forma de sair de casa e ter um pouco mais de liberdade. Conta que o pai era muito rígido, não permitia que as filhas fossem à bailes ou “brincadeiras dançantes”, muito comum nos sítios àquela época. Assim, casar era a única forma de conquistar a independência da vigilância paterna. Todavia, ao engajar-se na vida de trabalho doméstico e fora de casa, o sonho de morar na cidade de São Paulo ficou de lado.

Com a chegada dos dois outros filhos – uma menina e um menino – passou a trabalhar dentro de casa, com os afazeres domésticos e o cuidado integral das crianças. Não deixou de estudar, terminou o colegial – o que hoje corresponde ao Ensino Médio – e fez um curso técnico de enfermagem em Martinópolis. Seu primeiro emprego de carteira assinada foi aos 28 anos, atualmente é funcionária da prefeitura:

Sandra: E trabalhava, na roça. A vida inteira na roça. Depois que casei, ainda continuei trabalhando na roça. Eu vim trabalhar, eu tinha 27 anos. 20 pra... 27 pra 28 anos, que eu vim trabalhar no posto de saúde. Aí trabalhei 10 anos no posto de saúde. Aí teve os concurso, eu fiz o concurso e não passei. Aí depois que eu fiz o concurso de merendeira que eu passei.

S: Tem, acho que uns 20 anos isso. Foi. Eu fiz o curso de Auxiliar, de Técnico, em dois mil... Não, 99 pra 2000.

Irmã de Sandra: A Sandra já trabalhou nos três estabelecimentos: no posto, na escola e na creche.

S: Ah, trabalhei um ano lá em Martinópolis, numa creche de lá. Aí depois voltei pra cá de novo.

M: Mas você fez Auxiliar de Enfermagem?.

S: Ah, fiz Auxiliar de Enfermagem, Técnico de Enfermagem. Não trabalhei, trabalhava no posto de saúde.[...] Fiz em Prudente também. Aí trabalhei em um posto de saúde por dez anos. Aí depois fiz um concurso, de merendeira escolar, passei, e já faz 9 anos que eu trabalho (Sandra, 50 anos, Pesquisa de campo, 2019).

Mais jovem entre as mulheres entrevistadas, é a que tem o maior nível de instrução formal. Atuou como auxiliar de enfermagem em Martinópolis e na sede do distrito. Diante da oportunidade de um concurso público na vila de Teçaindã, optou por abandonar a carreira na

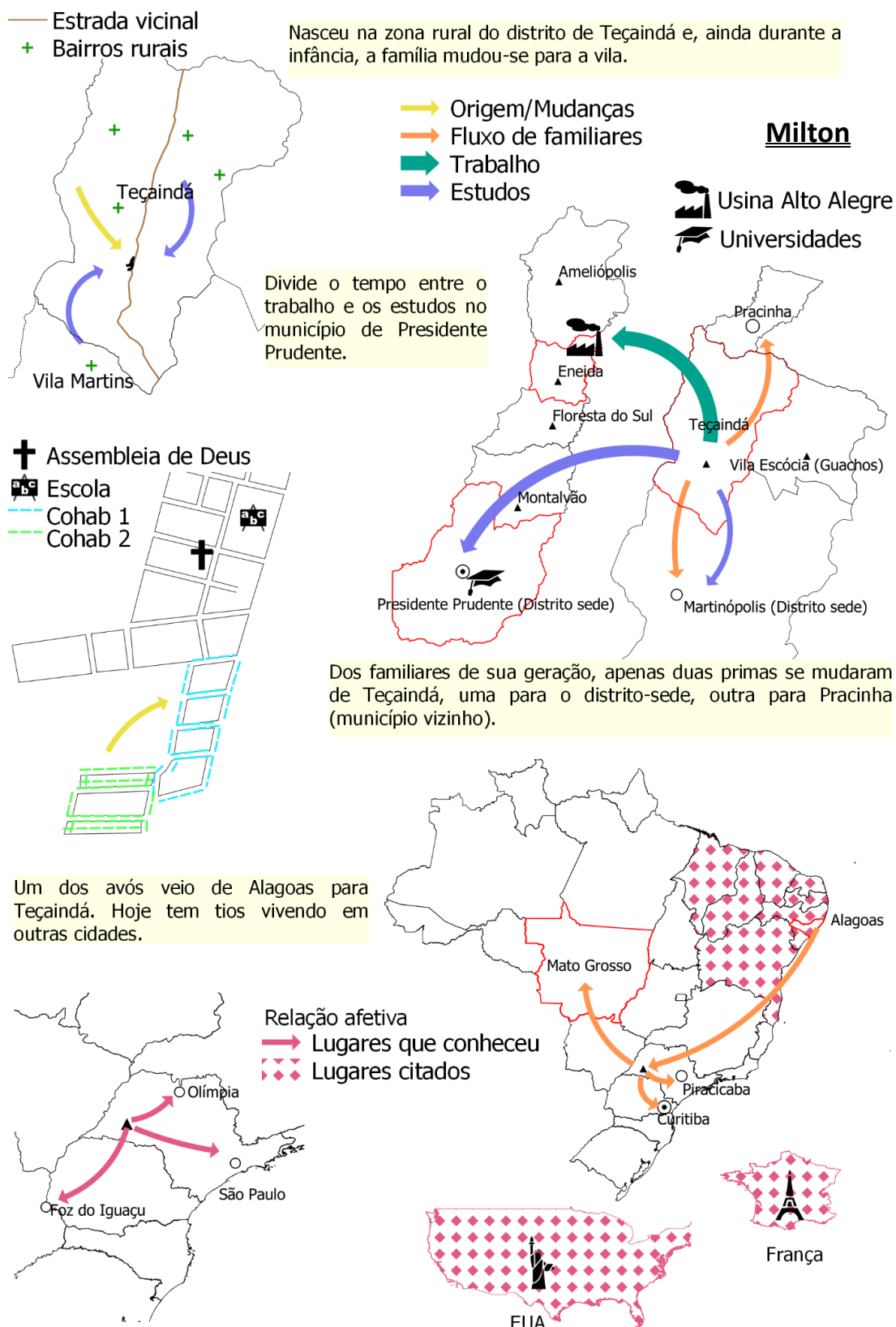
Diferentemente da geração passada, elas não se mudaram ou sequer cogitam viver num lugar muito distante, focando-se em Martinópolis ou Presidente Prudente, enquanto que o filho se orientou tendo como referência o modo de vida dos que estão mais distantes em virtude do apoio dos parentes que migraram antes e do fato de ter cursado o curso superior.

Quando conversamos com os informantes para que nos indicassem possíveis entrevistados, as primeiras respostas sempre se referiam aos idosos, sob a justificativa de que eles saberiam muito sobre a história do distrito. O que não foi descartado por nós, apenas explicamos os objetivos da pesquisa e que, além de pessoas que viviam há muito tempo em Teçaindã, também gostaríamos de conversar com sujeitos de diferentes gerações. Ainda assim, ao final, esse grupo acabou compondo a maioria do estudo. Encontramos como explicação para isso, também a disponibilidade de tempo que os idosos tem, sobretudo os aposentados, que podem apresentar sentimentos de solidão e desejo de conversar (LOPES; LOPES; CAMARA, 2009), deixando-os mais solícitos para concederem as entrevistas.

Com os candidatos jovens, encontrar tempo para a entrevista dentro de suas rotinas acabava sendo mais difícil, como aconteceu com alguns candidatos que, ao final, não pudemos entrevistar. Contudo, conseguimos um entrevistado na faixa etária dos vinte anos, e contamos com relatos informais, que mesmo não se tornando esquemas para nosso estudo, nos ajudam a analisar as informações.

Milton tem 21 anos (esquema 12), é auxiliar de produção em uma usina de açúcar e álcool e estudante universitário. Sua família mora no distrito desde que os avós chegaram do Estado de Alagoas, os quais, assim como os seus pais, são trabalhadores rurais. Atualmente, o pai é funcionário na mesma Usina em que trabalha; a mãe também era, mas está afastada por motivos de saúde. O entrevistado tem uma irmã, ainda em idade escolar. Ele nasceu no rural disperso, na época em que os pais ainda eram caseiros em fazendas na Vila Martins (fotografia 22), bairro rural do município, e também já viveu em outros bairros rurais.

Esquema 12: Exercício horizontal – Milton.



Fonte: Narrativa do entrevistado; Base cartográfica do IBGE (2011). Elaboração própria.

Fotografia 22: Aspecto atual da Vila Martins (Martinópolis/SP).



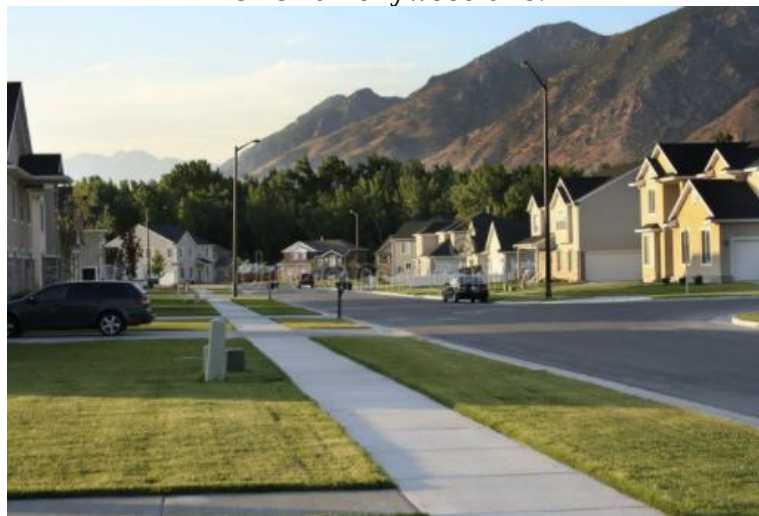
Fonte: GoogleMaps (2021).

Durante a primeira infância, a família trocou de local de emprego algumas vezes, mas morava sempre na zona rural. Neste período era comum frequentar a vila, para visitar os avós – paternos e maternos – que já moravam ali. Também para ir à Igreja – Assembleia de Deus – e, na idade adequada – à escola. Mudou-se para a Cohab 2 (setor 4), aos nove anos, quando o pai se empregou em uma das usinas do município:

Milton: Meu pai comprou [a casa] quando a moça... Uma moça ganhou a casa, mas tava precisando de dinheiro, aí vendeu pra poder ajudar a pagar essa cota, aí foi quando o meu pai comprou. Aí lá ficamos por algum tempo. Mas... Aí minha mãe quis um lugar melhor, mais... Que aqui a gente dá risada, que todo mundo comenta que o centro é... lá embaixo. Aí ficar um pouquinho mais perto do centro. Aí veio pra cá [mudança da COHAB 2 (quarto setor) para COHAB 1 (terceiro)] (Milton, 21 anos, Pesquisa de campo, 2019).

A família comprou a casa de uma beneficiária da CDHU, que não prosseguiu morando no distrito. Esta primeira mudança gerou um impacto significativo – o entrevistado brinca que se sentia em um “filme americano”, devido ao formato padronizado e sem muros do conjunto habitacional (fotografia 23).

Fotografia 23: Vizinhança de classe média típica dos Estados Unidos, muito retratada no cinema hollywoodiano.



Fonte: Google Imagens (2021).

Pereira (2013) em seu estudo sobre geografia e cinema, argumenta que os filmes são retratos construídos a partir da realidade e que podem, por meio de seus recursos – metáforas, fantasias, exagero, etc. – tornar sensações reais, boas ou ruins, em aceitáveis ou pessoais. Desse modo, Milton como telespectador se colocava fora ou dentro do que ali era representado, estabelecendo comparações com o que vivia e realizando também projeções:

O público desenvolve o desejo de consumir o filme além do filme, as paisagens fílmicas, os lugares, as situações são oferecidos a plateia pela produção de sentidos e sensações do cinema, e nessa oferta que são reinseridas ao espaço real as buscas pelo espaço ficcionalizado (PEREIRA, 2013, p. 17).

Nesse sentido, Milton também conta que tinha o sonho de conhecer o exterior:

Maryna: E você falava isso quando você era criança?

Milton: Não. Tipo assim, eu falava com a minha mãe que essa de morar fora já é mais de Ensino Médio, mas quando criança eu lembro que eu falava muito que eu ia pra Nova Iorque. Não sei se porquê... Quase todo filme americano... Nova Iorque, e eu falava muito de Nova Iorque e Paris (Milton, 21 anos, Pesquisa de campo, 2019).

Em sua narrativa vemos a relação com as produções artísticas e/ou comerciais também como um elemento que influencia sua relação com o espaço, afinal, a realidade retratada é uma criação cultural, imbuída de ideologia e intencionalidade, que pode gerar tanto rejeição quanto aspirações. Assim, ele construía oposição ao que vivia no espaço rural – onde não havia

arruamento, casas próximas etc., e, por consequência, de associação, entre a organização da vila, com o que via nas produções cinematográficas. Sandra narra essa oposição, não a partir de uma referência fílmica, mas quando passa a viver em uma casa com conexão à rede de energia elétrica: “[*Quando se mudou*] *Aí era tudo novidade, né? A luz, ela ficava piscando assim, ó. Eu e minha irmã achando bom. E foi, mas meu pai ainda tocava roça naquele tempo. E a gente morava **aqui** e trabalhava **na roça***” (Sandra, 50 anos, Pesquisa de campo, 2019).

Ir à escola era a única obrigação que Milton tinha na infância, diferentemente dos entrevistados e entrevistadas de outras gerações. Reflexo da redução do trabalho infantil no país (BARROS; MENDONÇA, 2010) e de todo um contexto marcado por diversas conquistas para o direito de crianças e adolescentes:

[...] a partir da década de 80, ao surgir um movimento social em favor dos direitos das crianças e dos adolescentes, esse quadro começa a mudar. A promulgação da Constituição Federal de 1988; a adoção, em 1989, da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança; a aprovação, em 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); os suportes técnico e financeiro do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) da Organização Internacional do Trabalho (OIT), somados aos programas do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) a partir de 1992, acabaram por incluir definitivamente o tema do combate ao trabalho infantil na agenda nacional de políticas sociais e econômicas (BARROS; MENDONÇA, 2010, p. 03).

Seu universo nessa fase e na adolescência – conforme narra – era restrito ao distrito e as idas esporádicas à Martinópolis, e mais raras ainda à Presidente Prudente. Detalha também que, mesmo sendo algo muito fora da rotina, a família chegou a visitar familiares em outros municípios fora da mesorregião. Um grande ponto de virada em sua vida foi o acesso à Universidade:

Milton: No primeiro dia de aula, eu não esqueço. Eu fiquei tão... Acho que emocionado, eufórico, que eu até perdi o meu óculos no primeiro dia de aula. [Riso] [...] Eu cheguei, tipo assim, a ir pra Prudente só pra ir em médico, ou shopping, eu acho que eu fui duas vezes com a escola. Você pega ônibus, vai... Sabe? Pra mim foi, tipo... eu sonhava, sabe? Você fica, literalmente, acho que fascinado com tudo o que você está vendo (Milton, 21 anos, Pesquisa de campo, 2019).

Milton foi contemplado no “Programa Universidade para Todos” (Prouni), do governo federal. Esta política foi criada em 2004, como parte do projeto nacional de expansão da

Educação Superior. Tem o objetivo de promover a inclusão da população de baixa renda neste nível educacional. Sua operacionalização consiste em acordos entre instituições de ensino superior privadas e o governo federal, nos quais são oferecidas bolsas aos estudantes em troca de isenção tributária (SOUZA; MENEZES, 2014).

Como a pesquisa de Engel (2012) averiguou por meio de dados secundários (compilados do IBGE, IPEA, SEADE, entre outros), a cidade de Presidente Prudente, por concentrar a maioria das instituições de ensino superior, é o destino de parte considerável dos estudantes universitários de sua região. Isso, juntamente com outros tipos de serviços oferecidos e a oferta de empregos, reforça sua centralidade como capital regional, contribuindo para determinar deslocamentos pendulares dentro da rede urbana. Desse modo, estudantes dos pequenos municípios, distritos ou zonas rurais da região, inseridos nas recentes políticas de universalização do ensino superior do governo federal, deslocam-se cada vez mais para Presidente Prudente – quando não se mudam permanente ou temporariamente –, redimensionando as dinâmicas regionais.

Em décadas anteriores, o trabalho agrícola determinava a maioria dos deslocamentos, tal como ouvimos das histórias dos sujeitos com mais idade. Atualmente, os estudos estão ao lado do trabalho como razão para os movimentos diários, como na experiência de Milton. Adicionalmente, Gomes (2018) indica que devido a este deslocamento, os sujeitos passam a realizar outras atividades, como lazer e consumo:

[...] a complexificação das interações espaciais, olhadas por meio do processo de produção do espaço, atenta para mudanças consideráveis no rearranjo das escalas geográficas e a IES são conteúdos que promovem estas mudanças como o alargamento do alcance territorial daqueles que vêm viver na cidade de Presidente Prudente, bem como ampliação do consumo em âmbito geral, do morar, da mobilidade, do comércio e dos serviços. A presença das IES amplia também o acontecimento dos eventos que promovem interesalaridade e este movimento tem origem, direção, permanência no tempo e no espaço e movimento (GOMES, 2018, p. 119).

Milton relata um sentimento de grande mudança, não somente na rotina, mais dura quando começou a associar o estudo com o trabalho como auxiliar de produção, mas principalmente em sua visão de mundo com o contato com pessoas de diferentes lugares. Ele também conta que passou a frequentar o *shopping center* daquela cidade média, e que, junto com ir à igreja e assistir séries de televisão, é sua principal forma de lazer, já que não se encaixa nos grupos de sociabilidade formados no distrito que, segundo ele, seguem um “padrão”, no

qual não se sente pertencente. Junto a falta de melhores oportunidades de emprego, esse fator é um dos elementos citados como motivador de seu desejo de um dia mudar-se de Teçaindã:

Milton: acho que a partir do momento que eu comecei a conhecer pessoas diferentes, principalmente culturas e ideias diferentes, sabe? Encanta. No meu caso, eu me senti literalmente encantado. E, tipo, entender literalmente com o pensamento diferente do meu. Isso que eu acho gostoso. Acho que isso foi um dos motivos que eu acho que eu não parei de estudar, de parar de ir pra faculdade. Eu acho que eu não queria perder aquilo, de parar de ver gente com tanta... Sabe? Aquele choque de realidade diferente do meu. [...] Porque eu conheci gente, tipo assim, de mais longe ainda. [...] Gente, até gente do Nordeste eu conheci. Então, foi literalmente tirar minha venda, porque aqui você vai... é muita mente pequena. É igual o pessoal começava a falar: “Você é quadrado?”, tinha aquele modo de falar “você é quadrado pra fazer alguma coisa?”, e tal. Mas é que a mente é quadrada. [...] Tipo, mudei totalmente. Eu penso em fazer coisas que tipo assim, né, que eu não pensava em fazer. Então é literalmente isso. É um lugar que é bom estar [Teçaindã], mas, pra mim, agora, é pra fora, a gente quer sair (Milton, 21 anos, Pesquisa de campo, 2019).

O êxodo rural no Brasil é um processo observável a partir de 1950, quando o país dá início às políticas de industrialização e urbanização. Alves, Souza e Marra (2011), avaliam seis décadas de migração rural-urbana (1950-2010), dividindo-as em dois períodos: 1. De 1950 à 1980: marca o início deste movimento e sua grande aceleração, quando entre 1970 e 1980, o meio rural perde 30% de sua população, equivalente a 12,5 milhões de pessoas; 2. 1990-2010: neste período os números caem, a política de substituição de importação não é mais adotada pelo Estado, há mais destaque para o agronegócio. Outra modificação é no destino dos migrantes, não mais as grandes cidades, como as capitais dos estados, com proeminência de São Paulo e do Rio de Janeiro, mas sim as cidades médias e/ou capitais regionais, contribuindo assim para a diminuição do ritmo de crescimento das grandes aglomerações, como já comentamos.

Como Queiroz (1969) explica, no Brasil os movimentos migratórios sempre foram influenciados por mudanças no mundo rural: crises dos produtos de exportação, alterações nos regimes de trabalho, crescimento demográfico. A partir de meados do século XX é que essas ondas migratórias passam a se direcionar às cidades que estavam em crescimento, mas, as dinâmicas agrárias e rurais sempre determinaram os fatores de repulsão, pois, mesmo antes do êxodo rural, contribuíam para a migração inter-regional no país. Isso se dá de forma ainda mais aparente na atualidade, uma vez que, mesmo com a tendência de os jovens abandonarem o campo, as cidades não são mais associadas às ideias de progresso e riqueza, quando crescem os

discursos que às associam à violência urbana, condições precárias de vida ou desemprego (CARNEIRO, 1999).

Milton narra que gostaria de se mudar para Martinópolis ou Presidente Prudente. Não pensa em um lugar grande – talvez Curitiba, onde mora um tio. Entretanto, nunca chegou a conhecer esta cidade. Quando adolescente fazia planos com duas primas de mudarem-se juntos para Martinópolis – as duas são as primeiras da família a concluírem o curso superior. Apenas uma delas conseguiu, mora na sede municipal, dividindo casa com uma amiga, e trabalha em Presidente Prudente, no setor da Educação. A outra chegou a viver em São Paulo, porém, em pouco tempo retornou para a casa dos pais:

Milton: Aí ela [prima] mudou pra Martinópolis. Queria até ir junto, mas, por questões financeiras na época, eu não pude. [...] É que sempre eu, ela e a irmã dela falava sempre em morar em Martinópolis. Aí ela conseguiu, a irmã dela trabalha no presídio, na parte da Secretaria de Educação dentro do presídio [Em Pracinha]. [...] E ela mora aqui, só que, tipo, se vier de Martinópolis ou Prudente, passa aqui por dentro pra ir, então pra ela é mais cômodo. [...] Aí a gente sempre falou de nós três mudar, e aí acabou que a irmã dela desistiu porque falou que não valia a pena. Aí eu e ela ia... Aí eu ia junto, só que como... Sabe aquela pessoa que adora fazer uma compra? [...]. Aí falei que não dava, acabou que ela foi e eu não fui. Ela tá morando com uma amiga nossa, que ela tá lá também. [...] Ela era daqui, há muito tempo atrás, aí ela foi pra São Paulo e voltou pra Martinópolis de novo. Mas ela era daqui. É aquilo: você vai e volta (Milton, 21 anos, Pesquisa de campo, 2019).

Milton visitou a capital do estado – São Paulo -, em uma excursão escolar, e tem impressões negativas sobre esta cidade, tal como discute Carneiro (1999) em sua pesquisa com jovens rurais:

Milton: É porque eu fui em São Paulo uma vez com a faculdade. Nós, que somos daqui, a hora que você respira esse ar e você vê isso. Você chega em São Paulo e fala: “Gente, que mundo eu tô?”, “Gente, que lugar horrível, que cheiro horrível”. [...] Eu fui com a escola pra visitar museu, visitar... Nossa, eu cheguei... Eu falei: “Gente, que lugar que é esse?”, “O povo fala tão bem de São Paulo”. Gente, eu não vejo essa beleza em São Paulo. Ou seja, falei... Tipo assim, a partir daquele momento eu comecei a valorizar mais esse lugar. “Gente, como...”, lá é muito maravilhoso. E, literalmente, eu falo que, tipo assim, pra eu mudar daqui, ou é Martinópolis ou Prudente. Eu penso até em ir pra Curitiba, porque eu tenho parente lá, meu tio mora lá.

Maryna: Você já foi pra Curitiba?

Milton: Nunca fui. Eu tive uma oportunidade de ir com a faculdade, mas, como eu trabalhava, não fui.[...] Mas eu ainda falo que vou visitar. E eu queria visitar muito. Ainda vou visitar, se Deus quiser. [...] A escola, também, no final do ano também fazia muita viagem pra Olímpia, o parque, sabe? O parque aquático. Nossa, todo ano tinha. Agora, não tem mais. Tipo assim, era

porque sempre terceira e oitava série, na época... essas eram as nossas viagens. E era gostoso, era legal pra...

Maryna: Mas você tava falando, ou Martinópolis, ou Prudente ou Curitiba. Mas, Curitiba porque você tem um tio, né?

Milton: Eu “encho o saco” dele de vez em quando que eu falo que qualquer dia eu apareço na casa dele e fico lá. Mas... Sei lá... (Milton, 21 anos, Pesquisa de campo, 2019).

Todavia, as diferenças que percebe entre o lugar que ele cresceu e Presidente Prudente, onde estuda, não são apenas positivas. Conta que – como um jovem negro – passou a perceber situações de racismo que não lidava no distrito:

Milton: E nessa parte, tipo assim, por eu ser daqui, eu não conhecia essa parte de tipo assim, de racismo. Tipo assim, porque, querendo ou não, aqui... Tipo... Eu comecei a ter contato e comecei a ver isso. Querendo ou não, por ser cidade pequena, e todo mundo é amigo ou parente de alguém, eu nunca vi isso claramente. Ou muitas vezes a gente nem entende. E tipo assim, mas em Prudente eu já vi, já aconteceu. Entendeu? [...] Eu andando em Prudente, tipo assim, aconteceu uma coisa e... Igual eu gosto de citar a Meg de *Grey's Anatomy*, que ela fala que às vezes é aquela coisinha que você não percebe, mas aquelas vezes é aquela coisa escandalosa. E aquela vez que aconteceu comigo, que eu percebi, que foi aquela coisa de tipo assim... Sabe? Tipo assim, foi a ação da pessoa. Sabe? De tipo assim, literalmente, de eu estar passando... E olha que eu falava que na época, ainda, hoje em dia eu falo que é o cabelo, mas na época o meu cabelo era raspado ainda. De tipo assim, eu estar passando e literalmente a pessoa, ela olhar pra trás, escorar na parede e esperar eu passar. Tipo assim, aí você... Primeiro você tenta, tipo, analisar a situação, o que que foi isso? Entendeu? Porque é uma coisa que, tipo, nunca aconteceu comigo. [...] A pessoa estar com duas sacolas na mão e... Aí, eu tava até ouvindo música, acho que no fone de ouvido, e olhando, porque eu tava indo pra Prudente, ela tava descendo aquela avenida... E eu descendo, e tipo assim, sou daqueles que gosta de olhar muito, porque, como eu tô andando, eu gosto de saber por onde eu estou indo e por onde eu volto. Então eu venho prestando muita atenção, tô com o fone e eu olhando, aí eu percebi que um senhor tava na frente, como se ele tivesse naquele portão ali, ó. Aí ele olhou pra trás com duas sacolas na mão, e a gente anda naquela calçada, aí tinha um prédio, assim, um muro, literalmente. Aí sabe quando você... Ela literalmente escorou no muro, de frente, assim, pra rua. Segurou... Eu percebi que ele fez aquela... Sabe quando você vê que a pessoa fez força com a mão pra segurar a sacola? A hora que eu vi que ele olhou pra trás, tipo assim, aleatoriamente, você olha de volta, né? Aí, ele escorou na parede, esperou eu passar. Aí depois de uns três, quatro metros que eu tinha passado pra frente, eu... Sabe aquela disfarçada? Eu olhei pra trás e vi que ele desescorou da parede e continuou a andar. É uma coisa que, tipo... Eu só vivi lá. É uma coisa que por aqui você não vai ver. É igual ao meu vô, eu contando pra ele, ele falou que ele é de Alagoas e veio parar aqui. Aí ele contando que... Porque o meu vô é “indígena”, ele fala que a avó dele era “índia” de estar no mato ainda. E a mãe dele, não, a mãe dele é casada com branco. Acho que foi até com um português se eu não estou enganado. Português não. Ah, eu não sei te dizer. Acho que é português que ele fala. Sei que ela era loira de olho azul, que ele fala. E ele

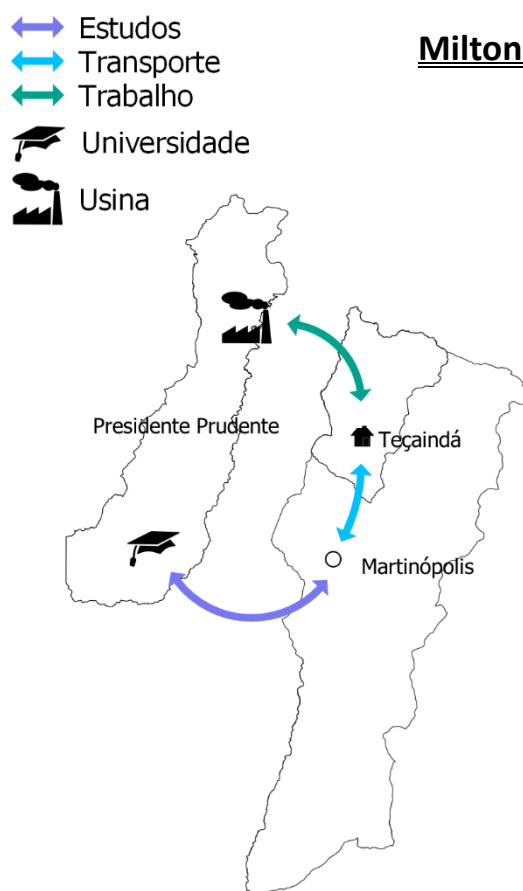
não, você vê que ele tem a pele morena, mas ele tem cabelo liso, sabe? Traço indígena mesmo. E ele fala que da parte da família dela, da... Do pai dela, parece, que falava mal de negro e tal, que não queria e tal. Aí tava comentando e tal. Tipo assim, eu só vim a ver isso depois de velho, porque... Sim. Pra não falar, eu... Eu não, minha prima. Tava comentando de um caso que ela viu aqui na escola, mas de criança. Mas, querendo ou não, tipo assim, hoje em dia. Mas eu, enquanto criança... Só nos *bullying* da vida, mas... De ser mais magro, mais alto, que eu sempre fui mais alto, mais magro, mas enfim. Tipo, essa parte de racismo e preconceito, tipo, eu vi isso fora (Milton, 21 anos, Pesquisa de campo, 2019).

Smith (1996) argumenta que a Geografia ainda é muito displicente com as questões raciais, já que, num relato como este, no qual uma simples caminhada na rua pode ser transformada em uma experiência de dor e culminar num sentimento de inadequação àquele espaço, isso marca o sujeito e sua interação com a cidade, vemos como as relações espaciais são racializadas.

Retornando ao tema da migração campo-cidade, cabe afirmar que os números continuam significantes. Entre 2000 e 2010, a população rural brasileira decaiu em 17,6%. Dentre as grandes regiões brasileiras, as que mais perderam moradores do campo foram o Nordeste, em primeiro lugar, seguido da região Sudeste. Ainda assim, os autores indicam que o êxodo rural deixa de ser uma preocupação para a urbanização no país (ALVES, SOUZA E MARRA, 2011). Pesam, portanto, fatores como o empobrecimento, envelhecimento, concentração da terra, queda drástica do emprego rural e barreiras sociais e econômicas aos jovens (RODRIGUES, ARAÚJO, LIMA E LIMA, 2020).

Os autores utilizam os dados do IBGE, em vista disso, tecnicamente não se referem à população em sedes de distritos municipais. Conquanto, as dinâmicas populacionais destes espaços estão relacionadas às explicações para a migração rural-urbana. Vemos na geração de Milton (esquema 13) a perpetuação de diversas exclusões e elementos limitadores de sua espacialidade, um exemplo é a falta de terras próprias desde gerações anteriores de sua família. Sendo um dos primeiros de seus parentes a alcançar o Ensino Superior, ele tenta romper essas limitações, em busca de um emprego em que tenha melhores condições de trabalho, como estabilidade e uma carga horária menos desgastante, além da possibilidade de redimensionar sua escala geográfica, com o objetivo de mudar-se do distrito. Ou seja, se mantém um cenário em que a migração rural-urbana se dá mais por fatores de expulsão do que de atração.

Esquema 13: Exercício vertical – Milton.



Fonte: Narrativa do entrevistado; Base cartográfica do IBGE (2011). Elaboração própria.

Nesse sentido, Milton organiza seu cotidiano entre o trabalho na Usina de Açúcar e Álcool durante o dia, localizada nas imediações do distrito, mais precisamente na zona rural do município de Presidente Prudente, e os estudos na sede deste, no período noturno.

Ao analisar as entrevistas sob o olhar escalar, concluímos que alguns temas se sobressaíram como disparadores de movimentos, impedimentos, saltos escalares ou restrições espaciais, tais como: trabalho e gênero, principalmente, considerando as dinâmicas familiares. Por outro lado, ponderamos que a vila comparece em todas as histórias de vida como um nível diferenciado, com uma extensão específica, e engajado em diferentes relações, ou seja, como uma escala, um enquadramento próprio no conjunto de referências do sujeito, muitas vezes a despeito de movimentos que tendem ao êxodo rural. Por isso, buscamos na próxima seção, discutir como os elementos de reescalonamento podem ser contraditórios.

5.3. Os sujeitos na construção escalar: elementos de contradição e cooperação

Na maioria das histórias de vida, o trabalho tem um destaque considerável. Como já relatamos, as perguntas visando estimular o desenrolar da metodologia focaram-se mais numa orientação temporal, do que temática. Assim, podemos assumir que foram construídas de forma mais espontânea possível, na interação entre entrevistadora e entrevistados. Por isso, acreditamos que as escolhas que cada participante fez para compor seu relato demonstra a grande importância desta categoria. A fala de Aziz é bastante representativa da centralidade do trabalho na vida dos colaboradores:

Aziz: Outra coisa que eu vou falar pra você, pra você e pra você [aponta para os mais jovens na sala]. Eu comecei a trabalhar com 10 anos de idade. 10 anos. E, pra aposentar aqui, aposentei com 68 anos. Foi o maior sacrifício, na lavoura. Não tinha registro, eu não era registrado. Nunca fui... Ou fui? Eu fui registrado... Era a palavra da pessoa, né, que falava: “Trabalha aqui pra mim que eu te pago”. Não tinha nada, né? [...] Com 14 anos eu já tinha trabalhado tanto que se fosse pra ver, tava podre de rico. Se trabalho “enricasse” né [risos]. Mas tá bom. Pra que, com a saúde da gente? Não é bom? Ave Maria. E outra coisa que eu vou falar pra você, que eu agradei muito, que eu agradei muito o que o meu pai me ensinou. O que o meu pai me ensinou. Ele não me ensinou a ler, ser sabido, olhar um livro e ler tudo. Mas ensinou a gente viver, lá na lavoura. Isso aí eu bato palma. Agora, se você chegar no supermercado agora, ali, ó: “Me vende 100 [reais] aí”, “Agora, Seu Aziz”. No outro dia eu vou lá e pago. Isso aí o meu pai ensinou pra gente, respeitar... O meu olho ficou cheio d’água. Ele falava uma “palavra” pra gente, que eu vou falar pra você e acho que você não vai esquecer nunca. Ele falava assim: “Meu filho, não põe o pé onde a mão não alcança”. [...] “Não põe o pé onde a mão não alcança”. Eu vou explicar pra você, pra você, pra você. É eu pegar e ir na loja, vamos supor, assim, eu ir na agência e comprar um carro fiado sem eu ter o dinheiro. Eu pus o pé onde a mão não alcançou. Eu não caí de costas? Porque se a mão não alcançou, o pé vai alcançar? Isso aí eu não faço nunca (Aziz, 85 anos, Pesquisa de campo, 2019).

Podemos, desse modo, enquadrar esses sujeitos dentro do que se denomina de classe trabalhadora, ou seja, como aqueles que vivem da venda de sua força de trabalho (ANTUNES, ALVES, 2004). Em consequência, diferentes acontecimentos em suas vidas são justificados em razão deste aspecto, como, por exemplo, os deslocamentos ou permanências:

Lea: É porque, assim, a gente comprou o terreno, né, e tava todo mundo já mudando pra cidade, para os patrimônios, e a gente acabou fazendo isso também. Foi parar as roças, né, que a gente tratava roça, aí foi acabando as roças e a gente mudou pra cá. Aí ficamos trabalhando, assim, na Usina, que é

Alto Alegre, né? Eu saí, já tem 13 anos que eu parei. Meu marido continua lá, já tem quase 25 anos que ele está lá (Lea, 54 anos, Pesquisa de campo, 2019).

Aziz: Eu mudei pra aqui [Vila], porque eu não podia sair antes [da casa dos pais em Alagoas] porque eu era “de menor” naquela época. Aí eu cheguei aqui e fui trabalhar de... Assim, de peão, naquela época falava peão. Até hoje ainda fala, né?... Fui trabalhar assim na roça (Aziz, 85 anos, Pesquisa de campo, 2019).

Maria do Carmo: Quando eu mudei para aqui era bom demais. Porque era tanto serviço, era tanto serviço que de sábado para domingo vinha três, quatro pessoas chamando por você. Tinha serviço para todo mundo segunda-feira. [...] E a gente trabalhava junto [da família], trabalhava tudo junto. Ah, mas agora, agora, o serviço aqui só nas Usinas de cana (Maria do Carmo, 75 anos, Pesquisa de campo, 2019).

O termo usado por Aziz – “peão” – , denota popularmente trabalhadores braçais, seja no “chão da fábrica” ou na “roça”, no vocabulário popular. Queiroz (1978) explana que há diversas formas de organização do trabalho rural desde o Brasil Colônia, quando, junto às pessoas escravizadas, já estava presente a mão de obra livre, principalmente na agricultura de abastecimento, ou seja, aquela que não era destinada à exportação. Essas práticas foram incorporadas em nossa sociedade e se estenderam para os séculos subsequentes, com suas devidas variações: pequenos produtores, “parceiros”, “moradores de favor”, são alguns exemplos.

Os parceiros pagavam o aluguel da terra com uma parte da colheita e eram, teoricamente, livres para dispor do restante; os “moradores de favor” não pagavam aluguel, dispunham da colheita, mas deviam prestar os mais variados serviços para o proprietário da terra. Outra forma encontrada era o trabalho periódico ou sazonal, realizado pelos que ficaram conhecidos como “volantes”. Todos esses tipos de organização se espalharam pelo Brasil à medida que a economia se interiorizava, principalmente, a parceria, que era bem-vista, pois, gerava lucro para os que comandavam a terra, permitindo que se engajassem em outras atividades econômicas, como a pecuária ou mesmo o comércio (QUEIROZ, 1978).

A autora explica que, já no século XIX, as fazendas de café seguiram uma organização parecida com as lavouras da cana-de-açúcar – associação do trabalho escravo com o livre, nestas diferentes formas:

Assim, repetiam-se as mesmas estruturas de trabalho, que variavam no entanto conforme o destino dado à produção. Quando esta se destinava ao mercado exterior (cana, café, mais tarde cacau), ou ao mercado (gado), ou aos mercados

locais (produtos alimentares), então a organização do trabalho variava (p. 29-30).

A primeira grande modificação nesta estrutura se deu com o processo de abolição da escravidão em 1888. Quando, como estratégia para burlar a introdução do trabalho assalariado, os fazendeiros adaptaram as condições já existentes, surgindo assim o “cambão”: prática na qual cada família trabalhava em troca de uma pequena moradia e parcela de terra para cultivar gêneros para o consumo próprio. Prática marcante no Nordeste, que pode ter o Colonato apontado como correspondente no Sudeste e Sul do país. (QUEIROZ, 1978; DEZEMONE, 2015).

Outro marco foi o Estatuto do Trabalhador Rural, já em 1963, que buscou estender a legislação trabalhista ao campo, intensificando a utilização do trabalho temporário, também como estratégia dos fazendeiros de furtarem-se das obrigações propostas pela lei, implicando em modificações importantes nas relações sociais:

Os trabalhadores vão perdendo o contato até com os administradores. O proprietário de um caminhão se encarrega de engajá-los; estabelece com o administrador o preço da diária, depois vai buscar os trabalhadores na periferia dos povoados mais próximos, leva-os para o trabalho e os conduz para casa à noite [...] O que acabamos de descrever em relação ao Nordeste, acontece também em regiões inteiramente diferentes e com produtos heterogêneos; café, cacau, algodão, etc. É sobretudo nas regiões mais ricas, como São Paulo e Paraná, que as modificações são rápidas e parecem mais radicais. Em toda a parte, a mão-de-obra permanente é despedida e substituída pelos volantes, pagos por diária ou por tarefa. (QUEIROZ, 1978, p. 36-37).

Entre os entrevistados podemos vislumbrar um pouco de como as modificações foram sentidas, uma vez que em cada família há exemplos desses diferentes tipos de organização do trabalho rural, como o arrendamento de terras, o sistema de parceria, chegando ao assalariamento:

Maria do Carmo: Nós [filhos] tocávamos a roça, mais minha mãe e meu pai era empregado, trabalhava com gado. E eu e a minha menina trabalhava na roça. Nós tocávamos assim por arrendamento. Usava no fim do ano, a patroa pegava a parte dela, né, pesava, né, e ali ela pegava a parte dela e nós ficava com a nossa, né? [...] Ela mesmo que vendia os cereais do dia, né? Aí depois, que sobrasse dinheiro, ela dava a parte... Que a gente saldava no fim do mês, fim do ano, né? Era porcentagem, né? Só que eu não sei nem quanto ela tirava por cento, né? [riso] (Maria do Carmo, 75 anos, Pesquisa de campo, 2019).

Sandra: A vida inteira trabalhando. Eu deixei de trabalhar na roça quando eu casei mesmo, tinha 18 anos. Aí eu parei, mas [...]. Ia todas colega, né, pra roça.

colega. Que morava aqui no [...], as roça era pertinho. Aí a gente já se conhecia da escola e ia pra roça, trabalhar. Meu pai plantava muita roça, plantar algodão, essas coisa. Aí nós tudo ia pra roça. [...] Tinha muito serviço, né? ... Que era muita roça que tinha. Esse pessoal que tinha sítio mesmo, todos eles plantavam essas coisa. Era milho, feijão, algodão, amendoim. Era muito essas coisa que eles plantavam.

Irmã de Sandra: E tinha as época da... “Ó, agora vai ser pra roça do Fulano”, “Agora trabalhar na roça do Ciclano”.

S: Quando acabava, é. Quando acabava um, aí ia ajudando. Porque era tudo conhecido, tudo vizinho, aí ajudava um na roça do outro, pra acabar logo o serviço (Sandra, 50 anos, Pesquisa de campo, 2019).

Aziz: Quando eu casei, eu trabalhava de arrendatário. Assim, quando eu casei, o meu sogro tinha um sítio, aí eu fui trabalhar com o meu sogro, né? Ele me deu... Tocava a lavoura. Naquela época, nós não tínhamos nada, não tinha um trator, não tinha nada. Tudo era manual. Até pra plantar a lavoura era manual, né? E a gente tocava muita lavoura. Olha, eu trabalhei com o homem aí, tocava 10 alqueires de roça, mas tudo manual, tudo tombado à animal. Máquina agrícola? Nada, nunquinha. E naquela época era também derrubada, trabalhava com aquele tanto de madeira, né? Depois foi indo, acabando, a turma foi comprando, a serraria foi comprando. Aí ficou assim. No mais, aqui era pouco... Aqui não tinha quase, de ver nada, era só na roça. Aí, assim, um fazendeiro que nem... Você já ouviu falar do nome de [Nome do fazendeiro]? É. Mas, pois é. Esse era rico, esse aí era tudo fazendeiro, né? O [Nome do fazendeiro], que mora em Martinópolis, o filho desse fazendeiro... o filho era... Até foi prefeito um tempo aí, foi um prefeito, bom demais, né? Então, naquela fazenda dele, era pegava muito arrendatário, muito arrendatário, viu? Pegava uma terra e pagava uma renda pra ele no fim do ano. Era assim, a base de... É, plantava amendoim, algodão... É, milho. Tinha de tudo, tinha porco, que era... Era uma fartura, rapaz, naquela época. Não é que nem hoje, tudo é em Supermercado. Naquela época plantava feijão, plantava mandioca, plantava tudo. E tudo tinha. Os terreiro era lotado de galinha, frango. Hoje, tem isso aí tudo no Supermercado. Hoje é muito diferente. Esse negócio assim, de... Eu ignoro uma coisa... Ignoro, não, os mais idoso, né? Ignora, não... Esse negócio de... Esses aparelho eletrônico. Meu... Nem pensar, aqui não tinha nem um telefone. Que uma vez o arrendatário queria negócio, o dono da fazenda morava em Martinópolis e vinha aqui na fazenda (Aziz, 85 anos, Pesquisa de campo, 2019).

Diferentemente de Maria do Carmo, que não conhecia inteiramente os acordos do próprio trabalho, Aziz explica como funcionava o sistema de “quarta”, ou seja, com o pagamento de 25% da produção aos donos da terra, que após a venda dos produtos, lhe repassavam sua parte em dinheiro:

Aziz: Não, depois que eu casei, aí eu já tocava por minha conta, era lavoura... Quando o meu sogro vendeu o sítio, aí eu trabalhei pra esse [Nome do Fazendeiro] na fazenda dele, tocando lavoura, pagando porcentagem pra ele da minha lavoura, né? E também pro [Nome do Fazendeiro], dez ano aí. E eu

só aposentei, vou falar pra você, pra você e pra você. Eu só aposentei porque eu contribuí. Eu contribuí, assim... “O que o senhor fez, seu Francisco?”, eu digo: “Olha, eu comecei a trabalhar com 10 ano, mas não tem registro, comecei a trabalhar com 10 ano, porque não tinha registro com 10 ano porque eu era de menor. Aí eu entrei na lavoura. E na lavoura tem registro? Eu não trabalhei de empregado pra ninguém”. Não. Eu só estou aqui por minha conta, lavoura, depois casei. Vou contar tudo direitinho. Casei com a minha primeira mulher, aí depois não deu certo. Separei, casei com avó dele aí. Vivi 40 anos com ela. Na roça era assim: eu tocava lavoura, quando eu trabalhava com o meu sogro, eu tocava lavoura e ele me dava terra pra tocar. Isso aí não cobrava nada, porque era meu sogro, né? Aí, aquilo ali... Agora, quando eu trabalhava, assim, que nem eu trabalhei pro [Nome do Fazendeiro], na fazenda do [Nome do Fazendeiro], na fazenda do [Nome do Fazendeiro], do [Nome do Fazendeiro], toquei lavoura morando aqui. Era porcentagem. Eu pagava 25%. [...] Quando eu casei, tocava lavoura. Eu trabalhava assim, naquele tempo, trabalhava por dia, e eles davam um pedaço de roça pra gente. Assim que o meu patrão fez pra mim. Trabalhei 6 anos numa casa só. Eu só saí da casa desse... Do meu patrão quando eu casei. Quando eu cheguei aqui. Aí eu não trabalhava por dia, eu trabalhava na roça, e aquela roça era colhida, lavoura vendia junto com a do patrão. Depois eu recebia o dinheiro. Ele dava o dinheiro, bonitinho. Aí aquilo ali guardei até que deu o dinheiro pra eu casar, né? Era assim: só casava quando podia. Que tinha que fazer uma casa. Não era assim, casar sem saber onde ia morar. Não, de jeito nenhum. Então ele me dava meio alqueire e ele tocava 10 alqueire. Meio alqueire era meu, que eu trabalhava pra eles, né? E se o alqueire desse 6 sacos de amendoim, aquele dia de 6 sacos de amendoim era meu. Vender junto com a lavoura dele, né? Aí eu pegava e guardava. Punha no banco junto com os deles lá. Aí, quando foi pra casar, eu peguei o meu dinheiro... Era assim. Era igual a uma família, sabe? (Aziz, 85 anos, Pesquisa de campo, 2019).

Lea conta sobre a divisão do trabalho familiar quando criança. O pai muitas vezes se ocupava com a pecuária, e a mãe e as crianças com a lavoura. Adulta atuou como diarista em lavouras de algodão, amendoim e tomate:

Lea: Era mais amendoim, né? Depois era algodão, né? Aí depois já veio o tomate, trabalhei muito no tomate. Catando algodão, nossa. Já fiz de tudo de roça nessa vida. Só não passei veneno com máquina nas costas. Mas eu tombava, eu plantava. Meu pai trabalhava de empregado e era registrado. E nós tocava a roça. O meu pai só ia na roça para fazer o mais pesado, quando nós éramos mais novos na roça. Só que depois eu fui aprendendo a arar, que eu não sei se você sabe o que que é isso, na roça. Então ele já não fazia essa parte. Ele só ia pra passar veneno. Aí ele trabalhava, o serviço dele era mexendo com gado, e a gente tocava a roça. Mas sempre o meu pai trabalhou registrado.

Marido de Lea: Porque o sindicato veio pra ajudar o povo. Porque, antigamente, o povo trabalhava e não tinha registro, ele não tinha nada, né? Então aí mudou essa lei porque, se o cara não trabalha registrado, se você adoecer ou acontece algum acidente, você não tem como... O INSS pode “encostar” por alguma coisa. Né? Então, registrava você, né? Aí tinha que pagar, abrir uma firma, uma coisa pra pagar... reconhecimento de firma.

Lea: Eu acho que antigamente muita gente não queria esse compromisso pra não estar pagando essas coisas, né?

Marido de Lea: Você não tinha direito a nada. (Lea, 54 anos, Pesquisa de campo, 2019).

O trabalho por diária, como explica Queiroz (1978), implicou na diminuição do emprego de famílias nas propriedades rurais, que passam a utilizar os “volantes”: “mão-de-obra temporária, quase que exclusivamente masculina, residindo fora da fazenda, que chegam pela manhã e retornam à tarde para o local onde residem” (p. 42). Como Oliveira (2019) explica, o surgimento do “boia-fria” se relaciona ao aprofundamento das relações capitalistas no campo, com a implementação do trabalho assalariado, correspondendo também à concentração da população nas cidades:

No campo, esse processo de desenvolvimento capitalista está igualmente marcado pela industrialização da agricultura, ou seja, o desenvolvimento da agricultura tipicamente capitalista abriu aos proprietários de terra e aos capitalistas/proprietários de terra a possibilidade histórica da apropriação da renda capitalista da terra, provocando uma intensificação na concentração da estrutura fundiária brasileira. A marca principal desse processo é a territorialização do capital, sobretudo dos monopólios, que em geral atuam sob a forma de oligopólios (OLIVEIRA, 2019, p. 468).

Essas relações de trabalho são cada vez mais recorrentes, uma vez que no país, as lavouras de exportação se expandem, junto às alterações nos hábitos alimentares e de consumo da população. O principal ponto dessa alteração, para o autor, é a industrialização da agricultura. Um exemplo, são as Usinas de Cana de Açúcar, nas quais indústria e agricultura são partes ou etapas de um mesmo processo. As usinas citadas pelos entrevistados são: Usina Alto Alegre, localizada no município de Presidente Prudente, e Usina Atena, no município de Martinópolis.

De acordo com as informações disponibilizadas pelo *site* da empresa, a Usina Alto Alegre compõe um grupo empresarial com sede em Ribeirão Preto/SP, que se iniciou no ramo da produção e industrialização da cana-de-açúcar no ano de 1978. A unidade de Presidente Prudente, instalada na zona rural do distrito de Ameliópolis, foi inaugurada em 1996, ocupa-se da produção de açúcar e etanol, e gera 2.950 empregos diretos e 8.982 indiretos (ALTO ALEGRE, 2019). A Usina Atena, por sua vez, foi instalada em 2007 no município de Martinópolis, pertencente a um grupo empresarial oriundo de São José do Rio Preto, e, como consta em seu *site*, emprega 1.200 funcionários diretos (USINA ATENA, 2021).

Ao considerar a família dos entrevistados vemos que todas passaram por mudanças profissionais ao longo das gerações. Desde Bertha, que de uma família de cafeicultores, tornaram-se profissionais da saúde; passando por Sandra, cujos pais eram agricultores, e hoje é profissional da área da educação, assim como o filho; Aziz e Maria do Carmo que eram agricultores arrendatários, e os filhos tem empregos urbanos ou trabalham nas Usinas; e Milton, o mais jovem, nunca chegou a trabalhar na lavoura, nem no corte de cana-de-açúcar, empregando-se na produção industrial do açúcar:

Sandra: Era assim aqui. Aí depois que foi diminuindo a roça, aí foi entrando melancia, né, que não tinha, essas outras coisa, foi abrindo essas usina, essa daqui mesmo, essa usina, que a minha irmã falou que ela entrou em 90? Quantos anos que tem que ela entrou?

Irmã de Sandra: 16 anos.

S: Tem muito tempo aquela usina aqui. Então ela foi plantando cana por aqui, que foi crescendo, aí a roça foi diminuindo mais. Aí o povo também foi desanimando, porque foi ficando caro de plantar uma roça, e às vezes não dava, não cobria as despesa. Aí as pessoas foram abandonando. Pouca gente tem, hoje, uma rocinha daqui... Planta um pimentão, uma melancia... Que mora aqui. Às vezes vem de fora pra fazer, pega terra pra plantar. Mas era muita roça que tinha. Que aí, de resto, muitos vieram morar aqui só por morar, porque já não valia mais a pena morar no sítio. Não. Muita gente... É... Assim, as pessoa mais de idade, aí aposenta e vem morar aqui no “dezoito”, que mora poucas pessoas no sítio, muito pouco. Visto do que era. Nossa, menina, aqui, de manhã, saía muito trator, muita caminhonete, muitas perua pra levar o povo pra trabalhar nas roça. Era muita coisa. Agora já... ou é usina ou é trabalhar em Martinópolis e Prudente. (Sandra, 50 anos, Pesquisa de campo, 2019).

Maryna: Depois que deixou de tocar roça, foi trabalhar na usina?

Lea: Na usina. Mas, aí eu fiquei encostada, aí fiquei recebendo benefício – agora está com dois anos, né, que cortou, porque está “uma benção”, né, o INSS. Aí... O meu marido continua lá, trabalhando. Se eu voltar, eu não aguento, aí estou aqui, dependendo dele. Do marido e das filhas.

Maryna: Quantas filhas são?

Lea: Tenho três, uma é casada. Mora aqui também, mas lá no começo...

Maryna: E ela trabalha com o quê?

Lea: A de lá? Na Alto Alegre também. Só que na parte da cozinha, né? Ela trabalha cozinando.

Maryna: Aí tem a outra que é professora...?

Lea: E a outra, que trabalha em presídio [Em Martinópolis]. (Lea, 54 anos, Pesquisa de campo, 2019).

Milton: Eu nasci na região, mas eu morava num sítio aqui, próximo. Não dá nem 20 quilômetros daqui. Mas, minha família sempre foi daqui, então a gente... Todo o final de semana a gente vinha pra vir pra igreja, eu estudava aqui. Aí, aos 9 anos de idade, eu mudei pra cá, pra Cohab, lá em cima. Aí a gente morou alguns anos lá e depois mudou pra cá, mas sempre foi aqui mesmo. Meu pai, minha irmã e minha mãe. Assim, no caso a minha família,

mas tinham mais famílias. Meu pai era o famoso “caseiro”, trabalhava com ordenha de vaca. Aí ele começou a dar problema de coluna, saúde, por questão de trabalho exaustivo, né? Aí foi onde ele entregou o currículo na usina Alto Alegre. Aí chamaram ele, aí ele achou melhor sair de lá e vir pra morar aqui porque era mais cômodo, né? Aí minha mãe também trabalhou lá um certo tempo depois que mudou pra cá, mas fora isso sempre trabalhou na roça, ou ajudando o meu pai lá. E ele tá lá desde... Desde quando a gente chegou aqui, pra morar aqui, ele trabalha lá.[...] Já eu, eu entrei lá na Usina, eu trabalhava na parte da caldeira. Eu era basicamente um Auxiliar de Mecânico. Chegava a cana, aí entrava na moeda, daí moía aquela cana... e o bagaço ia pra onde eu trabalhava. Aí passava pela caldeira, e eu trabalhava em filtro, pra ser exato. Aí, a sujeira que sai dessa caldeira passava por esse filtro, então eu basicamente só vistoriava esse filtro. Ficava olhando, aumentava, diminuía a velocidade. Tudo automático. Aí, no ano... Ano passado, aí como era safra, e a gente só trabalha em época de safra, aí me dispensaram. Aí, quando eu fui voltar, me mudaram de setor, porque tinham contratado um menino pra minha vaga, que era até jovem aprendiz, então já tava lá... Aí me mudaram de setor, para o setor que eu estou até hoje, que eu trabalho, hoje em dia eu trabalho mais na produção do açúcar, que eu empacoto o açúcar hoje em dia. Esse açúcar cristal aí de 5, 2 quilos, demerara. A gente empacota e enfarda. Coloca na esteira e mandando pro armazém pra eles armazenar. É tipo aquele filme, “Tempos Modernos”. O meu trabalho é repetitivo. Só fica ali, empacotando, aí muda o lado, fecha o fardo. É aquilo o meu dia inteiro.[...] No começo do ano eles sempre fazem aquela seleção. Eles falam que vai ter algum ponto que eles vão estar recolhendo currículo. Aí eu acho que a primeira vez que eu tentei eu não consegui. Aí a segunda vez eu consegui. Aí foi onde eu entrei na caldeira e depois mudei de setor. Mas eu... É um serviço... É puxado? Mas eu falo que eu gosto porque eu fiz bastante amizade lá, então até que eu me divirto no dia. Mas é cansativo... é mais gostoso pelas pessoas, não pelo serviço em si (Milton, 21 anos, Pesquisa de campo, 2019).

Fica evidente que as transformações no mundo do trabalho afetaram a vida dos entrevistados, implicando na construção social da escala, como discutimos na seção anterior, por meio de mudanças no local de moradia, na organização familiar, limitando ou alargando as relações com outros sujeitos ou espaços. Gough (2004) argumenta que, muitas vezes imaginamos o reescalonamento concentrando-nos em explicações técnico-organizacionais, ou seja, do ponto de vista funcional, com foco no que é impulsionado por novos arranjos visando, por exemplo, melhorias de produtividade e inovação tecnológica. O que não está incorreto, afinal, esses são fatores que estão no cerne de muitas alterações no mundo do trabalho, basta visualizarmos como a modernização da agricultura está imbricada nos processos descritos aqui.

Todavia, essa leitura peca no tratamento das relações de classe, gênero e raça ou nacionalidade. Primeiro, porque em geral esses elementos são ignorados, quando tratados ou são vistos como não-conflitantes, sendo totalmente suprimido pelas forças “maiores” do capital, ignorando-se que as relações sociais também podem ser uma causa e um objetivo do

reescalonamento. Ou seja, há uma visão unilateral, na qual os sujeitos não têm “[...] habilidades para comandar territórios e distâncias de escalas diferentes, de modo que mudanças de escala podem ser um meio de luta de classes” (GOUGH, 2004, p. 189).

As ações de regulação e governança são exemplos disso. Gough (2004) questiona o fato de que muitas vezes interpretamos “neoliberalismo” como sinônimo de “interesses do capital”, ignorando a força que os movimentos populares têm de reforçar setores social-democratas dentro dos Estados Nacionais, e subestimando as estratégias que o próprio capital tem de resolver as contradições entre capital e trabalho. Todos esses movimentos são amplamente ambíguos “em sua direção política, são contingentes às lutas de classes em escalas espaciais variadas e, como mediações de contradições, podem ter estabilidade limitada” (GOUGH, 2004, p. 206).

A reorganização do trabalho agrícola implicou diretamente num reescalonamento das famílias, seja pela dissociação do lugar de moradia com o de emprego, seja nas pressões específicas produzidas sobre as mulheres com dependentes – crianças ou idosos, num contexto de combate social do trabalho infantil e aumento da expectativa de vida, além de ampliação da participação feminina no mercado de trabalho formal (GOUGH, 2004). Nesse sentido, há respostas que implicam no reconhecimento da vila pelos moradores e, por consequência, pelo Estado, como local de intervenção para responder a essas demandas, que são, por natureza, multiescalares. Exemplo disso é a implantação dos conjuntos habitacionais e da creche, como já comentamos no quarto capítulo. É nesse sentido que o autor argumenta que há uma “cooperação ativa do trabalho”, ou seja, uma esfera de negociação dos residentes com as empresas, que é uma estratégia de acumulação mais eficaz do que a subordinação passiva. Isto é, o capital busca inserir a “produção na localidade, seja em termos de ligações materiais, fluxos de informação ou reprodução de força de trabalho adequada” (GOUGH, 2004, p. 195-196).

Nada do que se diz aqui é num sentido “romantizado”, de uma suposta aliança entre o capital e os trabalhadores, na qual se ignora a exploração derivada da desigualdade de poder. Nas elaborações sobre escala de Smith (2000) e de Cough (2004), esse sentido está próximo da proposta de solidariedade de Santos (1996) sobre o local/global e as horizontalidades e verticalidades, nas quais alguns interesses terminam coincidindo.

Ribeiro (2005), ao abordar problemáticas da questão urbana, questiona os malefícios da profunda racionalização e fragmentação da nossa interpretação do mundo, que rejeita a subjetividade, o convívio e a recusa a memória dos lugares. Dialogando com Milton Santos, a

socióloga, nos faz pensar nas “contra racionalidades” ou racionalidades alternativas em relação à lógica sistêmica (parcelar e excludente):

Evidentemente, existe dominação na ação espontânea e preservada de aprendizados pretéritos, das relações hierárquicas e da vivência da escassez. Porém essa ação possui a capacidade de ir além do já concebido e previsto. Dos gestos-fio “impensados” podem advir descobertas radicalmente novas e vínculos imprevisíveis, o que também é necessário à tessitura do social, especialmente num período caracterizado pelo esgarçamento de relações sociais (RIBEIRO, 2005, p. 421).

O argumento é que a escala é construída por um grande conjunto de contradições da economia política espacial e por diversos projetos políticos formados dentro dessas contradições, implicando, portanto, em negociações, reconhecimento de pautas, mediação de interesses, que em determinados momentos são contraditórios e noutros são convergentes. Essas relações contraditórias são mediadas, sobretudo, pelo Estado, sendo responsável por promover essa cooperação:

Mais uma vez, a escala local é parte integrante deste projeto. Na estratégia social-democrata, a integração local dos atores econômicos visa assegurar fluxos econômicos internos intensos e eficientes, provisão de insumos comuns, governança efetiva destes e, fundamentalmente, a construção de consensos políticos entre setores do capital, mão-de-obra e residentes. Isso depende e tende a cimentar compromissos mais ou menos duradouros com a localidade. As empresas devem ter uma perspectiva de permanecer na localidade e, com base nisso, desenvolver um compromisso político para fortalecer a acumulação local. Isso pode depender de convencê-los de que são, de fato, localmente dependentes (Cox, 2002: 14). O compromisso dos residentes com a localidade deve ser construído por meio de serviços de bem-estar, habitação, transporte e meio ambiente de boa qualidade, incluindo aqueles que aumentam a força de trabalho e apoiam as mulheres em suas responsabilidades (imputadas) de cuidado (Perrons, 1998). Nesta base, a economia adquire especificidade local, através do desenvolvimento de determinados setores locais, buscando nichos de mercado para eles, explorando a especialização flexível, melhorando as habilidades específicas localmente, usando e aprofundando formas locais herdadas de coletividade social (Storper, 1997) (COUGH, 2004, p. 196 [Tradução nossa]).

Desse modo, a escala do distrito comparece em diversos momentos dessas transformações das relações escalares, articulando-se a mudanças globais e sendo reconhecida por forças políticas e econômicas de diferentes níveis, públicas e privadas. A presença dos sujeitos, embora diminuta no conjunto do distrito, cresceu na vila em relação as primeiras décadas de ocupação. Esse relativo crescimento significa que a força de algumas relações, como

as familiares e as de vizinhança, também atuam na construção escalar, mesmo com alcance menor que os movimentos do capital. Enquanto ocupar um papel na vida desses sujeitos, a vila será capaz de manter sua posição nesses enquadramentos.

Vemos diferentes funções exercidas pela vila que são corroboradas pelos relatos dos entrevistados, nos quais pudemos verificar que a construção dessa escala passa por diferentes elementos na vida de cada um, e alguns são coincidentes: a função de moradia, a oferta de serviços públicos, as redes de sociabilidade e familiares.

Quando consideramos que os moradores foram ou são filhos de pequenos proprietários rurais – casos em que há a questão da insuficiência de terras para a permanência da família –; agricultores ou trabalhadores rurais sem a posse da terra (arrendatários/parceiros ou “boias-frias”), vemos uma demanda por moradia. Todavia, isto por si só não acarretaria numa mudança para a sede distrital, haja vista, que esse movimento é o que explica o êxodo rural em direção às cidades. Desse modo, há em primeiro lugar o reconhecimento do papel ou das funções que a vila sempre exerceu, como complementar ou intermediário aos serviços urbanos, retroalimentando as tramas de sociabilidade. Um exemplo da atuação da iniciativa privada é o transporte escolar. A filha de Bertha conta que, enquanto ela cursava o Ensino Médio, na cidade de Martinópolis, seu pai alugou um carro para levá-los, junto a outros estudantes e, posteriormente, ele adquiriu um veículo e passou a oferecer o serviço:

Filha de Bertha: Aqui [na vila] eu estudei... Igual, eu mesmo estudei até a quarta série aqui, né... o básico, né? Aí depois eu fui estudar em Martinópolis, já teve irmãos meus que já estudaram aqui, mas eu estudei em Martinópolis. Depois daqui foi fazer faculdade e foi pra fora, pra Araçatuba, ela também.

Bertha: Deu quarta série aqui?

Filha de Bertha: É, deu quarta série. E depois fui até o colegial, né? Agora tem até o colegial aqui. Meu pai colocou uma Kombi. Uma Kombi, né? Que tinha um senhor lá em Martinópolis que ele tinha uma Kombi de aluguel, então a gente fretava aquele lá, então ele vinha buscar a gente todo dia aqui. Aí depois o meu pai comprou uma Kombi, então carregava os estudantes, cobrava uma taxa de cada um pra despesas e assim foi, até a gente sair do colegial.

Bertha: onze estudantes, ele carregava...

Posteriormente, estes papéis foram reconhecidos pelo Estado, que inclui essa escala em suas políticas de assistência social, educação, saúde e moradia popular. Essas funções não deixam de caracterizar a vila como uma manifestação das ruralidades presentes em nosso país. Por isso, na próxima seção vamos debater esta questão e a noção de rural concentrado como alternativa para compreender e estudar localidades como a vila de Teçaindã, em alternativa ao

que é posto oficialmente pelo Estado brasileiro, que considera seus moradores como população urbana.

5.4. A noção de “rural concentrado” e o debate das ruralidades

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa não nos preocupamos em debater definições de rural e como os distritos municipais alinhavam-se a elas. Buscamos, outrossim, o entendimento de rural e ruralidades a partir desta unidade político-administrativa ainda pouco estudada, argumentando em prol da noção de “rural concentrado”. Sendo assim, partimos da premissa que espaços como a vila de Teçaindá exprimem ruralidades com algumas características específicas, tais como: concentração de ruas, proximidade entre as edificações, baixa presença da agricultura. Estas que, por sua vez, não costumam ser associadas ao rural no senso comum. Isso porque ainda é corriqueiro que a percepção que temos na mídia, em manifestações artísticas ou mesmo em contextos educacionais, seja marcada por uma hierarquização e oposição entre o urbano e às cidades e o rural e o campo.

Na canção “No Rancho fundo”, muito conhecida na interpretação da dupla Chitãozinho e Xororó de 1989, composta por Ary Barroso e Lamartine Babo, na década de 1930, há uma amostra desse dualismo, junto a outras características que até hoje são atribuídas aos espaços rurais e urbanos: “No rancho fundo/ Bem pra lá do fim do mundo/ Onde a dor e a saudade/ Contam coisas da cidade”. A melancolia da personagem vem dos encantos e desencantos da cidade, estes que explicam seu isolamento na paisagem rural descrita ao longo da letra (“o rancho”, “o terreiro”, “a serra”, “a natureza”). A música foi regravada diversas vezes por diferentes artistas ao longo das décadas, o que nos mostra que, apesar da distância temporal em relação à época de sua composição, há uma identificação do público com a obra, indicando que os valores aí implícitos ainda estão presentes em algum nível em nossa sociedade (DAMASCENO, 2021).

O dualismo, portanto, está implícito nas determinações oficiais que conformam a organização política administrativa no Brasil: os distritos e municípios brasileiros são, a priori, divididos em duas zonas. Todavia, pelo que foi demonstrado aqui, não basta negar o caráter urbano oficialmente atribuído a vila, é preciso superar a lógica dual e ponderar que processos vigentes em nossa sociedade – associados à urbanização – não criam apenas cidades e que os espaços rurais são diversificados.

Como Woods (2005) reflete, precisar o que é o rural trata-se de uma árdua tarefa, pois não há uma concepção simples e padronizada:

Qualquer que seja a imagem do "rural" que você tenha imaginado, ela provavelmente será diferente daquela imaginada pela pessoa sentada mais próxima de você enquanto lê este livro. Isso não quer dizer que todos nós temos uma compreensão inteiramente individual da ruralidade. Nossas percepções serão moldadas por uma ampla gama de influências que compartilharemos com outras pessoas: onde moramos, onde passamos férias, quais filmes assistimos, quais livros lemos (p. 03-04 [Tradução nossa]).

Nesse sentido, refletimos que deveríamos mencionar a problemática das definições de rural que está implícita na nossa interpretação das ruralidades na área estudada, porque futuros leitores podem compreender a categoria de uma forma distinta. Nossa posição de buscar uma análise integrada entre dinâmicas rurais e urbanas, bem como, preocuparmos mais com a relação do que com uma descrição, justificada na articulação com o conceito de escala geográfica, advém também de uma tentativa de evitar a dicotomia. Todavia, a preocupação com elementos de diferenciação também é necessária em uma investigação e pode ajudar a compreender as particularidades existentes no espaço. Além disso, as classificações estão presentes na sociedade, como Woods (2005) aponta, em pelo menos dois aspectos muito relevantes para o estudo do espaço geográfico: **a.** *Os Estados costumam distinguir oficialmente áreas urbanas de rurais e as governam por meio de instituições e políticas diferentes.* No Brasil sabemos que o critério é político e que isso implica em diferentes regulamentações e ações para cada área. Manifesta na cobrança de diferentes impostos sobre a propriedade de acordo com a localização do imóvel (o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto territorial rural (ITR)), por exemplo; **b.** *Existem pessoas que vivem em áreas rurais e se identificam como “pessoas rurais”, que seguem o que para elas é uma “modo de vida rural”.* Tal identificação pode ser percebida quando esses sujeitos buscam soluções para problemas enfrentados no cotidianos, quando se articulam e constroem uma identidade política, tal qual o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ou associações de agricultores e/ou moradores de pequenos municípios. Há também a articulação dessas identidades na construção de um “estilo de vida”: está bastante propagada a ideia de uma vida mais próxima à natureza, minimalista, contrária ao consumismo, o que também é percebido na mídia e capitalizado pelo Turismo Rural. Outro caso é a exaltação de um “novo rural”, associado ao agronegócio e marcado pela exibição de itens de luxo (moda, carros, fazendas). A música sertaneja na atualidade representa

essa questão pelo que se chama de “sertanejo ostentação”. Devemos associar isso também à propagação dos valores da classe política representada pela na União Democrática Ruralista (UDR), que foi fundada nos anos 1980 justamente para defender seus privilégios (CHÃ, 2016).

Esses dois fatores nos fazem concluir que, mesmo que os pesquisadores identifiquem lógicas e processos sociais e econômicos comuns entre espaços rurais e urbanos, há que se considerar que estes operam em diferentes ambientes políticos e encontram diferentes reações dos sujeitos que ali vivem. Por isso, permanece por parte de alguns investigadores a preocupação com a conceituação de rural (WOODS, 2005). Com base em Halfacree (1993), Woods (2005), identifica e discute quatro abordagens comuns nas Ciências Sociais: 1. definições descritivas; 2. socioculturais; 3. o rural como localidade; e, 4. o rural como representação social.

Seria possível identificar em cada uma dessas abordagens pontos que nos ajudam a evidenciar o caráter rural da vila de Teçaindã, bem como, indicar limites nestas classificações e estudos. Contudo, não está entre nossos objetivos apresentar ou nos aprofundar em cada uma delas, por isso, vamos nas próximas páginas debater os critérios estatísticos/descritivos e prosseguir com a discussão das ruralidades, a partir de estudiosos da realidade brasileira.

Como Woods (2005) apresenta, o indicador estatístico utilizado para diferenciar áreas urbanas de rurais mais comum entre diferentes países e, inclusive incorporado por alguns estudiosos, é simplesmente a quantidade de pessoas que vive em determinada área (seja a população total ou a densidade demográfica), isto é, se adota um limiar para demarcar o caráter de uma localidade ou unidade territorial. Esse critério advém do princípio de que os espaços urbanos são marcados pela concentração e os rurais, pela dispersão. O fundamento, entretanto, encontra limitações. Uma delas se dá em relação a variação do limite máximo para se classificar uma área como rural adotado em diferentes contextos – na Islândia essa marca é de 300 habitantes, no Japão de 30 mil – ou das delimitações que são abarcadas em termos de extensão territorial (de acordo com a organização político-administrativa de cada país) (WOODS, 2005).

Teçaindã com um total de 1.248 habitantes (na vila, 755 e no rural disperso, 493 moradores), poderia ser categorizado como rural em muitos países, mas no caso dos que adotam um limite de 1000 habitantes (Canadá, por exemplo), o recorte do distrito como um todo não o seria. Por outro lado, a vila separadamente, sim (IBGE, 2010; WOODS, 2005). Da mesma forma, se adotarmos o teto de densidade demográfica da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 150 hab./km² ou, como sugere Veiga (2004) para o

contexto nacional, de 80 hab./km², todo o município de Martinópolis – que apresenta 19,33 hab./km² – seria rural. O distrito de Teçaindã tem a densidade demográfica de 0,59 hab./km² e analisando apenas a vila, tomada como o traçado de ruas, excluindo seu entorno, há 4.195 hab./km² (IBGE, 2010; GOOGLE EARTH, 2021).

A fim de qualificar esse debate, pesquisadores e órgãos de planejamento passaram a adotar, em conjunto com os dados estatísticos, alguns indicadores como o uso do solo e a proximidade com centros urbanos. O Censo do Reino Unido é um caso, já que classifica em urbanas as áreas com mais de vinte hectares contínuos de “uso do solo urbano”: aquele em que há presença de estruturas permanentes, de estradas, ferrovias ou canais e estabelecimentos associados (estações, postos de gasolina, etc.) e onde as áreas abertas são cobertas com construções (WOODS, 2005).

Com a qualificação do critério populacional, começam a ser reconhecidos diferentes tipos de espaços rurais, gerando definições mais amplas para “rural”. Na América Latina temos o Chile como um país que adota uma combinação de critérios para abarcar o urbano nas estatísticas oficiais, nestas são consideradas cidades os “assentamentos humanos” que apresentam mais de 5 mil habitantes, as unidades de menor porte são urbanas se estiverem entre 2.001 e 5 mil habitantes (denominadas de “pueblos”) ou se estiverem entre 1.001 e 2 mil habitantes, mas apresenta moradores que se empregam, majoritariamente, em atividades do setor secundário ou terciário. Há ainda o reconhecimento de localidades com menos de mil habitantes que não possuem caráter urbano (as “aldeas” – entre 300 e mil – e os “caseríos” – que são assentamentos com nome próprio, três residências ou mais e menos de 300) (BERDEGUÉ et al, 2010).

A vila de Teçaindã apresenta uma área de 18 hectares de área construída contínua (GOOGLE EARTH, 2021), sendo assim, não entraria na categoria “urbano” no Reino Unido. Caso passasse por mais uma expansão de sua malha de ruas, com a instalação de um novo conjunto habitacional hipoteticamente, teria que apresentar mais serviços e infraestruturas para ser alcançar o status urbano. No critério chileno, por outro lado, o distrito municipal alcança o mínimo, em termos de moradores, para ser comparada a um “pueblo”. Porém, será necessário analisar os dados da população economicamente ativa residente nas duas zonas para verificar se há aí o caráter urbano. Já a vila, isoladamente, poderia ser classificada como uma “aldeia”. No primeiro exemplo, não há uma tipificação do rural. Em semelhança ao Brasil, no Reino Unido, se faz presente a interpretação residual de rural (aquilo que não é urbano, como já

discutimos). No Chile, por outro lado, as unidades que não apresentam caráter urbano, são diferenciadas e é reconhecida ali uma concentração/agrupamento. É um modelo interessante, junto ao da Argentina, citado no primeiro capítulo, para justificar a necessidade de realizar essa diferenciação entre as distintas formas de ocupação do espaço rural, bem como, em reconhecer situações intermediárias (BERDEGUÉ et al, 2010; WOODS, 2005).

No entanto, em geral, as categorizações baseadas em critérios estatísticos, ainda que combinados a outras variáveis, não alcançam resolver os problemas de interpretação e análise do rural. Costumam ser dicotômicas, colocando em oposição áreas urbanas e rurais, sem a indicação da possibilidade de meio-termo. Por isso, rural é frequentemente homogeneizado, assim não é contemplada a diversidade de manifestações. E, mesmo nos casos em que se avança nesse sentido, do ponto de vista da apreciação de seus processos espaciais, sociais, econômicos e culturais, um conjunto restrito e pré-fixado de indicadores podem ser limitantes. Por isso, nas Ciências Sociais tem-se desenvolvido diferentes perspectivas de interpretação do rural desde pelo menos a década de 1970 (WOODS, 2005).

Em geral vemos que o distrito de Teçaindá não pode ser classificado como urbano na maioria dos critérios apresentados, haja vista o número baixo de residentes, a densidade demográfica e a escassez de serviços encontrada na vila (onde se concentra maior parte de seus habitantes). Por conseguinte, é necessário entender o seu conteúdo de ruralidade, e não nos limitarmos a negativa do urbano. Por isso, a noção de “rural concentrado” foi sugerida para a análise da vila, aliada ao debate da construção da escala geográfica, como uma forma de classificar, mas também qualificar as dinâmicas ali presentes e ressaltar suas características. Logo, é necessário congregiar diferentes aspectos dessa realidade, inclusive o critério estatístico/descritivo (população reduzida/concentrada em relação ao “rural disperso”), com as teorias que explicam o espaço rural e as relações entre campo e cidade.

Como já pontuamos no primeiro capítulo, autores clássicos destacavam os níveis de dispersão (de pessoas, edificações, serviços...) ao estudar o “habitat rural” (DEMANGEON, 1927; MONBEIG, 1940; MULLER, 1951; CANDIDO, 1964). O que é corroborado por estudiosos atuais, como Wanderley (2004), que comenta que o espaço rural apresenta diversas formas, em suas palavras, “espaços diferenciados”: “as grandes propriedades rurais – fazendas e engenhos – e os pequenos agrupamentos – povoados, bairros rurais, colônias, etc.” (p. 84). E, quando se estuda o espaço rural brasileiro em relação ao caso europeu, há ainda algumas particularidades, como a importância das cidades na organização dos espaços agrícolas desde a

economia colonial e a possibilidade de dispersão dos ocupantes por um vasto território, que implicam em relações intensas entre campo e cidade desde a gênese do processo de urbanização do país (QUEIROZ, 1978; WANDERLEY, 2004).

Outra associação possível para apreender o “rural concentrado” são os lugares centrais de alcance mínimo, apresentados na “Teoria dos Lugares Centrais” de Christaller (1933), que explica a distribuição dos núcleos de população no espaço, hierarquicamente de acordo com a influência que um exerce sobre o outro, a partir da capacidade de atrair consumidores para os estabelecimentos comerciais e serviços aí em funcionamento. A vila de Teçaindá pode ser classificada como um ponto de alcance mínimo, onde a oferta de bens e serviços é voltada para um grupo pequeno: os próprios moradores e os que vivem no entorno mais imediato (OLIVEIRA; BRITO; MEDEIROS, 2013). Igualmente, a discussão de heterarquia, apresentada no terceiro capítulo, ao evidenciar os interstícios dentro das hierarquias, junto à ideia de interesalaridade na análise das relações entre campo e cidade, permite uma análise sem um corte abrupto/dicotômico entre o que é conceituado como rural ou urbano (CATELAN, 2013). Devemos mencionar também os debates que se preocupam em superar a redução de rural à agricultura ou setor agropecuário, a noção de multifuncionalidade e a ideia do surgimento, no contexto de globalização, fragmentação e mudanças no mundo do trabalho, de uma ruralidade sem agricultura (CARNEIRO; MALUF, 2003; APPENDINI; TORRES-MAZUERA, 2008).

Os dados dos distritos municipais do Estado de São Paulo que discutimos no terceiro capítulo, evidenciam o potencial em explorar cientificamente a questão do rural concentrado associado às sedes dos distritos municipais. Nos levantamentos bibliográficos que realizamos ao longo da pesquisa, encontramos pesquisadores e pesquisadoras que empreenderam estudos sobre distritos municipais e abordaram questões que, além de corroborar e justificar a adoção desses espaços como área de pesquisa, evidenciam algumas de suas especificidades. Entre os temas recorrentes comparecem as relações entre campo-cidade e a relação política dos moradores com as sedes municipais. Estes trabalhos concentram-se, sobretudo, no Centro-Sul¹⁵, o que indica também a potencialidade das investigações em outros estados e regiões do país, com destaque para as áreas de fronteira agrícola, haja vista, a associação desse processo com a criação de povoados (BECKER, 1978; FERREIRA, 1991).

¹⁵ Além do Estado de São Paulo, constam em nossas referências investigações que versaram sobre distritos municipais nos estados do Paraná (MONASTIKY et al, 2009), Minas Gerais (ARAÚJO; SOARES, 2009); Goiás (SILVA, 2008; SOUZA; CASTILHO, 2014) e Rio Grande do Sul (TELÓ; DAVID, 2012).

Ainda nesse sentido, outro viés a ser analisado são as unidades que podem ser compreendidas como rurais concentradas. Ou seja, é possível relacionar esta noção não somente às vilas, mas a outros tipos de núcleos de população, sejam aqueles reconhecidos oficialmente pelo Estado ou não. Wanderley (2004), por exemplo, argumenta que o pequeno município (em termos de número de residentes) é parte integrante do mundo rural. Ao analisar a Região Nordeste, a autora indica que a maior parte do contingente rural vive nas zonas rurais destes municípios, o que implica em considerar que as relações campo-cidade e as ruralidades estão presentes em suas sedes. Há também um amplo debate sobre o caráter urbano atribuído às sedes municipais que já citamos neste trabalho, e questionar esta definição nos exige explicações e caracterizações que devem ir além da negação das anteriores. Em síntese, tal como as vilas, o pequeno município evidencia a relação entre ruralidade e a urbanização brasileira e suas contradições.

Pelas questões apresentadas, concluímos que o reconhecimento do rural concentrado pode ser tomado como uma contribuição para o exame da diversidade do espaço rural brasileiro e para qualificar a interpretação de rural como um todo, superando a ideia residual. Nosso estudo, sobretudo em seu viés qualitativo, buscou compreender as ruralidades da vila de Teçaindá por meio das histórias de vida de seus moradores e moradoras, entendendo-a como um espaço socialmente construído em múltiplas escalas.

Wanderley (2001), aponta que ao longo do século XX, uma das grandes preocupação dos estudiosos do tema, era a possibilidade de desaparecimento do rural, diante da generalização dos processos de urbanização. Na atualidade, chega-se a uma consciência de que o rural permanece, mas não mais como um universo isolado como era percebido e sim um espaço diferenciado, que apresenta particularidades. Ou seja, há uma espacialidade própria ali construída mediante alguns fatores específicos. Na atualidade, alguns deles são: a relação com a natureza, o relacionamento com as próprias cidades e a produção de uma identidade (ou identidades) procedentes tanto das interações que existem entre as pessoas, da sociabilidade, quanto dos processos políticos.

Na sede do distrito de Teçaindá, como demonstramos pela análise dos dados informações, a produção das ruralidades/espacialidades se dá de maneira transescalar. A identidade espacial, do mesmo modo, é construída na relação entre a “roça” e a “cidade”, juntamente com as demais que caracterizam os sujeitos (tal como gênero, raça/cor, geração). As identidades, portanto, não são únicas ou singulares, a exemplo do que Massey (2000)

argumenta sobre o “sentido global do lugar”, vemos que há conflitos internos: os desejos, imposições ou impedimentos de “ficar”, “sair”, “voltar”; os vínculos com os “daqui”, a identificação com os “de lá”; e as contradições entre passado (as rugosidades, heranças, o reconhecimento oficial, a importância da agricultura na conformação da própria vila), o presente (as mudanças no setor agropecuário, na posição da vila em relação as redes de serviços públicos, os novos moradores) e o que se pode esperar para o futuro, de cada um e do próprio local.

Assim, a vila de Teçaindá representa uma dessas formas específicas do rural, junto as áreas de produção agropecuária e outras materialidades, com população dispersa ou concentrada. Ainda que seja uma sede de distrito, não há autonomia. Alguns dos serviços públicos que são encontrados ali, por exemplo, também podem ser instalados em vilas de bairros rurais ou sedes de assentamentos, mesmo sem esse status. De todo modo, efetivamente, a administração territorial no Brasil é centrada nas cidades, estas são depositárias do Poder e distribuidoras dos serviços públicos e privados; o espaço rural, por sua vez, ao apresentar povoamento mais rarefeito e disperso, não tem suas pequenas aglomerações inscritas na estrutura político-administrativa do país ou, quando são reconhecidas, estão num nível inferior, oferecendo poucos serviços essenciais. E, cabe lembrar, oficialmente as sedes de distrito são categorizadas urbanas e não há, nos termos legislativos, municípios ou prefeituras rurais (WANDERLEY, 2004).

A população rural protagoniza diversos e profundos processos sociais, “[...] que não só conformam o futuro dos indivíduos e de suas famílias, como também moldam as relações sociais e os espaços em que vivem” (WANDERLEY, 2004, p. 83). Entre eles, o êxodo rural foi o mais estudado por muitos anos nas Ciências Sociais e, principalmente, da perspectiva da cidade, ou seja, considerando os fatores de atração desta em relação ao campo e, em consequência, os aspectos de repulsão. Ademais, sabemos que a concentração fundiária é criadora de “uma ruralidade de espaços vazios” – não somente de “gente”, mas social e politicamente, uma vez que, os habitantes rurais são uma das principais vítimas da pobreza, do isolamento e da submissão política em nosso país (WANDERLEY, 2001, p. 36). A permanência no campo, por outro lado, implica escolhas complexas que emaranham projetos familiares, relações que os sujeitos estabelecem entre a sociedade mais ampla e a vida local, expectativas geradas e possibilidades efetivas (em termos de trabalho, educação, qualidade de vida...) (WANDERLEY, 2004). Como Maria Isaura Pereira de Queiroz já pontuava desde a

década de 1960, em seus esforços para analisar a sociedade brasileira como um todo, o rural se constitui de suas diversas manifestações políticas e sociais, e não de uma presumida estaticidade (CARVALHO, 2013). Por conseguinte, não se pode ignorar que os sujeitos também são ativos nestes processos, há ali uma gama de complexidades – relações sociais, políticas, familiares, de trabalho – que revelam movimentos de resistência e construção ativa da escala.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando falamos de coisas do nosso cotidiano, elas são dadas, não nos perguntamos, por exemplo, porque existe uma cidade como Presidente Prudente. Sabemos que as cidades existem, vivemos em cidades, ou vamos sempre a elas. Tanto é que seria um pouco inusitada a indagação “para que serve uma cidade?”. Ora, nas cidades vivem pessoas, há escolas, indústrias, lojas, *shoppings-center*, restaurantes; em suas ruas circulam carros, por isso, há também oficinas e concessionárias. *Melhores* são as que possuem parques ou museus. Também não se costuma perguntar para que serve o campo, sabemos que aí há a produção agrícola, os citadinos passam pelas rodovias e veem as grandes extensões cultivadas de soja, cana-de-açúcar ou pastagem com o rebanho bovino. Se dão sorte, podem ver sítios com casas com alpendre, hortas e galinhas num terreiro. Há muitas paisagens rurais no imaginário social, desde as mais antigas e bucólicas, até as *mais modernas*, com suas máquinas imponentes. Alguma ideia temos do que é o campo e para que serve. Há também a cidade pequena, que tem lá a sua serventia também, é o lugar do refúgio, das férias ou fins de semana na casa dos avós. Nossas imaginações espaciais também permitem outros cenários, sabemos para que serve uma favela, ainda que com opiniões que podem em muito divergir. Conhecemos o litoral, mesmo que nunca tenhamos visto o mar.

A medida das coisas pela sua utilidade é também fruto da sociedade moderna e, enquanto explicamos os lugares, eles nos explicam. A forma como elencamos o que é importante, nossos “recortes”, o que é pesquisável, revela como vemos e analisamos o mundo, e essa visão, mesmo que desejamos inserir novos olhares, é carregada da visão moderna do mundo, dividido e encaixado. Daí é que vem a indagação recorrente quando expomos nosso problema de pesquisa: “Mas, para que serve um distrito municipal?”. É uma curiosidade genuína num mundo em que são os sujeitos dos espaços luminosos (SANTOS, 2002) que escrevem e contam a História, e, mesmo não acreditando que os lugares precisem de uma justificativa para existir – ou continuar existindo –, por reconhecer a diferença como constituinte do espaço, elemento este indissociável de sua natureza, mesmo contra todas as forças de homogeneização existentes, não podemos, na pesquisa científica, nos furtar de encontrar e construir uma resposta.

Sposito (2004) indica que, dentre as perguntas filosóficas – tal qual o “Por quê?” e o “Como?”, o “Para quê?” é a mais recente na história do pensamento científico. Ela advém

justamente da procura por um sentido mais livre e igualitário no fazer científico, diante do acúmulo de tantos conhecimentos observado na virada para o século XXI. Nesse sentido, podemos apontar a característica daquilo que é útil – que tem uma finalidade –, em nosso estudo em, pelo menos, dois aspectos: primeiro, nas possibilidades para explicar a realidade brasileira, com foco no espaço rural, em diferentes matizes e na evidência das potencialidades para a intervenção nessa mesma realidade.

Articulando essas reflexões ao objetivo geral de compreender como se dá a produção da escala geográfica em distritos municipais, vemos como podemos interpretar esse movimento de forma contraditória e complementar: o reconhecimento pelo Estado cria uma escala de intervenção, um nível que é, em si temporário, uma fase a ser superada – com a possibilidade da formação de um município autônomo. Com esta reflexão, buscamos contemplar o primeiro objetivo específico, “Compreender a produção dos distritos municipais como uma escala oficial dentro da divisão territorial brasileira”, entendendo como essa denominação, no contexto do projeto brasileiro de urbanização, trazia as ideias de progresso e modernização ao planejamento territorial do país.

Ao permanecer como um distrito municipal, com o passar dos anos, segue como síntese de uma realidade, com permanências e modificações. Em outras palavras, adentrando no segundo objetivo específico, “apreender o papel dos distritos municipais na escala regional”, a formalização de distritos municipais, num dado momento (marcadamente na primeira metade do século XX), foi possibilitada por uma ruralidade vívida ali identificada, ruralidade esta que, nos distritos municipais (assim como, bairros rurais, povoados ou assentamentos), tem na atualidade perspectivas de se reconstruir. Um exemplo é a função de moradia para os trabalhadores do campo, e com isso, a oferta de serviços públicos, notadamente educação e saúde, e em consequência, se mantem vivas algumas tradições, como a religiosidade, os laços de vizinhança e as redes familiares.

Considerando o terceiro objetivo específico, “analisar os sentidos e interpretações do distrito municipal selecionado para a análise a partir de seus moradores e de seus movimentos escalares”, indicamos que no distrito de Teçaindá, as diferentes ruralidades se reconstroem na relação escalar que os moradores e moradoras estabelecem no e a partir do distrito, seja a vila ou o rural disperso. Para cada um deles, essa escala tem um limite, alcance e significado: a malha de ruas, todo o complexo de bairros rurais, fazendas e sítios, o lar, o nível a ser superado...

são exemplos de relacionamentos que nos possibilitam interpretar de diferentes maneiras o espaço geográfico.

Identificamos por meio dos procedimentos metodológicos utilizados, diversos aspectos aptos para a discussão da hipótese apresentada para a pesquisa: de que os distritos municipais se constituem numa escala para os moradores, identificada em suas diferenças em relação a outros lugares (o espaço rural disperso, a cidade pequena, a capital regional etc.), sendo ao mesmo tempo um espaço conquistado, ponto de partida e de superação nesses movimentos escalares. Concluimos que Teçaindá é substancial para os relacionamentos escalares de seus moradores, mais do que uma escala em si, fechada, definida, é um dos pontos de referência que constituem os enquadramentos necessários para compreender a geografia dessa população – que são processos que afetam a população rural em diferentes escalas, como podemos citar as questões relacionadas a terra e a reforma agrária, as mudanças no trabalho na agropecuária, as relações entre campo e cidade, tudo isso envolvendo questões de gênero, raciais e a atuação do poder público. Por isso reafirmamos a tese – de que o estudo das dinâmicas geográficas dos espaços rurais e interioranos deve levar em consideração espaços como os distritos municipais, entendidos como representantes do rural concentrado – pois, as vilas ou sedes distritais, bem como aqueles núcleos que não tem este *status*, não somente permitem uma análise que interrelacione diversos dos temas caros à Geografia, como são formas presentes em todo o país.

Se pudéssemos nos encontrar com o nosso eu que iniciou essa trajetória acadêmica ainda na graduação e revelar que, ao finalizar uma pesquisa de doutorado, teríamos ainda muitas dúvidas, questões ou curiosidades ainda não sanadas, talvez fôssemos recebidos com descrença. Todavia, este é o sentimento ao concluir o trabalho, de que podemos avançar e nos aprofundar em cada ponto que tentamos tocar ao longo destas páginas. Esta sensação, por outro lado, vem acompanhada de certa confiança e motivação, uma vez que nos sentimos aptos para buscar as respostas, com segurança para utilizar diferentes ferramentas para construí-las em oportunidades futuras de continuidade na prática de investigação.

Diante disso, se colocam algumas perspectivas de aprofundamento dentre os temas, conceitos ou metodologias aqui debatidos: categorização do rural concentrado no país, análise dessas expressões em áreas com distintos processos de formação, bem como, nas quais estes ainda estão correntes, enfoque em determinadas variáveis como distintos perfis de produção agropecuária, dinâmicas demográficas positivas ou negativas, a relação com a política de assentamentos rurais e reforma agrária, são alguns exemplos.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000 [1996]. 1014 p.
- ALBET, Abel; BENACH, Núria. **Doreen Massey: Un sentido global del lugar**. Barcelona: Icaria, 2012. 312 p.
- ALLEN, John. **Lost geographies of power**. John Wiley & Sons, 2003. 228 p.
- ALMEIDA, Arildo José de. **A Participação de Assessoria Técnica-Política e da CAIXA na Produção de Moradias em Assentamentos Rurais**. Casos: Fusquinha, Nova Esperança e Pirituba 2. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana). São Carlos: Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da Universidade Federal de São Carlos, 2007.
- ALVES, Eliseu, SOUZA, Geraldo da Silva, MARRA, Renner. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Revista de Política Agrícola**. Ano XX – No 2 – Abr./Maio/Jun. 2011, 80-88.
- AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; Ed. FGV, v. 8, n. 15, p. 145-152, jan./jul. 1995.
- AMANCIO, Tiago. Número de CNHs cresce 38% em 10 anos, e cai proporção de jovens motoristas. **Folha de São Paulo**, 24 Jul 2020.
- ANTUNES, Maryna Vieira Martins. **Agricultura e organização espacial dos distritos municipais: estudo de caso em Jamaica e Jaciporã/Dracena (SP)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, 2016. 192 f.
- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004.
- APARICIO, Cimar Alejandro Prieto et al. **Habitação de interesse social no Estado de São Paulo: a heterogeneidade social da população atendida pela CDHU**. Tese (Doutorado em

Demografia). Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2017.

APPENDINI, Kirsten A.; TORRES-MAZUERA, Gabriela. Capítulo 1. In.: APPENDINI, Kirsten A.; TORRES-MAZUERA, Gabriela (Ed.). **¿Ruralidad sin agricultura?:** perspectivas multidisciplinares de una realidad fragmentada. El Colegio de Mexico AC, 2008. p. 1-9 [Versão online]. Disponível em: https://www.academia.edu/3418385/_Ruralidad_sin_agricultura_perspectivas_multidisciplinares_de_una_realidad_fragmentada. Acesso em: 15 Nov 2021.

ARAÚJO, Débora Fernandes de; CUNHA, Fabiana Lopes da. A ocupação da terra na formação do município de Ourinhos-SP. **Geografia e pesquisa**, p. 39-58, 2011.

ARAÚJO; Flávia Aparecida Vieira; SOARES, Beatriz Ribeiro. A relação urbano rural no distrito de Amanhece/Araguari (MG): Algumas considerações. In: V ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA: AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS, 2009, Santa Maria. **Anais...**, 2009. p. 1 19.

ARENDT, Hannah. **O que é política?** Editora Bertrand Brasil, 2007. 280 p.

AREOSA, Silvia Virginia Coutinho. Idosos provedores: a importância dos recursos da aposentadoria para as famílias brasileiras. **Barbarói**, p. 173-184, 2015.

ARILLA, María José Aguilera; URIBEONDO, María Pilar Borderías; YANCI, María Pilar Gonzales; PRECIADO, José Miguel Santos. **Geografía general II** (Geografía Humana). Madrid: Ed. Uned, 1991.

ARRETCHE, Marta. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 11, n. 31, p. 44-66, 1996.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO. Processo 2442/63. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/>. Acesso em: 13 Mai 2021.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO. Processo RGL454/1998. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/>. Acesso em: 13 Mai 2021.

ATLAS BRASIL. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. 2010. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 27 Mar. 2020.

AZEVEDO, Aroldo de. As cidades. In. AZEVEDO, Aroldo de (Org.) **Brasil: a terra e o homem**. São Paulo: Nacional/Edusp, vol. II, 1970. p. 211- 282.

BAENINGER, Rosana. Interiorização da migração em São Paulo: novas territorialidades e novos desafios teóricos. XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, Caxambú-MG – Brasil, 2004. **Anais...**, 2004. p. 1-14.

BAHIANA, Luis Cavalcanti da Cunha. **Contribuição ao estudo da questão da escala na Geografia: escalas em Geografia Urbana**. 200 f. 1986. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. p. 1-93.

BÁRBARA, Vanessa. **O louco de palestra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. Trabalho infantil no Brasil: Rumo à erradicação, **Texto para Discussão 1506**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2010.

BAYLE, Kenneth. **Methods of Social Research**. 4ª Ed. New York: The Free Press, 1994.

BECKER, Bertha Koiffmann. Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 40, n. 1, p. 111-122, 1978.

BEIER, José Rogério; MARHTIN, Daniel. Aspectos da representação do território paulista em sua cartografia impressa: uma análise cartobibliográfica (1833-1932). **Confins** [Online], v. 34, 2018. s/p.

BELLOTTTO, Manoel Lelo. Arrolamento das fontes históricas de Martinópolis e região circunvizinha. **Revista de história**, v. 31 n. 63, 1965.

BENEDETTI, Alejandro. ¿Qué son los departamentos o partidos y los municipios? 2012. Disponível em: <<http://www.educ.ar/sitios/educar/recursos/ver?id=14610>> Acesso em: 19 Ago. 2015.

BENTO, Fredi dos Santos. **Os viúvos da cana**: migração e trajetórias territoriais do trabalho no agrohidronegócio canavieiro na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP). 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

BERDEGUÉ, Julio A.; JARA, Esteban; MODREGO, Felix; SANCLEMENTE, Ximena; SCHEJTMAN, Alexander. **Ciudades rurales en Chile**. Documento de Trabajo N° 61. Programa Dinámicas Territoriales Rurales. Rimisp, Santiago, Chile, 2010.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar**. Companhia das Letras, São Paulo, 1987. 472 p.

BERNARDELLI, Luan Vinicius; CASTRO, Gustavo Henrique Leite de; GOBI, José Rodrigo; MICHELLON, Ednaldo; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. Formalidade do mercado de trabalho e produção agrícola no Brasil. **Texto para discussão 2561**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): Rio de Janeiro, 2020.

BERNARDES, Nilo. O problema do estudo do habitat rural no Brasil. **Boletim Geográfico, Rio de Janeiro**, v. 22, n. 176, p. 529-544, 1963.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

BRANDÃO, Carlos. O processo de subdesenvolvimento, as desigualdades espaciais e o jogo das escalas. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Desigualdades regionais**. Salvador: SEI, 2004. p. 9-37. (Série Estudos e Pesquisas, 67).

BRASIL. Decreto-Lei nº 311, de 02 de Março de 1938. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 mar. 1938, Seção 1, p. 4249.

BRASIL. **Código civil de 1916**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm. Acesso em: 29 Abr 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 181, de 24 de janeiro de 1890.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d181.htm. Acesso em: 29 Abr 2021.

BRASIL. **Estatuto da Mulher Casada** (1962). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4121.htm. Acesso em: 28 Abr 2021.

BREMAEKER, François. Os novos municípios: surgimento, problemas e soluções. **Revista de Administração Municipal**, v. 40, n. 206, p. 88-99, jan./mar. 1993.

BRENNER, Neil. Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana. **GEOUSP**, São Paulo, n. 33, 2013, p. 198-220.

BRUSCHINI, Cristina. **Trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?** 1998. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, Brasil. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lasa98/Bruschini.pdf>>. Acesso em: 28 Abr 2021.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.** 11 Ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010 [1964].

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio Carvalho de. **Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares.** Ed. Campus. 1999. p. 95-118.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato Sérgio (Ed.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar.** Mauad Editora Ltda, 2003.

CARVALHO, Lucas Correia. O rural como ponto de vista, aspectos da sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz. **RURIS-Revista do Centro de Estudos Rurais-UNICAMP**, v. 7, n. 1, 2013.

CASTRO, Edgardo. Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 477 p.

CATELAN, Márcio José. **Heterarquia urbana: interações espaciais interescales e cidades médias.** Cultura Acadêmica, 2013.

CAVENAGHI, Airton José. O território paulista na iconografia oitocentista: mapas, desenhos e fotografias. análise de uma herança cotidiana. **Anais do Museu Paulista.**, São Paulo , v. 14, n. 1, p. 195-241, 2006 .

CHÃ, Ana Manuela de Jesus. **Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia.** 159 f. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia). São Paulo: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, 2016.

COELHO, Marília. **Memória Identidade e Resistência Cultural.** Tese ((Doutorado em Sociologia). Araraquara: FCL/UNESP, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. Rede urbana e formação espacial – uma reflexão considerando o Brasil. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, n. 8, p-121-129, jan./jun., 2000.

CORREIA, Isac Alves; OJIMA, Ricardo. Emigração e imobilidade no nordeste brasileiro: adaptação ou resistência?. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 3, n. 38, 2017.
COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder.** São Paulo: HUCITEC, 1992. 374 p.

CUNHA, Aparecido Soares. A migração no cenário da Região Metropolitana de São Paulo no início do século XXI e suas transformações. XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS - ABEP, Águas de Lindóia, SP, Brasil, 2012. **Anais...**, 2012, p. 1-22.

DALTOZO, José Carlos. Balisa, o distrito que desapareceu. 2009. Disponível em: <http://www.nossalucelia.com.br/1942.html> . Acesso em: 15 Jul 2020.

DALTOZO, José Carlos. **Martinópolis: sua história e sua gente.** Gráfica Martipel, 1999.

DAMASCENO, Rafaela. **No Rancho Fundo: a história do clássico brasileiro de Ary Barroso.** 2021. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/blog/rancho-fundo-ary-barroso-historia/>. Acesso em: 30 Nov 2021.

DEFFONTAINES, Pierre. Pays et paysages de l'État de Saint-Paul (Brésil). Première esquisse de division régionale. **Annales de Géographie**, 45, 1936. p. 50–71.

DELANEY, David; LETNER, Helga. The political construction of scale. **Political geography**, v. 16, n. 2, p. 93-97, 1997.

DEMANGEON, Albert. La géographie de l'habitat rural (Premier article). In: **Annales de géographie**, 1927. p. 1-23.

DEZEMONE, Marcus. O colonato na região serrana fluminense: conflitos rurais, direitos e resistências cotidianas. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 28, n. 56, p. 265-284, 2015.

DUNDES, Ana Cláudia. **Região do devir e região do atraso**: discurso e representações sobre a região de Presidente Prudente-SP. 2007. 314 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2007.

ECHENIQUE, Sergio. La “Nueva Ruralidad”: ¿Qué tan nueva? **Santiago, LOM**, 2002.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no Noroeste do Paraná**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

ENGEL, Priscila Estevam. **Centralidade de Presidente Prudente-SP**: Uma análise de movimentos pendulares e sua contribuição para estudos sobre cidades médias. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

ESTEVES; Natália Cabral dos Santos. Conquistas femininas durante o Governo Vargas. XIX ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO. **Anais...**, 2020. p. 1-8.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e Territorialização da Luta Pela Terra**: A Formação do MST - Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - no Estado de São Paulo. 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Brasil.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, p. 197-215, 2009.

FERRÃO, João. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 33, p. 45-54, 2000.

FERREIRA, Yoshiya Nakagawara. O papel dos distritos na estruturação da fronteira e o seu significado urbano. **GEOGRAFIA (Londrina)**, v. 6, p. 55-66, 1990.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000 [1966]. 501 p.

FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos** – Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento. Rio de Janeiro, Forense Universitária, vol II, 2005. 468 p.

FOUCAULT, Michel. Sobre a geografia. In.: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**, 1979, p. 153-166.

FRANÇA, Damiana de Matos Costa. Escolarização básica no Brasil: evoluções, permanências e contrastes entre a população rural e urbana. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 6, p. e8998-e8998, 2021.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (ITESP). **Assentamentos Rurais**. Disponível em: <http://201.55.33.20/?page_id=3497>. Acesso em: 17 Nov 2019.

GIAVARA, Eduardo. A fronteira do desconhecido: civilização e barbárie no oeste paulista. **albuquerque: revista de história**, v. 8, n. 16, 2016.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Editora Unesp, São Paulo, 1991. 177 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Atlas da questão agrária brasileira. In: **NERA [Online]** Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/downloads.htm>>. Acesso em: 26 Mar. 2020.

GOES, Eda Maria.; A presença e a ausência da população penitenciária em pequenas e médias cidades do interior paulista: dilemas de uma história recente. **Projeto História** (PUC SP), v. 38, p. 179-200, 2009.

GOMES, Mariana Cristina da Silva. **Univer(cidade)s**: O estudo da relação das instituições de ensino superior com a cidade de Presidente Prudente/SP, 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 366 p.

GOOGLE EARTH, 2021. Base de dados do Programa Google Earth, 2021.

GOOGLEMAPS, 2020. Disponível em: <https://www.google.com/maps>. Acesso em: 13 Jun 2020.

GOUGH, Jamie. Changing scale as changing class relations: variety and contradiction in the politics of scale. **Political Geography**, v. 23, n. 2, p. 185-211, 2004.

GRZYBOWSKI, Luciana Suárez; WAGNER, Adriana. O envolvimento parental após a separação/divórcio. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 23, n. 2, p. 289-298, 2010.

HAESBAERT, Rogério; MONDARDO, Marcos. Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana. **GEographia**, v. 12, n. 24, p. 19-50, 2011.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015 [1992]. 102 p.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. **A produção familiar**: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente. Tese (Doutorado em Geografia). Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, 2000.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Mudanças na estrutura produtiva e seus efeitos populacionais na Raia Divisória São Paulo -Paraná -Mato Grosso do Sul. In. PASSOS, Messias Modesto dos (Org.). **A Raia Divisória São Paulo -Paraná -Mato Grosso do Sul (Cenas e Cenários)**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 253-287.

HOWITT, Richard. Scale and the other: Levinas and geography. **Geoforum**, v. 33, n. 3, p. 299-313, 2002.

IBGE CIDADES. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 11 fev 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro : IBGE, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Divisão Regional do Brasil**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html>>. Acesso em: 12 Fev. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Características Étnico-raciais da População**: Classificações e identidades . Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Censo Agropecuário de 2017**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 Nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Censo Demográfico de 1991**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 Nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Censo Demográfico de 2000**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 Nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 07 Out. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil**: Uma primeira aproximação. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Sinopse do Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

JAMESON, Fredric. **Modernidade singular**: ensaio sobre a ontologia do presente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 288 p.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio, São Paulo: Ática, 1996. 412 p.

JAPIASSU, Hilton.; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. 320 p.

JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades pequenas e indústria**: contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente SP. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

KOGA, Dirce Ueno. Territórios e Multiterritorialidades em diálogo: entre números graúdos e miúdos In: CONSERVA, Marinalva de Sousa (Org.). **Multiterritorialidades e os desafios da proteção social no Brasil e na Europa**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2016. p. 125- 143.

KÜCHEMANN, Berlindes Astrid. Envelhecimento populacional, cuidado e cidadania: velhos dilemas e novos desafios. **Sociedade e Estado**, v. 27, n. 1, p. 165-180, 2012.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. 1993.

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1998. 202 p.

LIMA, Elias Lopes. **Encruzilhadas geográficas**: notas sobre a compreensão do sujeito na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. 390 p.

LOBAO, Linda. A Sociology of the Periphery Versus a Peripheral Sociology: Rural Sociology and the Dimension of Space. **Rural Sociology**, v. 61, n. 1, p. 77-102, 1996.

LOPES, Renata Francioni; LOPES, Maria Teresinha Francioni; CAMARA, Vilma Duarte. Entendendo a solidão do idoso. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, v. 6, n. 3, 2009.

MAHON, Rianne. Introduction: Gender and the politics of scale. **Social Politics**, v. 13, n. 4, p. 457-461, 2006.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 13 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010. 303 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.

MARIA, Luciene Xavier de; HESPANHOL, Rosângela A. As particularidades do trabalho temporário no Distrito de Guachos, município de Martinópolis-SP. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 1, n. 2, p. 45-61, 2007.

MARSTON, Sallie A. The social construction of scale. **Progress in human geography**, v. 24, n. 2, p. 219-242, 2000.

MARTINÓPOLIS. Lei complementar nº 95, de 31 de outubro de 2006. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-martinopolis-sp>. Acesso em: 05 set 2020.

MARX, Murillo. **Cidade brasileira**. Edições Melhoramentos, 1980.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil, terra de quem?**. EDUSP, 1991.

MASSEY, Doreen. Concepts of space and power in theory and in political practice. **Documents d'anàlisi geogràfica**, n. 55, p. 15-26, 2009.

MASSEY, Doreen. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. **GEOgraphia**, v. 6, n. 12, 2009.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço**: por uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MASSEY, Doreen. **Space, place and gender**. University of Minnesota Press, 1994.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In. ARANTES, Antônio. **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, p. 176-185, 2000.

MAZZINI, Eliane de Jesus Teixeira. **Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema - SP: uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social?**. 2007. 311 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2007.

MAZZINI, Eliane de Jesus Teixeira; MARTIN, Encarnita Salas.; FERNANDES, Bernardo Mançano. Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema - SP: uma política de desenvolvimento regional. **Formação (Online)**, v.1, n.14, 56-66, 2007.

MCCALL, Leslie. The complexity of intersectionality. **Signs: Journal of women in culture and society**, v. 30, n. 3, p. 1771-1800, 2005.

MELAZZO, Everaldo S.; CASTRO, Clóvis Alexandre. A escala Geográfica: Noção, Conceito ou Teoria? **Revista Terra Livre**, ano 23, vol. 2, n. 29, ago/Dez de 2007. p. 133-144.

MESSIAS, Iracimara Anchieta; LIZARAZO, Robinzon Piñeros. A vigência do medo, sofrimento e sobrecarga física para o trabalhador no corte da cana de açúcar no estado de São Paulo. **Confins**, n. 41, 2019.

MONASTIKY, Leonel Brizolla; ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de; BAUCHROWITZ, Luciane; LIMA, Jardel de. “Escala Esquecida”: modernização e políticas públicas nos distritos municipais. **Temas & Matizes**, v. 8, p. 8-23, 2009.

MONBEIG, Pierre. **Ensaio de geografia humana brasileira**. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1985 [1952]. 407 p.

MONK, Janice.; HANSON, Susan. Não excluam metade da humanidade da geografia humana. In: SILVA, J. M; ORNAT, M. J; CHIMIN JUNIOR, A. B. (Orgs) **Geografias feministas e das sexualidades: encontros e diferença**. Toda Palavra, Ponta Grossa, 2016. p. 31-54.

MONSMA, Karl. Vantagens de imigrantes e desvantagens de negros: emprego, propriedade, estrutura familiar e alfabetização depois da abolição no oeste paulista. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 53, n. 3, p. 509-543, 2010.

MORAES, Agnes Iara Domingos. **Ensino primário tipicamente rural no estado de São Paulo**: granjas escolares, grupos escolares rurais e escolas típicas rurais (1933-1968). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão. **Terra Brasilis**, São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 4 -5, p. 1-8, 2003.

MORAES, Antônio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia crítica**: a valorização do espaço. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1987. 196 p.

MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de. O mercado de trabalho da agroindústria canavieira: desafios e oportunidades. **Economia Aplicada**, v. 11, n. 4, p. 605-619, 2007.

MOREIRA, Ruy. Assim se passaram dez anos: a renovação da geografia brasileira no período 1978-1988. **GEographia**, v. 2, n. 3, p. 27-49, 2000.

MORSCH, Patricia; PEREIRA, Gustavo Nunes; NAVARRO, Joel Hirtz do Nascimento; TREVISAN, Margarete Diprat; LOPES, Diene Gomes Colvara; BÓS, Ângelo José Gonçalves. Características clínicas e sociais determinantes para o idoso sair de casa. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 31, p. 1025-1034, 2015.

MULLER, Nice Lecocq. **Sítios e sitiantes no Estado de São Paulo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1951.

NASCIMENTO, Carolina Urbani do. **Transformações no uso da terra nas cercanias dos assentamentos**: Chico Castro Alves, Nova Conquista e Nova Vida, Martinópolis– SP. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2016.

NORONHA, Elias Oliveira; HESPANHOL, Rosangela Aparecida Medeiros. Transformações em curso no espaço rural: algumas reflexões a partir do conceito de ruralidade. **Geografia em Questão**, v. 2, n. 1, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches (Ed.). **Geografia do Brasil**, 6 ed. p. 465-523, 2019 [1996].

OLIVEIRA, Nilton Marques; BRITO, Eliseu Pereira; MEDEIROS, Messias Rodrigues. Universidade Federal do Tocantins e sua inserção regional: uma abordagem da teoria dos lugares centrais. **Interface**, n. 6, maio, 2013.

OLIVEIRA, Otair Fernandes. A Câmara Municipal no contexto brasileiro. In.: OLIVEIRA, Otair Fernandes. **O Legislativo Municipal no Contexto Democrático Brasileiro**: um estudo sobre a dinâmica legislativa da Câmara Municipal de Nova Iguaçu. 1999. Dissertação (mestrado em Ciência Política), Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política – Universidade Federal Fluminense.

PAASI, Anssi. Place and region: looking through the prism of scale. **Progress in Human Geography**. n.28, v. 4, 2004. p. 536–546.

PAULILO, Maria Angela Silveira. A pesquisa qualitativa e a história de vida. **Serviço social em revista**, v. 2, n. 1, p. 135-145, 1999.

PEREIRA, Kátia Fernanda. **Zoneamento geoambiental da bacia hidrográfica da Represa Laranja Doce - Martinópolis (SP)**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro, 2013.

PEREIRA, Octávio Augusto Rodrigues Schuenck Amorelli Ribeiro. **Geografias e cinemas**: a (des) construção espacial através da imagem cinematográfica. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília.

PETRONE, Pasquale. Povoamento e colonização. In. AZEVEDO, Aroldo de. (org.) **Brasil: a terra e o homem**. São Paulo: Nacional/Edusp, vol. II, 1970. p. 127-158.

PHELIPE, André; BARBOSA, Marina. Mulheres são responsáveis pela renda familiar em quase metade das casas. Caderno de Economia, **Correio Braziliense**, 2020.

PINA, José Hermano Almeida; DE LIMA, Osmar Almeida; DA SILVA, Vicente de Paulo. Município e distrito: um estudo teórico. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v. 3, n. 6, 2008.

PINTO, George José. **Do sonho à realidade**: Córrego Fundo-MG—Fragmentação territorial e criação de municípios de pequeno porte. 2003. 248f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

PRANDO, Mariana Belém; OBREGÓN, Marcelo Fernando Quiroga. Proibição do uso da burca na França: liberdade e repressão. **Derecho y Cambio Social**, n. 55, p. 51-71, 2019.

PRESIDENTE PRUDENTE (Prefeitura). **Jô Soares pede perdão ao prefeito Tupã**. 2009. Disponível em: <<http://presidenteprudente.sp.gov.br/site/noticias.xhtml?cod=3160>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Bairros rurais paulistas**: dinâmica das relações bairro rural-cidade. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973. 157 p.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1978.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Favelas urbanas, favelas rurais. **Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros**, (7), 81-99. 1969.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Bóris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III, Vol. 1. SP: Difel, 1975. p. 155-189.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 84-130.

RACINE, Jean Bernard; RAFFESTIN, Claude; RUFFY, Victor. Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. **Revista brasileira de Geografia**, v. 45, n. 1, p. 123-135, 1983.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**; tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

RAMOS, Ana Beatriz Cadioli. **Direito do trabalho da mulher e as mudanças da reforma trabalhista**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito). Centro Universitário Toledo, Araçatuba.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana. **Caderno CRH**, v. 18, n. 45, p. 411-422, 2005.

RIBEIRO, Edaléa Maria. A política de habitação popular no Brasil em tempos de globalização neoliberal. III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. **Anais..** São Luís–MA, 2007.

RIBEIRO, Fabiana Valdoski. Fragmentação administrativa territorial: notas para a construção de um debate sobre a criação de municípios. **Cidades**, v. 7, n. 12, p. 291-304, 2010.

RICHARDSON, Roberto Jerry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RODRIGUES, Maria Telma de Aquino; ARAÚJO, Cleyton de Almeida; LIMA, Deneson Oliveira; LIMA, Conceição Maria Dias de. Êxodo Rural: perspectivas dos jovens sobre a vivência em meio rural. **Diversitas Journal**, 5(2), 729-738.

ROMERO, Juan. Distribución territorial de las ocupaciones de los jóvenes rurales en el Uruguay. **Revista argentina de sociología**, v. 6, n. 11, p. 192-216, 2008.

ROSSINI, Rosa Ester. Geografia e Gênero: A mulher como força de trabalho no campo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 23, n. supl 1, 1993.

ROYER, Luciana. **Política habitacional no Estado de São Paulo**: estudo sobre a companhia de desenvolvimento habitacional e urbano do Estado de São Paulo (CDHU). Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: Pós-Graduação em Estruturas Ambientais Urbanas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2002.

RUIZ RIVERA, Naxhelli; CAMPOS, Javier Delgado. Territorio y nuevas ruralidades: un recorrido teórico sobre las transformaciones de la relación campo-ciudad. **eure (Santiago)**, v. 34, n. 102, p. 77-95, 2008.

SADLER, David; FAGAN, Bob. Australian trade unions and the politics of scale: Reconstructing the spatiality of industrial relations. **Economic Geography**, v. 80, n. 1, p. 23-43, 2004.

SANTIN, Janaína Rigo. O tratamento histórico do poder local no Brasil e a gestão democrática municipal. **Estudos jurídicos**. v. 40, n. 2, p-72-78, julho-dezembro, 2007.

SANTOS, Joelma Cristina dos et al. Dos canaviais à Etanolatria: o (re) ordenamento territorial do capital e do trabalho no setor sucroalcooleiro da microrregião geográfica de Presidente Prudente-SP. 2009. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a Formação Social Como Teoria e Método. **Boletim Paulista de Geografia**. n.54. São Paulo: AGB-São Paulo, p. 80-100, 1977.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 2002.

SEADE. **São Paulo e suas regionalizações**. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/divpolitica/>>. Acesso em: 19 Mar 2020.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (SAP). **Unidades prisionais**. Disponível em: <<http://www.sap.sp.gov.br/uniprisionais/pen.html>>. Acesso em: 17 Nov 2019.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/>. Acesso em: 21 Fev 2020.

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/orgaos-governamentais/secretaria-da-saude/>.

Acesso em: 21 Fev 2020.

SILI, Marcelo. **La Argentina rural:** de la crisis de la modernización agraria a la construcción de un nuevo paradigma de desarrollo de los territorios rurales. Ed. INTA, 2005.

SILVA, Armando Corrêa da. **O espaço fora do lugar.** 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVA, Ermildes Lima da; TAVARES, Márcia Santana. Desconstruindo Armadilhas de Gênero: reflexões sobre família e cuidado na política de assistência social. **Revista Feminismos**, v. 3, n. 2/3, 2015.

SILVA, João Vitor Ramos da. **Significados da reforma agrária em bairros periféricos de Presidente Prudente (SP):** uma tentativa de diálogo entre a luta pela Terra e a soberania alimentar. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. ‘Não me chame de senhora, eu sou feminista’! Posicionalidade e reflexibilidade na produção geográfica de Doreen Massey. **GEOgraphia**, v. 19, n. 40, p. 11-20, 2017.

SILVA, Lúcia Iaciara da. **Dinâmica e contradições do avanço do monocultivo da cana-de-açúcar em pequenos municípios do Pontal do Paranapanema: uma análise sobre Caiabu/SP.** 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SILVA, Ricardo Barbosa da. Popularização do transporte individual: ilusões perdidas com os automóveis e motocicletas em São Paulo. **Confins**, n. 33, 2017.

SILVA, Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da. **Patrimônios:** espaço e lugar-estudos das vilas de Cibeles e Caiçara e seus conteúdos. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SILVA. Lúcia Osório. **Terras devolutas e latifúndios.** Efeitos da lei de terras de 1850. São Paulo. Editora da UNICAMP.1996.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e a produção de escala geográfica. IN: ARANTES, A. A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 132-159.

SMITH, Susan. Geografia urbana num mundo em mutação. geografia humana. In.: GREGORY; Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham. **Geografia Humana: Sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editora, 1996, p. 248-268.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. São Paulo: Jorge Zahar Editor; 1993 [1989]. 324 p.

SOLARI, A. O objeto da Sociologia rural. In: SZMERECSANYI, T.; QUEDA, O. **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Editora Nacional, 1979. p. 3-14.

SOROKIN, Pitirin; ZIMMERMAN, Carlo C.; GALPIN, Charles J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. IN. MARTINS, J. S. **Introdução crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 198-224.

SOUSA, Adriano Amaro de. **Território e mobilidade social: o nikkei como profissional liberal no município de Presidente Prudente/SP**, 2019. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SOUSA, Maria Fátima de; HAMANN, Edgar Merchán. Programa Saúde da Família no Brasil: uma agenda incompleta?. **Ciência & saúde coletiva**, v. 14, p. 1325-1335, 2009.

SOUZA, Dallys Dantas de; CASTILHO, Denis. Os distritos em Goiás: definições oficiais e apontamentos teóricos. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v.34, n.3, p. 525-545, set./dez. 2014.

SOUZA, Marcelo Jose Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. **Geografia: conceitos e temas. Rio de janeiro: Bertrand Brasil**, v. 353, p. 77-116, 1995.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Escala Geográfica, Construção social da escala e políticas de escala. In: **Os conceitos fundamentais da Pesquisa Socio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013. p. 179-216.

SOUZA, Márcio Rodrigo de Araújo; MENEZES, Monique. Programa Universidade para Todos (PROUNI): quem ganha o quê, como e quando?. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, v. 22, n. 84, p. 609-633, 2014.

SOUZA, Paulo César. **A resistência dos Bairros Rurais no Município de Martinópolis**. Dissertação de Mestrado Em Geografia - Universidade Estadual Paulista, FCT/Unesp, Campus de Presidente Prudente, 2004.

SOUZA, Sérgio Pereira de. **Assentamentos rurais e novas dinâmicas socioeconômicas: o caso dos municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista e Teodoro Sampaio – SP**. 2007. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2007.

SPOSITO, Eliseu Saverio. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004. 224 p.

SWYNGEDOUW, Erik. Ni lo global ni lo local. La “glocalización” y las políticas de escala. In.: LÓPEZ; Marcos Valdivia; MACÍAS, Javier Delgadillo. **La geografía y la economía en sus vínculos actuales: una antología comentada del debate contemporáneo**. Universidad Nacional Autónoma de México, 2013. p. 503-526.

TABUTI, Ana Lúcia Teixeira. **Construindo uma nova geração camponesa: estratégias de resistência e reprodução socioterritorial do campesinato em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema**. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, 2020.

TAGLIETTI, Dablio Batista. A natureza social e econômica da Lei de Terras de 1850. **Revista de Ciências Humanas**, v. 6, n. 7, p. 189-205, 2005.

TAVARES, Vivian Oliveira; TEIXEIRA, Karla Maria Damiano; WAJMAN, Simone; Loreto, Maria das Dores Saraiva de. Interfaces entre a renda dos idosos aposentados rurais e o contexto familiar. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 10, n. 1, p. 94-108, 2011.

TELÓ, Fabrício; DAVID, Cesar De. O rural depois do êxodo: as implicações do despovoamento dos campos no distrito de Arroio do Só, município de Santa Maria/RS, Brasil. **Mundo Agrário**, v. 13, n. 25, 2012, p. 1 -13.

TURRA NETO, Nécio. Pesquisa qualitativa em Geografia. XVII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS - XVII ENG, 2012, Belo Horizonte. **Anais...**, 2012.

UDOP. **União Nacional da Bioenergia**. <https://www.udop.com.br/>. Acesso em: 15 fev 2020.

USINA ALTO ALEGRE, 2021. Disponível em: <https://www.altoalegre.com.br/>; Acesso em: 12 Mai 2021.

USINA ATENA, 2019. Disponível em: <https://www.usinaatena.com.br/>; Acesso em: 12 Mai 2021.

VAPÑARSKY, César A. Cuando el caos caracteriza la división oficial del territorio del Estado. A propósito de los municipios argentinos. **Scripta Nova**. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de abril de 2004, vol. VIII, núm. 162.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcantara. Transporte, escolarização e política educacional rural. **Cadernos de Pesquisa**, n. 55, p. 18-30, 1985.

VILLAMIZAR, Yolanda Puyana. La familia extensa: una estrategia local ante crisis sociales y económicas. **Trabajo social**, n. 6, p. 77-86, 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Olhares sobre o “rural” brasileiro. **Raízes**: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 23, n. 1 e 2, p. 82-98, 2004.

WANDERLEY, Maria Nazareth. A ruralidade no Brasil moderno. In: GIARRACCA, Norma (Org). **Una nueva realidad en América Latina**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; 2001. p. 31-44.

WOODS, Michael. Defining the Rural. In.: WOODS, Michael (Ed.). **Rural geography**. Processes, responses and experiences in rural restructuring, Sage, London, 2005. p. 3-16.

APÊNDICE

A. Formulário aplicado junto aos moradores e moradoras do Distrito de Teçaindã.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"



FORMULÁRIO – MORADORES DO DISTRITO DE TEÇAINDÃ

A. CARACTERIZAÇÃO DA(O) RESPONDENTE

1.Sexo: () M () F. 2.Cor/Raça: () Branca () Parda () Preta () Amarela

3.Idade: _____

4.Escolaridade:

() Ensino fundamental incompleto

() Ensino superior incompleto

() Ensino fundamental completo

() Ensino superior completo

() Ensino médio incompleto

() Outro: _____

() Ensino médio completo

5.Trabalha atualmente: () Não. () Sim 5.1.Profissão: _____

5.2. Para desempregadas (os), qual a última profissão que exerceu? _____

6.Local de trabalho: () Teçaindã () área rural () Martinópolis () Presidente Prudente () Outros

locais: _____

6.1.Como é (era) realizado o deslocamento até o local de trabalho? () Carro Próprio ()

Transporte coletivo () a pé () carona () transporte do empregador () Outro _____

6.2. Quanto tempo leva para chegar ao trabalho? _____ () minutos () horas.

B. CARACTERIZAÇÃO DA RESIDÊNCIA

7. A casa é própria? () Sim () Não

7.1. Se sim, qual foi a forma de aquisição? () Compra () Herança () Outro _____

7.2. Se alugada, como foi realizado o contrato? () direto com dono () via imobiliária () Outro

8.Possui outros imóveis? () Sim () Não. 8.1. Se sim, () urbano ou () rural?

8.2. Se rural, quantos hectares? _____ 8.3. Desenvolve atividade agropecuária? () Sim ()

Não. Qual (is) cultura(s)? _____

9.A moradia é de alvenaria? () Sim () Não

10.A casa possui: () energia elétrica () rede de esgoto () fossa séptica () internet () telefone fixo

11. Qual o número de cômodos? _____

C. QUADRO FAMILIAR

12. Quantos pessoas moram na residência? _____

13. Quadro familiar:

Membro (grau de parentesco)	Sexo	Idade	Escolaridade	Profissão	Trabalha atualmente?	Local de trabalho/estudos

14. Algum membro da família é beneficiário de programas sociais? (Bolsa família, benefícios previdenciários, etc.) () Não. () Sim. 14.1 Qual (is)? _____

15. No caso de Aposentadoria, em que profissão se aposentou? _____

16. Quais é o rendimento médio da família ao mês:

- () Até 1 salário mínimo. () De 3 a 4 salários mínimos.
 () De 1 a 2 salários mínimos. () De 4 a 5 salários mínimos.
 () De 2 a 3 salários mínimos. () Mais de 5 salários mínimos.

D. INFORMAÇÃO BIOGRÁFICA

17. Local de nascimento: _____

18. Há quanto tempo reside no Distrito? _____ anos.

19. Já morou em outras cidades/bairros? () Não. () Sim. Qual (is)? _____

20. Local de nascimento do cônjuge (se houver): _____

21. Local de nascimento dos pais: _____

22. Profissão dos pais (no caso de não constar no "Quadro familiar"): _____

22.1. No caso de trabalho relacionado à agropecuária, qual era o regime de trabalho/posse da terra: () proprietário rural; () arrendatários () meeiros () diarista () outro _____

23. Local de nascimento dos avôs: _____

24. Profissão dos avôs (no caso de não constar no "Quadro familiar"): _____

24.1. No caso de trabalho relacionado à agropecuária, qual era o regime de trabalho/posse da terra: () proprietário rural () arrendatários () meeiros () diarista () outro _____

E. DESLOCAMENTOS E FREQUÊNCIA

25. Onde realiza as compras básicas: () Teçaindã () Martinópolis () Presidente Prudente ()

Outros locais: _____

25.1. Como é realizado o deslocamento até o local? () Carro Próprio () Transporte coletivo () a pé () carona () Outro _____

25.2. Quanto tempo leva para chegar ao local? _____ () minutos () horas.

25.3. Quem é o responsável pelas compras da família? _____

26. Onde utiliza serviços de saúde: () Teçaindã () Martinópolis () Presidente Prudente () Outros locais: _____

26.1. Como é realizado o deslocamento até o local? () Carro Próprio () Transporte coletivo () a pé () carona () Outro _____

26.2. Quanto tempo leva para chegar ao local? _____ () minutos () horas.

26.3. No caso de crianças e idosos, quem é o responsável em acompanhá-los nos serviços médicos? _____

27. No caso de emergências, onde se procura atendimento? () Teçaindã () Martinópolis () Presidente Prudente () Outros locais: _____

27.1. Há ambulância disponível para a população? () Sim () Não

27.2. Se não, como é realizado o deslocamento até o local? () Carro Próprio () Transporte coletivo () a pé () carona () Outro _____

27.3. Quanto tempo leva para chegar ao local? _____ () minutos () horas.

28. Costuma ir à Martinópolis? () Não. () Sim.

28.1. Qual a Frequência? () Todo dia. () 1x por semana. () 2x por mês () 1x por mês () 2x por ano () 1x por ano.

28.2. Por quais motivos? () Trabalho. () Lazer. () Saúde. () Estudos. () Comércio.

Outros _____

28.3. Como é realizado o deslocamento até o local? () Carro Próprio () Transporte coletivo () a pé () carona () Outro _____

28.4. Qual membro da família costuma ir mais à Martinópolis? _____

29. Costuma ir à Presidente Prudente? () Não. () Sim.

29.1. Qual a Frequência? () Todo dia. () 1x por semana. () 2x por mês () 1x por mês () 2x por ano () 1x por ano.

29.2. Por quais motivos? () Trabalho. () Lazer. () Saúde. () Estudos. () Comércio. Outros

29.3. Como é realizado o deslocamento até o local? () Carro Próprio () Transporte coletivo () a pé () carona () Outro _____

29.4. Qual membro da família costuma ir mais à Presidente Prudente? _____

30. Costuma ir à restaurantes, clubes, festas, bares bailes? () Não () Sim.

30.1. Onde? () Teçaindã () área rural () Martinópolis () Presidente Prudente () Outros locais:

30.2. Qual membro da família costuma ir mais a atividades de lazer? _____

31. Frequenta alguma instituição religiosa? () Não. () Sim. Qual? _____

31.1. Onde? () Teçaindã () área rural () Martinópolis () Presidente Prudente () Outros locais:

31.2. Qual membro da família costuma ir mais a instituição religiosa? _____